

& História perspectivas



Revista dos Cursos de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História
Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

História, migração e meios de comunicação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
UBERLÂNDIA

EDUFU

56

Jan./Jun. 2017

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

Nº 56

Janeiro/Junho/2017

Revista do Instituto de História, vinculada aos
Cursos de Graduação
e ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia

Núcleo de Pesquisa e Estudos
em História, Cidade e Trabalho

ISSN 0103-409X

Hist.& Perspec.	Uberlândia-MG	Nº 56	p. 1-368	jan./jun. /2017
-----------------	---------------	-------	----------	-----------------

REVISTA HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História
Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

Diretor do INHIS: Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Coordenador do PPGHIS: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

Coordenador dos Cursos de Graduação: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

Diretor da Edufu: Prof. Dr. Guilherme Fromm

Editora responsável: Profa. Dra. Célia Rocha Calvo

Conselho Editorial	
Conselho Executivo:	
Carlos Henrique de Carvalho	Faculdade de Educação - UFU
Célia Rocha Calvo - Editora	Instituto de História - UFU
Heloisa Helena Pacheco Cardoso	Instituto de História - UFU
Marili Peres Junqueira	Instituto de Ciências Sociais - UFU
Marta Emisia Jacinto Barbosa	Instituto de História - UFU
Wenceslau Gonçalves Neto	Instituto de História - UFU
Colaboradores Externos	
Carlos Alberto de Oliveira	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/Ilhéus-BA
Leandra Domingues Silvério	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
Jiani Fernando Langaro	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Conselho Consultivo	
Alessandro Portelli	Sapienza – Università de Roma
Estevão Chaves de Rezende Martins	Universidade de Brasília – UnB
Francisco Sacristán Romero	Universidad Complutense de Madrid
Geoff Eley	University of Michigan – USA
Heloisa de Faria Cruz	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Josep Fontana Lázaro	Universitat Pompeu Fabra (UPF) – Barcelona
Maria Giuseppina Eboli	Sapienza – Università de Roma
Maria Hilda Baqueiro Paraíso	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Michael Lowy	École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) – Paris
Peter Linebaugh	University of Toledo – Ohio/USA
Raquel Glezer	Universidade de São Paulo – USP
Raquel Varela	Universidade Nova Lisboa – Portugal
Regina Helena Alves da Silva	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Capa: Marili Peres Junqueira e Diego Marcos Silva Leão	Revisão: Edufu
Diagramação: Elenice Naves	Periodicidade: Semestral
Imagem da capa: https://pixabay.com/pt/rede-terra-continentes-todos-os-1453834/	Disponível na versão eletrônica: http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, n. 56 – jan./jun. 2017

Uberlândia-MG – Universidade Federal de Uberlândia.

Revista do Instituto de História, vinculada aos Cursos de Graduação e ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

Data do 1º volume: jul./dez./1988

Semestral

ISSN 0103-409X

1. História. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História

CDU930

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bloco 1S – Térreo

Cep 38408-100 – Uberlândia – Minas Gerais

Tel: (34) 3239-4293 – www.edufu.ufu.br

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS 56

SUMÁRIO

Apresentação 7
Marili Peres Junqueira

DOSSIÊ: HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Organização: Marili Peres Junqueira

El Correo Español de Buenos Aires. Una lectura social sobre el nacionalismo español y la construcción asociativa desde el periódico (1872-1905)..... 13
Marcelo Hugo Garabedian

Prensa periodica españolista en México 39
Lydia Elizalde

Da Itália ao Japão: Um estudo sobre a migração no Brasil e os seus meios de comunicação entre o final do século XIX e o início do século XXI 63
Luiz Otávio Costa
Marili Peres Junqueira

“Sono Straniero!” Trabalhadores italianos e as relações entre identidade nacional e de classe na imprensa operária em São Paulo (1920 e 1930)..... 93
Endrica Geraldo

“Lá em cima o povo vive mais, mas eles são mais vagabundo”: Entre o Oeste do Paraná e a Amazônia Legal (1980-2014), os tempos do trabalho narrados no retorno 119
Jorge Pagliarini Junior

Uma problematização acerca do conceito de migração: apontamentos na produção historiográfica do Estado de Rondônia 151
Cátia Franciele Sanfelice de Paula
Célia Rocha Calvo

ARTIGOS

Leituras das relações Portugal-Brasil nas revistas *A Águia e Nação Portuguesa*, 1910-1926 175
Luciana Lilian de Miranda

Imprensa de fábrica e culturas de classe na ditadura militar em Blumenau-SC (1963-1968)..... 209
Cristina Ferreira

Golpe Militar: Desafios entre o marco de memória e o mundo dos trabalhadores..... 239
Paulo Cesar Inácio

Socialismo e economia solidária no sindicalismo da CUT: Uma análise da concepção cutista a partir da influência de Paul Singer..... 267
João Guilherme de Souza Corrêa

Profissionalização dos professores de História no antigo Norte de Goiás: entre a formalização e a realidade da docência..... 295
Norma Lucia da Silva
Marieta de Moraes Ferreira

Jovens estudantes do Ensino Médio e a História em situação escolar 317
Astrogildo Fernandes da Silva Jr
José Josberto Montenegro Sousa

TRADUÇÃO

Lembrando Stuart Hall..... 347
Dennis Dworkin

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o número 56 da Revista História & Perspectivas, com o Dossiê *História, Migração e Meios de Comunicação*, além de um artigo que aborda a imprensa de fábrica e outros cinco artigos com temáticas diversificadas.

Estudos sobre migrações têm-se multiplicado em várias direções, das universidades às organizações internacionais. O presente Dossiê *História, Migração e Meios de Comunicação* constitui-se de pesquisas que giram em torno da análise da mobilidade humana e sua articulação com os meios de comunicação, provenientes de pesquisas em Ciências Humanas, em diversos espaços e temporalidades. A migração é um fenômeno histórico e seus volumes crescem com o passar dos anos, apresentando fluxos internacionais, nacionais e regionais. O artigo de abertura do Dossiê, realizado por Marcelo Garabedian, é sobre a construção identitária e o nacionalismo espanhol na Argentina por meio do jornal *El Correo Español*, de Buenos Aires, no final do século XIX. O segundo artigo é de Lydia Elizalde, que apresenta um estudo do jornal *El Correo Español*, publicado na Cidade do México também no final do século XIX. Esse artigo enfatiza a fundação e consolidação do jornal *El Correo Español* durante os primeiros dez anos de sua fundação (1889-1898), destacando o trabalho de seus editores e escritores como empreendedores culturais.

Após esses estudos migratórios espanhóis na América, o foco recai para os estudos no Brasil e suas migrações. Luiz Otávio Costa e Marili Peres Junqueira fazem uma reflexão sobre diferenças e semelhanças dos processos migratórios dos italianos no Brasil e dos nipo-descendentes (Brasil-Japão) por meio da cultura e dos meios de comunicação desses grupos étnicos distintos e em diferentes momentos históricos – final do século XIX, final do século XX e início do século XXI. Tais grupos étnicos aparentemente não teriam características comuns, mas apresentam iterações e processos semelhantes como demonstrado na abordagem que parte da teoria de Bourdieu. Endrica Geraldo,

por seu turno, discute como periódicos operários paulistanos, com forte presença de imigrantes italianos, evidenciam, em suas palavras, as relações tensas entre identidade nacional e identidade de classe no interior das lutas por direitos e melhores condições de trabalho. Esse estudo está centrado nas décadas de 1920 e 1930 por sua particularidade dentro das organizações operárias. Jorge Pagliarini Junior apresenta uma reflexão sobre a memória e a trajetória de migrantes retornados da Amazônia Legal para o Paraná entre os anos de 1990 e 2014, apoiando seus estudos em várias fontes, primeiramente com fontes orais, depois em *sites* e artigos do Jornal Nosso Tempo, publicado no Oeste do estado do Paraná. O encerramento do Dossiê traz uma problematização do conceito de migração, particularizado e exemplificado em Rondônia. Uma grata contribuição de Cátia Franciele Sanfelice de Paula e Célia Rocha Calvo.

Para além do Dossiê, a revista apresenta uma tradução relevante revisitando estudos e a própria trajetória de Stuart Hall e artigos avulsos.

O primeiro artigo traz uma investigação baseada nas revistas *A Águia* e *a Nação Portuguesa* para identificar as relações Portugal-Brasil entre os anos de 1910 e 1926, de autoria de Luciana Lilian de Miranda. Cristina Ferreira, em diálogo com os meios de comunicação, analisa como os jornais de fábrica das indústrias têxteis de Blumenau, no período 1963-1968, elaboram suas relações com os trabalhadores, as relações de poder e políticas, além de assuntos internos, de trabalho e outras temáticas. Assim, problematiza, como apontado por ela, os usos da imprensa fabril como fonte de pesquisa para análise das culturas de classe dos trabalhadores na historiografia social do trabalho no Brasil.

Na interface da memória com o mundo dos trabalhadores, Paulo Cesar Inácio explora as contradições internas do processo do golpe civil/militar de 1964 no Brasil, aponta o desafio de abrir outras memórias possíveis no mundo dos trabalhadores, para além de alguns protagonistas e intuições há muito debatidas, passando de uma memória sustentada em processos

hegemônicos para memórias alternativas, e dessas para outras mais. João Guilherme de Souza Corrêa nos presenteia com uma análise a partir da influência de Paul Singer para conhecermos o socialismo e a economia solidária no sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Desta forma, mostra os limites da estratégia política guiada por essa noção de socialismo para a CUT à tão anunciada transformação social.

A finalização desse número cabe a dois artigos cujo foco recai sobre a Educação. Norma Lucia da Silva e Marieta de Moraes Ferreira buscam analisar o processo de profissionalização dos professores de História no antigo norte de Goiás, com o estudo de caso da cidade de Araguaína (Tocantins). Com base no estudo do perfil dos licenciandos do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína e documentos de professores de escolas da rede estadual de ensino, por exemplo, apresentam os dilemas, as dificuldades e a realidade formativa dos docentes na área de História dessa cidade. Astrogildo Fernandes da Silva Jr. e José Josberto Montenegro Sousa analisam o potencial das diferentes fontes e das diferentes linguagens da cultura contemporânea no processo de ensinar e aprender História, na perspectiva de contribuir para a formação cidadã de jovens estudantes do Ensino Médio, creditando que os usos de diferentes fontes e linguagens nas aulas de História do Ensino Médio podem constituir iniciativas, para promover articulação entre os saberes escolares e a vida prática dos jovens estudantes.

Por fim, com o Dossiê *História, Migração e Meios de Comunicação*, a tradução e esses artigos conclui-se a jornada investigativa desse número 56 da Revista História & Perspectivas. Desejo a todas e todos uma excelente leitura dos artigos na íntegra e que esses possam fomentar outras boas pesquisas no campo da migração e das demais temáticas apresentadas.

Bons Estudos!
Marili Peres Junqueira

**DOSSIÊ: HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E
MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

EL CORREO ESPAÑOL DE BUENOS AIRES. UNA LECTURA SOCIAL SOBRE EL NACIONALISMO ESPAÑOL Y LA CONSTRUCCIÓN ASOCIATIVA DESDE EL PERIÓDICO (1872-1905)

Marcelo Hugo Garabedian¹

RESUMO: Nossa proposta neste trabalho será estudar as alternativas utilizadas por *El Correo Español* (doravante ECE) para projetar uma identidade nacional espanhola na diáspora. Vamos rever nesta apresentação são apenas duas alternativas desse desenvolvimento: ECE como um construtor e contador de uma história própria totalmente desenvolvida na diáspora e, em segundo lugar, o uso da língua castelhana como uma portadora de identidade e cultura. Nós acreditamos que esta ação foi imprescindível para a construção de um “coletivo” espanhol em Buenos Aires, que foi acompanhada das atividades do movimento associativo espanhol, culminando por definir uma identidade que se diferencia dos outros grupos migrantes, e por sua vez uma identificação frente às elites da sociedade receptora.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo Espanhol. Construção Associativa. Jornal.

RESUMEN: Nuestra propuesta en este trabajo será la de estudiar las alternativas utilizadas por *El Correo Español* (en adelante ECE) para proyectar una identidad nacional española en la diáspora. Nosotros repasaremos en esta presentación solo dos

¹ Magister en Investigación en Cs. Sociales, Lic. Ciencia Política y Profesor en Cs. Sociales (UBA). Doctor en Historia (UTDT). Investigador Museo Roca, Instituto de Investigaciones Históricas, Ministerio de Cultura de la Nación. Docente Universidad de Buenos Aires y Universidad Nacional de José C. Paz.

alternativas de este desarrollo: ECE como constructor y narrador de una historia propia desarrollada íntegramente en la diáspora y, en segundo lugar, el uso del idioma castellano como portador de identidad y cultura. Creemos que esta acción fue una tarea imprescindible para la construcción de un “colectivo” español en Buenos Aires, que acompañada a su vez de las actividades del movimiento asociativo español, culminaron por definir una entidad que se diferenciara de otros colectivos migrantes, y a su vez una identificación ante las élites de la sociedad receptora.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo español. Construcción asociativa. Periódico.

ABSTRACT: Our proposal in this work will be to study the alternatives used by *El Correo Español* (ECE) to project a Spanish national identity in the diaspora. We will review in this presentation only two alternatives of this development: ECE as constructor and narrator of a proper history developed entirely in the diaspora and, secondly, the use of the Castilian language as a bearer of identity and culture. We believe that this action was an essential task for the construction of a Spanish “collective” in Buenos Aires, which, together with the activities of the Spanish associative movement, culminated in defining an entity that was different from other migrant groups, and in turn An identification with the elites of the receiving society.

KEYWORDS: Spanish nationalism. Associative construction. Newspaper.

Introducción

El Correo Español de Buenos Aires publicó su primer ejemplar el 29 de julio de 1872. Su fundador y primer director fue el exiliado republicano y ex canónigo malagueño Enrique Romero Jiménez.

Sin dudas, ECE fue el periódico más importante del último cuarto del siglo XIX extendiéndose desde 1872 hasta el año 1905. Durante su dilatada existencia se sucedieron cuatro directores propietarios: Romero Jimenez desde su fundación hasta el año 1880, Justo López de Gomara (1880 - 1890), Rafael Calzada (1890 - 1892) y su último director propietario fue Fernando López Benedito (1892 - 1903). A partir de 1903, ECE se transformó en Sociedad Anónima hasta su desaparición definitiva ocurrida en octubre de 1905. El Presidente de la Sociedad Anónima fue el Dr. Rafael Calzada y durante esta etapa se sucedieron tres directores periodísticos: Fernando López Benedito, Ricardo Fuente y el último en ocupar ese cargo fue Salvador Alfonso.

Al momento de su aparición, se contabilizaban aproximadamente unos veinticinco mil españoles residentes en la ciudad. Cuando el periódico cesó sus actividades, los datos del Primer Censo Municipal de la Ciudad de Buenos Aires de 1904 dieron cuenta de la existencia de más de cien mil inmigrantes españoles en Buenos Aires. Este crecimiento de la inmigración acompañó la ampliación de los límites geográficos y urbanísticos de la ciudad capital argentina, vigorizando el aumento del sector mercantil y fabril que comenzaban a moldear la fisonomía porteña, otorgándole su impronta de urbe “mercantil y administrativa”, como afirmaba James Scobie. Volviendo al censo de 1904, la participación de la inmigración en el comercio y en el sector propietario de inmuebles fue significativo. La participación de los españoles entre los comerciantes minoristas y medianos fue muy importante. Si bien no es el objetivo de esta presentación, queremos dejar asentado, para contar con una idea estimativa de su alcance e influencia social, que el crecimiento en la tirada de ECE tuvo su principal explicación en el crecimiento de este sector social de pequeños y medianos comerciantes, una burguesía mercantil muy arraigada y con fuertes vínculos con sus instituciones

más representativas. Si en 1872 ECE imprimía alrededor de mil ejemplares, para el cambio de siglo, según nos informa el propio periódico, su tirada ascendía a los cuarenta mil ejemplares.

Tomando en consideración su extensión dentro de la colonia de españoles residentes en la ciudad, creemos necesario indagar en los procesos de construcción social y política que el periódico ayudó a constituir, no sólo como un emisor de discursos, sino también como uno de los actores principales a la hora de crear ese “lazo social” tan vindicado entre los protagonistas de la época.

Preludio: la complejidad de la identidad nacional española durante el siglo XIX y sus desafíos.

Los historiadores consultados acerca de la construcción de la nacionalidad española giran en torno a una idea común: el escaso desarrollo que conoció el nacionalismo español en la península durante la segunda mitad del siglo XIX.²

Siguiendo al historiador Núñez Seixas, fue una tarea muy difícil lograr la figura de un *nosotros* en España, y en contraposición, sí podrían encontrarse nacionalismos periféricos que se vigorizaron a partir del último cuarto del siglo XIX. En este aspecto, tanto en la península como en la diáspora, la puja entre los nacionalismos estaba planteada en los términos en una lucha de “suma cero”, en el sentido que el avance de un nacionalismo implicaba necesariamente el retraimiento del otro.³

² Los autores consultados fueron: ALVAREZ JUNCO, José. *Mater dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus, 2001; PORTILLO VALDÉS, José María. Nación. En: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FUENTES, Juan Francisco (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madrid: Alianza Editorial, 2002. p. 468-476; INMAN-FOX, Edward. *La invención de España. Nacionalismo liberal e identidad nacional*. Madrid: Cátedra, 1997; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. *Los nacionalismos en la España Contemporánea (siglos XIX y XX)*. Barcelona: Hipótesis, 1999; REVISTA HISTORIA SOCIAL. Valencia, n. 40, 2001. Número especial *La construcción imaginaria de las comunidades nacionales*.

³ NÚÑEZ SEIXAS, op. cit., p. 28.

Sin embargo, y a pesar de estas carencias, la empresa de construir una identidad nacional tuvo en el siglo XIX una serie de líneas históricas que comenzaron a sistematizarse y a desarrollarse no solo en el campo de la historia, sino también en la construcción de símbolos e imágenes histórico políticas, y también en el ámbito de las artes, sobre todo en la pintura y en la literatura.

Un dato no menor que también marcó la construcción de un imaginario de los españoles, fueron los viajeros foráneos que dejaron una crónica de un país casi sin industrias, con altas tasas de analfabetismo y de pobreza. Sumado a ello, encontramos en Francia y su discurso anti hispanófilo a un *otro* exterior, que vinculaba a España con el oscurantismo y el fanatismo religioso. Son éstas las ideas que se combatirán desde la prensa, y que comenzaron a formar parte de un *nosotros*.

Una de las preocupaciones más importantes fue mostrar a España como un país *moderno*, cuyo significado era poseer industrias, ciencia propia y exhibir un crecimiento económico que la colocara a la altura de las naciones más importantes de Europa. Para ello ECE reprodujo en sus páginas las informaciones que colocaran al país en la senda del progreso y a su vez, insertaba en sus planas la narración de una historia nacional con eje en Castilla. A continuación, analizaremos lo que nosotros comprendemos como un necesario trabajo de complementación a esta idea: una historia narrada desde propia experiencia en la diáspora a través de las *figuras locales*.

ECE como constructor de imágenes y discursos nacionales subjetivos

No todo era, por otra parte, cuestión de doctrina o principios. También había que suscitar emociones. Lograr la identificación y la lealtad de los individuos hacia la nación requería de un esfuerzo previo de imaginación que convirtiese en visible esa personalidad colectiva a la que tanto poder se atribuía. (ALVAREZ JUNCO, 2001, p. 193).

Esta idea expuesta por Alvarez Junco podría muy bien aplicarse a las hipótesis que intentará encerrar esta sección del trabajo. Aquí desplegaremos una serie de argumentos basados en hechos concretizados por el periódico y por aquellos intelectuales emigrados esmerados por crear una comunidad local, sobre la base y nutridos en parte por los discursos e ideas estado céntricas provenientes de las instituciones con sede en Madrid que ECE reprodujo como un insumo principal. Pero en cierta forma, y por el mismo sendero que nos marca Alvarez Junco, esto no era suficiente, y así lo entendieron tanto los redactores del diario, como la elite dirigente de las asociaciones españolas.

En la medida en que otros *paisanos* se movilizaran por causas, en principio no directamente vinculadas con la cuestión nacional, se acentuaba la idea de la existencia de un “lazo de unión”. Esta frase, ampliamente aludida en la época, se transformó en el objetivo a perseguir por las asociaciones y por los periódicos españoles y regionales que participaban en el escenario del periodismo rioplatense. La comunión de sujetos movilizados por causas conexas al nacionalismo, pero no directamente vinculadas, daba la idea de un conjunto de sujetos que adquirirían cierta conciencia *de sí y para sí* en tanto se sentían interpelados por discursos e imágenes, y por la retórica de quien se siente lejano de su *patria*, pero muy cercano a otros individuos permeados por las mismas experiencias de vida y llevados de los mismos intereses.

Creemos necesario abordar este punto focalizando sobre todo en la subjetividad de los individuos, quienes participaban de las iniciativas que impulsaba ECE y las asociaciones, movidos sobre todo no por los grandes discursos nacionales, exteriores a su agencia, sino por aquellas que hicieron vibrar los valores y sentimientos que también formaban parte de su identidad, en tanto inmigrantes en una sociedad que no era su *patria*.

Aquí repasaremos aquellos pasajes de la vida del diario en donde nosotros creemos corroborar estas acciones, sumado también a otras características del periódico que contribuyeron a formar un “nacionalismo español en la diáspora”, donde además de las instituciones y asociaciones representativas, se contó

también con *figuras locales* y una *historia propia*, realizada en el seno de la sociedad receptora y lejos de la península, efemérides en principio privadas y personales, pero que fueron colocadas como un faro, o más exactamente, un *canon* específico, que otorgaba legitimidad en una sociedad que carecía de valores nobiliarios o estamentales, y por lo tanto, accesible a todos los paisanos que intentaran el camino del éxito personal, y vincularse a otros migrantes, en tanto “españoles”.

La construcción de un colectivo en la diáspora y los aportes a una historia local común. El canon del “inidiano exitoso”

En verdad que tan sublime espectáculo hubiera arrancado lágrimas de ardiente regocijo a los fundadores e iniciadores de la Sociedad de Beneficencia, el brillante D. Vicente Rosa, el filántropo Esteban Rams y Rubert, el periodista D. Benito Hortelano y el generoso D. Pedro Manuel de la Bárcena, si por maravilloso artificio hubieran levantado la loza que cubre al presente sus mortales restos. (CARRILLO SÁNCHEZ, 1887, p. 30).

¿Cuáles fueron los itinerarios que llevaron a todos estos “notables españoles” a convertirse en *patriarcas* de la colonia española rioplatense? Develar estos principios será pues parte de la tarea de este apartado.

El fragmento citado anteriormente pertenece a la obra *Galería de los Españoles Notables* de Rafael Carrillo Sánchez, publicada en Buenos Aires en el año 1887 por la “Imprenta, Litografía y Encuadernación de Stiller & Laars”, ubicada en la calle San Martín 169. Esta edición contaba con 164 páginas, en donde además de las biografías de Don Juan Durán y Cuerdo, representante diplomático de España en Argentina, José P. de Carabasa, un importante banquero de la plaza porteña, Salvador Gómez Gómez, un comerciante y hombre ligado a los negocios que recorrió un itinerario diferente al resto de los biografiados, puesto que hizo su fortuna en los Estados Unidos, para luego recorrer los destinos sudamericanos y afincarse en Buenos Aires.

El último de la lista de “españoles notables” fue Justo Sanjurjo López de Gomara, en ese momento Director de ECE. Además de las cuatro biografías, la *Galería* emprende la tarea de dar cuenta de la historia de la consolidación institucional de los españoles en Buenos Aires. Para ello, el autor recurre a testimonios orales de otros paisanos protagonistas de la época, de familiares y amigos, utiliza la autobiografía de Benito Hortelano, y como él mismo cuenta, se apoya en la colaboración de López de Gomara. Quizás el aporte más importante haya sido la convocatoria a otros paisanos, para que se acercaran a contar sus propias experiencias, lo que los interpelaba en tanto protagonistas de la historia que narraban, situándolos dentro de la misma, y no como observadores externos.

La *Galería de los Españoles notables* abarca todas las instituciones necesarias para que se pudiera hablar, según los parámetros de la época, de una colonia en *extraño suelo*. La historia reseñada necesariamente abarcaba la Sala Española de Beneficencia, los orígenes de la idea y posterior consecución del Hospital Español, la Asociación Española de Socorros Mutuos, el Club Español, otras asociaciones regionales, y por supuesto, los periódicos como un elemento fundamental a la hora de establecer una colonia.

La obra de Carrillo Sánchez fue, hasta donde nos fue posible indagar, la primera en su tipo en la ciudad de Buenos Aires. Fue un emprendimiento que se realizó por fuera y de manera independiente de ECE, pero que nuestro periódico anunció desde sus páginas con el título “Galería de los Españoles notables del Río de la Plata”.⁴ El periódico informaba:

Con este título va a empezar a publicarse una obra interesantísima, que comprende la historia de la colectividad española en la República Argentina, desde la caída de Rosas y las biografías de

⁴ No sabemos si se trató de un error o de un repentino cambio de planes, pero la obra se tituló sólo *Galería de los Españoles notables* y se refirió sólo a las instituciones y biografías radicadas en la ciudad de Buenos Aires.

todos los españoles que se han formado una posición digna en esta y la vecina república.⁵

Este libro es, a nuestro criterio, el primer intento sistematizado que buscó reflejar la historia institucional de la colonia y la de sus miembros más sobresalientes. Al igual que la Galería de los Españoles Ilustres, entendemos este trabajo de Carrillo Sánchez como una construcción de una escala inferior, que se apoyaba sobre los discursos y representaciones nacionales, pero que lo despliega a partir de una microhistoria, de la que sus miembros son reflejos, con nombre y apellido, de esa identidad española declamada desde las páginas de la prensa de los inmigrantes españoles y desde las producciones bibliográficas.

Al día siguiente del anuncio, ECE publicó el prospecto de la obra, acción anterior al comienzo de las suscripciones para adquirir la Galería. Allí el autor explicó el propósito y los alcances que lo llevaron a emprender esta recopilación. Al respecto, y con una claridad notable, Carrillo Sánchez decía:

Hasta hoy ha podido prescindirse de esta clase de trabajos: nuestro mismo aislamiento y la inconsistencia de nuestras relaciones con los gobiernos de la madre patria, los hubiera hecho infecundo. Pero a medida que nuestro número aumenta, que las grandes líneas de la política internacional de España empiezan a dibujarse con firmeza y claridad; que la comunicación oficial con sus gobiernos se hace mas íntima y directa, y que los lazos que nos unen individual y colectivamente se anudan, y consolidan, son de todo punto indispensables. Necesitamos conocernos y que se nos conozca, para apreciarnos como es debido y que senos aprecie como merecemos. [...] ya no somos un conjunto aislado de individuos con propósitos puramente personales: desempeñamos además, una misión oficial, constituimos uno de los resortes de la administración pública de nuestra patria, y desde este punto de vista, ni los

⁵ GALERÍA de los Españoles notables del Río de la Plata. ECE, Buenos Aires, p. 2, C1, 2 jul. 1887. El subrayado es nuestro.

esfuerzos de nuestro patriotismo resultarán estériles, ni nuestros nombres se perderán en el olvido. La historia irá recogiendo los que sean dignos de sus páginas.⁶

La distancia que media entre la llegada de un inmigrante anónimo al momento de desembarcar del viejo Puerto de Buenos Aires hasta convertirse en una referencia para sus pares, muchos años después, se erige en un objeto de estudio, por cuanto las acciones que mediaron entre estos polos, dieron cuenta de una construcción, tanto de ECE, como de aquellos miembros de la elite intelectual que, como Carillo Sánchez, resaltaron la significación de aquellos primeros hombres que desplegaron iniciativas para la sociabilidad española. Al mismo tiempo que evocaban a estas figuras, pero sobre todo a la ubicación social de éstos en tanto status y prestigio, reforzaron simultáneamente su propia posición y su propio rol, frente a la “masa” de inmigrantes que los reconocen como individuos que han logrado una figuración y reconocimiento, fronteras adentro y por fuera de la *colonia* a la que se pretendía representar. Estos sujetos, *los notables*, fijaron referencias, marcaron itinerarios y establecieron ciertos valores: *el canon del indiano exitoso*:

así iban desapareciendo esa pléyade de españoles que pueden ponerse en línea con los Rosa, los Rams y Rubert, los Hortelano, los Casares, los Ayerza y tantos otros que, cual faros luminosos, han alumbrado con resplandores vivísimos el camino que habíamos de recorrer luego los que les hemos sucedido: el camino del bien, del compañerismo, de la fraternidad. (CARRILLO SÁNCHEZ, 1887, p. 38, el subrayado es nuestro).

Un segundo intento de sistematización podemos encontrarlo en ECE en el año 1903, a partir de una columna especial inaugurada con el título “Los españoles en la Argentina”. Es

⁶ DE INTERÉS para los españoles del Río de la Plata. ECE, Buenos Aires, p. 1, C2-3, 3 jul. 1887.

interesante remarcar esta acción de ECE, por cuanto también formaba parte de una concepción de las funciones del diario, y del *diarismo* en general. Unos años antes de la aparición de la columna “Los españoles en la Argentina”, el columnista Benigno Teijeiro Martínez afirmaba desde su editorial “Hombres y cosas de Galicia”, que

La misión actual de la prensa periódica, como la del diarismo, es múltiple por lo mismo que son múltiples las fuerzas activas de la sociedad en que se radica, y por lo mismo que es tan vasta su misión, no deben olvidarse los aniversarios históricos y mucho menos el tributar culto homenaje a los hombres que honraron y honran la patria con su ciencia, con su arte o con su industria, que sólo así puede contribuirse a la transformación de la sociedad facilitándole conocimientos que reemplen el alma regional, para que surja más grande la idea de patria.⁷

Es interesante rescatar la presentación de esta nueva columna, ya en su nueva etapa como Sociedad Anónima desde 1903. También en este aspecto el diario buscó una línea de continuidad para otorgarle “un valor histórico” a esta iniciativa, y la encontrará en la *Galería de los Españoles Ilustres*, como vimos publicada por ECE en 1893 y 1894. Al respecto, los redactores del diario entendieron que había un “vacío” dentro de la institucionalización de la colonia, justamente por la ausencia de una historia propia y local, que venía a completar las tareas patrióticas de los españoles. En este sentido, la nota dice:

Cumpliendo uno de los propósitos expuestos por la Comisión organizadora de la Sociedad Anónima EL CORREO ESPAÑOL, en el manifiesto publicado en estas columnas, comenzamos hoy la que podríamos denominar segunda serie de la Galería de los Españoles Ilustres. La primera estaba dedicada a las figuras de primera magnitud de nuestra patria, cuyos nombres conserva la

⁷ HOMBRES y cosas de Galicia. ECE, Buenos Aires, p. 1, C5-6, 16 oct. 1901.

historia. Dedicaremos la segunda a las personalidades notables que han pertenecido a la colectividad española en la República Argentina y a cuyos nombres no se ha consagrado todavía el público homenaje que merecen. Consagrárselo es el objeto de la obra que emprendemos: obra de justicia y de bien entendido patriotismo. Contribuyeron aquellos hombres al progreso moral y material del país que consideraron su segunda patria y honraron a la colectividad. Enalteciéndoles, nos enaltecemos todos.⁸

Dentro de las elites de la colonia española, existieron una serie de personalidades que, a pesar de no haber logrado el camino del ascenso social a través del éxito económico, tuvieron un lugar privilegiado entre sus pares. Este fue el caso de la elite intelectual, hombres del mundo de las letras que desarrollaron tareas de “periodistas” o escritores, aunque casi ninguno de ellos logró forjar una vida dedicada exclusivamente a la literatura. Estos personajes fueron centrales a la hora de prolongar una imagen sobre la colectividad, por cuanto les cupo la tarea de narrar una historia de sus pares en la Argentina. Sumado a esto, el lugar relevante que la prensa, y fundamentalmente los periódicos españoles desempeñaron en la constitución del “lazo social” entre los paisanos, depositaron en los redactores y periodistas españoles un aura de figuración, por otro lado, conquistado en base a su función de “nexos”. En esta línea, a manera de ejemplo, queremos destacar a Manuel Barros, César Cisneros Luces, Bartolomé Victory y Suárez, Justo López de Gomara, todas figuras que fueron reivindicadas por el diario en diferentes oportunidades.⁹

Una vez establecidos los atributos salientes de aquellos que *dejaron su estela* en la constitución de la colonia, podríamos

⁸ LOS ESPAÑOLES en la Argentina. *ECE*, Buenos Aires, p. 4 completa, 10 abr. 1903. El subrayado es nuestro.

⁹ Al respecto ver: LOS ESPAÑOLES en Argentina (Victory y Suárez). *ECE*, Buenos Aires, p. 4, C3-4, 22 agosto 1903; LOS ESPAÑOLES en Argentina (Manuel Barros). *ECE*, Buenos Aires, p. 4, C3-4, 9 sept. 1903; CESAR Cisneros Luces. *ECE*, Buenos Aires, p. 1, C3-4, 8 enero 1897; PALABRAS a Cisneros Luces. *ECE*, Buenos Aires, p. 1, C4, 3 jun. 1897.

englobarlos dentro de un cúmulo de virtudes: honradez, rectitud y laboriosidad, unida a una vida alejada de las atracciones de lo superfluo (juego, divertimentos alejados de la estricta moral dominante de la época). Debe agregarse además, para que se cierre el círculo de los requerimientos necesarios, una marcada vocación por la construcción de este *lazo de unión* tan mentado entre las elites de inmigrantes. Su participación en la sociabilidad de la época, también era un requisito fundamental para su consagración en el panteón de los apellidos notables: su aporte a las instituciones fundantes de la colonia. Hasta aquí sus requerimientos más destacados. Nosotros entendemos que además de estos elementos, debían necesariamente existir otros componentes, quizás atribuido *ex post* a todas estas figuras por parte de las elites intelectuales rioplatenses, encargados de erigir una historia propia, local, de los inmigrantes en estas playas. El primero que se desprende de los atributos mencionados anteriormente tenía que ver con el aporte de estas figuras al progreso de la República, en tanto agentes activos y generadores de bienestar. El segundo punto tenía que ver con un “nacionalismo español” intrínseco a la personalidad de todas estas grandes figuras, un nacionalismo que estaba por encima a su región de origen, en este sentido, una voluntad de construir naciones: *el nacionalismo antes que la nación*. Este atributo fue arrogado a estas figuras patricias, aún por encima de sus predilecciones identitarias, pero que fungieron como verdaderos vectores y componentes necesarios para *el canon del indiano exitoso*.

Los nombres propios para las *grandes gestas*

Seguramente en el intento de hilvanar un recorrido dentro del esquema propuesto, aparecerán muchos sucesos buscando una acción concreta, dispararon una serie de interpretaciones y de usos tendientes a exaltar una fibra nacional. Nosotros escogimos una serie de acontecimientos que creemos representativos de las editoriales del diario, por considerar que, transitando estas experiencias, ECE buscó magnificarlas más allá de su verdadera

significación y sentido. En este punto, desde las acciones más pequeñas hasta las más dimensionadas, estuvieron orientadas a interpelar el subjetivismo de los paisanos, independientemente de si los resultados obtenidos se vinculaban con las expectativas originales. En definitiva, los discursos emitidos desde un diario, siempre, o casi siempre, nos hablaban más del emisor que del receptor del mensaje.

Lo significativo para nosotros será valorar a estos discursos e imágenes que circulaban entre los miembros de la elite intelectual y también sobre grupos de inmigrantes lectores del periódico. Para complementar el análisis, analizaremos cómo estos argumentos se verificaron en la materialidad de las acciones, lo que nos lleva a pensar al diario como un intermediario válido para la construcción de una historia local de la colonia española.

Al igual que los redactores de ECE, interpretamos al diario como un interlocutor privilegiado de al menos un sector muy importante de los inmigrantes españoles de la región. Esta construcción de una historia local puede verse también como una prolongación de la historia nacional dentro de la que ésta deseaba inscribirse. El periódico desde sus columnas lo expresaba de esta manera:

La naturaleza física de cualquier cuerpo está sujeta a transformaciones, a series y a eclipses; y esto mismo acontece con un periódico. Nace para vivir y vive para terminar ineludiblemente su carrera. Múltiples circunstancias, empero, influyen en su existencia y entre ellas la honradez de principios y la santidad de las causas. Puede afirmarse que todo aquél periódico que ha logrado alcanzar algunos años de vida, responde a una necesidad, y tiene tanta razón de ser como los hechos más indispensables. Creación que logra por horizontes los espacios ilimitados de la inteligencia, y por base la moral universal y el aprecio del hombre, se aplastaría sobre sí misma al menor movimiento que estremeciendo su apoyo le fuese hostil.

¿Sucede esto acaso con EL CORREO ESPAÑOL, que entra hoy en su noveno año, tras ocho de resistir el oleaje de la pasión, de clavar

el oriflama de su patria en la abrupta guarida de sus impugnadores, de unir y aproximar a sus representados y de hacerse intérprete de sus aspiraciones sin más fuerzas que su patriotismo y sin otras galas que la satisfacción del deber y la tranquilidad de una conciencia honrada, único lauro a que ha aspirado siempre?¹⁰

Como una muestra de lo expuesto, rescatamos una acción concreta del diario y de su director para puntualizar la idea del periódico también como un mediador. Con motivo de la Asamblea que se realizó el día 8 de mayo de 1878, Romero Jimenez efectuó un llamado a la colonia para recibir el apoyo y el auxilio para su diario. Entre los valores más destacados estuvieron las acciones de ayuda y promoción que desde el diario se llevaron adelante y entre ellas, se destacó el caso de Juan Martínez Villergas. En esa oportunidad, el diario decidió emprender una solicitud de ayuda a través de una suscripción y de una velada literaria, para destinar los fondos recaudados hacia el Perú, lugar de residencia de Villergas. Estas *gestas locales*, como la de Villergas¹¹, sirvieron para vincular, en tanto españoles, a los inmigrantes que se volcaron en su ayuda.

En este caso puntual, nos proponemos reconstruir esta ayuda que los españoles del Plata realizaron y que fue encabezada y principiada desde las páginas de ECE. La iniciativa también incluyó a los periódicos de la ciudad de Montevideo, fundamentalmente al periódico *La Colonia Española* (en adelante LCE)¹². Durante el mes de noviembre de 1877, LCE publica una columna titulada

¹⁰ 8° ANIVERSARIO de ECE. *ECE*, Buenos Aires, p. 1 completa, 29 jul. 1880. El subrayado es nuestro.

¹¹ Juan Martínez Villergas (Valladolid, 1816 - Zamora. 1894). Crítico, literato y publicista español, fundador de célebres publicaciones en España y América Latina como *El Tío Camorra* (1847 - 1848) en Madrid; *El Moro Muza* en la Habana, Cuba y *El emigrado* en Lima, Perú. En Buenos Aires funda y dirige el semanario *Antón Perulero*, de gran repercusión durante los años 1874 y 1875.

¹² Periódico consultado en la Hemeroteca de la Biblioteca Nacional de la República Oriental del Uruguay.

“A los españoles” en donde hace mención a la delicada situación económica y físicas por las que atraviesa *el distinguido crítico español*, y en consecuencia *la vida de Villergas, consagrada siempre al trabajo, es digna de toda protección. Y los españoles de la América del Sur tiene el honroso deber de buscar los medios y arbitrar los recursos para que aquel vate ponga fin a sus días en España.*

Esta solidaridad regional que recoge LCE, fue reproducida por todos los periódicos españoles de la zona, y fue una iniciativa de ECE, como bien lo ilustra el diario español de Montevideo,

El Correo Español de Buenos Aires por intermedio de su Director y a impulsos de su abnegado corazón, donde no repercuten en balde los ecos de las desgracias ajenas, sin preocuparse de las propias, como un noble rasgo característico de su entereza y dignidad, ha iniciado en estas regiones la noble empresa a que se asocia de lleno LA COLONIA ESPAÑOLA.¹³

A partir de allí se comenzaron a publicar las listas de suscripciones, tanto en Buenos Aires como en Montevideo para juntar fondos que remitir hacia Lima.

Si como decía LCE, *los españoles tienen un deber que llenar en estos momentos*, desde Buenos Aires, Romero Jimenez dio comienzo a la campaña para auxiliar al escritor, siempre bajo la misma lógica argumentativa y de acción: no importaba el lugar de nacimiento de la persona en cuestión ni tampoco la región de España donde hubiese ocurrido la tragedia, los “españoles” debían auxiliar y solidarizarse con sus “hermanos en el sentimiento patriótico.”

A los pocos meses de la aparición de la nota en el diario montevideano, ECE lanzaba la convocatoria a los presidentes de las sociedades españolas establecidas en la ciudad de Buenos Aires. Esta propuesta cristalizó luego en la velada literaria en honor a Martínez Villergas de la surgió la *Corona poética en honor del*

¹³ A LOS ESPAÑOLES. LCE, Montevideo, p. 1, C2-3, 11 nov. 1877.

eminente literato D. Juan Martínez Villergas de la que participaron los hombres de letras de la colonia.¹⁴

ECE y el lenguaje como síntesis de una identidad nacional

En esta sección, para completar este recorrido propuesto, analizaremos otra serie de iniciativas tendientes a generar y luego reforzar un aspecto central de la identidad nacional del siglo XIX: la cuestión del idioma. En ECE, la lengua castellana ocupó el lugar privilegiado en las páginas del diario y sus redactores se preocuparon por mostrar un uso del lenguaje muy castizo y de señalar aquellas desviaciones tanto en la escritura como en la fonética, cuando se trataba de otras lenguas regionales.

Vemos necesario recuperar la figura de Villergas, quien en el año 1876 mantuvo una polémica con Juan María Gutiérrez en torno al lenguaje y al cuidado de las formas discursivas.¹⁵ En el centro de la disputa dialéctica estuvo la importancia del idioma castellano y la centralidad de la lengua, como un vehículo para reafirmar una dominación cultural, al mismo tiempo que como un reforzamiento de la identidad nacional. Sin duda que esta figura literaria, *uno de los poetas más fecundos y literatos más castizos de la rica fabla de Cervantes*, como afirmaba LCE, nos daba la posibilidad de iniciar un análisis sobre el uso de la lengua castellana como lengua oficial y homogeneizadora desde las páginas de ECE. A partir de allí creemos encontrar en esta actitud, una pauta para aglutinar y legitimar un aspecto central

¹⁴ REUNIÓN. ECE, Buenos Aires, p. 1, C1, 5 feb. 1878.

¹⁵ Hacia fines del año 1875, Gutiérrez responde por carta al Secretario de la Academia Española rechazando el diploma que lo declaraba como miembro correspondiente de esa institución. Los motivos de esta decisión se fundaron en la concepción que Gutiérrez poseía de la lengua, y que tenía que ver con que no se podía estrechar los límites de la comunicación sobre parámetros que no aceptaran todos los neologismos y las influencias que en América se recibían de otras lenguas y culturas, dando paso a nuevas adaptaciones que tenían que ver con las realidades en donde el castellano sirviera de idioma oficial.

del nacionalismo en el siglo XIX, la participación de los pueblos de una lengua común.

El idioma castellano fue central en la escritura de ECE. Todas sus columnas estuvieron escritas en el más perfecto tono castizo uniforme, señalando en *letras cursivas* todo tipo de desviaciones, tanto en la escritura como en las fonéticas cuando se trataba de reproducir los *malos* usos del lenguaje. Hubo sí espacio para algunos escritos en las lenguas regionales, pero siempre estuvieron reservadas al folklore del lugar, predominantemente cuando se publicaban poesías alusivas. Estas siempre estuvieron dentro de este margen reservado a las diferencias dentro de un orden, en donde el vértice principal era ocupado por el idioma castellano. Apoyándonos en las ideas de Juan B. Alberdi, cuando le tocó participar del debate alrededor del predominio del castellano en América, pensamos que esta tendencia era una opinión consensuada dentro de las elites intelectuales:

(España) ¿qué puede hacer hoy día para reparar ese mal en cuanto cabe? Muchas cosas, que están a su mano. Desde luego, abstenerse de trabar la emigración de los españoles que quieren ir al nuevo mundo. La población es el mejor conductor de los idiomas. Así se introdujo el castellano en América, y así se mantendrá fiel a su tipo original. Los españoles dan allí el ejemplo vivo de la bella pronunciación castellana. Su prensa, escrita *con propiedad, ejerce un buen influjo en la prensa americana*.¹⁶

Centralidad del idioma castellano y su relación con las lenguas regionales

Para nuestro análisis se abren dos aspectos que quisiéramos remarcar. El primero de ellos tiene que ver con la centralidad del idioma castellano en el periódico, en línea con lo reseñado de transmitir una historia nacional con eje en castilla y de encumbrar figuras históricas de la península que a partir de allí se erigirían

¹⁶ ALBERDI, op. cit. p. 36. El agregado y la cursiva es nuestro.

como próceres para toda la nación. Esta fue sin dudas una política editorial homogeneizadora para con las otras regiones de España, y fundamentalmente para los inmigrantes gallegos, vascos y catalanes que poblaban la ciudad, y en muchos casos reivindicaban su idioma regional y a partir de allí, sus propias costumbres y culturas.

En su polémica epistolar con Villergas, Juan María Gutiérrez remarcaba esta particularidad de la inmigración española; justamente, la ausencia de una homogeneidad lingüística, dado que “y en esto que es histórico, práctico, de todos los días, que se oye por las calles y plazas, puesto que en plazas y calles se habla el catalán en español, ¿qué insulto cabe?” [...] “y debemos esperar que la organización privilegiada de los niños que beben agua del Plata convertirá en *d* suave la *d* forjada a yunque de sus maestros venidos del Llobregat.”¹⁷

Con estas frases el escritor porteño remarcaba que esta pretendida homogeneidad lingüística en la que se insistía desde la península era impracticable, y desde ya, no deseada por buena parte de los escritores de América. En esta etapa del trabajo nos interesa puntualizar, no la idea de una independencia lingüística, sino el intento de ECE y sus redactores/escritores para constituir al idioma castizo como a un representante de un pueblo/nación, que involucrara a todas las regiones.

Observamos en este esfuerzo una práctica casi habitual de remarcar aquella pretendida centralidad para el idioma. No solo en la tarea de redactar el periódico, sino también en marcar y hacer notar cuándo alguien, escribía correctamente, utilizando perfectamente *el castellano*. Una muestra de ello lo observamos en la columna “Hombres y cosas de Galicia” que Benigno Teijeiro Martínez ofrecía asiduamente a los lectores. Esta columna tenía por objeto reivindicar a Galicia y sus logros, además de publicitar favorablemente ante lo que se experimentaba como un entorno

¹⁷ GUTIÉRREZ, Juan María. Carta tercera. En: _____. *Cartas de un porteño*, 24 de enero de 1876. Edición de Ernesto Morales. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942. p. 54-55.

crecientemente xenófobo. Más allá de su objetivo principal, a través de sus columnas nosotros daremos cuenta de esta preocupación por el uso del idioma.

Es así que el 31 de agosto de 1901, luego de disculparse ante los lectores por su ausencia debido a sus *dolaimas*, refiriéndose a sus dolencias, presentó el libro de D. Adolfo Rey titulado *Saudades, Recuerdos y memorias de Marineda*. La primera valoración positiva que Teijeiro Martínez hizo de la obra es que “Adolfo Rey tiene la *chifladura* de escribir, y escribe bien, hablamos de escribir correctamente y con propiedad, como lo manda la Real Academia; y por tal razón, en vano la crítica hallará en sus escritos donde hincar el diente.”¹⁸

Este tipo de descripciones no podría dejar de llamarnos la atención sino fuera porque en esta época del cambio de siglo, cuando se escribe esta columna, la cuestión del idioma cobró una importancia nodal. Es allí donde el correcto uso del idioma castellano, fijándose a sus reglas y sus estilos, es un valor agregado a la obra y en la crítica de nuestro cronista, fue casi tan importante como el contenido del libro; las formas de la escritura obtienen para sí un lugar de privilegio. El análisis del capítulo “Historia vulgar” nos permite introducirnos de lleno, en lo que observamos una preocupación del columnista, devenido crítico. Allí nos previene afirmando que:

siendo del género *realista*, está salpicado de agudas e intencionadas frases gallegas, algunas tan *naturalistas* como ésta: *¿Hasmo dar, Sabela?; ¡Cando nos casemos, Xaniño!*¹⁹

Si bien el libro nos cuenta los relatos costumbristas de la vida en Galicia, no deja de sorprender que lo señalado como *particularidad* y una nota distintiva sean las frases en gallego, y no las castellanas. Al ingresar en cada uno de los capítulos del

¹⁸ HOMBRES y cosas de Galicia. ECE, Buenos Aires, p. 1, C6; p. 2, C1, 31 agosto 1901.

¹⁹ El subrayado es nuestro.

libro, estas observaciones se repiten, como en el apartado “El regreso a la patria, Alejandría y Aficiones” dado que:

son notables descripciones en las que el realismo se reanima con lo correcto de la frase, aunque las más de las veces recargada de *extranjerismos* innecesarios en nuestra riquísima lengua castellana; en cambio le dan más vigor y gracia, más vida y animación, el intercalado de las frases gallegas, porque difícilmente podrían expresarse con tanto mimo en otra lengua. Como quiera que sea y en descargo de la *crítica*, es forzoso confesar que los expresados capítulos se leen con gusto, hasta con fruición.²⁰

Si estos *extranjerismos* de los que se valió el autor, son *innecesarios* al sentir de nuestro editorialista, no lo son sin embargo, las entradas en *gallego*, dado que, *difícilmente podría expresarse con tanto mimo en otra lengua*. Esta composición de lugar de cada una de las lenguas se entiende dentro de la convivencia necesaria entre el castellano a las lenguas regionales. Sin embargo, no debe haber interrogantes sobre el espacio que a cada una le cabe. Para este tipo de debates, el 11 de febrero de 1903 ECE publicó una columna titulada “Lenguas y dialectos”, cuya firma con seudónimo se adjudicó *Don Ramiro*. Allí el autor de la nota especifica que:

no hay otra categoría en las lenguas que la que establece su mayor o menor cultura; porque las hay no cultivadas ni escritas; en boca sólo de gente rústica e iletrada, escasas de vocablos, giros y modos de expresión, incapaces de formular conceptos que no sean sencillismos y elementales; y las hay, al contrario, cultísimas, enriquecidas con voces tomadas de las lenguas madres y de otras extrañas antiguas y modernas, empleadas de largo tiempo atrás por sabios, filósofos y pensadores profundos. Estas últimas estarán en lo alto de la escala y aquéllas en lo bajo, sin que haya de tenerse

²⁰ HOMBRES y cosas de Galicia. ECE, Buenos Aires, p. 1, C6; p. 2, C1, 31 agosto 1901. El subrayado es nuestro.

en cuenta en la clasificación que de ellas se haga que sean o no oficiales.²¹

Esta distinción en la pluma del autor deja en claro dónde se establecen las diferencias que hacen que una lengua ocupe un lugar de privilegio en la pirámide jerárquica, éstas son las reglas y las normas que ayudan a darle a la lengua su riqueza y perfección, necesario para elaborar los más profundos pensamientos. Retomando a *Don Ramiro*, las reglas fijas de la lengua castellana, la colocaban en un lugar de superioridad:

el castellano, el portugués, el gallego y el vable (y lo escribo con v, por representar esa letra la f de *fábula* - fabla o habla - que es el vocablo latino de que procede) son dialectos, los cuatro de los más emparentados entre sí de todos los de la familia neolatina, pero los dos primeros son literarios, mientras que los dos últimos, y en mayor grado el vable, por haber sido poco escritos y haberse abandonado al vulgo, ocupan más humilde lugar en la escala de las lenguas.²²

Estas lenguas literarias cultas y luego administrativas, a diferencia de aquellos dialectos regionales *indisciplinados*, como decía *Don Ramiro*, tenían una estructura codificada, y pesar de que estos temas fueran una arista exclusiva para los hombres de letras y los filólogos, aparecían en las columnas del diario introduciendo temas con el objetivo claro no sólo de instalar el castellano, sino también de ir perfeccionándolo en estas costas del Plata. *Don Ramiro*, esta vez desde una columna titulada *El "le" y el "la"*, se ocupó de zanjar polémicas en torno a la utilización de los dativos, siempre en sintonía con el uso *castizo* del lenguaje.

En este artículo, que buscó marcar las características *más castizas* en el uso del lenguaje, se dejó constancia cuáles fueron los límites de lo que se entiende por Castilla, y a partir de allí el uso de la lengua castellana con sus modismos regionales, que

²¹ LENGUAS y dialectos. *ECE*, Buenos Aires, p. 4, C3-4, 11 feb. 1903.

²² *Ibid.*

como vimos en notas anteriores fueron aceptadas, pero en una gradación de menor valía. Para el autor de la nota, *la lengua castellana se desarrolló y adquirió carácter de literaria cuando estaba ya formada la monarquía de Castilla y alcanzó su apogeo cuando había sido llevada ya al otro lado del mar por nuestros navegantes y conquistadores.*²³ En consonancia a como veníamos analizando desde capítulos anteriores, junto con la nación española, también la lengua castellana comenzó a expandirse con *Isabel La Católica*, en esta expansión ya se contaban todas las regiones que constituían a comienzos del siglo XX el Estado Español. Para el autor de la nota, si bien no descalifica el uso de *la* en el dativo de ella, sostiene sin embargo que esa no es la forma *más castiza* de utilizarla, dejando en claro que existe cierto patrimonio lingüístico que era necesario preservar, más en las épocas en donde no estaba aún resguardado de los avances de los regionalismos dialectales;

por lo menos los nacidos y educados en Madrid, cuento la costumbre de emplear la forma *la* en el dativo del pronombre femenino *ella*, que tan desagradablemente suena en mis oídos y en los de la mayor parte de los que en el mundo tiene la lengua castellana por propia. Y la cuento como novedad, porque fuera de Quevedo y de alguno que otro autor de su tiempo, que tampoco la seguían invariablemente, no la hallo aceptada sino por escritores muy modernos. Y aunque ni me gusta, ni la acepte la *Academia*, me guardaré de censurarla.²⁴

Esta expansión del castellano como lengua dominante y nacional, fue celebrada desde el diario desde el punto de vista de una necesidad creciente y también inevitable hacia la definitiva unión nacional. En la columna “Hombres y cosas de Galicia” Benigno Teijeiro Martínez evoca bajo la misma lógica a D. Juan Cuveiro Piñol. Este literato y filólogo gallego “amante de la lengua y de la literatura

²³ EL *LE* y el *la*. *ECE*, Buenos Aires, p. 4, C1-2-3, 19 dic. 1902.

²⁴ *Ibid.* El subrayado es nuestro.

regionales, también dedicó sus ocios a escribir en prosa y verso y dotar a Galicia de un curioso *Diccionario gallego castellano*.²⁵

En consonancia con el surgimiento de las historias regionales y el desarrollo de las literaturas provinciales, también se evidenció la necesidad de codificar sus lenguas. Este fue el aspecto valorado por ECE para el caso de Cuveiro Piñol, sumado a su tarea de unir y vehiculizar la conexión entre el gallego y el castellano a través de las escrituras de los primeros *Diccionarios* a mediados del siglo XIX.

Otra de los acercamientos explorados fue la dedicada a vindicación de las glorias literarias. Tomando en consideración la afirmación de Juan María Gutiérrez en sus “Cartas de un porteño”, *el alma de los pueblos se expresa en su literatura*, las evocaciones del diario hacia sus literatos no podían estar ajenas a este apartado.

De esta manera, Miguel de Cervantes Saavedra, *el príncipe de nuestra lengua*, ocupó un espacio en la columna publicada el 23 de abril de 1878, con motivo de un nuevo aniversario de su muerte. Cervantes, uno de los puntos más significativos de la nacionalidad española, a la par de ser la mejor muestra del idioma castellano, simbolizó también el triunfo del progreso contra la oscuridad del orientalismo y del pasado medieval.²⁶

Sus participaciones militares gloriosas lo encontraron vencedor del islamismo, y al mismo tiempo en que la Corona de Castilla comenzaba su empresa conquistadora y civilizadora, el idioma castellano se entronizaba como la lengua dominante, ya que se la alineó con el progreso. En esta operatoria argumental, Cervantes fue el estandarte más notorio, un *quiebre* y a la vez un punto de partida, del la nacionalidad española y su imperio. La literatura castellana se convierte en nacional, a partir de del siglo XVI,

cuando la Edad Media apenas alentaba bajo el peso de los descubrimientos y bajo la palabra inspirada de los reformadores; cuando el arte renacía y la literatura, con Shakespeare y Calderón,

²⁵ HOMBRES y cosas de Galicia. *ECE*, Buenos Aires, p. 1, C5-6, 16 nov. 1901.

²⁶ MIGUEL Cervantes Saavedra. *ECE*, Buenos Aires, p. 1, C5-6, 23 abr. 1878.

empezaba a despojarse de las tinieblas que durante quince siglos la extraviaron; cuando aquella sociedad empezaba a paladear los primeros sabores de una literatura nacional, aparece la obra inmortal de Miguel de Cervantes Saavedra, del príncipe de nuestra lengua, y al golpe de su sátira se derrumba, para no levantarse más, aquella literatura romántica que había extraviado el gusto y hecho de la literatura un caos inmenso donde apenas lucía chispa de algún que otro genio.²⁷

Realizando el mismo análisis que con las grandes figuras históricas y los notables locales, con la literatura podríamos replicar este esquema verificando que así como ECE y la prensa española toda, evocaban a las grandes firmas de la literatura peninsular, también trabajó sobre la publicidad de las “figuras locales” de la literatura española. Esta tarea, al igual que en los apartados anteriores, complementó la centralidad pretendida para el castellano, y lo dotó además de la legitimidad necesaria para exhibirla como el pretendido idioma de todos los inmigrantes peninsulares.

El caso de Juan José García Velloso, ganador del certamen literario en los Juegos Florales organizados por ECE, cumplían con este objetivo, quien como premio publicaba en primera plana sus grabados y sus producciones. Para noviembre de 1883, García Velloso nacido en la provincia de Navarra, obtuvo la máxima distinción con la creación de un canto, dedicado a la “Lengua Castellana”, temática propuesta por la dirección del diario.

Los redactores del diario publicaron el poema completo y además realizaron una semblanza de la trayectoria literaria del autor, que por ese entonces estaba residiendo en la ciudad de Rosario. La composición dividida en seis estrofas, recorre la historia de la península describiendo paso a paso las ocupaciones y conquistas del territorio, hasta llegar al siglo XVI, que junto con los Reyes, Colón y Cervantes, reforzaron la hegemonía de Castilla y de España en su conjunto.

El final de la composición poética, afirmaba de cara al futuro, lo que pretendemos encerrar como idea central en este apartado:

²⁷ Ibid. El subrayado es nuestro.

la centralidad de la lengua castellana se encontraba en el corazón de España, en este caso, se mostraba como la condensación de una historia de grandeza y universalismo.

Bibliografía

ALVAREZ JUNCO, José. *Mater dolorosa*. La idea de España en el siglo XIX. Madrid: Taurus, 2001.

GUTIÉRREZ, Juan María. *Cartas de un porteño*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942. (Edición de Ernesto Morales).

INMAN-FOX, Edward. *La invención de España*. Nacionalismo liberal e identidad nacional. Madrid: Cátedra, 1997.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. *Los nacionalismos en la España Contemporánea* (siglos XIX y XX). Barcelona: Hipótesis, 1999

PORTILLO VALDÉS, José María. Nación. En: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FUENTES, Juan Francisco (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

REVISTA HISTORIA SOCIAL, Valencia, n. 40, 2001. Número especial *La construcción imaginaria de las comunidades nacionales*.

Fuentes secundarias

CARRILLO SÁNCHEZ, Rafael. *Galería de los españoles notables*. Buenos Aires: Imprenta, Litografía y Encuadernación de Stiller & Laars, calle San Martín 169, 1887.

EL CORREO ESPAÑOL. Buenos Aires.
LA COLONIA ESPAÑOLA. Montevideo.

Recebido em julho de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

PRENSA PERIODICA ESPAÑOLISTA EN MÉXICO

Lydia Elizalde¹

RESUMO: No final do século XIX, com a estabilidade introduzida no início dos anos do Porfiriato, houve um maior afluxo de migração para o México, evidente no crescimento da presença espanhola em certos ambientes econômicos do país. Dentro do grupo de jornais das colônias de estrangeiros foram publicadas, destaca-se o trabalho de editores e escritores como empreendedores culturais. Enfatizado neste ensaio a fundação e consolidação do jornal *El Correo Espanhol* publicada na Cidade do México durante os primeiros dez anos de sua fundação, de 1889 a 1898.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações espanholas. Jornalismo finisecular. *El Correo Espanhol*.

RESUMEN: A finales de siglo XIX, con la estabilidad instaurada en los primeros años del porfiriato, hubo una mayor afluencia de migraciones a México, evidente en el crecimiento de la presencia española en ciertos entornos económicos de la nación. Dentro del conjunto de los periódicos de las colonias de extranjeros que se

¹ Doctora en Historia del Arte; profesora-investigadora en la Facultad de Artes, UAEM; pertenece al Sistema Nacional de Investigadores de Conacyt. Autora de artículos sobre semiótica del arte y la gráfica, de teorías y crítica del arte contemporáneo y del desarrollo editorial en México. Destacan sus publicaciones autorales: *Diseño en la Revista Universidad de México* (2009), *Plástica contemporánea en publicaciones* (2014), *El Correo Español, aportes a la prensa periódica en México (1889-1898)*, (2016). Coordinadora de los libros *Revistas culturales latinoamericanas 1920-1960* (2008), *Revistas culturales latinoamericanas 1960-2008*, (2010), *Intertextualidades. Teorías y crítica del arte y la literatura*, (2014); co-coordinadora del texto *Imaginario del grotesco, teoría y crítica*; y de la revista deSignis # 21 *Semióticas gráficas* (2013). Desde 2005 a la fecha ha sido directora y editora de la revista *Inventio*, y responsable del programa de publicaciones de la UAEM. Correo-e: lydiaelizalde@uaem.mx

publicaron, destaca el trabajo de editores y escritores españoles como empresarios culturales. Enfatizo en este ensayo la fundación y consolidación del periódico *El Correo Español* publicado en la Ciudad de México durante los diez primeros años de su fundación de 1889-1898.

PALABRAS CLAVE: Migraciones españolas. Periodismo finisecular. *El Correo Español*.

ABSTRACT: At the end of the nineteenth century, with the stability introduced in the early Porfiriato years, there was a greater influx of migration to Mexico, evident in the growth of the Spanish presence in certain economic environments of the country. Among the published foreign colonies newspapers, the work of editors and writers as cultural entrepreneurs are highlighted. Emphasized in this essay is the founding and consolidation of the Spanish newspaper *El Correo Español* published in Mexico City during the first ten years of its founding since 1889 until 1898.

KEYWORDS: Spanish migrations; Finisecular journalism, *El Correo Español*.

Introducción

El auge de la prensa fue uno de los emblemas de la modernidad en Europa y América. Las empresas periodísticas, en el siglo XIX, estuvieron ligadas al crecimiento de talleres de impresión. La edición de publicaciones periódicas aseguraba el trabajo diario a las imprentas, de manera que la edición de periódicos era un complemento al de la producción de libros (SÁNCHEZ ILLÁN, 2001, p. 397)².

² Este artículo se fundamenta y retoma algunos fragmentos del estudio realizado por la autora, titulado *El Correo Español. Aportes a la prensa periódica en México (1889-1898)*.

Con la implementación de los procedimientos técnicos, la prensa se convirtió en un eficaz instrumento de la divulgación de la información y de influencia en la opinión pública. Esto fue posible por el desarrollo tecnológico, elemento crucial para el nuevo periodismo. En un periodo de tiempo relativamente corto, de 1860-1900, se desarrollaron tecnologías para mejorar las posibilidades comunicativas: el telégrafo, el teléfono, la prensa rotativa de varios cilindros que se sumó a las eficientes técnicas de impresión con máquinas planas y a las técnicas del huecograbado para la reproducción de clichés fotográficos (SÁNCHEZ ILLÁN, p. 401).

La evolución de la difusión de la información a través de la prensa, que se desarrolló en Europa, se replicó simultáneamente en América. Este periodismo siguió algunas de sus premisas, incluyendo el enfoque editorial, la clasificación de los hechos y su compilación en las diferentes secciones: noticias políticas nacionales y del extranjero; dio énfasis a las noticias culturales, añadió la reseña de opinión, la crónica y continuó la publicación de obras literarias. Modificó su tamaño y aumentó las tiradas; sobresalió por el uso de un lenguaje sencillo, claro, directo y próximo a los lectores. Sus alcances fueron evidentes en las transformaciones que se produjeron en la economía, la política, la educación y la vida cotidiana.

En el siglo XIX, el periódico fue el principal medio de comunicación, considerado el cuarto poder ideológico para conformar la opinión pública. Desde este periodo fue evidente la estrecha relación entre la clase política y el periodismo. En la prensa aparecían las orientaciones políticas y funcionaba mayormente como medio de difusión del gobierno en el poder, pero también divulgaba ideas contrapuestas. En cuanto a la propagación de la información, la prensa contribuyó al desarrollo de la educación (THÉRENTY, 2012).

La prensa en el porfiriato

Sobre las condiciones que favorecieron el desarrollo de la prensa en México en el siglo XIX, explica la historiadora Laurence

Coudart, que el periodismo surge como medio privilegiado para una élite letrada, hasta que surge el pueblo en el escenario político, el pueblo nación bajo la “legitimidad de la nueva organización política y económica: el liberalismo, cuyo primer postulado es la libertad de pensamiento, de expresión y de imprenta” (COUDART, p. 160).

Y detalla:

En el México independiente, el carácter doctrinario y partidista de la prensa se conjuga con la persistencia de la retórica ilustrada. Desde los años 1820, y de manera durable a lo largo del siglo, los periodistas se definen esencialmente como guías, vanguardias o centinelas, que velan por el bien común de la nación en construcción y cuya función consiste en formar y convencer a la naciente ‘opinión pública’, muy lejos de constituir un conjunto singular y homogéneo. Se perfila así un voluntarismo cierto, integrador si bien partidista, una batalla de largo aliento característica de las sociedades heterogéneas. (COUDART, p. 157).

Durante el periodo de 1876 a 1911, Porfirio Díaz ocupó la presidencia del país, con la excepción de los cuatro años en los que gobernó Manuel González, de 1880 a 1884. El largo periodo de gobierno de Díaz resultó crucial para la consolidación del estado nación pues “ganó en la unificación del país, en la creación de una identidad nacional y en la defensa de la soberanía” (SPECKMAN, 2013, p. 207-208); el país logró alcanzar la estabilidad política y se registró un crecimiento económico, a la par de un evidente rezago de beneficios sociales para las mayorías.

El panorama del desarrollo político del gobierno de Porfirio Díaz refleja la transición de sus dos etapas: el primer porfiriato abarcó de 1877 a 1890, y su principal objetivo fue la conciliación y la unificación del país. Díaz pactó con diversas fuerzas políticas logrando incorporar a su gabinete sectores liberales, conservadores e incluso imperialistas (SPECKMAN, 2013, p. 193). En el periodo de 1890 a 1908 se abandonó el ánimo conciliatorio y se dio paso a un acentuado centralismo (SPECKMAN, 2013,

p. 207), actitud que provocó un descontento que culminó con la revuelta armada que derrocó a Díaz y a su régimen en 1910.

El gobierno de Díaz estaba sujeto a un escrutinio desde la prensa liberal debido a las acciones dictatoriales en beneficio de grupos minoritarios y represivos contra una mayoría, pobre y sin educación. Durante estas tres décadas se pueden ver que el gobierno de Díaz subvencionó los periódicos oficiales y dio prebendas a los diarios que lo apoyaban; para los diarios de oposición hubo operaciones represivas: encarcelamientos, sanciones monetarias, sentencias de confiscación de prensas y útiles de trabajo (RUIZ CASTAÑEDA, 1980, p. 231).

La prensa nacional que se desarrolló durante el gobierno de Díaz presentó dos líneas importantes: por un lado, un periodismo que se adaptaba a las políticas gubernamentales y, por el otro, un periodismo de oposición vigilante, combativo y crítico (RUIZ CASTAÑEDA, 1980, p. 229).

En los primeros años del porfiriato hubo una coexistencia relativa y pacífica de tres ideologías: la conservadora, la liberal y la positivista. En la última década del gobierno de Díaz, el positivismo fue cobrando más fuerza y constituyó el apoyo al régimen desde su empirismo siguiendo la consigna “Paz, Orden y Progreso” (CLARK; FLORES, 2006, VIII)³.

El periodismo nacional cobró un gran impulso y se consolidó como un eficaz instrumento de opinión. Pablo Piccato trata el florecimiento de la prensa crítica:

Leer los periódicos publicados entre 1867 y 1876, sobre todo en la ciudad de México, revela una pléyade de hombres valientes que se enfrentaban al gobierno entre sí. Las leyes de prensa aprobadas en

³ El acercamiento a los estudios de la prensa del porfiriato realizados actualmente por historiadores y literatos, han abierto la inclusión de perspectivas desde otras disciplinas, desde la ciencia política, las ciencias de la comunicación, los estudios literarios, enriqueciendo aún más el panorama del desarrollo de periodismo. Destaco los estudios realizados por Laurence Coudart, Pablo Piccato; y los de especialistas en estudios literarios del XIX, Belem Clark de Lara, Elisa Speckman, entre otros investigadores citados en este ensayo.

1861 y 1868 bajo la inspiración de Guillermo Prieto protegieron la libertad de expresión mediante los jurados de prensa, una institución que tendían a absolver a los periodistas acusados de difamación o calumnias. (PICCATO, p. 6).

A los grupos de periodistas nacionales se sumaron los representantes del capital extranjero para preservar la estabilidad de sus inversiones en México. Esta prensa estaba sostenida por las colonias extranjeras que tenían invertidos grandes capitales e interesados en la conservación de la paz y el progreso que supuestamente proporcionaría la continuación del general Díaz en la presidencia (RUIZ CASTAÑEDA, 1980, p. 229).

La injerencia de la colonia extranjera en los trabajos reeleccionistas del gobierno de Porfirio Díaz permitió el desarrollo de periódicos editados por sus representantes en México y son estos los que tuvieron una duración más prolongada en la convulsionada época de 1880 a 1910, en que se editaban y desaparecían tanto los periódicos conservadores como los liberales que oponían a la reelección del presidente Díaz (RUIZ CASTAÑEDA; REED TORRES; CORDERO Y TORRES, p. 237).

Es común considerar al régimen de Porfirio Díaz como uno de los más proclives a favorecer los intereses extranjeros de la historia mexicana (BUCHENAU, p. 1996). Sin embargo, señala el historiador que esta visión tenía dos caras:

Por un lado, los porfiristas, discípulos de las filosofías modernizadoras occidentales en boga durante el siglo XIX, creyeron que al estrechar los vínculos con las pujantes nacionales industriales del norte desarrollarían un Estado mexicano fuerte. Pondrían fin así a la inestabilidad política y a las invasiones extranjeras de las décadas anteriores. Por esta razón, compartida por muchos de sus contemporáneos en Latinoamérica, acordaron conceder importantes privilegios a los propietarios extranjeros. (BUCHENAU, 1996).

Dentro del conjunto de los periódicos de las colonias de extranjeros en el país, destacan los diarios españoles, objeto

de este ensayo, le siguen los americanos, los franceses y los alemanes que se editaron a la par de edición de *El Correo Español* durante la última década del XIX.

El modelo de la prensa norteamericana generó en el país un periodismo moderno de gran circulación, fundamentalmente noticioso, ágil, para ofrecer a los lectores más información nacional e internacional que se adquiría a través de las agencias noticiosas como miembros de La Prensa Asociada fundada en Estados Unidos en 1848.

Entre las reseñas sobre la prensa en la última década del siglo XIX en México destacó el trabajo realizado por el pedagogo y ensayista de origen suizo Enrique Rébsamen. En 1891, describe en la revista *México Intelectual*⁴ que en el país se editaban 328 publicaciones periódicas, de las cuales setenta y siete surgían en la Ciudad de México, incluyendo los órganos de las colonias extranjeras en México, redactados en inglés, francés y alemán” (BOPP, p. 567).

En cuanto a su edición, los periódicos nacionales y los extranjeros presentaban similitudes conceptuales y formales. Lise Andries en *Transferencias culturales en la prensa* cita las aseveraciones de Alain Vaillant sobre la evolución de los diarios europeos que “esta evolución siguió las mismas etapas a pesar de las diferencias geográficas, sociales, políticas: el paso de una prensa de opinión a una prensa de información” (ANDRIES, 2011). Detalla que no solo los modelos editoriales y tipográficos eran casi los mismos, sino que estos cambios fueron simultáneos en Europa y de un continente a otro. Se importaban las tecnologías de producción y también las formas gráficas editoriales (ANDRIES, 2011).

El conocimiento de las distintas manifestaciones de la cultura norteamericana, francesa, alemana y española, difundida a través de la información en los diarios que se editaban en el ambiente

⁴ Revista cultural y pedagógica que se publicó inicialmente en Jalapa de 1889 a 1894, y después en México, D.F. hasta 1904. Los redactores propietarios fueron Enrique C. Rébsamen, Manuel E. Fuentes y Betancourt y Hugo Topf.

mexicano de finales del siglo XIX, mostraba una apertura y el interés hacia diversos contenidos informativos, ideológicos y gráficos provenientes de esos países. Estas representaciones fueron determinantes en la difusión de los modelos extranjeros, que influyeron en la construcción del imaginario cultural nacional, sin dejar de mencionar que estos medios de información estaban, inicialmente, dirigidos a las élites de la sociedad.

Periodistas españoles en México

En la compilación histórica sobre españoles en el periodismo mexicano, Pablo Mora destaca que la presencia de periodistas peninsulares en México fue notable desde 1836, “una fecha simbólica porque fue cuando se reiniciaron las relaciones entre ambas naciones después de que México se proclamara independiente en 1821” (MORA, 2008, p. 15) y así lo detalla:

[...] en la tradición periodística en el XIX mostraba la difusión empresarial, la literaria y un enfoque editorial complejo, que buscaba establecer lazos culturales entre las dos naciones. La visión empresarial para desarrollar proyectos periodísticos basados en la apertura de ley de imprenta a raíz de la Independencia y en la colaboración con editores mexicanos. En una primera etapa, la participación de estos primeros periodistas e impresores españoles fue en la edición de periódicos y revistas. (MORA, 2008, p. 16).

Durante el periodo de la República Restaurada (1867-1876) se establecieron en México periodistas y editores españoles quienes contribuyeron al desarrollo del periodismo y se sumaron al trabajo iniciado por Anselmo de la Portilla, entre ellos destacan: Adolfo Llanos y Alcaraz, Niceto de Zamacois, Telésforo García, Enrique de Olavarría y Ferrari, Santiago Bellescá y J. de Elizalde (MORA, 2008, p. 16). Desde las páginas de los diarios que dirigieron, refiere el investigador:

[...] colaboraron en la consolidación del fomento a la lectura, la instrucción de la población, la difusión de la información, al mismo tiempo que buscaron satisfacer las demandas de lectores de la comunidad española en México. Con ellos se conforma un periodismo más específico [...] y el establecimiento de una nueva recepción cultural editorial en términos historiográficos, literarios y de información. (MORA, 2008, p. 16).

La revisión que coordinan Mora y Miquel: “ha permitido identificar una tradición periodística, empresarial, literaria y editorial compleja que se plantea como una forma de establecer lazos culturales en las dos naciones” (MORA, 2008, p. 15). Destaco la continuidad de los objetivos de los periódicos españoles que se editaron en México durante el porfiriato.

Se destaca en esta revisión el aporte, a mediados del siglo XIX, la presencia de Rafael de Rafael y de Anselmo de la Portilla, quienes fortalecieron los talleres de impresión con la edición de publicaciones periódicas. Anselmo de la Portilla, impulsor de varias empresas periodísticas, fundó los diarios *El Español* (1851), *La Razón de México* (1864), *El Eco de Europa* (1862) y *La Iberia* (1867-1876) diario a cargo de Adolfo Llanos y Alcaraz orientado a una presencia española más cohesionada a partir de la fundación del Casino Español de México (1863) (PI-SUÑER, 2008, p. 65); *La Colonia Española* (1873-1879)⁵, dirigido por Telésforo García y apoyado por la Sociedad de Beneficencia Española (VIEYRA, 2010); *La Voz de España* (1879-1880) dirigido por Enrique Muñiz y José Barbier (editado en la imprenta de Filomeno Mata, con tipografía de José Correa); *El Centinela Español* (1879-1883) bisemanario político y literario fundado por Telésforo García, director propietario responsable; le siguió en su dirección Ramón Elices Montes. El Pabellón Español (1883-1890), periódico

⁵ La Sociedad de Beneficencia Española fue fundada como el 9 de octubre de 1842 por Francisco Preto y Neto, primer Cónsul General de España en México, para socorrer a los españoles necesitados; este es el antecedente del actual Hospital Español.

dedicado exclusivamente a la defensa de los intereses de los españoles, fundado por Ramón Elices Montes y dirigido por José G. de Velasco. Centro esta revisión con el periódico El Correo Español (1889-1914), fundado y dirigido por Fernando Luis J. de Elizalde de 1889-1898 (MORA, 2008, p. 15); después de esta fecha la propiedad del diario pasó a diferentes editores españoles hasta su cierre en 1914 (ELIZALDE, 2008, p. 364). En 1894, J. de Elizalde fundó el periódico La Nación, dirigido a un público amplio; de 1906-1911 se publicó La Iberia, diario formado por un grupo de españoles agrupados en la Cámara de Comercio Española y que llevaba el lema “diario de la mañana”.

Migraciones españolas a finales del siglo XIX

Describe la historiadora Clara E. Lida, en los estudios que ha realizado sobre los españoles residentes en México después de la independencia, que existen “numerosas lagunas sobre el asentamiento migratorio peninsular” (LIDA, 2006, p. 613). Se refiere concretamente a la población española que llegó a México entre la independencia y el inicio del porfiriato (1821-1876) y cuyos permanencias las hicieron mayoritariamente en las ciudades de Puebla y México (LIDA, 2006, p. 616)⁶.

Sobre los perfiles poblacionales, en los últimos años del siglo XIX, que se obtuvieron del Registro Nacional de Extranjeros (RNE), de los censos nacionales y otras series cuantitativas, señala Lida: “los datos son cualitativamente desiguales y deben ser tomados con cautela” (LIDA, 2006, p. 616). Ya que, como describe la historiadora, “las entradas y salidas del país que se registraban se hacían de manera independiente y estos registros individuales se pudieron duplicar o multiplicar” (LIDA, 2006, p. 616), refiere Lida:

⁶ Se suman los detallados estudios sobre los españoles en el XIX en México realizados por Antonia Pi-Suñer y Dolores Pla Brugat, entre otros estudiosos de la migración peninsular.

Además, en México, 'en el siglo XIX, en particular, antes de promulgarse la Constitución de 1857, el asunto de la nacionalidad fue un problema jurídico fundamental, ya que las fronteras entre ser peninsular o mexicano no siempre fueron claras, y menos aún si se era criollo'. (LIDA, 2006, p. 618).

Continúa la historiadora:

En comparación con otras naciones latinoamericanas, la inmigración española a México no tuvo un peso cuantitativo importante dentro del caudal migratorio peninsular, ni tampoco incidió de modo importante en los índices de población en México. La importancia del fenómeno migratorio en este país no fue cuantitativo sino cualitativo. (LIDA, 2006, p. 621).

Durante el primer medio siglo de vida independiente, las condiciones políticas y las perspectivas económicas no fueron suficientemente atractivas para migraciones, sino quienes llegaban a México lo hicieron retomando las redes y cadenas migratorias que permanecían desde la época colonial. (LIDA, 2006, p. 620).

A finales del siglo XIX, debido a la estabilidad instaurada en los primeros años del porfiriato, hubo una mayor afluencia de peninsulares a México, que se tradujo en la creciente presencia española en ciertos ámbitos de la economía y en diferentes regiones del país. (LIDA, 2006, p. 620).

La historiadora señala que la información sobre las actividades económicas de los españoles en México se concentró en aquellos que pertenecían a las élites (LIDA, 1993, p. 205) y presenta los porcentajes de la población de españoles en el territorio mexicano: la población total en el país, en el registro correspondiente al año 1900, era de 13, 601, 272; y la población de españoles correspondía a 16, 280, únicamente un 0,11%, de los cuales el 82,16% eran hombres⁷.

⁷ Quinto censo de población, resumen general (1930). Datos tomados de Clara E. Lida (1993, p. 205).

Sobre las tipologías de los migrantes, detalla la historiadora:

Durante este periodo la migración es libre, dejada a la voluntad individual, a partir de la capacidad de un inmigrante de establecer vínculos propios con otros inmigrantes residentes en un país o integrarse a las redes comunales o familiares existentes. De manera que la inmigración libre es más heterogénea y fragmentaria en sus fuentes. (LIDA, 2006, p. 206).

Continúa,

Esto explicaría también la formación de fuertes colectividades españolas, a su vez subdivididas según regiones emigratorias con marcadas características geográfico-culturales. [...] Las publicaciones de las cámaras de comercio y las industriales españolas, relevan el mundo político y social de los empresarios peninsulares en las grandes ciudades mexicanas, como Puebla, Veracruz, Monterrey y, sobre todo, la Ciudad de México en este era libre en el país, de carácter urbano, con el predominio de comerciantes y propietarios y negociantes acomodados; 'toda una pequeña burguesía esparcida por las ciudades más activas del país'. (LIDA, 2006, p. 207).

Enfatiza la especialista acerca del carácter de empresarios culturales, tanto de los editores como de los escritores españoles radicados en México durante las últimas décadas del siglo XIX; por su parte, Lilia Vieyra reseña que la actividad periodística de los ibéricos en México permitió el desarrollo de un movimiento cultural paralelo al que se vivía en España (VIEYRA, p. 2007)⁸.

⁸ “La emigración del norte de España a México fue un aspecto que se desarrolló en las postrimerías del siglo XVIII, la mayoría era originaria de la región cantábrica: Asturias, Navarra y las montañas de Burgos. Antonia Pi-Suñer también asienta que la zona norte de España destacó como una región caracterizada por su emigración a América. Actualmente, los académicos santanderinos han valorado este aspecto desarrollando proyectos de investigación en donde se han integrado los estudios de historiadores mexicanos que dan cuenta del desarrollo regional y nacional de la República Mexicana a través de los esfuerzos de productores y comerciantes de Cantabria”. (VIEYRA, 2012, p. 5).

Aimer Granados, cita a Tomás Pérez Vejo sobre “la privilegiada posición económica de los españoles en México”. “De españoles o españolizados son los periódicos siguientes: *El Correo Español, El Correo de España, El Nacional, El Universal, El Tiempo, El Popular, El Liberal y El Frégoli*” (GRANADOS, 2010, p. 78).

La publicación de *El Correo Español*

El antecedente del enfoque periodístico de *El Correo Español* se inicia con la publicación *El Centinela Español* (1879-1883) bisemanario político y literario fundado por Telésforo García, director propietario responsable; a este le siguió el periódico *El Pabellón Español* (1883-1890), diario fundado por Ramón Elices Montes. En su libro *Cuatro años en México: memorias de un periodista español*⁹, relata que en 1879 había publicado en Madrid varios artículos referentes a México en la *Unión y La Correspondencia Militar*. A finales de ese año emprendió su viaje a México, en enero de 1880 desembarcó en Veracruz y se trasladó a la Ciudad de México, donde se dirigió al empresario y escritor español Telésforo García para formar parte de la redacción de *El Centinela Español* (1879-1883) (ELICES, 1879).

Después de su colaboración en el diario, por donación de su fundador, este pasó a su propiedad, y se hizo cargo de su dirección y publicación trimestral de 1881 hasta su cierre en 1883, año en el que fundó el diario *El Pabellón Español*, periódico que llevaba el lema: “*exclusivamente dedicado a la defensa de los intereses españoles*”, dirigido, en diferentes periodos, por José Román Leal, José Gándara de Velasco, Diego Bustillo, Lorenzo A. Mirante, y publicado en la imprenta del mismo diario. En 1884, el director se despidió de los lectores desde las columnas del diario y en sus funciones le siguieron otros miembros de la junta directiva de la publicación.

⁹ Obra publicada en 1885 con prólogo de Emilio Castelar, político, historiador, periodista y escritor; presidente del Poder Ejecutivo de la Primera República Española, de 1873 y 1874.

Otro editor que se sumó a este enfoque españolista fue Fernando Luis Juliet de Elizalde, originario de la provincia de Álava, País Vasco, quien realizó estudios de jurisprudencia en la Universidad de Zaragoza. A mediados de la década de 1880 emigró a México y se incluye, por el periodo de su internación al país, en el grupo inmigrantes privilegiados que llegaron con una profesión y recursos económicos para establecer una empresa, en su caso, una sociedad editorial. Se suma su práctica como escritor de reseñas jurídicas y textos poéticos en diferentes diarios españoles y revistas de cultura.

Las razones de J. de Elizalde de emigrar a México, además de personales, seguramente estaban relacionadas con la estabilidad política en México, durante el primer periodo de gobierno de Porfirio Díaz y la apertura para invertir en el país. Se suman a éstas, la comunicación que tenían los españoles de ambos países para lograr metas comunes a favor de preservar la cultura española entre sus nacionales inmigrantes, así como patrocinar y cuidar los intereses comerciales de España en México.

A su llegada a México se relacionó con Telésforo García, destacado intelectual santanderino con quien siguió una larga amistad, además de realizar actividades en conjunto con otros empresarios para la fundación de organismos en beneficio de la colectividad española. Colaboró además con los editores de *El Pabellón Español* (1883-1890), y a partir de julio de 1888, Fernando Luis J. de Elizalde fue nombrado director del periódico, cargo que ejerció hasta el 28 de febrero de 1889.

Después de esta experiencia, J. de Elizalde fundó el periódico *El Correo Español*; el 9 noviembre de 1889 se publicó su primer número. Retomó el lema de *El Pabellón Español*¹⁰ para definir su cometido principal de *El Correo Español*, con una mínima variante: “diario dedicado a la defensa de los intereses españoles”¹¹. Además, la práctica editorial de J. de Elizalde en *El*

¹⁰ El diario *El Pabellón Español* dejó de publicarse a principios de 1890.

¹¹ El término “defensa de los intereses” fue utilizado con frecuencia en el siglo XIX y principios del XX, para definir el enfoque de actividades de grupos

Pabellón Español se vio reflejada en la hechura periodística de *El Correo Español* tanto en el enfoque político para el tratamiento de los noticas de España como en la estructura de las secciones del periódico, publicado en la misma imprenta, que J. de Elizalde compró a sus editores.

La continuidad del uso de la frase “defensa de los intereses de los españoles” como lema de algunos diarios españolistas, tiene su origen en la condecoración Real y Americana Orden de Isabel la Católica, creada por Fernando VII en 1815, con la finalidad de recompensar la lealtad y patriotismo, de la milicia y ciudadanos que se mostraran a favor de la defensa y conservación de los intereses de los españoles en España, América y Filipinas. En 1889, la orden dejó de denominarse Americana y su título quedó como Real Orden de Isabel La Católica¹².

El diario que fundó J. de Elizalde, *El Correo Español* se publicó de 1889 a 1914 y tiene una correspondencia únicamente nominativa con el nombre del diario *El Correo Español*, que se inició en Argentina diecisiete años antes y que se publicó de 1872 a 1905. Ese diario fue fundado por Enrique Romero Jiménez y llevaba el lema “Diario político y de noticias, mercantil, industrial y anuncios”. El lema se redujo en la década de 1890 a “*Diario de la mañana*”; entre sus directores destacan los periodistas Justo López de Gomara, Rafael Calzada y Fernando López Benedito (GARABEDIAN; SZIR; LIDA, 2009). Los enfoques de los diarios con el nombre *El Correo Español*, publicados en Argentina y México, aunque llevasen el mismo nombre y fuesen españolistas, eran independientes; aunque en algunas ocasiones hubo intercambio de reseñas o notas periodísticas entre ellos, sin equiparar sus enfoques. En España, en Madrid, también se

organizados; en este caso, tratándose de la situación política que vivía España con la pérdida de sus colonias en América desde principios del siglo XIX.

¹² En febrero de 1889, durante su cargo de director del periódico *El Pabellón Español* (1888-1889), Luis J. de Elizalde recibió la Gran Cruz de Isabel La Católica, distinción al mérito civil, otorgada por su trabajo editorial en ese diario y su actividad en la gestión colectiva en la fundación de instituciones para beneficio de los españoles.

publicó un diario con el nombre *El Correo Español* de 1888 a 1921 y llevaba el lema “Diario tradicionalista de la mañana”, periódico carlista fundado por el periodista Luis María de Llauder.

Durante diez años, del 9 de noviembre de 1889 al 31 de mayo de 1898, J. de Elizalde, fue el editor de *El Correo Español*; después vendió el diario a otros editores españoles también integrantes de la Junta del Casino Español, hasta su cierre en diciembre de 1914.

Las demás incursiones de J. de Elizalde en los diarios españoles en México son meritorias. Paralelamente a la dirección de *El Correo Español*, impulsó la creación de otro diario españolista, *La Nación*, fundado en mayo de 1894 y publicado brevemente durante seis meses; también fue parte de los editores fundadores del diario *La Iberia*, en 1906, durante su etapa inicial.

Contenidos en *El Correo Español*

La revisión de los contenidos del diario *El Correo Español*, que inició su edición el 9 de noviembre de 1889, con tiradas irregulares el primer año, y a partir de junio de 1890 se convirtió en una publicación diaria, ha permitido rescatar valiosos documentos de la política peninsular, su relación con la política mexicana del periodo, noticias de las sociedades que se desarrollaban para beneficio de los españoles residentes en México; revisar las secciones para difundir las letras de escritores españoles y mexicanos, principalmente; y la naciente publicidad de negocios, de productos españoles y servicios nacionales, dirigidos principalmente a la colonia española en el país.

En el primer número, en las páginas 11 y 12, el fundador del diario, presentó la estructura del programa de trabajo. De esta manera, se definieron los objetivos periodísticos que permitieron el inicio y la eventual consolidación del diario, como medio informativo, con una propuesta que seguía la práctica periodística española.

El director de *El Correo Español* se benefició con la colaboración del destacado intelectual, escritor y empresario español, Telésforo García (1844-1918), para conformar la sección

editorial del diario. Pablo Mora describe el trabajo de García: “representa la retroalimentación de un discurso hispanista suscrito a una tradición de periodistas y editores españoles que abogaron por la reivindicación de España en México” (MORA, 2008, p. 123).

Las secciones del diario establecidas en el prospecto original fueron fijas durante los primeros tres años de su edición. A partir de 1893 los nombres y el grafismo de algunas secciones se modificaron, quedando las principales: sección Editorial, sección de España, sección de Telegramas, integrando las noticias sobre México directamente en el diario, sin estar reseñadas en una sección particular, sino presentadas, en la primera página, con títulos cortos y precisos. Sumo a esta revisión el espacio privilegiado que tuvo la literatura –poesía, relatos cortos, cuento, novelas de folletín y reseñas literarias- en las páginas del diario, con varias entregas por número, tanto de autores españoles y mexicanos, convirtiéndose así en un portador de las letras de ambos países.

La sección literaria se presentó sin encabezado y los contenidos de prosa y lírica se presentaban en la primera y en la segunda páginas del diario, entre las notas periodísticas, y ocasionalmente, en algunos números aparecía el título Literatura. Se definieron otras secciones con titulares con clichés tipográficos: Acuarelas de la Semana, Croniquillas, Palos y Carambolas, Santoral, Comercio, Bolsa, entre otros, referentes a breves reseñas de acontecimientos que interesaban a los habituales lectores del diario, y que por lo general se presentaban en la segunda y tercera página del diario; la página cuatro del diario se dedicó principalmente a la divulgación de anuncios publicitarios.

El Correo Español buscó ampliar sus contenidos para llegar a un número mayor de lectores primordialmente a españoles residentes en México y a los interesados en sus empresas y negocios. La aceptación del diario en la sociedad española radicada en México permitió la reducción de su precio y para asegurar un número mayor de lectores se presentó el servicio de suscripciones semestrales.

El prospecto de este diario españolista se mantuvo igual durante los primeros años de su publicación, con variaciones en la presentación de la información a partir de los directores invitados

a dirigir sus páginas; de esta manera se consolidó la divulgación de la información empresarial y cultural española en el país. Los cambios en la presentación de la información, durante los tres últimos años de la edición dirigida por su fundador, hasta 1898, se relacionan con el contexto español finisecular que resaltaban el esfuerzo político, económico, militar y el patriotismo español para conservar sus colonias en América, contextos evidentes en ensayos de opinión sobre la guerra hispano-estadounidense que culminó con el desastre del 98.

Conclusiones

De los españoles radicados en México, sobresalen las redes promovidas por Telésforo García, quien reunió a editores y periodistas, de las que fue favorecido J. de Elizalde en su práctica editorial. Durante los dos primeros años de la edición de *El Correo Español* contó el apoyo de españoles radicados en México, los industriales, Pedro Peláez y Delfín Sánchez, y con las entregas de los escritores, Josefa Pujol de Collado, José María Bermejillo, Casimiro del Collado (*El Correo Español*. Año III, México, sábado 9 de noviembre de 1891, p. 10)

A estos se sumaron posteriormente los jefes de redacción y colaboradores con artículos y reseñas: Francisco Romero, Alberto Araus, Francisco Durante, por nombrar a los siempre presentes, en diferentes etapas, en esta primera década de edición del diario, además de los mexicanos Félix María Alcérreca y Agustín Alfredo Núñez; sumo el fraternal compañerismo con periodistas y editores en otros diarios que se publicaban paralelamente a *El Correo Español*. Estas relaciones revelan las redes de trabajo existentes entre escritores y periodistas, españoles y mexicanos, que en ocasiones publicaban o pasaban de un periódico a otro, en ese activo periodismo de fin de siglo.

En las páginas de ese medio impreso se reflejaron los intereses empresariales y culturales, además del sentir nacionalista de los españoles emigrados; en artículos de opinión,

avisos y noticias se narraron las actividades que realizaban los españoles, empresarios, administrativos y miembros de las instituciones que se asociaron para cuidar sus intereses en México, a través de la Cámara de Comercio Española, El Casino Español, la Junta Patriótica y las sociedades de Beneficencia Española. Estos motivos fueron la continuidad de los apartados publicados inicialmente en el bisemanario político *El Centinela Español* (1879-1883), en el diario *El Pabellón Español* (1883-1889) y que *El Correo Español* prosiguió en “la defensa de los intereses de los españoles en México” tal como manifestaba el lema del periódico.

De manera que este ensayo presenta una revisión del contexto de la prensa periódica española; se centra en la migración de editores y escritores; en el aporte españolista a la difusión de noticias, ensayos políticos y sociales con la relevancia de la circulación de la literatura a través de los diarios que fundaron en México, elementos que permiten conocer e interpretar su contribución al periodismo finisecular.

Bibliografía

CLARK DE LARA, Belem; FLORES MONROY, Mariana. Estudio introductorio. En: *El Renacimiento periódico literario, segunda época*. Edición facsimilar. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, 2006. p. VIII.

ELIZALDE, Lydia. Fernando Luis J. de Elizalde, editor fundador de El Correo Español. En: GARRITZ, Amaya (Coordinadora). *Aportaciones e integración de los vascos a la sociedad mexicana en los siglos XIX-XXI*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, Centro Vasco Euskal Etxea, Ministerio de Cultura del Gobierno Vasco, 2008. p. 359-369.

GARABEDIAN, Marcelo; SZIR, Sandra; LIDA, Miranda. *Prensa argentina siglo XIX*. Imágenes, textos y contextos. Buenos Aires: Ediciones de la Biblioteca Nacional; Teseo, 2009.

GRANADOS, Aimer. *Debates sobre España*. El hispanoamericanismo en México a fines del siglo XIX. México: El Colegio de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Cuajimalpa, 2010. Colección "Ambas orillas".

LIDA, Clara E. La inmigración española en México: un modelo cualitativo. En: CHÁVEZ, Alicia Hernández; MIÑO GRIJALBA, Manuel (Coords). *Cincuenta años de historia de México*. México: El Colegio de México, 1993. v. 1, p. 201-215.

LIDA, Clara E. Los españoles en el México independiente: 1821- 1950. Un estado de la cuestión. *Historia Mexicana*, v. LVI, n. 2, p. 613-650, 2006.

MARTÍNEZ MARTÍN, Jesús A. (Dir.). *Historia de la edición en España 1836-1936*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2001.

MORA, Pablo; MIQUEL, Ángel (Comps. y eds.). *Españoles en el periodismo mexicano*. Siglos XIX y XX. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliográficas; UAEM, Fundación Carolina, 2008.

MORA, Pablo. Telesforo García, articulista y polemista en el *Centinela Español*. En: MORA, Pablo; MIQUEL, Ángel (Comps. y eds.). *Españoles en el periodismo mexicano*. Siglos XIX y XX. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliográficas; UAEM, Fundación Carolina, 2008. p. 123-136.

MORA, Pablo. Presentación. En: MORA, Pablo; MIQUEL, Ángel (Comps. y eds.). *Españoles en el periodismo mexicano*. Siglos XIX y XX. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliográficas; UAEM, Fundación Carolina, 2008. p. 15-20.

PI-SUÑER LLORENS, Antonia. "Hay que confesarlo: el imperio tiene su estrella". Anselmo de la Portilla y la Razón de México (1864-1865). En: MORA, Pablo; MIQUEL, Ángel (Comps. y eds.). *Españoles en el periodismo mexicano*. Siglos XIX y XX. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliográficas; UAEM, Fundación Carolina, 2008. p. 65-76.

RUIZ CASTAÑEDA, María del Carmen. La prensa durante el Porfiriato. In: RUIZ CASTAÑEDA, María Del Carmen; REED TORRES, Luis; CORDERO Y TORRES, Enrique. En: _____. *El periodismo en México. 450 años de historia*. Prólogo de Salvador Novo. 2 ed. México: UNAM, Escuela Nacional de Estudios profesionales Acatlán, 1980. p. 229-262.

RUIZ CASTAÑEDA, María del Carmen. El Mosaico Mexicano, o colección de amenidades curiosas e instructivas. En: DE LA TORRE, Laura Suárez (Ed.). *Empresa y cultura en tinta y papel (1800-1860)*. México: UNAM, Instituto de Investigación Dr. José María Luis Mora, 2001. p. 529-535.

SÁNCHEZ ILLÁN, Juan Carlos. La edición de periódicos y la empresa periodística. En: MARTÍNEZ MARTÍN, Jesús A. (Dir.). *Historia de la edición en España (1836-1936)*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2001. p. 397-416.

SPECKMAN GUERRA, Elisa. El Porfiriato. En: _____. *Nueva historia mínima de México*. El Porfiriato. México: El Colegio de México, 2013. p. 192-225.

VIEYRA SÁNCHEZ, Lilia. La sociedad de Beneficencia Española a través del periódico La Colonia Española (1873-1879). En: CANO ANDALUZ, Aurora; SUÁREZ CORTINA, Manuel; TREJO ESTRADA, Evelia (Ed). *Cultura liberal, México y España: 1860-1930*. Santander: Publican Ediciones, Universidad de Cantabria; México D.F.: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas; UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliográficas, 2010. p. 465-489.

Internet

ANDRIES, Lise. Transferencias culturales en la prensa y los impresos entre Francia y México en el siglo XIX, *Bulletin hispanique* [En ligne], v. 113, n. 1, p. 457-467, 2011. Mis en ligne le 01 juin 2014. Artículo disponible en: <<http://bulletinhispanique.revues.org/1554>>. Consulté le 10 janvier 2016.

BUCHENAU, Jürgen. Inversión extranjera y nacionalismo: lo paradójico de la política internacional de Porfirio Díaz, *Dimensión Antropológica*, México D.F., v. 6, p. 7-24, enero-abr., 1996. Artículo disponible en: <<http://www.dimensionantropologica.inah.gob.mx/?p=1475>>.

COUDART, Laurence. Periódicos franceses de la Ciudad de México: 1837-1911. En: PÉREZ SILLER, Javier (Coord.). *México-Francia*. Memoria de una sensibilidad común. Siglos XIX-XX. México: BUAP; El Colegio de San Luis; CEMCA, 1998. p. 103-141. Artículo disponible en: <<http://books.openedition.org/cemca/2773>>.

LEDEZMA MARTÍNEZ, Juan Manuel. Telesforo García: un emigrante montañés en el Porfiriato. In: CAIRO CAROU, Heriberto; CABEZAS GONZÁLEZ, Almudena; MALLO GUTIÉRREZ, Tomás; CAMPO GARCÍA, Esther del; CARPIO MARTIN, José (Eds). *XV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles*, 2012. Madrid, España: Trama editorial; CEEIB, 2013. p. 990-1000. Artículo disponible en: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00876191>>.

PICCATO, Pablo. Altibajos de la esfera pública en México de la dictadura republicana a la democracia corporativa. La era de la prensa. Artículo disponible en: <<http://www.columbia.edu/~pp143/10PabloPiccato.pdf>>.

THÉRENTY, Marie-Eve. Entrevista de Jaime Eduardo García. El siglo XIX, inicio de la era mediática. *La Jornada Semanal*, n. 882, 29 enero 2012. Artículo disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/2012/01/29/sem-jaime.html>>.

VIEYRA SÁNCHEZ, Lilia. La relación de los empresarios peninsulares con México a través de El Correo Español. En: SEMINARIO INTERDISCIPLINARIO DE ESTUDIOS COMPARADOS, 7., 2014, Pachuca de Soto. *Cultura liberal México y España en el periodo de entre siglos*. Disponible en: <<http://www.h-mexico.unam.mx/node/14862>>.

Hemerografía

EL CORREO ESPAÑOL. México. Año III, p. 10, sábado 9 de noviembre de 1891.

Recebido em julho de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

DA ITÁLIA AO JAPÃO: UM ESTUDO SOBRE A MIGRAÇÃO NO BRASIL E OS SEUS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI

*Luiz Otávio Costa¹
Marili Peres Junqueira²*

RESUMO: O presente artigo é uma reflexão sobre o fenômeno migratório e sua relação com os meios de comunicação que os migrantes utilizam, notadamente pelos grupos étnicos italiano no Brasil e nipo-descendente (Brasil-Japão). A influência que os meios de comunicação exercem sobre a identidade dos grupos envolvidos e sua relação no processo de distanciamento de sua terra de origem, além da relação cultural envolvida que são fundamentais para a análise realizada. Desta forma, visamos dar visibilidade a cultura e os meios de comunicação de grupos étnicos distintos e em diferentes momentos históricos – final do século XIX, final do século XX e início do século XXI, que aparentemente não teriam características comuns, mas apresentam iterações e processos semelhantes como demonstrado. Tal análise foi possível a partir da teoria de Bourdieu que toma os meios de comunicação (jornais, cartas e meios de comunicação on-line) como uma estrutura estruturada para se perceber a estrutura estruturante das sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Meios de Comunicação. Itália-Brasil-Japão.

¹ Docente da Escola São Pio X do Estado de Minas Gerais em História e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia.

² Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ligada ao Instituto de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (INCIS/PPGCS), e Doutora em Sociologia pela UNESP-Araraquara/SP.

ABSTRACT: This present article is a reflection on the migratory phenomenon and its relation to the means of communication used by migrants, notably by the ethnic Italian group in Brazil and also the Japanese-descendant group (Brazil-Japan). In addition, the influence of the means of communication on the identity of the groups involved and its relation in the separation process from their original land as well as the cultural relation involved were considered fundamental for the performed analysis. Thereby, we aim at giving visibility to the culture and means of communication from distinct ethnic groups in different historical moments – end of the 19th and the 20th centuries and beginning of the 21st century – points that would not have common characteristics apparently, but they present repetitions and similar processes as demonstrated. Such analysis was based on Bourdieu’s theory that takes the means of communication (newspapers, letters and on-line means of communication) as an organized structured structure in which the structuring structure of societies is realized.

KEYWORDS: Migration. Means of Communication. Italy-Brazil-Japan.

Introdução

A humanidade em sua breve história, sempre foi marcada pelo fenômeno das migrações, seja ela na antiguidade clássica com o a expansão dos grandes impérios tal como de “Alexandre, o Grande” ou mesmo pelo Império Romano, até o atual momento contemporâneo com populações inteiras migrando e imigrando pelas nações e pelos continentes nas mais diversas nuances deste fenômeno. A História, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, dentre outras ciências, tornaram-se “palco” de reflexões acerca desse movimento humano. Diante deste fato, é necessário pensar que as migrações em geral são marcadas por diversas influências, tais como as guerras, a fome, questões econômicas, dentre outras.

No atual cenário, observa-se um grande número de migrações, principalmente advinda de regiões onde as guerras projetam um destino interminável. Síria, Afeganistão, Iraque, Líbano e a Palestina são exemplos de países assolados por guerras (internas ou externas) que cada vez mais se mostra insustentável a vida dentro de suas fronteiras. Uma das “soluções” encontrada por estes povos, se é que se pode referenciar desta forma, é a fuga para outras regiões que ofereçam certo grau de “segurança”. Entretanto, seguir este caminho consiste em se aventurar colocando a sua vida, de seus familiares e amigos por inúmeros perigos durante as travessias. Infelizmente, a visão de caminhões e as embarcações lotadas de refugiados já se tornaram fato comum nos noticiários do mundo todo, bem como o fim trágico de alguns deles.

Uma imagem que chocou o mundo foi a foto de um dos refugiados, o menino sírio Alan Kurdi que morreu afogado em um naufrágio e foi encontrado na orla da praia de Bodrum na Turquia em setembro de 2015. Esta imagem revela um destino comum dos refugiados que migraram frente a guerra em seus países. De todo modo, é plausível apontar que o fenômeno da migração modifica completamente a identidade cultural de todos os envolvidos na migração. É também observável que o fenômeno da migração não está restrito a somente a movimentação de pessoas pela guerra. Diversos países possuem um histórico de migração com características que não se resumem diretamente a guerra, mas principalmente ligado a política e a economia, dentre outros fatores.

Neste sentido, o Brasil é um exemplo clássico. Ao analisar a sua história nacional, notadamente a fase escravocrata, o Brasil foi o destino de populações inteiras de todo o continente africano. Sobre este fenômeno é unânime a afirmação acerca das diversas dificuldades que os africanos sofreram desde a sua saída do continente africano para o Brasil até as suas relações políticas, econômicas, sociais e culturais na contemporaneidade. Dentre os diversos problemas, no início da fase escravocrata é notório citar que os membros de famílias, clãs, grupos e até mesmo cidades

foram divididos e enviados para regiões diferentes para que não houvesse nenhum agrupamento e assim se rebelasse contra o sistema escravista que os diminuía em uma simples “força de trabalho”. Não é novidade que este tipo de sistema tem por base a exclusão completa da cultura, da sociabilidade, da economia e da política dos subjugados, retirando destes os direitos humanos universais de liberdade, segurança, educação e até mesmo da vida.

O que restou à população africana foi a criação de novas relações familiares, sociais, culturais entre outras em um novo país diferente de suas regiões e países de origem. Com objetivo primordial da sua sobrevivência, os povos africanos foram obrigados a desenvolver novos hábitos alimentares, modos de vestir, aprender o português entre outros fatores que modificaram drasticamente suas culturas. Torna-se importante atentar que houve neste momento dois movimentos culturais africanos. Foi o primeiro momento o responsável pela mobilização da cultura africana a partir da memória dos primeiros migrantes e um segundo momento quando se adapta essa cultura ao seu novo contexto brasileiro. É fato, que este momento para a cultura brasileira é fundamental, principalmente pela nova conjuntura cultural da matriz africana. Entender a cultura como um processo em eterno movimento é essencial para ambas as culturas em questão. Para se pensar no papel da memória dos migrantes africanos, Henri Bergson (1999) nos auxilia afirmando que a memória é na verdade um prolongamento do passado no presente.

Para o presente artigo, o foco será dado entre três momentos históricos distintos e duas relações identitárias que se convergem em relações sociais semelhantes para a imigração e os meios de comunicação. Por mais diferentes que possa ser a imigração italiana no final do século XIX e japonesa no século XX, podemos estabelecer conexões de uso dos meios de comunicação distintos para organizar e estabelecer a identidade desses indivíduos. Além disso, pensar os meios de comunicação como estruturas estruturadas a partir de Bourdieu (1989) para reconhecer as estruturas estruturantes dessas sociedades. Essas configurações

de deslocamento analisas utilizam os meios de comunicação para manter e permanecer “ligadas” de alguma forma com as suas áreas de origem. O desligamento provocado pela decisão e pelo processo de imigração e migração são, de certa forma, minimizados e reduzidos pelos meios de comunicação, sejam eles os jornais e cartas no século XIX ou as redes sociais, rádio ou comunicações on-line no século XX. Os meios de comunicação mudam em face a tecnologia, mas o objetivo de ligação com a terra natal permanece nos contextos estudados.

A cidade de São Carlos estava em um ponto privilegiado do estado de São Paulo (Brasil) na marcha cafeeira para o oeste, pois para a cafeicultura e suas técnicas de cultivo do período tinham relação significativa com a melhor fertilidade do solo (os solos recém desmatados tinham grande produtividade). Também, a idade mais nova do cafezal que geravam uma maior produtividade resultavam em lucros crescentes, além da chegada da ferrovia para a região (CANO, 1985, p. 301). Entre 1898 e 1902, dos 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de São Paulo, 40% concentraram-se nos municípios de Ribeirão Preto, São Simão, São Carlos, Araraquara e Jaú. Nesses municípios, as oportunidades de emprego eram maiores e a remuneração melhor, porque era permitido ao colono plantar produtos alimentares entre as fileiras do jovem cafezal. São Carlos é uma cidade desse vasto interior, formado pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, pelo forte movimento imigratório, principalmente italiano, e pelo crescimento da população no final do século XIX, assim se tornando um ótimo exemplo desse cenário. Esse é o panorama em que se encontra São Carlos: a chegada da ferrovia, grande produção de café, expansão econômica, a entrada maciça de imigrantes e, em decorrência, um grande aumento populacional, modificações do mercado de trabalho, transformações urbanas e ataque de doenças.

São Gotardo é uma cidade do Triângulo Mineiro que em razão do Programa de Assentamento do Alto Paranaíba – PADAP, que foi desenvolvido pelo Governo Militar na década de 1970 recebeu várias famílias de imigrantes japoneses e migrantes

dessa etnia provenientes de outras regiões do Brasil. O objetivo do programa consistia em aproveitar o solo do Cerrado com tecnologia de ponta para a produção agrícola em larga escala. Para isso, o Governo Militar juntamente com a Cooperativa de Cotia – CAC trouxeram para a região por volta de 95 famílias de descendentes de japoneses para o desenvolvimento do programa (SASAKI, 2008). A escolha de descendentes de japoneses para o desenvolvimento do programa se deu em razão de acordos firmados entre o Brasil e o Japão para o aproveitamento do Cerrado. Santana (2015) afirma que o Brasil se comprometeu em ceder regiões para o correto aproveitamento do solo e o Japão colaborou com incentivos do ramo tecnológico e financeiro, mas que isso deveria ser colocado em prática por japoneses e ou descendentes de japoneses residentes no Brasil.

Desta forma, pretende-se com esse artigo mostrar como são as semelhanças desses dois processos migratórios nas estruturas estruturadas que consistem nos meios de comunicação para os envolvidos e sua construção como imigrante/migrante. Primeiro abordando São Carlos – SP no final do século XIX e depois São Gotardo – MG no final do século XX início do século XXI.

São Carlos – SP no final do século XIX e a imigração italiana

No que se refere a cultura nacional torna-se fundamental refletirmos sobre a migração europeia e consequências, principalmente na conjuntura da vida social brasileira. A migração europeia iniciada, notadamente nos séculos XIX e XX, que acabou por se tornar um grande fenômeno mundial, juntamente com os povos africanos, colaborou para a construção da identidade cultural brasileira. Em um contexto completamente diferente do período escravocrata brasileiro, a migração europeia se deu principalmente com a ênfase nacional da necessidade de mão de obra europeia junto a lavoras de café, que naquele momento representava o seu principal produto de exportação, ao lado da política de branqueamento da raça.

O papel da propaganda com este intuito foi essencial para trazer para o país aqueles que se encontravam descontentes com a sua situação nos países de origem e também aqueles que viram no Brasil um país em crescimento. A propaganda brasileira na Europa fundamentou-se no conceito de um Brasil com um enorme potencial de crescimento dado a sua abundância de riqueza nas lavouras de café.

As propagandas e os subsídios desenvolveram papel fundamental no movimento migratório, especialmente na Itália, já que exaltavam as qualidades do Brasil, a imensidão de terras cultiváveis, o café conhecido como ouro verde e as possibilidades de conquistas econômicas - expondo um país como um paraíso terrestre. (CINTRA, 2010, p. 3).

Com esta “visão paradisíaca” do Brasil, vieram milhões de europeus, entre eles espanhóis, portugueses, alemães, poloneses e, sobretudo, italianos para o país. De acordo com Boris Fausto (1995), entre 1887 e 1930³, entraram no Brasil 3,8 milhões de europeus. O maior índice de entrada estaria entre os anos de 1887-1914 com a cifra de 2,74 milhões, isto representa 72% do total da imigração europeia. Esta numerosa entrada de imigrantes se deu notadamente para o trabalho nas lavouras cafeeiras. Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o número de imigrantes entrando no país foi reduzido, mas voltou a crescer a sua entrada no Brasil após o fim da guerra em 1918.

Os italianos formaram o maior grupo de imigrantes europeus no Brasil neste momento da história. Compete refletir que estes imigrantes sofreram muito para cruzar o Atlântico em direção ao Brasil. As viagens poderiam chegar a quarenta dias. Na grande maioria, estes imigrantes vinham de terceira classe nos navios, para amenizar os custos ou mesmo porque essa era a única forma para a imigração subsidiada. Com um grande número de pessoas,

³ A “Grande Crise de 1929” foi um dos principais fatores para o decréscimo de imigrantes europeus que entravam no Brasil.

algumas inclusive doentes, os imigrantes italianos ficavam em espaços reduzidos por diversos períodos muitas das vezes com fome, com calor ou frio entre outras dificuldades.

A vinda dos imigrantes italianos ficou concentrada principalmente na região sudeste e sul do país. O porto de Santos em São Paulo, foi um dos primeiros pontos de chegada destes imigrantes. Fausto (1995) nos auxilia pensar no sentido de sua localização, principalmente neste primeiro momento de sua migração. De acordo com o historiador:

As regiões Centro-Sul, Sul e Leste foram as que receberam migrantes maciçamente. Um dado eloquente neste sentido: em 1920, 93,4% da população estrangeira vivendo no Brasil estavam nestas regiões. O Estado de São Paulo se destacou no conjunto, concentrando sozinho a maioria de todos os residentes estrangeiros no país (52,4%). [...] Considerando-se o período 1887-1930, os italianos formam o grupo mais numeroso, com 35,5% do total, vindo a seguir pelos portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%). (FAUSTO, 1995, p.154).

É importante destacar também que o governo de São Paulo arcava com as despesas de viagem e assentamento destes imigrantes, pelo ao menos neste primeiro momento. De fato, inicialmente o governo subsidiava as passagens e seu assentamento, e posteriormente os contribuintes eram os fazendeiros, os principais interessados nesta nova mão de obra.

A partir de sua chegada é iniciado um processo de mudança em todo o contexto cultural, social, econômico destes imigrantes italianos. Desde a sua instalação nas fazendas até seu trabalho diário nas lavouras, o país se mostrou que não era um “paraíso”, como era tanto enfatizado pelas propagandas, mas sim um local com diversas dificuldades. Com muito trabalho, estes imigrantes vão conquistar o seu espaço dentro da sociedade brasileira e se tornarem um importante grupo dentro de todo o cenário.

Costa (1999) descreve como a narrativa das condições de trabalho e vida no Brasil eram ilusórias advindas dos governos,

das companhias de navegação, principalmente a Companhia Vergueiro e Cia., e dos agenciadores:

O mau recrutamento dos colonos pelos agentes brasileiros e pelas municipalidades europeias tornou-se proverbial. Os primeiros visavam apenas ao maior número e as administrações locais procuravam livrar-se, muitas vezes, de munícipes indesejáveis. Para induzir os indivíduos a emigrarem, os agenciadores faziam-lhes promessas ilusórias, acenando com visões paradisíacas, prometendo todos os sucessos e facilidades aos emigrantes. (COSTA, 1999, p. 221-222).

Contudo, esses não eram os únicos responsáveis, os jornais do período também faziam parte desse processo e as próprias redes de comunicação entre os familiares e amigos dos imigrantes. Uma das formas comuns de estabelecer contatos era por meio de cartas ou pelos jornais do período. Emilio Franzina (1994) compilou diversas cartas de migrantes venetos e friulanos (províncias italianas) no período entre 1876-1902 em seu livro *Merica! Merica!*. Dentre estas cartas destaca-se a de Giovanni Polese que dá direções de como o sogro deveria fazer a vinda para São Carlos – Brasil se assim fosse de seu julgamento, para essa decisão no decorrer da carta ele dá diversas informações de como é o pagamento pelo trabalho realizado no Brasil, se tivesse uma cozinheira que o pagamento seria melhor, que teria a necessidade de trazer uma irmã para isso, que a viagem era difícil e poderiam encontrar ladrões durante o percurso com a desculpa de trocar o dinheiro, roubavam as famílias, tendo ele presenciado uma dessas situações (FRANZINA, 1994, p. 132-133). As redes de informações sobre como eram as condições de trabalho e a vida cotidiana no Brasil são uma grande fonte de informações para os imigrantes, é por meio delas que se estabelecem e se organizam as imigrações em muitos momentos. Os jornais também divulgavam as cartas que se encontravam nas suas redações para a distribuição. Abaixo um exemplo de como era essa divulgação em São Carlos pelo jornal *Diário de São Carlos* de 11 de janeiro de 1890.

Posta restante

Jose Pedro de Goes, Leoncio de Campos Nascimento, Domingos Ambrozio, José Francisco de Camargo, Eleuterio Martins Barboza, Bento A. de Arruda Campos, J. F. Hilande (multada), Michel Monpini Ciccoto (multada) Manoel Joaquim Simões (multada) José Guedes Pinto, José Mariano Corrêa Antonio Bibiano Furta- do, Lana Michel, Francisco Cornelio dos Santos, Francisco de Godoy Bueno, Vicente Cesarino, Miguel Cartreze, Agostinho Pe- reira Borges, Manoel Rosa da

Silva, Vicenzo Zamborda, Epi- macho Nery de Carvalho, Joa- quim Alves Moreira, Francisco Bueno Rosa, Antonio Guimarães, Paulino de Arruda Campos, João Antonio de Camargo Alves, José de Salles Pimenta, Cazali Bevia- nino, João Alves Ferreira, revd. João F. da Gama, Rita Leocadia da Silva, Luiz Hampperto, Joa- quim Leite de Mesquita.

REGISTRADAS

José Contreiras Martins, Tur- chetto Pasquale, Antonio Dias Ferraz, Manzini Antonio, Manoel Lulz da Matta.

Diário de São Carlos, São Carlos, 11 de janeiro de 1890

O número de cartas na redação do jornal Diário de São Carlos variava muito, mas cabe ressaltar que algumas dessas estão salientadas como “multada”, um alerta sobre o que era a correspondência. Outros jornais prestavam o mesmo serviço em outros anos para São Carlos, assim como outros periódicos em outras cidades tinham o mesmo comportamento, eram pontos de recebimento e informações para a população.

Os jornais eram verdadeiras pontes de ligação e conexão entre o país de origem e o país de recebimento. As notícias vinculadas pelos jornais no final do século XIX eram relatos do cotidiano da sociedade, um pouco diferente e mais distante da configuração dos jornais atualmente. Alguns artigos faziam referência a acontecimentos na Itália numa relação de manutenção com o cotidiano do país, como por exemplo, os desastres naturais publicados pelos jornais em São Carlos.

Terremotos na Calabria. —
Refere telegramma de Messina que o aspecto da Calabria é desolador. Toda a região foi devastada pelo terremoto. Os tremores de terra destruíram S. Procopio.

Houve 60 mortos e ficaram debaixo das ruínas 48 pessoas. O resto dos habitantes pôde escapar da catastrophe, fugindo para os campos.

O Popular, São Carlos,
25 de novembro de 1894.

Furacão. — Caiu sobre a Sicilia uma grande furacão que derrubou casas, produzindo mortes e ferimentos e ocasionando naufragios.

Ordem e Progresso, São Carlos,
8 de março de 1895.

Outros artigos se referem a ações do governo italiano como os três exemplos a seguir.

Armada italiana

O governo italiano mandou ultimamente construir seis cruzadores de 1ª classe, sete de 2ª, dez de 3ª, um bom numero de torpedeiros de alto mar e mais outros navios de guerra.

Diário de São Carlos,
São Carlos,
2 de março de 1890

Que bilontras!

Em Palermo a justiça descobriu que diversos altos funcionarios da policia, inspectores, delegados e o proprio chefe de policia haviam formado entre si uma associação para extorquir dinheiro aos delinquentes. Todos os socios foram presos e o chefe de policia foi demittido.

Diário de São Carlos,
São Carlos,
22 de maio de 1890

O rei da Italia aceitou a presidencia honoraria da comissão encarregada de celebrar o quarto centenario da descoberta da America.

Diário de São Carlos,
São Carlos,
25 de fevereiro de 1891

Os jornais, como forma de comunicação, são tomados para Bourdieu (1989) como estruturas estruturadas, isto é, externas aos agentes da ação que por meio delas é possível entender e analisar as construções sociais. Os jornais e as cartas desempenham papel fundamental para a compreensão da identidade construída no período. Percebe-se que a preocupação com as narrativas de fatos ocorridos na Itália criava e mantinha o pertencimento dos imigrantes. Mesmo porque muitos imigrantes eram negligenciados e depreciados pela população em geral, assim como eram integrados e aceitos pela sociedade brasileira, mantinham o vínculo de inclusão com a Itália. Primeiro, porque necessitavam ser identificados com uma nação, ainda que para muitos era “novidade” e precisavam ter mais conhecimento dela. Lembra-se que a Unificação Italiana ocorrida em 20 de setembro de 1870 era muito recente e pouco internalizada. Os imigrantes quando aqui chegaram se autorreconheciam como sicilianos, calabreses, genoveses, mas os locais os identificavam como italianos. A comunicação dada era responsável por parte da estruturação da identidade desses imigrantes italianos em São Carlos – SP.

Em um artigo do jornal *Ordem e Progresso* exatamente com o título de *Calábria*, reivindicava melhorias para a região oposta à região central que se localizava a Catedral assinado por um pseudônimo, Asinus⁴. O próprio título evidencia a regionalidade, que era superior ao entendimento de nação que estava se construindo quando migraram, percebe-se claramente aqui o papel de estrutura estruturada que desenvolvida pelo jornal para estabelecer a estrutura estruturante de sociedade. Segundo o artigo, a região não possuía muitos “eleitores”⁵ e, portanto, tida pelo poder local como “só habitado por nullidades”. A situação do local era de falta de policiamento, ruas esburacadas, sem

⁴ Não foi encontrada nenhuma evidência que levasse a saber quem era de fato o articulista, mas pelo teor das reivindicações e a descrição dos fatos, ele provavelmente habitava essa região e pela predominância da nacionalidade italiana nela, um membro da colônia.

⁵ Lembra-se que os estrangeiros não votavam.

iluminação, e haviam colocado um poste, mas sem lâmpada que durante a noite era um obstáculo difícil de ser identificado. A região necessitava de melhoramentos, mesmo que não houvesse “eleitores”, existia a necessidade de melhorais porque lá eram gerados muitos impostos, pois o comércio estava também localizado naquela região. Segundo o artigo, os “melhoramentos necessários, esses ficam no tinteiro, ao menos quanto à parte da cidade denominada Calábria”. Tal artigo afirmava o descaso da intendência nessa área, que viria a ser muito afetada pelas epidemias de febre amarela no ano de 1896. De fato, o lixo acumulado, o descaso e as doenças estão intimamente ligados, principalmente para a população do período.

A CALÁBRIA EM S. CARLOS

QUALIFICAÇÃO

Dicidamente é necessário que o povo desperte d'essa lethargia que o torna uma verdadeira massa inerte a que dous ou tres (mais espertos) move a sua vontade!

Assim não deve ser: o povo é que deve dizer aos seus procuradores o que quer que elles façam e, não, os procuradores determinarem o que deve ser feito!

Que, era o povo que se concentre toda a boa vontade da intendência em um ponto determinado da cidade, desvalorizando por esta forma, o resto?

De certo que não!

Mas então porque motivo assim proceda a no sa intendência?

Porque, sendo o numero de eleitores bastante limitado e este mesmo numero limitado, tendo sua residencia nos arredores da matriz, certamente que hão de chegar a sardinha para seu lado!

... para a sardinha para seu lado!

Ora, do lado da cidade denominado «Calábria», contados são os que tem o titulo de eleitores e portanto a intendência julga (é com razão) que não deve prestar atenção para este ponto de S. Carlos: «ó habitado por nullidades! E não será este o termo proprio?

O homem que não é eleitor não é e não deve ser considerado um cidadão e desde que não é cidadão, é nada, ou nullidade!

Entretanto todos nós concorremos com o nosso auxilio (impostos), para que melhoramentos sejam feitos; mas, si ao mesmo tempo que damos o nos-o dinheiro, viramos ás costas áquelles que ficam encarregados de distribuil-os em melhoramentos, é claro que esse dinheiro será sempre empregado mal!

Peguei um grosso capital e collocai-o na mão de um inexperiente e ide-vo's passear: quando tornardes, a saber o que foi feito d'esse Jinheiro, tereis em resposta que não sabem o que foi feito d'elle!

E' portanto, muito justo o motivo porque digo aos residentes na «Calábria»: alerta, alerta!!

Os impostos são sempre pagos e os melhoramentos não apparecem; crmp'e que vos qualifiqueis, e que d'e'pois de vos tornardes eleitores, unidos como um só homem, trateis de eleger a'lguém

que seja de vossa confiança para zelar pelos vossos interesses.

Mais uma: exista na parte da cidade denominada Calábria, talvez maior força de commercio que na parte de cima; entretanto qual é o policiamento feito n'esta parte desfavorecida?

Diminuto, em extraordinária. o numero de praças encarregadas de zelar pela ordem em uma cidade tao prospera, como S. Carlos; ainda d'esse diminuto numero, é preciso que uma parte fique sempre na Cadeia, faça-se o calculo e hão de ver que o policiamento é in utilicentissimo!

Convindo ainda notar que esse numero pequenissimo fica, provavelmente, guarnecendo a «cidade privilegiada»... e o que fica para a desamparada Calábria?

Estou certo, que n'esta parte de S. Carlos, não se dão sempre crimes de toda especie, devido á indolente ordeira do povo que n'ella reside.

Nada, nada pela Calábria, porque?

Porque, como já dizem, seus habitantes tem dormido até hoje... mas despertarão em breve pois a qualificação está ahí e não se poderão queixar si quizerem continuar dormindo!

Portanto á qualificação, porque si vós não defendderdes os vossos interesses, quem os defenderá?!
ASINUS.

Ordem e Progresso, São Carlos, 27 de abril de 1895.

Percebe-se claramente que a denominação de Calábria, de apenas uma região para uma nação, os imigrantes italianos ainda estavam em processo de construção da identidade. Outra relação é que a aglutinação pela defesa e melhoria de uma parte da cidade sendo construída por meio do artigo do jornal. É o articulista que sem qualquer identificação alerta a população para a mobilização contra a intendência. Todos esses aspectos são estruturas estruturadas da condição do imigrante italiano no final do século XIX no interior do Estado de São Paulo.

São Gotardo – MG no final do século XX início do século XXI e a imigração japonesa

Outro momento da história da migração brasileira é a imigração asiática, que se iniciou a partir de 1908 com os japoneses. Tal como os italianos que migraram para o Brasil devido as propagandas de um Brasil com variadas riquezas, o Japão também foi plano da propaganda política brasileira com objetivando uma outra formação de mão de obra nas lavouras de café paulistas. A imagem a seguir demonstra este tipo de propaganda no Japão.



Cartaz de incentivo a migração japonesa para o Brasil⁶

⁶ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_japonesa_no_Brasil#/media/File:Affiche_%C3%A9migration_JP_au_BR-d%C3%A9b._XXe_s..jpg>. Acesso em: 5 jul. 2016.

O cartaz acima explicita a propaganda que impulsionou os japoneses nesta empreitada de migrar para o Brasil. Ao observar o cartaz, nota-se a preferência por trabalhadores rurais (pelo personagem carregar uma enxada), o que de fato foi verificado com a chegada dos imigrantes no Brasil em 1908. Entretanto, entre os imigrantes estavam também pedreiros, pescadores, carpinteiros, ferreiros e outros interessados.

Tomemos por nota que o interesse de migração não era somente pelo governo brasileiro mas também pelo governo japonês. A chamada “Era Meiji” (1868-1912) marcou o Japão pela profunda reforma política, social e principalmente industrial do país. Durante este período o desenvolvimento do Japão foi levado a diversos setores da sociedade, inclusive o espaço rural com uma intensa Reforma Agrária. O desenvolvimento desta última revelou um grande excedente populacional, o que levou o governo imperial japonês a incentivar também a política migratória.

Outra discussão que merece destaque é que a viagem por ser mais longa era naquele momento uma das mais penosas. Uma média de 50 dias de viagem e acomodações no navio na terceira classe (tal como os italianos) eram algumas das dificuldades que os imigrantes se deparavam na sua trajetória para chegar ao Brasil. Durante as viagens estes migrantes não se resumiam a somente um grupo étnico japonês, mas diversos grupos com pessoas de todas as partes do Japão com uma série de dialetos, culturas e modos de viver diferentes se encontravam em um único espaço onde a convivência era obrigada por 50 dias. Da mesma forma que os italianos, que pertenciam a grupos étnicos e identidades das mais variadas, muitos desses grupos se descobriam “italianos” ou “japoneses” no Brasil em contraponto ou confronto étnico.

Havia um contraste nítido nos dialetos, no comportamento entre os que saíram das províncias “atrasadas” e “pobres”, de forte tradição rural como Okinawa e Kagoshima, e os das províncias mais “nobres”, da ilha de Honshu, onde se localizam Tóquio, Kyoto, Osaka, cosmopolitas e engajadas no processo de modernização

industrial. Para a grande maioria, era a primeira vez que saíam da terra onde haviam nascido e, por tanto, o primeiro contato direto com japoneses de outras partes do país. (SAKURAI, 2008, p. 124).

Ao chegar ao Brasil, os desafios destes imigrantes aumentam consideravelmente, principalmente pelas inúmeras diferenças da língua portuguesa, das vestimentas, da alimentação entre outras em relação a sua cultura de origem e as diversas identidades japonesas presentes. Adaptar-se ao novo meio não é somente uma escolha, mas uma necessidade para sua sobrevivência.

A migração teve um caráter de promoção econômica desde o final do século XIX até o presente momento, apesar de não ser esse o objetivo do governo brasileiro. Franzina discute sobre esse “desvio” e vontade explícita dos migrantes de se tornarem proprietários de terra ou retornarem a Itália no final do século XIX.

mais facilmente realizar o sonho de ser proprietário de terras e emigrar que mandavam informações dos centros urbanos da parte sul do continente ou, mais frequentemente, de lugares voltados à colonização agrícola, mas em sua forma mais “alterada” foi a do trabalho assalariado e semi servil da plantação em São Paulo ou Espírito Santo. (FRANZINA, 1994, p. 44, livre tradução⁷).

Ao pensar sobre a história da migração do Brasil é verdadeiro afirmar que possuímos dois momentos deste fenômeno. Num primeiro momento do fenômeno migrante o Brasil é um lugar de chegada de milhares de pessoas, inicialmente com a população africana (aproximadamente dos séculos XV até XIX) e depois as populações europeias e asiáticas (XIX e XX). Este primeiro momento foi marcado por um intenso número de pessoas chegando ao país. Em um segundo momento, os brasileiros

⁷ [...] piú facile coronare il sogno dell'impadronimento della terra ed emigranti che mandano invece notizie dai centri urbani del subcontinente oppure, piú spesso, dai luoghi votati sí alla colonizzazione agricola, ma nella sua forma piú “spuria” che fu quella del lavoro salariato e semiservile di piantagione in San Paolo o in Espírito Santo. (FRANZINA, 1999, p. 44).

passam a migrar para outros países, principalmente a partir da década de 1980. Muitos destes migrantes são descendentes dos imigrantes europeus e asiáticos e veem nos países de origem de seus antepassados a chance para alcançar seus objetivos, sejam eles culturais, financeiros, sociais etc.

A migração de brasileiros é muito menor que o fenômeno migrante de seus antepassados. Entretanto, essa nova migração nos evidencia mudanças substanciais na cultura dos povos envolvidos com a mesma. O chamado *Movimento Dekassegui*⁸, que resumidamente, é o fenômeno migrante de nipo-brasileiros para o Japão, nos auxilia a fazer algumas reflexões de como a cultura dos envolvidos modificou-se consideravelmente após a migração. Ao entrevistar descendentes nikkeis de São Gotardo, no interior de Minas Gerais, foi observado como a vida social destes migrantes mudara após sua ida para o Japão e sua volta depois de algum tempo ao Brasil⁹.

A maioria das famílias nikkeis em São Gotardo – MG após 1970 era proveniente do estado do Paraná, sendo que algumas eram do estado de São Paulo, e outras inclusive diretamente do Japão. Com o desenvolvimento do Programa de Assentamento do Alto Paranaíba – PADAP, muitas das famílias nikkeis obtiveram sucesso na produção agrícola e se tornaram grandes empresas deste setor com reconhecimento local, nacional e algumas, até mesmo, internacional. Luiz Sasaki (2008) afirma que os primeiros

⁸ O termo “dekassegui” em japonês é formado por dois ideogramas (kanji), Deru (sair) e Kassegu (trabalhar para ganhar a vida), sendo aplicado a qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar, temporariamente, em outra região. Originalmente, este termo era aplicado aos trabalhadores sazonais, principalmente do norte do Japão, que no inverno procuravam trabalho mais ao sul. Hoje, no Japão, este termo é aplicado aos trabalhadores estrangeiros temporários que estão naquele país com o intuito de ganhar dinheiro (exclui os expatriados – trabalhadores de firmas estrangeiras) (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006).

⁹ Muitas destas entrevistas foram realizadas com intuito de fomentar as reflexões de modo qualitativo no trabalho dissertativo sobre a presença nikkei em São Gotardo. Usaremos alguns trechos destas entrevistas para pensarmos o movimento da cultura entre os *Dekasseguis*.

quatro anos foram de extremo trabalho e sem muitos resultados. Após esta fase o programa operou com êxito¹⁰.

É fato que nem todas as famílias que participaram do programa desfrutaram o esperado sucesso junto ao programa. Muitas famílias tiveram fracassos em sua produção agrícola fazendo com que os mesmos procurassem outra forma de sobrevivência. A ida para o país dos seus antepassados se tornou a resposta para muitos destes nikkeis. Com a crise econômica que o Brasil viveu principalmente na década de 1980, os nikkeis viram no Japão, que naquele momento vivia seu ápice de crescimento econômico, a chance de se enriquecer rapidamente e investir em outros negócios no Brasil. Elisa Sasaki discute neste sentido.

As duas últimas décadas do século XX, o contingente do Brasil, país até então visto como receptor de imigrantes, começou a se dirigir ao estrangeiro. Dentre os diversos destinos, o Japão é um dos que têm recebido um expressivo contingente de brasileiros que foram para trabalhar em ocupações de baixa qualificação, especialmente no setor manufatureiro. Com a crise econômica no Brasil e a concomitante prosperidade no Japão, ir para o “país dos seus ancestrais” passou a ser considerado uma alternativa diante da crise econômica que marcou a situação brasileira nos anos 1980. Não são os pobres que emigram ao exterior, mas uma classe média que tem tentado manter ou elevar seu padrão de vida. Trata-se de filhos e netos de imigrantes japoneses que no início do século XX vieram ao Brasil e que estão indo agora para o Japão com as mesmas intenções de seus ancestrais: trabalhar temporariamente para retornar enriquecido para o seu país de origem. (SASAKI, 2006, p. 99).

Um ponto importante que a autora aborda, é que estes migrantes ou *dekasseguis* não são da classe C ou da classe

¹⁰ Acreditamos que seja necessário abordar que o cenário atual da cidade (seja ele no setor social, cultural, econômico e político) está grandemente voltado para o agronegócio, que majoritariamente foi implementado pelo sucesso do programa.

mais humilde, eles são em maioria da classe média brasileira. No caso dos nikkeis de São Gotardo, essa estatística não foge a regra. Durante as pesquisas com os migrantes, todos se referiram como membros da classe média, possuindo bens, tais como terras (provavelmente proveniente do PADAP), casas, comércios, carros entre outros.

Estima-se que até 2008, o Japão contava com 318 mil nipo-brasileiros, colocando o grupo brasileiro como o terceiro maior grupo de imigrantes dentro da nação nipônica (SAKURAI, 2008). Em grande parte, os *dekasseguis* são contratados para trabalhar como mão de obra em indústrias (principalmente com maquinário pesado tais como a indústria de construção naval, automobilística e aeronáutica) ou mesmo em serviços com baixa qualidade de todos os tipos. O que torna incompatível esses tipos de emprego é que os nipo-brasileiros que vão para o Japão são em sua grande parte detentores de formação universitária e encabeçam empregos rejeitados pelos japoneses (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006).

A questão acerca destes tipos de empregos onde os *dekasseguis* são contratados, fomenta ainda mais a discussão sobre o preconceito diário dos japoneses para com os nikkeis brasileiros. Longe de afirmar que estes nikkeis estariam imunes a qualquer tipo de ataque ou prática preconceituosa no Brasil, até porque a própria história nacional confirma infelizmente estas práticas. O que se pode afirmar que atualmente no Brasil esse preconceito é enormemente mais velado.

No caso específico dos nikkeis de São Gotardo, a questão da diferença étnica possui uma tônica bem diferente. Em razão do sucesso obtido na agricultura, os nikkeis são vistos na cidade como “portadores do sucesso”, seja ele social, cultural e principalmente econômico. A discussão deste tema torna-se fundamental para entender o preconceito enfrentado por estes nikkeis ao chegarem ao Japão. Bourdieu (1989), em suas reflexões, afirma que este tipo de valorização é comum nas sociedades e funciona como forma de estruturação da mesma por meio do que ele conceitua como “capital simbólico”. Em uma explicação simplista, o capital

simbólico seria a concessão de um *status* ou poder de alguém dentro do processo atribuído por uma dada sociedade no capital global pelas relações de capital econômico e capital cultural (BOURDIEU, 2008). No caso dos nikkeis de São Gotardo, a população geral não descendente atribuiu aos nikkeis o poder de serem “pessoas ricas ou portadoras com grande sucesso econômico” dentro da sociedade são gotardense. Esta atribuição seria para Bourdieu (1989) um tipo de relação entre o capital econômico e o capital cultural que se torna um dos fatores primordiais para o seu *status* no espaço social. O espaço social são gotardense se encontra então em um domínio nikkei onde dois capitais são atribuídos aos descendentes de japoneses e ao mesmo tempo são recebidos com louvor pelos nikkeis que ganham com estes capitais dentro de São Gotardo.

É importante afirmar que os nikkeis ao chegarem para o desenvolvimento do programa (PADAP) não se posicionaram acima dos locais em um primeiro momento, mas isso foi se desenvolvimento principalmente pelos não descendentes a partir do sucesso econômico obtido pelos nikkeis.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 145),

O capital simbólico - outro nome da distinção - não é outra coisa senão o capital, qualquer que se seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.

Quando estes nikkeis chegaram ao Japão, estes se depararam com um ambiente social que não mais existia aquele capital simbólico que os colocava em um lugar especial dentro da sociedade. No país de seus antepassados, os nipo-brasileiros são vistos muitas das vezes como descendentes daqueles que desertaram do Japão antes da Segunda Guerra Mundial, abandonando o país quando mais ele precisava de seus “filhos”. É crucial lembrar que o Japão era uma das potências do Eixo e sofreu graves consequências da guerra tais como a

desestruturação da economia, política, saúde e ainda suportou o bombardeio das primeiras armas nucleares em Hiroshima e Nagasaki no final da guerra. Para a história japonesa, este é um dos momentos mais dramáticos do país.

Quando os avós comentam que diversos japoneses deixaram o país frente a iminente guerra e não suportaram este dramático momento de reconstrução nacional, induz que os “desertores” feriram o “orgulho nacional”. Diversos autores que estudam a temática migrante dos brasileiros no Japão tratam deste tipo de abordagem. O que torna ainda mais importante esta reflexão é como este tipo de pensamento foi repassado entre as gerações japonesas e de fato foram colocadas em prática com a chegada em massa dos nipo-brasileiros a partir da década de 1980.

De acordo com os entrevistados este é um dos problemas que acompanham os nikkeis brasileiros da sua chegada até a volta ao Brasil. Um dos entrevistados afirmou que em algumas das vezes ao conversar no metrô em português no telefone ou com algum amigo brasileiro, os japoneses ao redor se levantavam e iam para outro lugar. “Este tipo de reação deles [dos japoneses] é normal! Com o tempo você vai acostumando”. (Paulo Hinamoto, empresário, 34 anos, 1 de março de 2014)¹¹.

Os *dekasseguis* discorreram com veemência outra dificuldade que para os mesmos era ainda mais grave, a língua. Por não ter tido mais contato com a língua, estes brasileiros chegam ao Japão tendo conhecimento de poucas palavras essenciais como pedir comida, água, ajuda e com o passar do tempo e muita força de vontade eles aprendem o básico do japonês. De acordo com os entrevistados, existem nas comunidades brasileiras¹² escolas de japonês que ensinam a língua, cultura e geografia do Japão. Essas

¹¹ Todos os entrevistados tiveram seus nomes alterados para preservar suas identidades.

¹² As comunidades brasileiras são grupos de descendentes de japoneses que convivem de modo virtual (por meio de redes sociais de grupos de residentes no Japão) ou presencial em bairros, distritos e até mesmo microrregiões onde os integrantes possuem o objetivo de cooperação nos diversos contextos da sociedade japonesa e sua adaptação.

escolas tem um papel fundamental na orientação dos nikkeis brasileiros neste primeiro momento de suas vidas no Japão.

Outro entrevistado, o senhor Ukio Tanaka, afirmou que o conhecimento da língua é fundamental para a inserção dos brasileiros na sociedade japonesa em todos os sentidos. “Nos primeiros meses eu penei, sofri! Depois que eu aprendi a falar o japonês, o mundo se abriu pra mim! Falo bem e isto me ajudou muito!” (Ukio Tanaka, aposentado, 70 anos, 1 de março de 2014).

As comunidades possuem um papel importantíssimo não somente na questão da educação, mas, sobretudo no auxílio à moradia, a socialização e até aos empregos para os nikkeis, que muitas das vezes chegam ao Japão e não conseguem empregos além de contratos temporários. Estas comunidades funcionam auxiliando o migrante em toda a sua inserção e sociabilidade dentro do Japão.

Por outro lado, estas comunidades contribuem no isolamento dos nikkeis brasileiros que acabam por socializar somente entre os mesmos, o que acaba dificultando ainda mais a sociabilidade com a sociedade japonesa (SANTANA, 2015). Muitos nikkeis brasileiros criam seus círculos de amizade dentro das comunidades, o que pode criar empecilhos inclusive no uso da língua japonesa, já que entre os nikkeis brasileiros o idioma na maioria das vezes é o português.

Se por um lado o capital social é o responsável pela coesão dos grupos comunitários, por outro lado o mesmo é também responsável por limitar a sociabilidade dos nikkeis com outros indivíduos que não fazem parte da comunidade. Robert Putnam (2002) discorre sobre este tipo de fenômeno que é natural dentro das comunidades imigrantes. O capital social amplia os laços de amizade e ajuda dentro da comunidade, entretanto o restringe a sociedade em geral que o mesmo vive. A identidade compartilhada dentro da comunidade ou mesmo com os familiares e amigos no Brasil não é a mesma identidade da sociedade japonesa e estas diferenças se não forem bem administradas pelo imigrante pode se tornar um grande problema para o nikkei.

No que se refere à identidade dos nikkeis, torna-se

fundamental pensar na cultura mobilizada pelos mesmos. É fato que a cultura está sempre em movimento, se modificando a cada instante e no caso nikkei esta dinâmica cultural se torna ainda mais evidente após a migração para o Japão, onde se inicia todo um processo de transformação da cultura destes brasileiros. Seja ela pela comida, pelo clima, pelo trabalho, pela família entre outros fatores, a cultura dos nikkeis brasileiros ao adaptar-se a cultura japonesa exemplifica este movimento interminável e universal que é próprio da cultura.

Ir a algum show musical japonês, ao teatro, aos bares para confraternização ou mesmo sair com os amigos para fazer compras nos shoppings são algumas mudanças que os nikkeis brasileiros retratam sobre seu dia a dia no Japão e que de certa forma estas ações colaboram para pensarmos em como a sua cultura vai se modificando. A própria relação da facilidade compras no Japão é um dos primeiros tópicos citados pelos entrevistados. “Com dois dias de trabalho compro um celular ou um notebook que eu quero!” (Carlos Tanaka, 28 anos, empresário, 1 de março de 2014). Isso foi dito por vários entrevistados de diferentes maneiras. A facilidade com que os mesmos possuem em adquirir algo modifica o pensamento de aquisição trazido do Brasil, onde a aquisição não é tão fácil para essa classe social que imigrou. É importante atentar que estes tipos de eletrônicos vão colaborar na comunicação entre os mesmos e o Brasil de seus familiares, estabelecendo uma ponte virtual entre o Brasil e o Japão.

Com a evolução tecnológica, principalmente dos últimos dez anos, estes *dekassegui* passaram a ter um contato ainda maior com seus familiares e amigos no Brasil, consolidando uma nova fase cultural da migração mundial. A tecnologia proporciona para estes migrantes um contato contínuo com seus países de origem, criando uma cultura para estes migrantes com elementos tanto de sua terra natal como do lugar para onde migrou.

No caso dos nipo-brasileiros passaram a exemplificar este eixo da migração onde os mesmos possuem um contato com a cultura brasileira por meio de seus familiares e amigos, e ao mesmo tempo com a cultura local japonesa do seu dia a dia.

Canclini (2007) define o conceito de “interculturalidade”, que se torna bastante presente e interessante quando pensamos nos migrantes.

Os meios audiovisuais, o correio eletrônico e as redes familiares ou de amigos tornaram incessantes os contatos intercontinentais que no passado levavam semanas ou meses. Não é a mesma coisa o desembarque de um navio e uma aterrissagem, nem a viagem física e a navegação eletrônica. A interculturalidade hoje se produz mais por meio de comunicações midiáticas que por movimentos migratórios. (CANCLINI, 2007, p. 73).

Conversar com os familiares no Brasil por telefone enquanto está fazendo diversas tarefas no Japão se tornou uma rotina para os *dekasseguis* após o advento da tecnologia. “Eu conversava quase todos os dias com meus pais, enquanto eu estava saindo da fábrica. Só não conversava mais porque eu ligava para eles as sete da manhã do Brasil, né” (Paulo Hinamoto, empresário, 34 anos, 1 de março de 2014). Então se pode perceber um duplo movimento de apoio das tecnologias para a migração, o primeiro é estabelecer o contato com os familiares e os indivíduos de sua convivência, apacando a “dor” do deslocamento e da separação do grupo de convivência. O segundo momento é a manutenção da cultura e da identidade cultural do país de origem. Entre os imigrantes italianos do final do século XIX, nos relatos de retorno é comum encontrarmos a narrativa que não reconheciam a Itália que haviam deixado, exatamente pelas modificações inerentes a cultura. Como os meios de comunicação não eram *on-line*, não havia o “tempo real”, os indivíduos que deixavam a sua terra natal por longos períodos e depois retornavam não se reconheciam mais como pertencentes àquela cultura da mesma forma que aqueles que dali não saíram.

A vida social destes migrantes para o Japão é dupla, por um lado eles possuem um contato virtual com o Brasil em suas várias facetas seja ela no trabalho, na casa e no lazer de seus familiares e amigos e por outro lado convivem diariamente na sociedade

japonesa com os mesmos contextos acima. A cultura destes nikkeis brasileiros poderia ser definida como uma cultura “híbrida” como diria Canclini (2007). No momento das entrevistas, tornava-se claro este eixo que a cultura dos nikkeis tomava ao voltar do Japão. Um exemplo deste hibridismo cultural é a linguagem dos decasséguis no século XX. A mistura de palavras em japonês com o português se tornou um fato comum principalmente entre os decasséguis. No caso de São Gotardo observa-se o exemplo deste movimento cultural, que durante uma de nossas entrevistas, ao esperar o entrevistado nikkei pegar uma garrafa de água, notamos que a mãe do mesmo, uma senhora japonesa com idade aproximada de 80 anos, nascida no Japão e residente no Brasil a mais de 60 anos, ainda ouvia um telejornal japonês da região onde viveu quando criança. A senhora conversou em português (sobre onde estava a garrafa) com o filho e comentou em japonês algo em relação à reportagem que estava passando na televisão. Por curiosidade perguntamos há quanto tempo ela acompanhava as notícias japonesas, ele afirmou que desde quando nasceu viu os pais “conectados” ao Japão.

No caso decasségui, este aspecto cultural se evidencia ainda mais, os entrevistados afirmam que no Japão a alternância de idiomas é um fator básico entre os descendentes de japoneses do final do século XX e no século XXI e isso reflete culturalmente sobre suas identidades. Torna-se indispensável apontar que estes migrantes estão envolvidos em um processo onde existe uma negociação interrupta e clara que suas identidades perpassam¹³. Referenciar algo ou alguém em português ou japonês evidencia

¹³ O que a autora chama a atenção para os problemas de readaptação, de fato foi observado com um dos entrevistados. Durante as entrevistas, sente-se um certo tipo de “falta de território”, onde ambos os lugares (Japão e Brasil) não são vistos como lugares permanentes dada a sua insatisfação. Acreditamos que esta discussão não seja somente deste grupo até porque a grande parte dos migrantes “contracenam” com inúmeros contextos (tais como da família, do trabalho, de suas aquisições, da saúde entre outros) de cada país, região ou lugar, escolhendo o melhor de cada um e os reservando em seus pensamentos.

esta negociação entre os decasséguis. Devemos pensar também que todo o universo cultural destes migrantes está passando por transformações complexas que os mesmos tentam acompanhar criando novas interfaces desta cultura. Bourdieu (2007) discute neste sentido afirmando que as disposições sociais internalizadas individualmente moldam as percepções, os sentimentos e as ações de uma pessoa, o que o mesmo vai chamar de *habitus* dos indivíduos.

Outra questão que merece atenção no que se refere às comunidades é o afrouxamento das mesmas em relação à intensa propagação tecnológica dos meios de comunicação em tempo real. Algumas pessoas afirmam que as comunidades mudaram muito com o passar do tempo, inclusive no que se refere à participação. “Os celulares estão em todo lugar e com todo mundo! No Japão é mais forte, porque é mais fácil para comprar, tem um serviço melhor! Com isso o povo se afasta um pouco da comunidade! Mas acho que isso é normal nesses tempos de hoje”. (Paulo Hinamoto, empresário, 34 anos, 1 de março de 2014).

A comunicação pelos meios tecnológicos é uma importante aliada dos migrantes, entretanto favorece por outro lado a criação de pessoas solitárias mesmo dentro de multidões. Entrar no metrô com seus fones de ouvido escutando uma música ou mesmo assistindo algo nos telefones com as mais diversas funções, não exclui o indivíduo de estar sozinho mesmo recebendo essas comunicações de familiares e amigos. O fato de estar conectado com diversas pessoas de forma virtual cria no migrante uma sensação falsa de que não se está sozinho, mesmo o estando fisicamente. Desta forma os meios de comunicação operam como uma estrutura estruturante na qual o indivíduo está ao mesmo tempo conectado a diversas pessoas e ao mesmo tempo sozinho. Por outro lado, a estrutura estruturante cria também uma sensação de pertencimento ao local de origem que auxilia na dor da separação pela imigração. Esta sensação acaba por se tornar uma rotina da vida dos nikkeis que em sua maioria trabalha por extensas horas, não tendo contato com outras pessoas e criando assim uma sociabilidade apenas virtual e não física. Putnam

(2002) expõe que a tecnologia não somente influencia nas faltas diante os trabalhos comunitários e suas iniciativas como também na própria sociabilização com amigos, vizinhos e parentes.

Considerações Finais

O presente artigo se propôs a discutir como questões sobre a comunicação de migrantes de dois grupos identitários distintos e em momentos históricos diversos se assemelham na função de interligação e ponte imaginária entre a sociedade de origem e a sociedade de acolhimento. Os meios de comunicação são de fato, como afirma Bourdieu, uma estrutura estruturada para se perceber a estrutura estruturante das sociedades. A partir desses meios de comunicação analisados no artigo foi possível delinear a forma de acolhida e a identidade dos imigrantes advindos da imigração italiana no final do século XIX para São Carlos – SP como da migração e imigração japonesa para São Gotardo – MG no final do século XX, e os *dekasseguis* de São Gotardo no Japão no início do século XXI.

O Brasil não mais recebe imigrantes apenas, tal como fora visto em outros momentos história, mas agora também envia emigrantes para diversos partes do mundo. Dentre estes emigrantes, estão os nipo-brasileiros que viram na terra dos seus antepassados o lugar para alcançar seus objetivos, seja ter uma vida melhor ou mesmo angariar quantias para investir no Brasil. Ao migrarem estes nipo-brasileiros perpassam por diversas transformações culturais que de certa forma constrói uma nova identidade híbrida entre as culturas brasileira e japonesa, marcando de maneira singular este fenômeno migrante brasileiro.

Por fim e não menos importante, este trabalho veio discutir sobre o tema migrante mas principalmente com novas reflexões teóricas e características que de certa maneira propiciam o reconhecimento da identidade daqueles envolvidos. Debruçar sobre o uso e a forma de comunicação das comunidades migrantes é um viés pouco usual que propicia um conhecimento do cotidiano do migrante negligenciado pelas fontes oficiais e

impossível de ser alcançado por elas. Tanto os jornais como as cartas para o século XIX ou os novos adventos tecnológicos do século XX oferecem aos imigrantes um contato com seus familiares, amigos, e sua sociedade de origem, contribuindo para a hibridez cultural e a sua sociabilidade.

Referências

BELTRAO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: dekassegus brasileiros no Japão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100005&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BÉRGSON, Henri. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta, 2008.

CANCLINI, N. G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 1985.

CINTRA, Rosana. Experiências da imigração italiana no interior paulista: imigração, trajetórias e adaptação. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 20., Franca. História e Liberdade. Franca: UNESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DIÁRIO DE SÃO CARLOS. São Carlos, 11 jan. 1890.

DIÁRIO DE SÃO CARLOS. São Carlos, 2 mar. 1890.

DIÁRIO DE SÃO CARLOS. São Carlos, 22 maio 1890.

DIÁRIO DE SÃO CARLOS. São Carlos, 25 fev. 1891.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina, 1876-1902*. Verona: Cierre, 1994.

KAWAMURA, L. Brasileiros no Japão: direitos e cidadania. In: HASHIMOTO, F. et al. *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: UNESP, 2008.

KODAMA, Kodama; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: IBGE. *Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LESSER, Jeffrey. How the japanese diaspora in Brazil became the brazilian diaspora in Japan. In: KNOTT, Kim; MCLOUGHLIN, Sean. *Diasporas: concepts, intersections, identities*. London: Zed Books, 2010.

O POPULAR. São Carlos, 25 de novembro de 1894.

ORDEM E PROGRESSO. São Carlos, 8 de março de 1895.

ORDEM E PROGRESSO. São Carlos, 27 de abril de 1895.

PUTNAM, Robert; GOSS, Kristin. Introduction. In: PUTNAM, Robert (Org.). *Democracies in flux*. The evolution of social capital in contemporary societies. New York: Oxford University Press, 2002.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTANA, Luiz Otavio Costa. *São Gotardo – MG*. Estudo sobre a presença nipo-descendente no Cerrado Mineiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

SASAKI, E. A imigração para o Japão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200009&lng=en&nrm=iso>.

SASAKI, L. I. *Portal do Cerrado*. Belo Horizonte: O Lutador, 2008.

Recebido em julho de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

**“SONO STRANIERO!”
TRABALHADORES ITALIANOS E AS RELAÇÕES
ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E DE CLASSE NA
IMPRESA OPERÁRIA EM SÃO PAULO (1920 E 1930)**

Endrica Geraldo¹

RESUMO: Este artigo pretende discutir como periódicos operários paulistanos que contavam com uma presença significativa de imigrantes italianos mobilizaram as relações tensas entre identidade nacional e identidade de classe no interior das lutas por direitos e melhores condições de trabalho. A análise está concentrada nas décadas de 1920 e 1930, período que recebeu menor atenção da historiografia em razão do progressivo declínio enfrentando pelas organizações operárias na região.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa operária. Imigrantes italianos. Identidades.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between national identity and class identity in working-class press, when there was a large presence of immigrants in São Paulo, especially Italian workers. This study discusses the press in the 1920s and 1930s, decades that has received less attention in historiography because of the progressive decline faced by workers' organizations.

KEYWORDS: Working-class press. Italian immigrants. Identities.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PR). Doutora em História. E-mail: endrica@gmail.com

Desde as décadas finais do século XIX, os trabalhadores desenvolveram várias formas de articulação para enfrentarem as duras condições de trabalho e a crescente carestia em São Paulo. Nesse período, os imigrantes possuíam presença marcante entre os trabalhadores e também na formação do movimento operário paulistano, constituindo boa parte de suas lideranças. O aumento do número de associações e o crescente desenvolvimento de uma imprensa operária causaram temores nas classes dominantes que se traduziram em iniciativas políticas de controle sobre esses indivíduos. A repressão assumiu caráter mais intenso nos períodos de maior atividade grevista, como nos anos de 1906 a 1908, 1912 a 1913 e, principalmente, de 1917 a 1921 (MARAM, 1979, p. 19 e 160; HALL, 2004, p. 259-260).

Nesse mesmo período, o nacionalismo constituiu um fenômeno internacional de intensa projeção, marcando a vida dos indivíduos em suas nações e, de forma mais complexa, a das populações migrantes pelo mundo. O presente artigo pretende discutir a participação de imigrantes italianos na elaboração de debates na crescente imprensa operária paulista, debates esses que mobilizaram elementos de identidade nacional e de classe. Uma parte significativa da discussão sobre as relações entre trabalhadores organizados, o processo migratório internacional e o crescimento do nacionalismo percorrem o período que vai do final do século XIX até a I Guerra Mundial. Este artigo procura avançar a discussão para os anos posteriores ao movimento grevista de 1917 no Brasil até meados da década de 1930, período marcado não apenas pelo declínio das organizações e mobilizações operárias, mas principalmente por um processo compreendido como de nacionalização dos trabalhadores no Brasil (TRENTO, 2010, p. 251).

Diante do desenvolvimento de estratégias destinadas a dismantelar o movimento operário no Brasil, os trabalhadores imigrantes estiveram bastante vulneráveis, em especial com a criação das primeiras leis e dispositivos republicanos que permitiam não apenas o fechamento de sindicatos por tempo indeterminado, como também possuíam como objetivo produzir uma base legal para a expulsão de militantes considerados

como perturbadores da ordem social. (MENEZES, 1996, p. 95; BONFÁ, 2009, p. 183-215). As disputas e debates que cercaram as manifestações operárias e a elaboração de decretos destinados a garantir a ordem social na jovem República brasileira revelam o papel de destaque adquirido pela questão da identidade nacional naquele momento, e que assumiu significados e usos distintos por parte dos grupos em conflito.

Por um lado, a imprensa que se manifestava de forma contrária aos operários, utilizando como argumento a defesa da ordem, divulgava uma concepção de que os direitos reconhecidos aos cidadãos brasileiros não deveriam ser estendidos aos estrangeiros, para não beneficiarem, na expressão utilizada pelo *Correio da Manhã* no ano de 1917, os “hóspedes perigosos”². A incorporação dos imigrantes à sociedade brasileira aparecia como atrelada à sua não participação nas crescentes lutas trabalhistas. A nacionalidade se tornou um elemento presente na imprensa de grande circulação, a qual responsabilizava os imigrantes pelas agitações operárias ao alegar que estes haviam trazido “na bagagem” ideologias “exóticas” como o anarquismo, o socialismo, o anarcossindicalismo, entre outros.

Em São Paulo, os trabalhadores italianos (assim como de outras nacionalidades) se depararam com a necessidade de enfrentar os significados e os usos da identidade nacional e do nacionalismo, recorrendo muitas vezes ao internacionalismo operário. Mas as formas pelas quais articularam elementos de identidade nacional e de classe foram bastante complexas no decorrer de todo o período denominado Primeira República. A partir da década de 1920, como veremos, outros elementos passaram a influenciar não apenas a composição da classe e do movimento operário em São Paulo, mas também os seus rumos e estratégias. Entre esses elementos constavam, por exemplo, a queda dos fluxos imigratórios, as novas estratégias de repressão e de controle social, o declínio do anarquismo e do anarcossindicalismo e a ascensão do regime fascista italiano.

² HÓSPEDES perigosos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 set. 1917.

A investigação sobre a relação entre a trajetória da migração italiana no mundo e o desenvolvimento do movimento operário nos países que os receberam contribui para a compreensão sobre como esses indivíduos construíram ou mobilizaram diferentes identidades juntamente com os trabalhadores ditos nativos. De acordo com Biondi, após a unificação da Itália, a considerável intensificação dos fluxos migratórios marcou profundamente o processo de construção de uma identidade nacional comum, sendo que as identidades múltiplas de muitos italianos se formaram fora da Itália. Biondi afirma não apenas a existência de um “conflito que muitos trabalhadores viveram na construção de suas identidades como italianos imigrados e ao mesmo tempo como trabalhadores”, mas também o fato de que muitos desses indivíduos começaram a militar política ou sindicalmente no estrangeiro, especialmente antes da Primeira Guerra Mundial (BIONDI, 2000, p. 132-135).

Como um dos resultados do período de imigração em larga escala para o Brasil nas décadas finais do século XIX e início do século XX, Michael Hall destacou a predominância de imigrantes e seus descendentes na primeira classe operária paulistana. (HALL, 2004a, p. 260). Após 1896, a maioria dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil se destinou a São Paulo. Até o ano de 1939, 944 mil italianos ingressaram apenas nesse Estado. Em 1920, de acordo com o censo, 71% dos italianos no país viviam em São Paulo (TRENTO, 2001, p. 102)³.

No começo do século XX, os italianos chegaram a 50% da população da cidade de São Paulo, onde só foram superados pelos portugueses em 1940 (HALL, 2004b, p. 124 e 128). Entre o final do século XIX e começo do XX, um número importante dos imigrantes italianos no Brasil era constituído por socialistas, anarcossindicalistas e anarquistas. Estes imigrantes

³ No entanto, a cifra de entradas de italianos no Brasil foi superada por outras nacionalidades como no período entre 1903 e 1919. Do total das entradas nesse período, 19% seriam de italianos, 21,9% de espanhóis e 36,9% de portugueses (TRENTO, 1989, p. 59).

se concentravam em uma classe operária emergente em São Paulo e contribuíram no estabelecimento das primeiras uniões trabalhistas (TRENTO, 2001, p. 102). Para Trento, a imprensa anarquista de língua italiana proporcionou um importante ponto de partida para o processo de articulação dos trabalhadores em organizações revolucionárias baseadas na classe no interior de uma sociedade multirracial e multiétnica nos estágios iniciais da industrialização. Segundo o autor: “Dentre os radicais daqueles tempos, os anarquistas foram os mais hostis em relação aos Estados-Nações e seus projetos de construção nacional; seu internacionalismo era acentuado” (Ibid). É importante ressaltar, no entanto, que a imprensa operária denunciava o desinteresse de muitos imigrantes pelas reivindicações coletivas por estarem mais preocupados em alcançar o enriquecimento individual e a ascensão social. Michael Hall acredita que parte significativa dos imigrantes “encarou com ceticismo, se não com hostilidade, a possibilidade de sua participação em estratégias políticas baseadas em ação coletiva”, além de demonstrarem grande desinteresse pela naturalização e por participação eleitoral (HALL, 2004b, p. 260-263).

Diferentes autores se referem à importância dos conflitos de classe como um elemento contrário ao crescimento de um sentimento de identificação ou de comunidade entre os italianos em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Enquanto empresários como Crespi e Matarazzo, por exemplo, procuraram fazer uso da questão étnica para minimizar as tensões com os operários, os jornais como o socialista *Avanti* os denunciavam como “exploradores patrióticos” (AVANTI!, 5 jan. 1901 apud TRENTO, 1989, p. 152-153). Trento argumenta que as rivalidades regionais que os imigrantes traziam da Itália tornava difícil a busca por uma italianidade entre indivíduos para os quais “a Sicília estava tão distante quanto o Brasil, em termos culturais e lingüísticos”. (Ibid.).

A historiografia que discute a formação da classe operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do século XX tem demonstrado não apenas que a classe possuía uma

composição bastante heterogênea, mas também como as divisões étnicas, políticas, por categorias e ofícios constituíram obstáculos importantes para as iniciativas que buscavam a organização dos trabalhadores no período (BATALHA, 2006, p. 166-168). Por um lado, os imigrantes impulsionaram o nascimento das organizações de classe e o desenvolvimento de reivindicações e protestos e, em São Paulo, os italianos constituíram a grande maioria das lideranças por quase três décadas. Mas as divisões entre trabalhadores nativos e estrangeiros e entre os próprios estrangeiros dificultaram a organização dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma consciência de classe mais ampla. Entretanto, alguns fatores como o aumento da inflação e da jornada de trabalho e a piora nas condições de vida dos trabalhadores contribuíram para que muitas dessas divisões fossem superadas como durante o processo que resultou na eclosão da greve geral paulistana de 1917⁴. Além disso, os esforços anteriores realizados pelas associações e pela própria imprensa operária no sentido de superar as divisões internas da classe também contribuíram para a amplitude das mobilizações travadas nos anos entre 1917 e 1919⁵.

Há ainda outro elemento que merece ser destacado: naquele momento, muitos dos trabalhadores imigrantes acusados pelos militantes como mais interessados no enriquecimento pessoal e no retorno ao país de origem do que em conquistas coletivas de melhores condições de trabalho começavam a mudar de perspectiva. Uma parte considerável desses imigrantes passou a reconhecer as dificuldades em realizar esses objetivos individuais

⁴ Sobre o aumento da inflação, desemprego e pauperização dos trabalhadores e o agravamento da crise social no período que antecedeu o movimento grevista de 1917, ver: CAMPOS, 1988, p. 38-40 e LOPREATO, 2000, p. 73-84.

⁵ De acordo com Batalha, o impressionante aumento da criação de organizações operárias nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo no período entre 1917 e 1919 pode ser interpretado como indicação da instabilidade e do “caráter efêmero das sociedades operárias”, mas também pode significar que “a despeito de condições adversas” que podiam levar ao fechamento das associações, “a cada conjuntura mais favorável, o operariado estava propenso a reconstituir e ampliar sua organização” (BATALHA, 2006, p. 172-173.).

e abandonavam ou se distanciavam dos planos de retorno à nação de origem. Em relação aos imigrantes italianos, mais especificamente, houve praticamente uma paralisação dos fluxos internos (de imigrantes vindos das fazendas de café ou de regiões do sul do país à procura de ocupações urbanas) e externos para São Paulo, possibilitando uma estabilidade temporária de famílias que passavam a construir suas vidas nessa localidade sem planejar uma volta para a Itália. A estabilidade dos imigrantes italianos, que constituíam a grande parte dos trabalhadores de fábricas e oficinas em São Paulo, possuiu grande importância para o momento inicial da greve de 1917⁶.

Embora ofuscados pela presença intensa de anarquistas, de acordo com Biondi, os socialistas italianos foram bastante ativos e fundamentais no processo de reorganização das ligas sindicais. Além da refundação da Federação Operária de São Paulo (FOSP) em agosto de 1917, os sindicatos de bairro explicitavam “um novo momento organizativo de superação das diferenças étnicas, supranacional e brasileiro”, mesmo que boa parte das ligas, principalmente as de ofício, continuasse apresentando “uma identidade de classe em muitos casos ainda com forte definição étnica”. Além disso, os socialistas italianos moviam uma campanha para mostrar que os empresários italianos em São Paulo alcançavam um significativo enriquecimento e possuíam interesses na Grande Guerra. Os socialistas procuravam, por um lado, “contrastar o nacionalismo mais politicamente estruturado de alguns com o patriotismo popular” e, mais do que isso, combatiam intensamente o sistema de coleta de listas de subscrição que vinha sendo feita pelo *Comitato Italiano Pro-Patria* por meio de seus subcomitês de bairro⁷.

⁶ Este é o argumento de Biondi para questionar a interpretação de que esses eventos foram espontâneos, demonstrando uma organização complexa do movimento operário nesse período. A estabilização dos fluxos migratórios constitui, para o autor, um dos elementos responsáveis pela especificidade da greve paulistana de 1917 em relação aos movimentos anteriores, pois ela teria contribuído para um maior envolvimento dos imigrantes italianos na construção de organismos de defesa (BIONDI, 2009, p. 273-275; 288; 306).

⁷ Ibid., p. 271-277.

Para Biondi, os socialistas exploraram o fato de que a arrecadação constituía um “fator de elevação da tensão interna nas fábricas paulistanas”. Isto é, o enriquecimento dos empresários italianos contrastava com o empobrecimento dos trabalhadores e, assim, os próprios periódicos apontavam que o despertar do movimento operário, nesse momento, se iniciava com o pedido de abolição da taxa⁸.

Nesse período, entre os recursos utilizados pelos patrões e pelo Estado brasileiro para reprimir as agitações operárias, a presença de imigrantes no mercado de trabalho e especialmente no movimento operário foi particularmente explorada. A divulgação pela grande imprensa dos argumentos contrários às reivindicações operárias e que buscavam legitimar medidas repressivas como prisões, empastelamento dos jornais operários, deportações e a busca pela criação de decretos que legalizassem essas ações revelam a ênfase no caráter “estrangeiro” da mobilização operária.

Os discursos parlamentares e a imprensa de grande circulação representavam os trabalhadores “nacionais” como ingênuos que eram manipulados por líderes estrangeiros, adeptos de ideologias exóticas que não se adequavam à realidade nacional. A grande imprensa procurou, assim, alimentar as divisões entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. O que chama a atenção, no entanto, é o significado atribuído ao termo “nacionais” nessas publicações. A condição da “nacionalidade” aparecia vinculada ao comportamento político e social do indivíduo e não ao lugar de nascimento, tempo de residência no país ou sequer ao processo de naturalização como, por exemplo, nos artigos “O problema dos indesejáveis” e “Os indesejáveis” publicados respectivamente no *Correio da Manhã* e *O Paiz*, ambos do Rio de Janeiro⁹.

⁸ Biondi cita o periódico anarquista paulistano *Guerra Sociale* e o socialista *Avanti*. *Ibid.*, p. 279 e 283.

⁹ Ver, por exemplo: O PROBLEMA dos indesejáveis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 set 1917; e OS INDESEJÁVEIS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 set 1917.

Contra esse argumento vinculado às ações repressivas, a imprensa operária respondeu com a defesa da solidariedade de classe e que os trabalhadores imigrantes deveriam ser tratados como brasileiros. Vários jornais denunciavam frequentemente que a repressão atingia os trabalhadores de forma geral: brasileiros e estrangeiros eram igualmente detidos pela polícia e os que não podiam ser deportados para fora do país, eram “deportados”, dentro do país, para complexos prisionais como a Clevelândia. Essa imprensa denunciava que os ataques ao movimento operário ameaçavam as conquistas ou as lutas pelas melhorias nas condições de trabalho, e que, portanto, afetavam a todos os trabalhadores e não apenas aos imigrantes. A identidade nacional se tornou um tema presente nos argumentos de defesa e legitimação dos direitos que os trabalhadores, imigrantes ou brasileiros, deveriam possuir no país.

Vale lembrar, ainda, que desde a década de 1890 a língua da imprensa periódica no movimento operário paulistano era o italiano, fosse entre os anarquistas, socialistas ou sindicalistas. Por meio dessas publicações, imigrantes com maior experiência política procuravam sensibilizar os nativos e também seus conterrâneos sobre a questão social (BATALHA, 2006, p. 166-168). A maioria eram jornais italianos com pelo menos uma seção em português (como *L'Avvenire*, *La Barricata*, *Germinal*, anarquistas, e o anarcossindicalista *La Scure*), mas também havia periódicos brasileiros com seções em italiano (como *O Amigo do Povo*, *A lanterna*, *O Carpinteiro*). Apenas a partir do final dos anos 1910 é que começa a diminuir o número de jornais italianos (TRENTO, 1989, p. 243).

A partir de 1917, alguns jornais publicados em São Paulo dedicaram uma atenção significativa aos debates sobre nacionalismo e sobre a presença de estrangeiros no movimento operário. Dentre os de língua italiana, podemos destacar os de caráter libertário como *Alba Rossa*, *Germinal* e *Guerra Sociale*, além do socialista *Avanti* e do antifascista *La Difesa*. Todos eles publicavam em italiano, possuíam seções em português e discutiam eventos relacionados aos trabalhadores no Brasil, mas

também dedicavam muitos artigos para descrever o andamento de movimentos revolucionários em várias partes do mundo.

Em julho de 1917, o periódico *Guerra Social*, dirigido por Angelo Bandoni, comentava eventos recentes ocorridos no Rio de Janeiro, como greves, agitações a respeito de vítimas do desabamento do York-Hotel, a prisões de operários, proibição dos comícios, entre outros, que estariam causando polêmica também em grandes jornais. Sobre a ação da polícia no Rio, afirmava o periódico:

E o que é de notar especialmente nessa raiva Aureliana, são os processos soezes de calúnia e da mentira usados pelo chefe e seus subordinados. Aos jornais e aos tribunais, o sr. Aureliano informa, de face impassível, que as agitações operárias no Rio de Janeiro são fruto de meia dúzia de anarquistas estrangeiros, vagabundos e desalmados, quando sabe muito bem que os militantes de maiores responsabilidades no meio operário, entre nós, são brasileiros natos ou residentes no Brasil há dez, vinte e mais anos, trabalhadores, quase todos com família aqui constituída e com filhos aqui nascidos. (NO RIO – o chefe da mentira. *Guerra Social*, São Paulo, p. 4, 7 luglio 1917).

Dessa forma, o periódico apresentava a ideia de que a presença de brasileiros no movimento operário era significativa, com “as maiores responsabilidades”, mas também procurava reforçar o argumento de defesa dos direitos constitucionais dos imigrantes residentes. Por essa razão, esses jornais, assim como os periódicos operários publicados em português como *A Plebe* e *O Combate*, destacavam as evidências – casamento com cônjuge brasileiro, filhos brasileiros, ou a residência há mais de cinco anos no país – de que esses imigrantes se enquadravam na categoria de residente, e, portanto, não poderiam ser deportados do Brasil¹⁰.

¹⁰ Procurei discutir os debates na imprensa sobre a questão da “residência” no artigo “Os prisioneiros do Benevente” (GERALDO, 2012). Sobre o assunto, ver também BONFÁ, 2009.

Após as greves de 1917 foi fundado outro periódico de língua italiana em São Paulo, o libertário *Alba Rossa*. Criado em 1919 por Alessandro Cerchiai¹¹, reunia militantes como Silvio Antonelli, Oreste Ristori e A. Bandoni e publicou 22 exemplares até outubro de 1919, quando afirmou que iria passar a apresentar contribuições em língua italiana para o periódico também libertário *A Plebe*, com o qual demonstrava ter forte articulação (AI NOSTRI lettori, *Alba Rossa*, São Paulo, p. 1, 13 ott. 1919)¹².

O periódico demonstrou particular preocupação em confrontar as acusações de que as mobilizações e greves operárias eram causadas ou lideradas por indivíduos ou movimentos políticos estrangeiros. A partir de abril de 1919, *Alba Rossa* passou também a denunciar a manutenção de companheiros nas prisões em São Paulo e no Rio de Janeiro ao longo de meses (ALBA ROSSA. São Paulo, 12 apr. 1919, p. 2.)¹³ e anunciava eventos como a “Festa Di Propaganda”, para auxiliar *A Plebe* e companheiros presos. O evento seria constituído por algumas apresentações teatrais apresentadas em espanhol, como “1º de Maio” de Pedro Gori, e “Arlequin El Selvage”, indicando o esforço para garantir a atração de imigrantes de outras nacionalidades (ALBA ROSSA, São Paulo, p. 3, 1 magg. 1919).

Em maio de 1919, um dos artigos dizia que existam rumores de que as mobilizações operárias daquele momento não estavam de fato relacionadas às causas econômicas verdadeiras, por

¹¹ Cherchiai deixou a Itália após ter sido mantido preso durante dois anos por envolvimento em sublevações populares. Cherchiai chegou ao Brasil em 1901, foi para a Argentina em 1903, mas retornou ao Brasil em 1904 onde permaneceu, falecendo em 1935. Esteve envolvido na fundação, muitas vezes com apoio de outros militantes, de vários periódicos anarquistas como *La Nuova Gente*, *La Barricata*, *La Propaganda*, *Guerra Sociale* e *Alba Rossa*. Além disso, atuou ainda como redator do *La Battaglia* entre 1904 e 1912. Ibid., p. 223-224.

¹² Ao longo das décadas de 1920 e 1930, *Alba Rossa* foi publicado esporadicamente, em geral para a celebração do 1º de maio.

¹³ Em abril, o periódico afirma que pretende aumentar a circulação de 1000 para 1500 cópias. ALBA ROSSA, São Paulo, p. 4, 16 febr. 1919.

serem promovidas por motivos políticos alheios aos interesses materiais dos grevistas:

É absolutamente falsa a afirmação que circula, segundo a qual se pretende fazer crer que o movimento atual é obra de hipotéticos elementos vindos do estrangeiro.

Que entre os trabalhadores em greve haja operários estrangeiros é uma coisa natural. As massas operárias são em grande parte constituídas por trabalhadores estrangeiros que dão seus esforços e a sua atividade para a nossa indústria.

As queixas dos operários foram claramente expostas e correspondem à necessidade local. Não há nada em comum entre as reivindicações de caráter estrangeiro e as aspirações econômicas do proletariado. (ALBA ROSSA. São Paulo, p. 1 e 4, 10 magg. 1919).

De acordo com o periódico, a presença de imigrantes na classe operária resultava na participação dos mesmos nas mobilizações grevistas, e as reivindicações do movimento constituíam consequência direta das condições locais em que viviam, ou seja, do alto grau de exploração dos trabalhadores nas relações de trabalho e do crescimento acintoso da inflação. Com isso, buscavam negar também que as greves ocorridas em 1919 representavam a ação ou a influência de movimentos estrangeiros ou da própria Revolução Russa. Entretanto, a mesma edição do periódico utilizava essa revolução como exemplo a ser seguido pelos trabalhadores em um artigo escrito em português:

Camaradas paulistas, estrangeiros e nacionais, pois que na luta pela igualdade não se distinguem nacionalidades, imitemos a Rússia, marchemos de frente erguida e cheios de coragem para o porvir. (CAMARADAS [carta escrita em 3 de maio de 1919 por Antonio Pérez]. *Alba Rossa*, São Paulo, p. 4, 10 magg. 1919).

Alba Rossa assim confrontava a acusação de que os projetos políticos ou ideologias “estrangeiras” não constituíam as respostas para os problemas nacionais, defendendo a concepção de que

os conflitos de classe constituíam uma realidade internacional. Diante dessa situação, os trabalhadores deveriam se unir, independentemente de sua origem nacional. Certamente, isso não impedia que essas afirmações fossem interpretadas ou apresentadas como evidências de influências externas sobre o movimento operário.

Os anos que se seguiram a essas greves foram marcados pelo aumento da repressão. Esses periódicos, por sua vez, investiram na defesa dos militantes e das reivindicações presentes em suas lutas. Em 1920, o periódico publicou um artigo intitulado “Sono Straniero!”, associando algumas das suas reivindicações com a ironia quanto à acusação de que os anarquistas eram estrangeiros e eram também os grandes responsáveis pelas agitações sociais. Após descrever a aumento dos preços de alimentos, aluguéis e vestuário, afirmava que “a culpa dessa situação canibalesca, naturalmente, fica com os anarquistas que, além disso, são estrangeiros!...”. O artigo apresentava o seu próprio autor da seguinte maneira:

Eu também sou um anarquista estrangeiro, desde que cheguei, pois fui trazido há 27 anos (eu tinha apenas 9) para esta terra hospitaleira, onde passei minha infância, juventude e quase a velhice, sempre e sempre trabalhando em circunstâncias difíceis, já que o trabalho neste país é mal pago e sem nenhuma garantia do direito dos trabalhadores, razão principal pela qual me tornei anarquista neste mesmo país. (SONO STRANIERO!. São Paulo, p. 2-3, 1º magg. 1920).¹⁴

Mas não era apenas o tema da presença de imigrantes no movimento operário e da legitimidade de suas reivindicações que eram enfrentadas nas páginas de *Alba Rossa*. O periódico também denunciava violências policiais e as prisões de militantes. Mas seu foco principal constituía a apresentação de artigos sobre doutrina e sobre o andamento dos movimentos revolucionários em

¹⁴ As traduções do italiano realizadas neste artigo são minhas.

escala internacional. Surgido logo após o final da Primeira Grande Guerra, o periódico publicou vários artigos que relacionavam o conflito bélico como resultado do nacionalismo, definido como um fenômeno que mascarava a exploração dos trabalhadores pelas classes dirigentes e pelos governos. Contra as guerras e as nações, o periódico apresentava sua ênfase na defesa do internacionalismo operário (ALBA ROSSA. São Paulo, p. 1, 26 genn. 1919). Um dos argumentos apresentados em seus artigos era o de que os imigrantes também estavam entre as classes dirigentes e que estas procuravam utilizar o nacionalismo como uma estratégia de controle e exploração sobre os trabalhadores italianos no Brasil.

Em artigo escrito em português e assinado por Paulino Baci, o nacionalismo era acusado de constituir um instrumento utilizado pela burguesia capitalista para explorar os trabalhadores e que a “pátria” não garantia qualquer direito ou benefício aos trabalhadores, que morriam nas guerras em sua defesa:

Noticiaram os jornais que mais de vinte milhões de homens tombaram na horrenda carnificina que durante quatro anos e meio ensangüentou a humanidade.

São vinte milhões de pais, filhos, maridos e irmãos que nunca mais apertarão em seus braços os seres queridos.

São vinte milhões de braços que não mais se levantarão para pegar no arado ou na enxada. São vinte milhões de corações que deixaram de pulsar em peitos generosos e que derramaram seu precioso sangue em defesa da pátria.

Mas de qual pátria? Será em defesa do que ganharam com o seu trabalho?

Será em defesa do recanto de terra plantado e regado com o suor do seu rosto? (O PROLETARIADO e a Guerra. *Alba Rossa*, São Paulo, p. 2, 8 febr. 1919).

De acordo com o artigo, a guerra respondia aos interesses dos “capitalistas e governantes” que, investindo no militarismo e na “paz armada”, se beneficiavam por fazerem “fortuna em

tempo de guerra, à custa do sacrifício do proletariado”. Seriam sempre os próprios governantes e diplomatas que declaravam guerra e combinavam a paz, “sem consultar a vontade dos povos, massas de desconsiderados que têm de seguir sem protesto, para as linhas da frente, transformados em soldados para morrer sem saber o porquê”. Os trabalhadores nada tinham a ganhar, ou mesmo a defender nos campos de batalha, mas eram eles que padeciam nos conflitos. Finalmente, quando as guerras se encerravam e esses indivíduos retornavam aos seus lares, o artigo questiona:

Quem lhes dá trabalho e meios de sustento? O governo, a pátria? Muitas vezes, para não morrer de fome, sois obrigados a ir longe da pátria, procurar o trabalho ingrato.

Se a pátria não cuida e nada vale para os deserdados, se o governo só existe para oprimir as classes pobres, com que direito se chamam os proletários em defesa da pátria e das instituições? (Ibid.)¹⁵.

O artigo podia assim lembrar a seus leitores as difíceis condições de vida que os obrigaram a deixar a Itália, afirmando que os trabalhadores e despossuídos não teriam qualquer razão para lutarem por qualquer pátria. A conclusão seria que os trabalhadores deviam ficar conscientes de que a “verdadeira guerra” que deviam enfrentar era contra a fome e devia ser travada por “todos os povos unidos contra o opressor”. *Alba Rossa* denunciava a ação da polícia de Altino Arantes (São Paulo) e acusava o *Fanfulla* de contribuir com as críticas contra os anarquistas, acusando o jornalista Umberto Serpieri de realizar um jornalismo “pappatriótico”¹⁶ e reacionário (ALBA ROSSA. São Paulo, p. 3, 1 mar. 1919). O periódico manifestava apoio à Revolução Russa, acompanhado por severas críticas ao nacionalismo e ao patriotismo (IMPIARAMO. *Alba Rossa*, São

¹⁵ Ver também: L'ESERCITO. *Alba Rossa*, São Paulo, p. 2, 1º magg. 1919.

¹⁶ O termo “pappatriótico” era utilizado na imprensa operária para ironizar o patriotismo italiano.

Paulo, p. 1, 13 ott. 1919; PATRIOTISMO e Governo. *Alba Rossa*, São Paulo, p. 3-4, 31 genn. 1919).

Para promover a solidariedade da classe, essa imprensa operária de língua italiana investia no combate ao nacionalismo. Já no início de 1917, o periódico *Guerra Sociale* afirmava que o “último refúgio dos bandidos era o patriotismo”. O periódico afirmava ter agido, juntamente com outros periódicos de língua italiana no Brasil, para combater o nacionalismo “nesses anos de entusiasmo patriótico, de entusiasmo canibalesco”, reafirmando os princípios da Internacional (GUERRA SOCIALE, São Paulo, p. 3, 13 genn. 1917).

Mesmo após o combate às taxas do *Comitato Italiano Pro-Patria* em 1917, esses periódicos continuaram a discutir como o nacionalismo e a nacionalidade eram utilizados como instrumentos na exploração dos trabalhadores inclusive por empresários italianos. Entretanto, a partir da década de 1920 tanto a propaganda quanto a ação de classe passou a perder progressivamente a sua força em vários campos nos quais atuavam anteriormente. A queda do fluxo de imigrantes italianos e o envelhecimento dos ingressados anteriormente contribuíram para a perda progressiva da importância dos italianos entre as lideranças operárias paulistas, sendo que as migrações internas passam a crescer consideravelmente após 1929. A intensificação da repressão e a grave crise econômica internacional prejudicaram significativamente o movimento. A imprensa de classe foi bastante afetada, diminuindo drasticamente com a suspensão de vários jornais. As ligas de resistência entraram em crise e a presença de italianos entre as lideranças foi progressivamente substituída pelo elemento nativo. Ao longo desse processo, o movimento operário deixou de ser, como afirma Trento, “classificável por nacionalidades”¹⁷. A década de 1920 também veria surgir outro

¹⁷ Para o autor, a maior parte dos italianos naquele momento vivia no Brasil há muito anos, senão décadas, e os que ainda chegavam possuíam uma “sensibilidade política já formada” e eram convidados a participar de grupos e partidos brasileiros e a reforçar o movimento operário local. “Essa foi, sobretudo, a linha do partido comunista (que se fortaleceu também

elemento que afetaria particularmente a vida desses trabalhadores no Brasil e os debates dos periódicos em questão: a ascensão do regime fascista na Itália.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, o regime fascista alcançou uma adesão importante na coletividade italiana no Brasil, mesmo entre os operários¹⁸. De acordo com Trento, a popularidade do regime fascista conseguiu conquistar uma população importante, principalmente na década de 1930, mesmo que isso estivesse mais relacionado ao grande prestígio que a Itália de Mussolini conseguiu conquistar no exterior do que de fato uma assimilação de linhas políticas e orientações ideológicas. A imagem positiva da Itália e do regime fascista entre a opinião pública nativa brasileira foi estimulada pela obra de propaganda feita tanto por representantes diplomáticos, quanto pelo cinema, pelos institutos ítalo-brasileiros de alta cultura, pela imprensa italiana e mesmo por demonstrações de simpatia presentes em jornais brasileiros. Além disso, a classe política local manifestava admiração pelo corporativismo, pelo modelo sindical, pelas relações com a Igreja e ainda pelas realizações da Itália fascista que eram divulgadas pela imprensa (TRENTO, 2010, p. 254).

A propaganda do regime fascista no Brasil foi particularmente favorecida por instituições e órgãos da coletividade imigrada. Mais do que os Fascios italianos no exterior, que contaram com um número baixo de membros no Brasil, os maiores sucessos foram alcançados pela ação do corpo diplomático e, principalmente,

com indicações provenientes da Terceira Internacional), linha que os correligionários italianos obrigados ao exílio não tiveram dificuldade em seguir, certamente por causa de sua irrelevância quantitativa, mas, acima de qualquer consideração, por causa de sua marginalidade dentro do antifascismo peninsular em São Paulo, que os levou a concentrar a própria atividade quase exclusivamente nas organizações de classe brasileiras". Trento, 2010, p. 250-251.

¹⁸ Para Trento, essa adesão pode ter tido um caráter superficial, "mas não há dúvida de que os próprios operários não pareceram se limitar a um indistinto fascismo 'genérico'", questionando, portanto, o argumento apresentado por BERTONHA, 2010, p. 252.

a “Opera Nazionale Dopolavoro” [Organização Nacional dos Trabalhadores] – OND, com uma “abordagem menos direta e sob a cobertura de objetivos aparentemente apolíticos”. As associações “Dopolavoro” possuíam uma série de recursos e estruturas para atrair associados e convidados e promoviam diversas atividades. As mais destacadas eram as de caráter esportivo, como torneios de futebol, basquete, vôlei, bocha, entre vários outros, e também com espetáculos teatrais e cinema. As OND constituíram um meio eficiente de penetração no proletariado e possuíam um alto grau de difusão no Brasil, que chegou a ser maior do que no resto dos países latino-americanos, e foram fundamentais para a socialização política das classes trabalhadoras (Ibid., p. 255-258 e 262).

Ao longo desse período, a ascensão do fascismo passou a receber a atenção e as críticas dos operários de língua italiana em São Paulo. O periódico *La Difesa* promoveu diversas críticas contra o fascismo. Em 1927, divulgava a viagem de seu diretor, o jornalista socialista e antifascista Francesco Frola, para Juiz de Fora e Belo Horizonte, indicando o esforço dos militantes em promover o antifascismo também fora de São Paulo (L TRIONFALE accoglienza di Bello Horizonte all'on Frola. *La Difesa*, São Paulo, p. 1, 25 sett. 1927). O periódico denunciou a divulgação feita pelo *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, de que o embaixador da Itália estava se movimentando no sentido de conseguir que o governo brasileiro expulsasse Frola, por sua ação contra o fascismo (LA DIFESA. São Paulo, p. 3, 18 dic. 1927). Em artigo publicado em português, o periódico *La Difesa* confrontou a denúncia feita por Romualdo Negrelli contra a vinda de Frola para o Brasil:

Pelo que vejo, a nacionalidade brasileira serve de esconderijo para acobertar um adepto do fascismo e atacar o jornalista Frola [...]. Lamenta-se o Sr. Negrelli que o sr. Frola tenha desembarcado no Brasil, e usando hipocritamente a máscara de brasileiro, diz que o Brasil tinha a obrigação de usar todas as precauções antes de lhe permitir a entrada.

[...]

O Brasil, felizmente, não necessita dos conselhos interessados do último cav. acobertado com a máscara de brasileiro, e que no fundo não passa de um agente dos camisa preta, a instituição mais nefasta dos tempos modernos. (VIZZOTTO, Angelo. Poços de Caldas. *La Difesa*, São Paulo, p. 3, 28 nov. 1926.)

É possível perceber, nas palavras acima, como a defesa do militante de origem italiana foi realizada ao apontar o indivíduo com “máscara de brasileiro” que, na realidade, estaria atuando em benefício de um regime, este sim, estrangeiro. O periódico denuncia o uso excludente feito por Negrelli da questão da nacionalidade brasileira, que significaria que a atuação política de Frola no Brasil era indesejável e com presença ilegítima nas lutas operárias, mas, por outro lado, o periódico transferiu o peso de ser “estrangeiro” para o fascismo.

La Difesa atribuía grande destaque às ações fascistas em São Paulo em suas investidas contra militantes e imprensa antifascista¹⁹ e, em 1927, apresentou alguns balanços sobre os cinco anos do fascismo na Itália²⁰. Mesmo durante a década de 1930, o periódico dedicou-se intensamente à propaganda antifascista, e procurava mesmo desqualificar Mussolini apresentando-o como um traidor dos movimentos operários, e que a campanha nacionalista movida por ele apenas camuflava a exploração dos trabalhadores. Por outro lado, essas denúncias não impediam que o próprio Frola interpretasse o fascismo como um regime “anti-italiano” e que os “exilados” é que representavam a nação italiana: “O fascismo não deve ser confundido com a Itália. É a Anti-Itália”²¹. Frola continua esse argumento, reforçando que o fascismo não era apenas “a

¹⁹ L'AZIONE provocatrice del Fascismo a San Paolo. *La Difesa*, São Paulo, p. 3, 25 dic. 1927; L'INDIPENDENZA della magistratura brasiliana. *Ibid.*

²⁰ TURATI, Filippo. I – Cinque anni di fascismo. *La Difesa*, São Paulo, p. 2, 11 dic. 1927; II – La lezione rivoluzionaria del fascismo. *Ibid.*

²¹ FROLA, Francesco. I fuorusciti e l'Anti-Italia. *La Difesa*, São Paulo, p. 1, 11 nov. 1926.

negação da pátria”, mas era também “a antítese de toda a tradição italiana”, e as aspirações milenares “da nossa gente”. Para o socialista, a Itália não era apenas uma palavra que se referia ao território, mas uma “alma, que vem de séculos de história, de tradições milenares, das aspirações constantes e nobres do seu povo” e o fascismo seria a própria destruição da obra dos grandes líderes da unificação italiana²².

Com relação ao nacionalismo fascista, também o periódico *Alba Rossa* expressava suas críticas, relacionando a ascensão do fascismo com os próprios heróis da unificação italiana, como na gravura a seguir:



IL FASCISMO com tutto il suo bagaglio [O fascismo com toda a sua bagagem]. *Alba Rossa*, São Paulo, 7 julho 1934, p. 1.

²² Id. Il fascismo è l'anti-Italia – Il fascismo è la negazione della patria, non solo, ma è anche l'antitesi di tutta la tradizione italiana. *La Difesa*, São Paulo, p. 1, 28 nov. 1926.

A imagem foi publicada em uma edição de 1934, mostrando uma saudação entre Hitler e Mussolini que carregam armas ensanguentadas e símbolos como a suástica nazista. Atrás de Mussolini, do outro lado de uma janela, observam a cena alguns dos principais personagens associados à luta contra o fascismo e ao processo de unificação italiana. O primeiro deles era Giacomino Matteotti, deputado socialista, assassinado em 1924 após apresentar denúncias no parlamento contra a manipulação fascista das eleições e, portanto, um dos grandes símbolos da luta contra o fascismo. Ao lado dele estavam Garibaldi, Mazzini, Cavour, símbolos da unificação italiana. Apesar das críticas ao nacionalismo fascista, em alguns momentos tanto *La Difesa* quanto *Alba Rossa* acabavam representando o regime fascista como uma violência contra a própria nação italiana. Em um contexto em que a classe e o movimento operário em São Paulo caminhavam no sentido de se tornarem cada vez mais “brasileiros”, os periódicos militantes de língua italiana ainda mostravam uma complexa relação entre identidade nacional, identidade de classe e combate ao fascismo. Ao defenderem os direitos dos trabalhadores em suas páginas, os periódicos insistiam que os imigrantes deveriam ser tratados como “brasileiros”. Ao combaterem o crescimento do fascismo na Itália e no Brasil, os jornais insistiam que o nacionalismo era um instrumento utilizado para camuflar a luta de classes. Mas, em vários momentos, expressavam a crença na existência de uma “verdadeira” Itália, representada pelos trabalhadores italianos espalhados pelo mundo, e ameaçada pela violência e autoritarismo do regime de Mussolini.

Embora esse confronto entre diferentes concepções de nação italiana tenha alcançado uma dimensão particularmente significativa nas décadas de 1920 e 1930, ele não constituía uma novidade. Na passagem do século XIX para o XX no Brasil, os republicanos italianos expressavam um conceito de uma nação proletária, e também de cidadania e identidade italiana, representada por seus emigrantes espalhados pelo mundo, mas especialmente nas Américas – “uma Itália *potencialmente* socialista e republicana” – contra a ideia de uma nação burguesa

e monarquista, expressa pelos consulados e com o apoio dos “homens da elite da *colônia*, sobretudo os empresários e profissionais mais bem sucedidos”²³. Posteriormente, portanto, esse inimigo da nação proletária passou a ser representado pelo fascismo.

Conclusão

Essa discussão compartilha o caminho percorrido pelos estudiosos da história do trabalho que tem investigado o processo pelo qual identidades étnicas e nacionais foram articuladas, às vezes associadas ou então confrontadas com outras identidades, como a de classe (ou ainda de gênero, religiosa, entre outras). Assim, os sujeitos históricos são considerados como portadores de identidades múltiplas que podem ser instrumentalizadas em momentos específicos. Ao analisar as relações entre etnicidade e classe em São Paulo, Michael Hall propõe que a etnicidade seja interpretada de forma semelhante à que E. P. Thompson tratou o conceito de consciência de classe: “em vez de considerá-la como sempre igual e como uma entidade reificada que determina certas práticas, poderíamos tentar ver, no decorrer de lutas, como uma identificação étnica pode emergir (ou não), se desenvolver e esvaecer em circunstâncias históricas específicas” (HALL, 2010, p. 63).

A migração internacional podia tanto enfraquecer quanto incentivar o desenvolvimento de uma identidade nacional italiana. Redes internacionais de migração reforçavam a importância das vilas e regiões, deixando pouco incentivo para muitos camponeses, com seu tradicional ceticismo em relação aos Estados, para se transformarem rapidamente em nacionalistas italianos.²⁴ Ao invés disso, muitos migrantes denominavam a

²³ Para Biondi, esta era uma batalha também sobre “diferentes concepções de cidadania italiana, e portanto de identidade” (BIONDI, 2000, p. 136-137).

²⁴ Franzina destaca a percepção das classes dirigentes italianas quanto ao pouco apreço dos camponeses do Vêneto com relação à sua anexação à Itália. O autor cita um dos relatórios agrários datado de 20 anos após a anexação

terra onde conseguiam sustento como sua verdadeira pátria ou que “nossa pátria é o mundo inteiro”. Com base nesses elementos, Gabaccia sugere que seriam essas as razões para o grande desinteresse de migrantes italianos pela naturalização e ativismo eleitoral (GABACCIA, 1994, p. 73-75). Portanto, essa circulação global de milhões de trabalhadores e exilados políticos italianos teria propiciado uma significativa circulação de ideias, experiências e ideologias entre a Itália e as “Pequenas Itálias” espalhadas pelo mundo (GABACCIA, 1991, p. 111).

Em São Paulo, as disputas e debates que cercaram as manifestações operárias e a elaboração de decretos destinados a garantir a ordem social na jovem República brasileira revelam o papel adquirido pela questão da identidade nacional naquele momento, e que assumiu significados e usos distintos por parte dos grupos em conflito. Nessa imprensa operária, essas identidades foram mobilizadas ou enfrentadas na elaboração das lutas e das defesas de militantes presos ou ameaçados de expulsão. Os periódicos passaram a perder espaço progressivamente, mas continuaram a insistir que as estratégias de repressão afetavam pesadamente o militante estrangeiro, que se tornava alvo não apenas das expulsões, mas de uma série de medidas que passavam cada vez mais a excluí-los das lideranças das associações e sindicatos²⁵, e, finalmente, eram constantemente deslegitimados em suas reivindicações. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, os periódicos enfrentavam essas questões e continuaram a promover a solidariedade da classe, ainda que o movimento não possuísse mais o vigor das décadas anteriores.

do Vêneto que afirmava: “o amor pela pátria é um sentimento totalmente desconhecido aos nossos vilões e a maior parte deles ainda têm saudade do domínio austríaco, sob o qual pagavam menos; eles se preocupam com uma coisa apenas, isto é, ter as menores cobranças possíveis, tanto do contrato com o patrão, quanto municipais, provinciais ou governativos” (FRANZINA, 2006, p. 305 e 317).

²⁵ Como no Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. In: BRASIL. [Leis etc.]. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. V. II, Atos da Junta Governativa Provisória e do Governo Provisório (outubro a dezembro).

O surgimento do fascismo e a ação das Dopolavoro no Brasil contribuíram para complicar ainda mais as relações entre classe e identidade nacional, e provavelmente para fortalecer a última em detrimento da primeira. O fascismo, o declínio das correntes anarquistas e anarcossindicalistas no movimento operário paulistano e a queda dos fluxos imigratórios contribuíram para que os italianos fossem assimilados com os trabalhadores nativos, fazendo com que os italianos progressivamente perdessem sua especificidade étnica no interior do movimento operário em São Paulo.

Referências

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERTONHA, J. F. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2001.

BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 15, n. 27, p. 259-307, 2009.

BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patricias e o nascente sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXVI, n. 1, p. 131-162, jul. 2000.

BONFÁ, Rogério L. G. “Com lei ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 183-215, 2009.

CAMPOS, Cristina H. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GABACCIA, Donna R. "Wherever we work, that land is ours": The Italian anarchist press and Working-Class solidarity in São Paulo. In: GABACCIA, Donna R.; OTTANELLI, Fraser M. *Italians workers of the World: labor migration and the formation of multiethnic states*. Urbana: Univ. of Illinois, 2001. p. 102-120.

GABACCIA, Donna R. Worker Internationalism and Italian Labor Migration, 1870-1914. *International Labor and Working-Class History*, New York, n. 45, p. 63-79, 1994.

GABACCIA, Donna R. American Studies Association: Internacionalism and the U.S. Working Class. *International Labor and Working-Class History*, New York, n. 40, p. 111-112, 1991.

GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 61-76, 2012.

HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F.; FRANZINA, E. (Orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010.

HALL, Michael M. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004a. v. 3.

HALL, Michael M. O movimento operário na cidade de São Paulo, 1890-1954. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004b. v. 3.

LOPREATO, Christina R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.

TRENTO, Angelo. Organização operária e organização do tempo livre entre os imigrantes italianos em São Paulo (1889-1945). In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F.; FRANZINA E. (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2010.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

Recebido em julho de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

**“LÁ EM CIMA O POVO VIVE MAIS, MAS ELES SÃO
MAIS VAGABUNDO”¹:
ENTRE O OESTE DO PARANÁ E A AMAZÔNIA LEGAL
(1980-2014), OS TEMPOS DO TRABALHO NARRADOS
NO RETORNO**

Jorge Pagliarini Junior²

RESUMO: Trata-se, a partir de um estudo de memória, da trajetória de sujeitos envolvidos na migração de retorno da Amazônia legal para o Paraná, entre 1990 a 2014. O texto estrutura-se em dois momentos. No primeiro, o cotejamento das fontes orais ampara-se na análise da processualidade dos discursos de positividade da migração sulista para a Amazônia Legal, sobretudo da migração baseada no trabalho agrícola. Para tanto, apresenta-se o conteúdo atual (2014) de *sites* de municípios do estado do Pará que compunham o itinerário da migração. Analisa-se ainda o conteúdo de reportagens do Jornal Nosso Tempo, publicado no Oeste do estado do Paraná, em meados de 1980, reportagens nas quais se reforça o perfil de trabalhador do migrante paranaense, sem que o jornal deixasse de evidenciar o processo de exclusão do pequeno proprietário regional no contexto da implementação do binômio trigo e soja. No segundo momento, problematiza-se o fato de a estrutura das narrativas orais se pautar na ênfase ao trabalho em detrimento do falar de lazer, algo entendido diante da situação do migrante e de sua narrativa, construída, agora, no retorno.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Migração de retorno. Memória. História Oral.

¹ MOISÉS. Entrevista cedida ao autor-entrevistador. Corbélia/PR, 11 out. 2014.

² Professor adjunto do curso de História da Unespar, campus de Campo Murão, PR.

ABSTRACT: Taking a study of memory as starting point, this paper copes with the trajectory of individuals involved in the migration of return phenomenon from Legal Amazônia towards Paraná, considering the historical period of 1990 and 2014. The text is organized in two parts. In the first one, the comparison of the oral sources is supported by the processuality of the discourses of encouragement and extolling on the southern migration towards Legal Amazônia, principally the migration based on the agricultural labor. In doing so, I present the current contents (2014) of websites from different cities situated in the Pará state and which were part of the migration itinerary. In addition, I analyze the contents of reports taken from the newspaper *Jornal Nosso Tempo*, which used to be published in the West of Paraná state in the mid-1980s. Such reports reinforce the stereotype of Paraná migrants as hardworking people; however, concomitantly, the mentioned newspaper does not fail to evince the exclusion process of small-farm owners (who were living in that region) due to the wheat-soybean binomial implementation. In the second part of the text, I problematize the fact that the structure of oral narratives is based on the emphasis on work instead of speaking about leisure. This is something one is able to understand facing the situation of the migrants and their narratives, built now in return.

KEYWORDS: Work. Migration of return. Memory. Oral History.

Migrar para trabalhar

Da fala do senhor Hugo³, temos indícios de como, no processo aqui estudado, migrar significou migrar para trabalhar, e o falar deste processo significou reafirmar trajetória:

E não tinha, não tinham o conhecimento, a técnica da coisa, se dedicavam numa coisa que não era, não tinha apoio de órgãos oficiais e de instituições como tem aqui, não tinha lá, também técnico também não tinha, daí dava com [...] que resultado poderia sair daquilo? O fracasso mesmo! Voltavam; e daí muita gente não conseguia voltar, porque o recurso tava investido tudo lá. Aqui vendia, vamos supor, 15 alqueires e comprava 150 lá....⁴

A preocupação do entrevistado em se dizer trabalhador e por meio dessa categoria se situar num fluxo migratório nos permite aproximar as trajetórias de migrantes como ele, morador de Marechal Cândido Rondon-PR, migrado para a cidade de Tucumã/PA em meados de 1980 e retornado em meados de 1990. Sua trajetória diz respeito ao processo de retorno entre a Amazônia legal e o Paraná no período de 1980 a 2014. Foi pela categoria do trabalho, que relacionamos memória e ressignificações do discurso sobre o trabalho, caminho este necessário para entendermos a pluralidade das narrativas orais, situadas pelas falas de 3 dos 20 entrevistados que participaram de uma pesquisa maior⁵.

Para a fundamentação da análise dos discursos e das suas ressignificações das memórias dos entrevistados, e das fontes utilizadas, quais sejam, *sites* virtuais e jornais tradicionais, o artigo lança mão de dados de um processo migratório muito

³ Cabe destacar que todos os entrevistados assinaram carta de sessão autorizando a utilização das respectivas entrevistas.

⁴ HUGO. Entrevista cedida ao autor-entrevistador. Marechal Cândido Rondon/PR, 27 mar. 2014.

⁵ Conforme tese de doutoramento defendida pelo autor em 2015, suprimida devido às condições de anonimato.

recentemente mapeado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE enquanto um fluxo de retorno, demarcado entre as duas últimas décadas, bem como do processo de urbanização do estado do Paraná, fenômenos esses buscados nos estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, referentes às décadas de 1970 e 1980; todos os indicativos desses índices são aqui problematizados a partir de bibliografia condizente com o debate sobre migração e memória e com a metodologia da História Oral, isso diante das possibilidades existentes entre a produção e os usos da história de vida e da história temática⁶.

O fluxo de retorno foi compreendido a partir do conhecimento da obra “Estudo e Análises, Informações Demográfica e Socioeconômica Número 1: reflexos sobre os deslocamentos populacionais no Brasil” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011), publicada pelo IBGE⁷, de caráter investigativo e descritivo, cujos resultados estão relacionados às revisões teóricas e metodológicas da área da Demografia. Os presentes estudos abrangem, então, leituras e revisões dos índices e dos indicativos de recenseamentos ocorridos a partir de 1970 até os indicativos do recenseamento de 2010, dando ênfase às novas configurações dos deslocamentos

⁶ Busca-se, portanto, avaliar como discursos, leis e políticas são reapropriados pelos entrevistados a partir de uma interpretação dialogal das entrevistas, aqui voltada à história temática (ALBERTI, 2013).

⁷ De acordo com o Grupo de Estudos do Território e Mobilidade Espacial da População – Gemob. Aqui lidamos com a questão da representatividade, visto que, segundo o IBGE, em 2009 cerca de 203.600 pessoas estavam na condição de imigrantes no estado do Paraná, ou seja, fixaram moradia no estado e, deles, 23% eram retornados, num total de 46.828 pessoas. A propósito, não pudemos destacar, desse total de retornados, isto devido à falta de estatísticas, uma estimativa referente ao número de paranaenses que retornaram após terem saído dos estados da Amazônia legal. Em 2004, 26.307 imigrantes residentes na região Norte do país eram sulistas (OLIVEIRA, 2011, p. 36, Tabela 6) e esse número caiu para 13.277 em 2009. (Ibid., Tabela 6). Da mesma forma, não pudemos estabelecer o percentual desse montante que retornou para o Paraná, devido à falta de mais cruzamentos de informações pela referida pesquisa.

populacionais (de 2001-2010). A revisão proposta envolve desde a análise de estudos clássicos, como as vertentes do Funcionalismo e do Estruturalismo, até as interpretações de estudos contemporâneos voltados às estruturas econômicas, políticas e socioculturais, por exemplo, com as contribuições dos Estudos Neoclássicos e da Nova Economia de Migração, desprendidas do modelo de sociedade fordista, do qual se origina a análise clássica (OLIVEIRA, 2011). As principais mudanças desse período foram sintetizadas da seguinte maneira:

I- a inversão das correntes migratórias entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; II- a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; III- o aumento da retenção de população na Região Nordeste; IV- os novos eixos de deslocamento às cidades médias no interior do País; V- o aumento da importância dos movimentos pendulares; VI- o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; VII- a migração de retorno do Paraná. (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

Os tópicos VI e VII, referentes ao esgotamento da fronteira agrícola (da Amazônia Legal) e a Migração de Retorno ao Paraná, ao longo das décadas de 1990 a 2010, evidenciam que se trata de fenômenos interligados. Trata-se de um processo vivenciado por senhor Hugo e agora por ele sendo narrado. Retomando a sua entrevista, de início trataremos da positividade do trabalho sulista e tal esforço de análise e reflexão dialoga com a discussão em torno do conceito de trabalho apresentado por Harvey (1992), esforço voltado à contextualização de um “mundo do trabalho” “fragmentado” que não mais condiz com leituras unilaterais e totalizantes do cotidiano. O diálogo com a concepção da centralidade do trabalho e sobre como tal centralidade nos aproxima das angústias e investigação do processo de migração, nos remete a avaliar, por exemplo, o significado de um entrevistado se dizer, após o seu retorno, um trabalhador envolvido na transformação do trabalho em outras realidades naturais e culturais.

Seja ao “levar” o estado do Paraná (progresso) consigo, seja ao transformar o meio ambiente, muitas memórias indicaram na direção de trajetórias de desafios e de conquistas pessoais. Algumas vezes essas memórias deram indicações de conquista material, outras tantas de conquistas afirmadas na possibilidade do sustento a partir do próprio esforço ou, ainda, do ganho cultural resultante do processo migratório; para todos os casos ficou ressaltada a contribuição dada pelo trabalho. Aqui podemos retomar Karl Marx, em “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada” (MARX, 2008) e seu destaque para a maneira como, a partir do advento do Estado Nacional, o homem se separa do trabalho necessário à vida, paralelamente com a progressiva valorização do mundo das coisas (*sachnwelt*) e a desvalorização do mundo dos homens (*menschanwelt*). Desse posicionamento podemos avaliar quais categorias de trabalho construíram os entrevistados. Por exemplo, para Moisés, paranaense, migrado no início do ano de 1991, junto com seus pais, para a cidade de Tucumã/PA, e retornado em meados daquela mesma década, mais que acumular capital, o trabalho, para ele, significou, antes disto, o orgulho de ser reconhecido fora do seu lugar de origem: “Nós fizemos sucesso, cara!”⁸.

Diante da reflexão advinda do reconhecimento da reversão do fluxo da migração para a Amazônia e pautados na centralização/fragmentação do trabalho percebida em tal período, ocupamos a análise da tensão existente entre a positivação do papel desenvolvido pelos migrantes e a maneira como os entrevistados entendem a sua contribuição em processos de colonização daquela região. Este quadro de abordagem das narrativas analisa as maneiras como os entrevistados se apropriam de tradições e as ressignificações que fazem diante dos costumes (THOMPSON, 1998)⁹, no nosso caso, tanto os costumes “levados” do Sul, quanto

⁸ MOISÉS. Entrevista cedida ao autor-entrevistador. Corbélia/PR, 11 out. 2014.

⁹ Temos, na análise da relação entre “costume, lei e direito comum” (THOMPSON, 1998, p. 86-149), a contribuição da História Social, com mais olhares à história agrária, sobre os ritmos da cobrança da Lei e as

os “encontrados” no Norte. Pela força da tradição e pelo tatear dos costumes, além do reconhecimento da mudança nos ditames políticos e econômicos, podemos avaliar até que ponto o papel positivado do migrante se aproxima e/ou se sobrepõe ao mérito do Paraná no processo. Esta é uma questão em parte respondida pelo senhor Hugo na entrevista com ele. Para falar da maneira de cultivar o solo, o entrevistado recorreu a uma questão cultural, destacando, assim, as contribuições das migrações ora aqui estudadas, bem como as fissuras de políticas nacionais.

A sua narrativa é construída numa estrutura linear e processual, dotada de informações e críticas políticas, leitura esta que denuncia, em parte, a sua formação e atuação profissional, já tendo ele atuado como professor do Ensino Básico e Superior e, atualmente, jornalista. Ao tratar de um recorte de décadas, destaca as dificuldades culturais somadas à falta de projetos subsidiados pelo Estado nacional aos agricultores, além da especulação financeira intensificada durante os projetos de colonização da Amazônia Legal. Ele próprio se disse surpreendido logo após ter migrado para Novo Repartimento/PA, diante das dificuldades em montar uma empresa de venda de produtos veterinários, principalmente devido à carência de boas rodovias que agilizassem o transporte de mercadorias. Aspectos como a propaganda no Sul, a presença de migrantes de outras regiões, além dos sulistas, seu julgamento quanto às boas intenções

resistências que ela encontrou nos “costumes”, ao mesmo tempo em que ela foi reivindicada na defesa do “direito comum”, do direito consuetudinário, um quadro apropriado em diferentes ritmos principalmente pelos colonos, pequenos proprietários, posseiros e bucaneiros, ou seja, para os pobres. Antes de se ater ao cercamento a partir da história parlamentar, último ato da relação de tratamento entre terras comunais dentro das categorias capitalistas (Ibid., p. 131), Thompson se distancia da leitura economicista preocupada com as raízes do empreendedorismo inglês e define o período de embates entre direito comum e lei. Leitura que nos direciona, por exemplo, para a interpretação da interação entre sujeitos e a terra, sujeitos e meios de produção, e, numa última análise, sujeitos e a regulamentação legal – do extrativismo; isto perante a ênfase sobre as resistências desses sujeitos pleiteadas nos costumes e ou nas tradições.

das iniciativas de colonização, e ainda a desilusão de muitos agricultores, essas foram questões que embasaram a sua apresentação do tema da ocupação de parte da região do Pará:

O que que aconteceu com Tucumã, numa vila ali do lado: ali eles tinham criado um projeto, a Ourilândia, a “Gurita”, aquela cidade vizinha a Ourilândia, hoje chama-se Ourilândia do Norte. Mas o que aconteceu, Tucumã, ela foi um projeto modelo, criado pelos engenheiros da Andrade Gutierrez, com o pessoal lá, e com as melhores das intenções de criar um [...] porque ali é o *filé mion* das terras, terra vermelha, parecida com a nossa aqui, conquanto que eles levaram querendo que o agricultor do Sul dominasse lá e colonizasse. Mas como a coisa às vezes pegava uma área de não sei quantos mil hectares do governo lá, fizeram um acerto, fizeram um contrato que eles iam explorar aquilo lá, e colonizaram, abriram um projeto de minifúndio, de pequenas propriedades, menores, e foram com o pessoal do Sul pra lá.

[...] é como nessa região Oeste aqui do Paraná [refere-se ao município de Marechal Cândido Rondon], e aí, eles reservaram, colocaram na entrada, a partir do momento do início da propriedade deles, colocaram uma guarita, uma cancela, um portão, aí o cidadão chegava lá, e aquilo criou uma febre tão grande que tinha propaganda no Brasil inteiro, principalmente aqui no Sul, criou uma febre tão grande, dessa situação, que, muitas gentes de outros lugares foram pra lá. Aí o cara do Goiás foi, do Maranhão [...] aí eles, chegando lá naquela guarita, diziam: “o que você vai fazer? Ah, eu vou abrir outra panificadora...” diziam: “não vai não”, não deixavam entrar, “porque já tem alguém lá dentro com esse ramo”; fizeram uma distribuição, e fizeram a seleção e o cidadão que chegou ali com a carga, de caminhão, não tinha pra onde voltar, descarregou ali mesmo, formou a “Gurita”, que eles falam pra Guarita. Depois, quando chegou esse povo, e eu estive junto naquela época, deu Ourilândia do Norte. Hoje você pode ver que é uma cidade extensa, não sei se são 10 ou 12 quilômetros, beirando a rodovia PA [...] Tucumã, que era um distrito de São Feliz do Xingu, quando eu cheguei, já tava com melhores condições do que São

Felix, o município mãe ficou, em termos de desenvolvimento, de toda a estrutura, não tinha a estrutura que o distrito tinha. E eu sou daquela época que Tucumã se emancipou¹⁰.

O exemplo de Tucumã apresenta mais da dialética que compunha a memória da migração, no seu relacionar entre ganhos e perdas para a região e para a trajetória familiar dos envolvidos. Nesse sentido, a eficácia da migração foi atribuída ao potencial do migrante e confirmada pela afirmativa de que, em poucos anos, o distrito ultrapassaria o município de São Felix do Xingu em grau de desenvolvimento econômico e social, ocorrendo o mesmo com o lugar onde ficaram os barrados, a “Gurita”, atual Ourilândia do Norte, lugar onde estavam aqueles que inicialmente não se enquadraram nos planos da colonização. Ou seja, mesmo o lugar abandonado pelo Estado cresceu em conta do esforço de seus colonizadores, muitos deles, sulistas. No *site* virtual do município, atrelado às informações sobre o processo de colonização da empresa Andrade Gutierrez (CONSAG), temos um texto com a mesma conotação de progresso apresentada pelo entrevistado. Nesse texto consta:

[...] Sabe-se que na década de 1970 um dos grandes objetivos do governo federal ‘foi promover a ocupação de vazios demográficos’, e sendo a região norte do país uma região predominantemente de áreas de baixa produção agrícola – a maioria dos produtos hortigranjeiros consumidos na região são oriundos do centro-sul do Brasil –, a instalação de uma colonização de caráter agrícola viria resolver dois problemas cruciais: migração da mão-de-obra e a produção local¹¹.

¹⁰ HUGO. Entrevista cedida ao autor-entrevistador. Marechal Cândido Rondon/PR, 27 mar. 2014.

¹¹ TUCUMÃ. Prefeitura de Tucumã. *Conheça Tucumã*: histórico. Disponível em: <<http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

De antemão chama a atenção à relação construída entre migrantes do Centro-Sul e capacidade para atuar na agricultura, frente ao desafio da conquista do “vazio demográfico”. Todavia, o exemplo confirmaria apenas em parte o progresso advindo da migração direcionada pelo governo federal, com o projeto abandonado ou pela empreiteira ou pelo governo federal. O histórico do *site* retira da empresa responsável a culpa pelo abandono da obra e destaca a continuidade de uma colonização até então pautada na autoridade de um conselho local, composto por moradores, migrantes do Centro-Sul:

Em 1983, os investimentos da Andrade Gutierrez destinados ao Projeto Tucumã começaram a diminuir, contribuindo para a não implantação das Glebas II e III e com isso deixou-se de fazer comercialização de lotes aos colonos interessados. Apesar do preço elevado dos lotes, essa situação causou sérios descotentamentos [sic] entre os colonos que haviam chegado à área e não tiveram acesso ao Projeto. A situação da área do Projeto Tucumã ficou cada vez mais tensa e, em 1985, as terras do Projeto foram invadidas, primeiro na área rural, se estendendo depois às agrovilas. Como a empresa preferiu não resistir a essa onda de invasão, o resultado foi um processo de crescimento populacional provocando uma ocupação de forma desordenada nas terras do Projeto, inviabilizando-o como empreendimento de colonização particular. A partir daí começaram as negociações que culminaram na reversão do Projeto de Colonização Tucumã e suas benfeitorias para a União em 30 de outubro de 1988. Com a saída da empresa do Projeto Tucumã e a pouca participação da prefeitura de São Félix do Xingu na área, a comunidade local elegeu nove representantes para a formação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tucumã (Codetuc), que tinha como objetivo ordenar as ocupações urbanas, preservando o planejamento urbanístico, áreas ambientais comuns, serviços públicos essenciais e os bens da União guardados e em uso pelo poder público municipal¹².

¹² TUCUMÃ. Prefeitura de Tucumã. *Conheça Tucumã*: histórico. Disponível em: <<http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

Assim, teria o conselho local superado o abandono do governo federal e municipal (São Felix do Xingu). É notório como o texto desse *síte* constrói e reforça, após trinta anos, certa memória da colonização. Mesmo não se tendo a preocupação com a consulta sobre o acesso dos entrevistados aos *sítes* citados, e possivelmente isto não deva ter ocorrido com frequência, resta a percepção de que a narrativa construída por esses veículos de imprensa se responsabiliza em propagar um tipo de leitura muito próximo daquela que estrutura parte das entrevistas, como foi o caso do senhor Hugo e de Moisés. E isso não se deve ao acaso, pois, mais que mera repetição, ela indica uma memória presente no cotidiano desses municípios no recorte que nos leva pelo menos às três últimas décadas.

Podemos destacar o fato da agricultura local ter de se adaptar às outras culturas, senão a da soja, produto cultivado por muitos dos agricultores (colonos) que migraram do Sul para aquela região, conforme destacou senhor Hugo. De acordo com a prefeitura, teria sido preciso aguardar pouco mais de uma década para que os migrantes se reestruturassem diante das diversidades e alcançassem o crescimento regional:

A economia de Tucumã está assentada basicamente no setor primário, especialmente sobre as atividades de agropecuária e extrativas vegetal e mineral. Sabe-se que a prioridade do projeto Tucumã ensinava o desenvolvimento da atividade agropecuária e para tanto recrutou colonos principalmente do sul do país, com vivência na exploração dessa atividade, influenciados pela divulgação que a Colonizadora Andrade Gutierrez (CONSAG) fazia da região. [...] A realidade, contudo, era completamente diferente daquela propalada pela referida empresa de colonização privada, pois as famílias de agricultores que chegavam eram assentados nos lotes sem as condições necessárias e suficientes para tornar a agropecuária um dos sustentáculos da economia daquela região. Esses entraves, provavelmente, foram as causas principais do insucesso do Projeto Tucumã. [...] Entretanto a partir dos anos 2000, houve uma grande mudança estrutural na cadeia produtiva

da região que se tornou uma grande produtora de arroz, cacau, café, feijão e milho, também sendo uma grande produtora de leite, aliada a expectativa de pavimentação asfáltica da PA-279, principal estrada de ligação do município com o Brasil¹³.

O conteúdo do *site* envolve uma seara estruturada na relação entre história e esquecimento, e serve para traçarmos um paralelo entre a evidência da fonte e as narrativas da entrevista trazida até aqui. De certa forma, podemos considerar, no texto descritivo do *site*, tanto o uso da repetição da positivação da migração sulista, quanto do silenciamento dos supostos problemas “trazidos” com a migração. O mecanismo de comunicação — que se diz oficial — utiliza-se do esquecimento decorrente do trauma advindo dos resultados do descaso com o projeto federal ou mesmo, se quisermos, em relação ao impacto ambiental, para evidenciar o progresso — estruturado na ideia de desenvolvimento da nação. Da mesma forma reforça a atitude positiva dos membros do conselho, entre eles, o Senhor Hugo, e dos demais migrantes que tocaram o município nos seus primeiros anos.

Da mesma forma, a fala de Maico, paraense, filho de família migrante que se dirigiu, no início dos anos de 1980, do Oeste do estado do Paraná para Altamira/PA e retornada na última década, destaca um parecer a respeito dos migrantes sulistas: “É, que nem, quem é acostumado aqui, aqui o pessoal fala quando a gente vinha pra cá e que eu, eu falava: ‘Vocês tão indo pro Brasil?’”¹⁴. O Brasil correspondia ao Sul, pois: “Todo mundo era gaúcho, do Paraná pra baixo todo mundo é gaúcho, ou catarinense mesmo, tudo é gaúcho”¹⁵. A analogia foi comum entre as fontes orais produzidas. Esses sujeitos são designados por gaúchos e marcaram o processo de migração ocorrido nas décadas de 1980 e 1990. E, na fala de Maico, fica evidente o exemplo da

¹³ TUCUMÃ. Prefeitura de Tucumã. *Conheça Tucumã: histórico*. Disponível em: <<http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

¹⁴ MAICO. Entrevista cedida ao autor — entrevistador. Corbélia/PR, 20 jan. 2014.

¹⁵ Idem.

existência de uma presença de discursos ligados à identidade nacional — uma forma de identidade “imaginada” (ANDERSON, 2008), comum aos migrantes; uma forma de imbricar um chamado nacional com a qualidade do migrante- da sua tradição- para colonizar, algo embasado, sobretudo, na disposição e na qualidade de trabalho técnico trazido. A apresentação do período de colonização na região de Altamira, cidade natal de Maico, pelo discurso nacionalista, configura o histórico do município exposto no *site* oficial:

Altamira teve origem nas missões dos Jesuítas, na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund deu-se o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, onde foi fundada, às margens do Igarapé dos Panelas, uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região.

A floresta densa ocupava toda extensão terrestre. Muitas pedras, verdadeiras rochas, que fechavam os percursos fluviais, foram obstáculos aos navegantes, que tiveram de suportar muitas dificuldades para atingir a colonização.

Com auxílio da mão-de-obra indígena, os freis italianos Capuchinhos conseguiram abrir um pequeno atalho o baixo ao médio Xingu. O projeto foi acelerado com a adequação do trabalho escravo africano na selva amazônica. Em 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo, começou o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, que posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em 6 de Novembro de 1911, já de acordo com a Lei Estadual nº 1.234.

Ao longo dos anos, a intensificação do comércio e o progresso econômico traçou (sic) o perfil de uma cidade ativa, que passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Altamira vivenciou a vinda de dois Presidentes da República. O primeiro foi Emílio Garrastazu Médice, que em 1970 deu início a construção da Rodovia Transamazônica. Em junho de 1998, o Presidente Fernando

Henrique Cardoso e demais parlamentares inauguraram o projeto Tramoeste, que trouxe para o município a energia firme de Tucuruí. O grande ponto de referência geográfica da cidade é a rodovia Transamazônica (BR-230), que corta o seu território pelos dois extremos e liga-o ao resto do Brasil. Aberta em 1970, no governo do Presidente Médice, a rodovia proporcionou um grande fluxo migratório para a região.

A rodovia ainda não foi pavimentada. Com a chegada da energia elétrica de Tucuruí, em junho de 1998, a população agora reivindica junto ao Governo Federal o asfaltamento da rodovia para o desenvolvimento da região¹⁶.

O texto está implicitamente ligado a uma ideia de progresso e transporta para as demandas do século XX uma linha teleológica no intuito de reafirmar ali o progresso nacional. Diferente das cidades destacadas pelos demais entrevistados da pesquisa (Tucumã, Xinguara, Novo Repartimento, no PA; Sorriso, Sinop e Alta Floresta, no MT; Araguaína no TO etc.), a cidade de Altamira tem uma história secularmente identificada. Conforme destacado, são três os períodos que delimitam a história do município: no século XVII, com os jesuítas; no século XIX, com freis capuchinhos e mão de obra escrava; e, principalmente, o período que demarca o impulso do progresso, referente às políticas dos governos militares na década de 1970, com destaque para a construção da BR 230, a Transamazônica. Nessa delimitação pautada em marcos históricos consagrados pela história oficial, a chegada da energia elétrica, em 1998, simbolizou uma conquista e serve de introdução para a expectativa atual da população: o asfaltamento da rodovia transamazônica. Mesmo nessa história secular, não deixa de ser preponderante, na análise da sua linha do progresso, o significado atribuído às transformações da década de 1970, em que podemos analisar o significado de políticas de âmbito nacional, voltadas à colonização da Amazônia Legal. Vale aqui

¹⁶ ALTAMIRA. Prefeitura de Altamira. *História*. Disponível em: <http://altamira.pa.gov.br/portal/?page_id=113>. Acesso em: 22 jun. 2014.

a análise apresentada há pouco a respeito do esquecimento, inclusive, ao serem omitidas as possíveis mazelas do modelo escravocrata que imperou em determinado período da história representada no texto. E, se quiséssemos, poderíamos pensar esses discursos pelo próprio arcabouço teórico metodológico da Análise do Discurso (AD)¹⁷.

Os posicionamentos de Hugo e de Maico corroboram o papel do movimento. A preocupação com o discurso nacional voltado ao progresso produz esquecimentos e reifica memórias fortes (CANDAU, 2011). Tanto no caso de um como de outro, pois quando reafirmam o perfil do colonizador sulista, eles o fazem em nome do trabalhador agrícola. E vale ressaltar o fato de que nenhum dos entrevistados citados neste texto migrou para trabalhar diretamente com lavoura, ou seja, não se inseriram na construção de fronteiras agrícolas; da mesma forma, apenas dois dos 19 entrevistados, de toda a pesquisa, lidaram com a agricultura.

Positividade do trabalho sulista *versus* contexto de tensão

Uma possível interpretação desta leitura de caráter nacionalista e preocupada com a positivação da tradição do migrante trabalhador sulista nesse processo colonizador pode ser buscada, conforme já enunciado na introdução do texto, ainda, nos discursos midiáticos construídos no início da década de 1980, no Oeste do Paraná, lugar de saída/retorno dos entrevistados.

¹⁷ Os discursos recorrem à paráfrase (ORLANDI, 2007). A intensificação linear do progresso ocorrerá, nessa lógica descritiva, impulsionada pelas elites colonizadoras implícitas no texto e na ideologia percebida, mas não dita. Quanto à tipologia dos discursos, é possível perceber um discurso autoritário, sem que se dê espaço para a polissemia (Idem, p. 86 e 87). Ocorre, nessa tensão marcada pelo esquecimento, produto da memória, aquilo que a autora denomina por interdiscursivo, de memórias marcadas por relações de sentidos, em que se vinculam discursos a outros discursos e relações de antecipação, movimento em que aquele que produz os discursos, a partir dos devidos lugares sociais, se coloca no lugar do receptor.

Com esse esforço de análise podemos traçar um recorte capaz de contemplar o processo de migração como um todo, afinal, antes do fluxo de retorno, iniciou-se, na década de 1980, isto para o caso das trajetórias dos entrevistados, e de 1970 no cenário das migrações inter-regionais, a migração de ocupação da Amazônia Legal. Para lermos mais a respeito do contexto do Oeste podemos acompanhar uma reportagem do jornal Nosso Tempo¹⁸, a qual retrata os planos de colonização da Amazônia Legal e demonstra as disputas agrárias daquele momento:

Cinco anos depois, colonos do Oeste paranaense se preparam para colonizar Aripuanã:

CASCAVEL – Cinco anos depois, a Cotriguaçu – Cooperativa Central Regional/Iguaçu, com sede nesta cidade, está pronta para realizar o assentamento de agricultores sem terra do Oeste do Paraná e de outras regiões em imóvel de sua propriedade no Mato Grosso. A gleba soma 1 milhão de hectares, o equivalente a um estado brasileiro das dimensões territoriais de Sergipe, ou nossa micro-região, compreendida pelos 29 municípios do Oeste paranaense. Com a assistência de uma cooperativa que a Cotriguaçu pretende implantar na área, os colonos iniciarão a derrubada da mata desde já se capitalizando com a sua comercialização e cultivarão cacau, milho, arroz, café, feijão, guaraná, abandonando em definitivo o binômio do trigo e soja, que de certa forma foi a causa principal de

¹⁸ O periódico nasceu muito em conta da compra do jornal semanário Hoje Foz por políticos ligados à Arena, levando a demissão dos três futuros idealizadores do Nosso Tempo, sendo eles os já mencionados jornalistas Aluísio Palmar, além de João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo. A postura de esquerda do jornal Nosso Tempo criticava a Lei de Segurança Nacional, a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu e o governo paraguaio de Alfredo Stroessner. De acordo com os idealizadores do projeto de digitalização do jornal, este meio de comunicação teve força na Mesorregião Oeste do Paraná até meados da década de 1980, momento em que passou a enfrentar maiores dificuldades financeiras, dificuldades relacionadas às pressões políticas que fundamentavam sua ideologia. Ainda de acordo com essas informações, era preocupação das edições a construção de críticas aos governos militares latino-americanos e elaboração de discursos de empenho na redemocratização e abertura política.

seu empobrecimento aqui. Será uma aventura de onze anos, mas a Cotriguaçu dispõe de um sócio importante: o próprio governo federal. Três empresas foram escolhidas para atuar como consórcio no projeto carreando para lá sua experiência e solidez financeira; são a Indeco, Andrade Gutierrez, e Juruena. Em princípio de maio estas empresas já estarão na área iniciando com a Cotriguaçu a implantação definitiva do projeto. (NOSSO TEMPO, 1983a).

A positivação do trabalho sulista com a agricultura prevalece. Mesmo assim, no entanto, a reportagem indica para um contexto de tensão. Na relação entre a notícia que cabe e a intenção de produção de memórias encontramos a construção de um tipo de memória que se espera de um paranaense, cujo perfil lhe conferiria historicamente o afinco e a capacidade de produzir. Dele se espera o saldo produtivo do cultivo, algo alcançado numa espécie de mistura entre as virtudes e as capacidades de mobilização e ou resistência, representada pela vocação e pela oportunidade. Destaca-se mais especificamente sobre a reportagem, a adoção dos conceitos de colono e de pioneiro para a designação do agricultor. No primeiro caso, a designação colono remete a uma categoria substantiva – trabalhador, e, no segundo, a de pioneiro, uma categoria adjetiva – aquele que chegara primeiro e para isso reuniu na sua experiência as devidas capacidades esperadas. Ambas as categorias carregam uma qualidade a partir da qual se tenta justificar a autoridade dos sujeitos com o trabalho na terra e, portanto, o direito de recebê-las, inclusive ao “sem terra”, figura central da reportagem. A importância atribuída à iniciativa não impede na matéria a construção da crítica às instituições e ao Estado, parceiros no projeto empreendedor (a cooperativa Cotriguaçu, as empresas Indeco, a A. Gutierrez e a Juruena), responsáveis pela afirmação das condições de trabalho e moradia aos migrantes:

Paralelamente, medidas foram tomadas no sentido de ativar o Núcleo Anel, tendo em vista preparar a Empresa para a obtenção de quatro objetivos essenciais: 1 - Dotar o Núcleo pioneiro das

condições necessárias para servir como apoio logístico a todo o empreendimento. 2 - Iniciar uma produção agrícola e pecuária visando eliminar no menor espaço de tempo possível a dependência econômica junto à Cooperativa Central. 3 - Formar um campo de demonstração e multiplicação de mudas e sementes próprias para a região. A fim de abastecer as necessidades daqueles colonos que lá se instalarão. 4 - Munir-se da tecnologia necessária às condições especiais e peculiares da Amazônia, com o objetivo de prestar serviços de qualidade a custos menores, a esses mesmos colonos. Mesmo deparando-se com dificuldades crescentes, tais como: um tempo exíguo, locomoção precária, dificuldades de acesso a informações sobre economia regional, equipe extremamente reduzida e, principalmente, operando com recursos escassos e que não tem fonte de renda própria, referidos objetivos foram perseguidos, iniciados e, sem dúvida alguma serão alcançados rapidamente. [...]. (NOSSO TEMPO, 1983a).

De antemão, ressalta-se que a intensificação de projetos de colonização privada se apoiou na conjuntura nacional e na suposta “vocação” do sulista trabalhador, cujo perfil fora buscado mediante o processo de colonização em desenvolvimento. Reforçou-se, então, a noção de que esse colono pouco ou nada tinha de posses, algo evidenciado na reportagem acima de maneira direta pelo fato de a colonização ser destinada aos “sem terra” e a eles caberia se adaptar ao cultivo de outras culturas, senão apenas a do binômio milho e soja. Naqueles lugares para onde seriam levados, contariam os migrantes com a grande extensão de terras e com a garantia da mecanização para o plantio. O emprego de tecnologias, experimentado no estado uma década antes, principalmente a partir do cultivo de milho e soja, uma vez instalado o projeto, seria destinado à produção de culturas típicas daqueles lugares.

Não obstante, não podemos perder de vista o fato de que, ao se apropriar do discurso do trabalho no Oeste do Paraná, o *Jornal* se insere num posicionamento político que remeteu os editores às críticas ao modelo político e econômico nacional do país. Reafirma-se com essas informações, duas pautas de

reivindicações dos pequenos proprietários e dos “sem terra” de então, no Paraná, sendo elas: a ausência de terra e a preocupação com o processo de concentração fundiária. As dificuldades ressaltadas são seguidas da certeza de que os migrantes lograrão êxito na tentativa, algo supostamente apoiado no perfil “trabalhador” do migrante.

O mapeamento do processo de colonização da Amazônia Legal, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980 pode ser compreendido mediante o diálogo com bibliografia específica. Martins (1986) retrata as dinâmicas migratórias de sulistas para a Amazônia num processo de formação de fronteiras, marcado, segundo ele, pela fronteira capitalista – apresentada a partir da metáfora da cerca – perante as relações de resistências das práticas camponesas que se perpetuavam havia duas décadas antes da produção de sua escrita¹⁹. Já com Tavares dos Santos (1993)²⁰ conhecemos mais desse processo dividido, na referida

¹⁹ Na esteira da contribuição de sua obra, destacamos o papel de empresas e dos colonos do Sul apresentados, por esta interpretação, nas contradições vividas na fronteira, análise que encaminha o leitor para o significado do encontro de sujeitos deslocados e em trânsito no tempo e no espaço, sociologicamente situados, segundo ele, pela ausência (MARTINS, 1986, p. 49).

²⁰ Retomando a clássica divisão de Tavares, ela contribui no sentido da contextualização dos períodos, mas também no estabelecimento de proximidades e distanciamentos entre as frentes apresentadas no conjunto das entrevistas com a análise sociológica e histórica. A primeira frente destacada pelo autor foi atribuída às políticas de Vargas entre os anos de 1930 a 1945; naquele período as migrações internas e a intensificação de construção de núcleos coloniais assumidos pelo Estado nacional nas políticas de povoamento pretenderam integrar novas camadas sociais à vida econômica tendo por foco o brasileiro (SANTOS, 1993, p. 28). Nenhum dos entrevistados buscou nesses acontecimentos simetrias com a sua história. Na verdade, as histórias e analogias começavam com a história familiar dos seus pais, isto na década de 1960 e 1970. Esse período, que marca uma espécie de primeiro momento das trajetórias dos entrevistados, corresponde ao marco temporal da segunda fase migratória de nosso país, segundo o autor, uma forma de resposta do Estado aos movimentos de resistência camponesa e as manifestações no campo. A carência de terras destinadas à Reforma Agrária não foi associada a esse período pelos entrevistados.

obra, em fases da colonização inter-regional. Em consonância com o autor, lidamos com a centralidade da colonização agrícola na colonização privada ocorrida em detrimento da reforma agrária²¹ (desde os anos de 1940, mas, sobretudo, a partir da intensificação técnica pós-1964).

A atividade de apresentação das fases – evidentemente anterior ao fluxo de retorno que demarca a construção de nossas entrevistas – ressalta, de antemão, argumentações importantes para a sequência de estudo das narrativas orais. Todos entendiam uma ligação entre sua migração e as migrações anteriores, de cunho agrícola, mas eles pouco referenciaram, desse processo, a relação entre o que seria a colonização e o que seria a reforma agrária. E mais, pouco se remetem ao contexto de reivindicações por terras vividas no Paraná durante as décadas de 1980. Isso se deu menos pela ausência de proximidade com tais conflitos do que pelo fato de as suas narrativas apresentarem o migrante pela capacidade do seu trabalho em detrimento da apresentação de conflitos.

O contexto abordado pode ser ainda revisitado pelas contribuições do IPARDES e dele buscamos, além das características agrárias do Oeste e do Sudoeste do Paraná (aqui não citadas) sobre o fenômeno do êxodo urbano, o significado de colono utilizado no estudo sobre a situação fundiária no Paraná de 1979 (IPARDES, 1983). Nele, o conceito de colono é carregado

²¹ Nessas condições espaciais marcadas pelas ações do Estado e de suas estratégias de ocupação agrária, destaca-se a construção de uma rede de créditos e de outras formas de subsídios aos migrantes. Numa segunda ordem, mais próxima da análise ideológica, o autor evidencia a tentativa de grupos de constituir hegemonia ao lidar com o sonho do pedaço de terras (SANTOS, 1993, p. 16). Outro fator-chave estudado pelo autor implica a análise do conflito vertical, entre colonos sulistas, os posseiros e a elite local (o colono forte e o colono fraco e/ou colono empobrecido) e ao conflito horizontal – entre os migrantes parceiros, primeira leva de gaúchos, o colono comprador (momento em que falamos dos paranaenses) e o posseiro (Id., p. 165-173) diante da problematização da opção pelo retorno e o papel simbólico de estigmatização que interfere para essa escolha (Id., p. 111-113; 169-174).

historicamente do sentido moral e prático – algo próximo daquilo que se esperava naquele mesmo contexto de migração rumo à Amazônia, e da não posse das terras: “[...] trabalhador que não dispõe de terras, exerce seu trabalho com auxílio de membros de sua família, em uma extensão de terras pela qual é responsável perante o proprietário, devendo entregar a esse toda a produção e receber salário e gleba para sua subsistência” (IPARDES, 1983, p. 23). Grande parte dessa definição recebeu um novo significado e então esse significado foi levado junto com as famílias que migraram, sendo defendido nas memórias. Destaca-se, assim, a generalização do conceito de colono nas entrevistas: daquele que não teria terras (segundo a definição do relatório), passa-se para o significado daquele proprietário, que se dedicou ao trabalho com a agropecuária (segundo as entrevistas). Essa generalização serve ainda para que os entrevistados se diferenciassem da ideologia próxima a que fundamenta movimentos, mesmo que vivenciaram indiretamente disputas por terras no período da sua migração. Assim, o silenciamento nas entrevistas sobre os conflitos direciona nossa leitura.

A reportagem a seguir apresentou mais do contexto do Oeste paranaense, momento marcado então por reivindicações em prol de reforma agrária, questões que envolvem ainda reivindicações contra as desapropriações promovidas pela Itaipu no início dos anos de 1980. A reportagem nos serviu ao propósito de conhecermos mais a respeito do imaginário construído em torno da Amazônia, região vista como terra de doenças tropicais, como a doença da malária. A notícia intitulada “3000 lavradores na reunião da MASTRO”, destacou:

Cerca de três mil agricultores participaram da 3a. Assembléia [sic] do MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra, realizada na semana passada em Medianeira. [...] Na abertura da reunião o agricultor Arcel Barth, um dos líderes dos sem terra, lembrou que “a terra deve ser para quem nela trabalha e dela precisa para viver” e pediu que todos dessem as mãos no sentido de protestar contra a prisão arbitrária de Juvêncio Fviazzarolto que há 9 meses

amarga no cárcere por ter lutado em defesa dos oprimidos e dos desapropriados de Itaipu. Houve um culto ecumênico presidido pelo bispo Dom Olívio A. Fazza, os pastores Otto Holler e Guilherme Lieven além dos padres Valdir Riboldi e Tomás Hugues. Dom Olívio disse que “se falta pão é porque tem muito egoísmo e falta de compreensão. Se falta pão, falta terra e com terra o povo produz. Com terra o povo terá condições de ter o pão não somente ao agricultor mas para todos os brasileiros e, porque não dizer, na mesa de irmãos de outros países, que necessitam da nossa produção e da produção dos nossos lavradores sem terra”. O pastor Otto Holler, por sua vez, leu um trecho da bíblia lembrando Abraão e acrescentou: “Abraão são todos nós que buscamos a terra prometida, mas a ganância de alguns é que nos prejudica. [...]”. (NOSSO TEMPO, 1983b).

O teor do debate pode ser avaliado pelas autoridades presentes, bem como pela sabatina de questionamentos pelos quais passaram naquele encontro:

A representante do Incra, dra. Maria Angela Somero, foi sabatinada por uma infinidade de perguntas dos agricultores e contestada em muitas de suas respostas. Disse ela: “Temos terra para quem quiser sair imediatamente do Paraná; temos terras no sul da Amazônia, lotes com 100 hectares para cada agricultor”. Um dos lavradores perguntou: - E quem vai suportar as doenças que existem naquela região, especialmente a malária? A resposta da representante do Incra revoltou os colonos: A malária naquela região é como a gripe aqui. Até hoje não temos casos fatais. Um dos agricultores, que já conhece a região, respondeu: É como gripe para quem nunca pegou malária. É como gripe para quem está em Brasília vivendo em seus confortáveis escritórios assistindo a nossa desgraça e querendo mandar a gente para bem longe de nossa terra. Mais tarde usou da palavra o dr. Wagner D'Angelis, presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná. Ele teceu considerações sobre a política fundiária brasileira frisando que “querer terra é justo e tem amparo legal

no Estatuto da Terra de 1.964 que possibilita desapropriações por interesses sociais”, e sugeriu que o Incra apresente soluções concretas lembrando em seguida palavras do governador José Richa que disse: “Lugar de paranaense é no Paraná” e que quem deveria mudar era o governo. [...] O documento finaliza: “O MASTRO surgiu para levar o grito daqueles que não têm terra. Os agricultores presentes, mais uma vez confirmaram as reivindicações do movimento: Terra no Paraná. Terra só para quem nela trabalha e dela precisa para viver”. (NOSSO TEMPO, 1983b).

A palavra “colono” abarca diferentes acepções e, a depender do contexto em que é apropriada, podem ser ressaltadas algumas delas. E a reportagem aponta para o direito sagrado de acesso e a exigência de terra para o povo. Ou seja, vai além da busca pelo progresso ressaltado inclusive em outras reportagens desse jornal as quais já foram discutidas. Mesmo que não estejamos lidando com um movimento social, outras formas de reivindicação estavam postas naquele momento histórico, inclusive uma defesa daqueles que saíram do Paraná dispendo de capital para investir em terras e que trouxeram, entre suas queixas, as dificuldades que afirmaram ter enfrentado diante dos movimentos sociais daquela região²².

²² Cabe aqui destacar que não investigamos as características das propriedades dos entrevistados. Podemos informar que, dos 19 entrevistados, apenas 5 possuíram propriedades no Estado do Pará e, dentre esses, nenhum se considerou grande proprietário. Um deles adquiriu terras a partir da renda de seu emprego, totalizando uma área suficiente para criação de 300 “cabeças de gado”; dois possuíram uma “fazenda” de pouco mais de 150 hectares, algo entre 2 a 3 módulos fiscais. Outros dois não trabalharam com agricultura, mas adquiriram áreas para concessão da extração da madeira mediante projeto de manejo. O que mais chama atenção neste caso é o fato de cinquenta por cento dos entrevistados se dizerem filhos de pequenos agricultores, mesmo aqueles que não seguiram, seja por opção ou por falta de condições como agricultores. Desses, apenas 2 são proprietários de terras agricultáveis. A esse respeito, ver: Lei Federal nº 4.504/1964 (módulo rural); Lei Federal nº 8.629/1993 (módulo fiscal).

Uma resposta aos que ficaram

Pautados nesse tipo de análise da realidade agrária regional, percebemos como, nas discussões sobre o Oeste, a categoria de trabalhador se confunde agora com a de colonizador, exatamente no momento quando o colono, o colono pacato, trabalhador honesto e não aquele envolvido em movimentos sociais, também passou a ser lembrado entre os pioneiros, cujo símbolo se personificou na imagem do grande proprietário rural ou dos sócios proprietários de companhias colonizadoras atuantes nas regiões. Essa imagem do pioneirismo acabou sendo ressignificada pelos migrantes, se não para justificar a sua trajetória individual, para apresentar um grupo que o representaria, e que migrara uma ou duas décadas antes. Migrou o colono trabalhador e proprietário, mas não o colono envolvido em disputas fundiárias²³. Todavia, as narrativas não se restringiram à posituação do sulista.

Uma vez destacado o fato de a narrativa oral evidenciar, *a priori*, a ressignificação do discurso do progresso e o silenciar sobre dificuldades vividas no Paraná, como da ocorrência de movimentos sociais de luta pela terra, na sequência da análise das narrativas orais temos outra linha de argumentação e dela percebemos como, não obstante o silenciamento de conflitos ocorridos no Paraná antes da migração, algumas leituras fazem sentido apenas se analisadas pela perspectiva do retorno, numa forma de resposta aos que ficaram, esta sim, pautada no questionamento do estilo de vida e de trabalho, leia-se, no Paraná, de antes e de agora. Lidamos aqui com uma perspectiva metodológica e epistemológica pautada no conceito de “memórias

²³ Das entrevistas não destacadas em conta da proposta do artigo, outras análises delas apresentam como os entrevistados também lidaram, diferentemente daquilo proposto pelos *sites* estudados, com críticas atuais ao processo de colonização iniciado nas décadas de 1970 (e de 1980 no caso deles especificamente). Servem de exemplo as críticas aos impactos ambientais. Além disso, do fato de eles terem sido incentivados pelo governo a migrar há duas décadas passadas, isso passa a ser cobrado pelos resultados dessa migração.

divididas” (PORTELLI, 1998)²⁴ em contraposição às memórias dicotômicas, e isso contribui com a problemática, quando avaliamos que as entrevistas não se limitaram à valorização do progresso em detrimento das questões fundiárias e/ou ecológicas. Os sujeitos, em sua maioria, não se colocam unicamente em um desses campos.

A propósito do significado de se dizer portador do progresso levado, vale indagar: No caso da leitura desse processo de migração, diante de todas as suas controvérsias, envolveria essa leitura o entendimento de uma nova forma de trabalhar? E acrescentaríamos mais uma interrogação: No caso dos que migraram para o Norte e puderam vivenciar a diferença entre sua forma de ser e a dos nortistas; conseguiriam atualmente, no retorno, construir, com isso, críticas à postura dos paranaenses que ficaram no Paraná e com os quais hoje lidam na sua reinserção? A resposta é sim.

Se é possível traçar uma linha retrospectiva que conecta os *sites* de municípios do Pará, atuais (2014), aos artigos do jornal de 1980, produzidos no Oeste do Estado, e deles cotejar o conteúdo das memórias, evidenciando a ressignificação da tradição do trabalho levado pelos migrantes sulistas para a Amazônia Legal, devemos problematizar o fato de que o papel do Estado e o mérito da migração

²⁴ O autor apresenta a questão discutida quando apresentou estudo sobre a cidade de Civitella Val de Chiana, na qual ocorrera, em junho de 1944, o massacre de 115 civis italianos mortos em um único dia pelos soldados alemães, em retaliação à morte de dois soldados alemães, pela Resistência italiana. Ao questionar a principal construção teórica e metodológica sobre o estudo desse massacre, até então pautada numa divisão, entre, de um lado, uma memória “oficial” — que comemora o massacre como um episódio da Resistência italiana, ou seja, como exemplo para o nacionalismo italiano e, por outro, uma memória local, comunitária, preservada pelos sobreviventes — a memória do luto e das revoltas contra o posicionamento do Estado, e que atribui a culpa das atrocidades à própria resistência que se deu fora dos muros do povoado, e que provocou a ira dos alemães. Portelli julgou essa divisão enquanto dicotômica e simplista, e destacou, em seu estudo do caso, que toda memória é, ao mesmo tempo, ideológica e subjetiva, restando a necessidade do estudo da multiplicidade de memórias entendidas diante de um estudo processual.

sulista, sobretudo da agrícola, fora lembrado quando se remetia ao período da colonização, mas quase esquecido/silenciado quando falavam da situação atual. Quando se falou do hoje, falou-se não do outro, do “nortista”, mas daqueles que ficaram.

Na entrevista de senhor Hugo percebemos tanto a ênfase dele nas conquistas pessoais quanto nas decepções: “E quando tive meu nome indicado pra diretor do colégio, esse, foi esta a questão, de ter o apoio da comunidade, um ou outro lá, que tinha o sistema de trabalho diferente”²⁵. Na sequência, e ainda em forma de um balanço de sua experiência migratória, destacou: “Por ironia, eu quando eu fui, eu tinha uma casa, uma casa bonita. Vendi, me desfiz dela. Quando eu voltei, fui morar de favor na casa da minha mãe e em frente!”²⁶.

A “nostalgia do retorno” à terra natal, lugar sacralizado na e pela memória, decorre da impossibilidade da volta no tempo, pois se alcança a volta ao espaço natal, mas não ao tempo, e o espaço já é outro. O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal (SAYAD, 2000, p. 11)²⁷. De certa forma é possível concluir: os entrevistados se diziam migrantes e não abandonariam, na situação da gravação das entrevistas, a positivação dos seus pares e deles mesmos no processo estudado. Mesmo assim, no entanto, ao falarem a partir da experiência do retorno, os entrevistados se diferenciam dos que ficaram – e se diferenciam justamente pelo trabalho, tal qual se diferenciaram dos nativos²⁸ que os receberam. De todo modo, o

²⁵ HUGO. Entrevista cedida ao autor-entrevistador. Marechal Cândido Rondon/PR, 27 mar. 2014.

²⁶ Id.

²⁷ O referido estudo (SAYAD, 2000) abordou de maneira mais específica o exemplo da migração (migração e imigração) de argelinos durante e logo após o contexto de guerras pelas independências nos anos de 1950 e 1960, visando com isso compreender a noção do retorno na perspectiva de “[...] uma antropologia total do ato de migrar” (Id.).

²⁸ As palavras nativos, nortistas e sulistas se tratam de categorias “nativas” utilizadas pelos entrevistados.

trabalho que envolve a migração é sinônimo de sucesso. Em linhas gerais, quando se falou dos “nortistas”, todos os entrevistados os apresentaram como sujeitos receptivos e pouco enfatizaram conflitos étnicos e/ou regionais. Essas diferenças regionais, porém, marcaram a maneira com falaram do outro e de si. Quando “os daqui vão pra lá” já demonstrariam, com isso, que vão para trabalhar. Os acomodados seriam, inclusive, “os que ficam aqui” e também se conformam com pouco. O comparativo se amplia e não se trata tal qual defendido anteriormente, exclusivamente da diferenciação pela cultura/tradição ou pela etnia, mas pelo esforço e pelo realce, já que ser esforçado significa migrar diante da dificuldade.

Mundos do trabalho e outras considerações

A cultura “do outro” implicou, por exemplo, uma organização urbana precária, na falta de comprometimento com o emprego, mas, também, uma maneira de viver mais feliz! É aquilo que pudemos ler também nas narrativas, como na de Moisés. Para ele, ser uma pessoa boa não implica ser “trabalhadora”, e não ser trabalhador não implica falta de caráter, mas uma opção de vida. Ele também foi outro que procurou se diferenciar dos “nortistas”, dos costumes de lá, como percebemos na sua fala a seguir ao destacar a preferência que a sua prestação de serviços mecânicos obtinha dos empresários de Tucumã e de Marabá, ambas cidades do Pará, sendo eles sulistas ou não: “O sucesso foi [...] porque o povo do Sul não adianta, nós, povo do Sul, é o povo mais trabalhador que existe, lá em cima o povo vive mais, mas eles são mais vagabundo! Não é que [...] são pessoas boas”²⁹. Eis a frase que abre nosso texto.

Viver mais poderia aludir à acepção de ser mais feliz. Viver-se mais, não no sentido da contagem do tempo do calendário, mas subjetivamente, aproveitando-se mais a vida com lazer, com festas e, conseqüentemente, com menos trabalho. Viver mais não deixa

²⁹ MOISÉS. Entrevista cedida ao autor — entrevistador. Corbélia/PR, 11 out. 2014.

de ser uma resposta aos que ficaram e que pouco valorizam o lazer e a vivência familiar, por se preocuparem demasiadamente, não com o trabalho, mas com a acumulação de capital. E a sua trajetória resumiu-se no alcance do respeito pela qualidade do seu trabalho. Assim, ganhou dinheiro e amigos. Com apenas 21 anos ganhou algum dinheiro e o gastou no Paraná, por lógica, “o lugar onde não se ganha dinheiro como lá”³⁰. Ele não pretende voltar ao Pará, pois o dinheiro não valeria se comparado à vida “boa” que leva hoje. De certa forma, o capital acumulado, não exatamente aquele que almejou quando migrou, e não o esperado pelos que ficaram é o suficiente para ele demonstrar que sua trajetória valera a pena, que ele contribuiu com o Pará e conquistou uma bagagem cultural necessária para criticar, inclusive, os que não migraram. Sem que fosse feita a pergunta sobre se teria válido a pena, enfatizou Moisés, de maneira direta: “Eu, olha, meu futuro nunca foi lá, eu sempre pensava fazer um futuro aqui e ir embora, ah, o Paraná nosso aqui não tem, né?”³¹. Essa afirmativa correspondeu àquilo que apresentou sobre a sua situação atual:

Posso falar a verdade pra você? Tem gente que vai trabalhando e guardando dinheiro, eu não tô guardando dinheiro, eu tô trabalhando e curtindo minha vida, eu e minha mulher ó [...] dá vontade de ir lá em Cascavel? Nós vamos; vamos na pizzaria, lá? Vamos, porque esse negócio de falar: “Ah, não, eu vou guardar dinheiro que mais tarde [...]”. Não, [...] eu não sei meu dia de amanhã, então hoje se tem que trabalhar e aproveitar a vida!³²

Essa conversa é uma forma de reafirmar a trajetória narrada, de valorizar o mundo do trabalho, de se diferenciar dos de lá e, ainda, de se colocar no retorno. Ao que nos parece, esse “lá”, mesmo sendo lembrado pelo trabalho, onde “quase se matou de trabalhar”, mas onde se “era bom”, pela natureza exuberante,

³⁰ Id.

³¹ Id.

³² Id.

pelo clima, pelas muitas amizades, pelo reconhecimento de sua qualidade técnica para trabalhar, etc. não era o lugar de “curtir a vida”; mas talvez não fosse apenas uma questão de lugar, mas de momento, e, nessa lógica, agora, mais velho, com certo capital conquistado, agora deva ser, enfim, o momento de curtir.

Concluindo, é válido enfatizar que, em todas as entrevistas, os sujeitos demonstraram ter consciência da diferença entre eles, pequenos, e os grandes empresários; ou, no caso dos que foram na condição de empregado, perceberam a diferença de classe entre os ganhos que obtiveram e os ganhos de seus patrões, uma diferença que não justifica uma crítica genérica ao empresário migrante, mas ao patrão em específico. Ou seja, no caso de Moisés, ele até chega a criticar o seu antigo patrão, mas não o resultado da colonização. Assim entendemos como os entrevistados falaram dos seus “mundos do trabalho”. São mundos do trabalho entendidos entre fluxos – da migração privada controlada pelo Estado nas décadas de 1960 a 1980 e pelo fluxo de retorno da virada do século. São mundos do trabalho do sulista que ora ressignifica, na sua trajetória, o sentido de trabalho conforme se esperava da tradição de um migrante, ora critica o trabalho daqueles que ficaram no Paraná. São mundos em que o trabalho é entendido tanto pela afirmativa da contribuição para o desenvolvimento da Amazônia Legal, via generalização da migração agrícola, quanto pelo admitir do insucesso econômico seguido da valorização da conquista cultural, do conhecer de novos costumes.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Solange G. *Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas: expansão da sojicultura e valorização fundiária*. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém, 2012.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 117-161.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *Paraná*. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba 1983. p. 23. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nova_configuracao_espacial_07_83.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Não há terras para se plantar neste verão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79-90.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 27-46, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14/showToc>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

NOSSO TEMPO (Digital). Cinco anos depois, colonos do Oeste paranaense se preparam para colonizar Aripuanã. *Nosso Tempo*,

Foz do Iguaçu, ano II, n. 65, p. 16, 21-28 de abr. 1983a. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

NOSSO TEMPO (Digital). Queremos terra no Paraná. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano II, n. 71. p. 18, 2-8 jun. 1983b. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

OLIVEIRA, Luiz A. Pinto de; OLIVEIRA, Antônio T. Ribeiro de (Orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: *FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina* (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Luta (Do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Petrópolis: Vozes, 1993.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.

Recebido em abril de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

UMA PROBLEMATIZAÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE MIGRAÇÃO. APONTAMENTOS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA¹

*Cátia Franciele Sanfelice de Paula²
Célia Rocha Calvo³*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo problematizar o conceito de migração com base na produção historiográfica produzida sobre o Estado de Rondônia. Ao tratá-lo como um conceito histórico, buscamos levantar questões que possibilite a compreensão e o diálogo com aspectos amplos que compõem o processo social a ser estudado. Assim, busca-se apontar possíveis caminhos que viabilize abordagens de caráter investigativo.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia. Migração. Rondônia.

ABSTRACT: This article aims to discuss the concept of migration based on historical production produced about the State of Rondônia. To treat him as a historical concept we seek to raise questions that allows understanding and dialogue with broad aspects that make up the social process to be studied. Thus, if point possible paths that enable investigative character approaches.

KEYWORDS: Historiography. Migration. Rondônia.

¹ O projeto de pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da CAPES/FAPERO.

² Mestre em História, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Campus Rolim de Moura. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

³ Professora do Instituto de História e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho. (NUPHECIT) da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

A historiografia sobre Rondônia é composta em sua maioria por pesquisas nas áreas da Geografia e Sociologia. As concepções teóricas que explicam o local, principalmente o fluxo migratório àquele Estado, se estruturam em diversos conceitos, como o de migração, que naturalizado confere à análise historiográfica um caráter estruturalista e economicista sobre o processo histórico. Nessa perspectiva, as linhas de argumentação se pautam nas análises das políticas adotadas pelo governo militar que desencadearam projetos de colonização a partir da década de 1970, as quais acabam por incorporar e fortalecer marcos de memória social (CALVO, 2005) ligados aos processos de construção da BR 364 ou de órgãos criados no período como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ainda está presente uma interpretação que atribui o processo migratório à modernização conservadora⁴ do campo, ocorrida no Sul do Brasil, às propagandas do governo militar ou aos supostos benefícios proporcionados pelo capital privado, sem, porém, especificar quais seriam esses grupos beneficiados (SOUZA; GROSSI, 2010).

Nesta direção, o objetivo do artigo é problematizar como o conceito de migração inviabiliza, quando pensado nesses termos, a compreensão de aspectos mais amplos, como a relação com os lugares e com as cidades que se constituíram no decorrer desse processo de idas e vindas de muitos agentes que vieram para Rondônia. Busca-se ainda, apontar caminhos que possibilite a problematização do conceito, compreendendo-o não como um conceito analítico, mas histórico, isto é, apreendido como problema, no processo e nos procedimentos de investigação social (FENELON, 2009; WILLIAMS, 1977).

Inicialmente, há que ressaltar que a maior parte das pesquisas apresentam abordagens que homogeneizam as especificidades dos municípios que compõem o Estado, como se as relações

⁴ Sobre modernização conservadora, ver: MOREIRA, 2012.

tivessem ocorrido do mesmo modo em todos os lugares. Pautada em uma visão cíclica sobre o processo histórico, o que por sua vez remete à uma ideia de evolução ao evidenciar “novos ciclos” econômicos, é como se houvesse uma história anterior a 1970, em referência ao ciclo da borracha, e outra que após 1970 se firmou com os projetos de colonização e com o desenvolvimento da agropecuária. Nessa versão, os projetos relativos à agropecuária estariam em processo de transição para novos ciclos materializados na industrialização, na plantação de outras culturas como a soja que está vinculada à dinâmica extensiva do agronegócio e, de produção de energia elétrica a partir de projetos de construção de Hidrelétricas e PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

Em outras abordagens, identificamos denúncias sobre os problemas que o Estado passou a enfrentar frente ao insucesso da política migratória, a qual não teria tido a capacidade de sanar as demandas por terra (SOUZA; PESSOA, 2009). Embora não desconsideramos que a política de colonização tenha ocasionado uma série de conflitos agrários, questiona-se, porém, o fato de que os mesmos não são analisados em sua historicidade, isto é, como processo histórico. Por outro lado, é frequente a ideia de que antes de 1970 não houve problemas em Rondônia. Ou ainda, que os problemas após 1970 teriam se intensificado (TURCHI, 1981).

Analisando tais trabalhos, as homogeneizações são muitas e não explicam efetivamente as contradições no processo histórico em que os projetos de colonização foram elaborados e implantados, tampouco questões relativas ao movimento histórico anterior. Desse modo, como forma de buscar a historicidade destas categorias analíticas, seus significados e alterações, problematizamos a historiografia a partir de autores que se debruçaram em compreender o período anterior a 1970. Nesta produção, encontramos diversos elementos conflitantes desde o início do século XX, que por sua vez reaparecem em outros contextos, sem a devida historicidade, como é o caso das tentativas de se construir colônias agrícolas no início do século, depois em 1930 e 1940 e posteriormente, em 1970, quando são

elaborados pelo INCRA os projetos de colonização com intuito de promover com maior intensidade a “ocupação”.

Maciel (1999) em sua pesquisa sobre a Comissão Rondon buscou discutir questões relativas à construção das linhas telegráficas nas primeiras décadas do século XX e, as interpretações, imagens e significados elaborados por engenheiros, militares e técnicos sobre os “sertões”. Dentre a riqueza da abordagem oferecida pela autora, algumas questões nos ajudam compreender as homogeneizações presentes nos trabalhos analisados que se reportam ao contexto da década de 1970. Um primeiro elemento a ser destacado é o discurso de “espaço vazio”. Tal slogan está presente em diversos trabalhos e sem historicidade dá a entender que se remete ao contexto de 1970 quando constatamos que o mesmo foi utilizado como justificativa à ocupação desde o início do século XX, reafirmados nos anos 1930, 1940 e em 1970:

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias a civilização”, que representam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados a Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços e dilatar as “fronteiras da Pátria”, como um dever do Estado a ser conduzido pelo exército “as forças armadas da nação”. (MACIEL, 1999 página 168).

Para Maciel, a noção de “vazio” possui relação com a ausência de uma população disciplinada, tentada desse modo pela Comissão Rondon. No dizer da autora, tomava corpo a ideia de que “governar era povoar”. A autora ressalta que se deve atribuir à Comissão não a busca pelo “novo” ou do caráter de descoberta, mas o papel de ordenadora do território, com empenho em outro tipo de ocupação e aproveitamento das terras e a pacificação das relações entre os vários atores sociais. Ao acompanhar o desfecho desse processo histórico encontramos elementos na década de 30, com o trabalho de Souza (SOUZA, 2002), os quais Maciel havia apontado em seu trabalho, quando afirmou que “buscar a historicidade destas categorias permite

acompanhar o processo de alteração de seus significados e, ainda, sua eficácia para a hierarquização dos espaços – físicos e sociais – internos e externos” (MACIEL, 1999, p.187).

Ao analisar a ação dos militares e os debates em torno da construção do Território Federal de Rondônia, nos anos 1930 e 1940 do século XX, Souza (SOUZA, 2002) abordou os projetos de ocupação implementados pelo Exército a fim de compreender sua atuação, a partir de uma análise que buscou no movimento histórico analisar o período anterior a 1930, pontuando como os projetos implantados antes desse período serviram como base para os projetos que seriam desenvolvidos posteriormente:

O Posto Telegráfico tinha diversas atribuições como o levantamento do potencial mineral, do potencial agropecuário, estudo de flora e fauna, além de manter contato com os povos indígenas da região e ir “limpando” o caminho para os colonizadores que viriam a seguir. (SOUZA, 2011, p. 12).

Nessa análise, temos a evidência de que ocorreram tentativas de colonização anteriores à década de 1970. Tanto o trabalho de Maciel quanto o de Souza apontam nesse sentido, como já vinham sendo gestadas. Em 1930 há a continuidade da política de “ocupação”, a partir da infraestrutura formada pela Comissão Rondon. Souza destaca que em 1930 foi tentada a implantação de colônias agrícolas nas regiões de Porto Velho e Guajará Mirim. Porém, a tese levantada pelo autor é a de que não houve sucesso devido a problemas como o tamanho dos lotes, a infertilidade das terras, a falta de política de preços e a ausência de assistência técnica. A infertilidade das terras está ligada invariavelmente ao fato de que a instalação dos núcleos agrícolas se dava em pontos estratégicos do ponto de vista militar, que possibilitasse a defesa da fronteira (SOUZA, 2002). De acordo com Souza, os núcleos agrícolas seriam a saída para o extrativismo na década de 1930, momento em que a produção da borracha, que apresentava grandes custos passou a ser valorizada devido à demanda pelo produto no mercado internacional.

A abordagem feita por Souza nos permite observar outra questão ausente da historiografia analisada. O fato de que houve um grande fluxo de pessoas que se dirigiram ao Estado no segundo ciclo da borracha e, posteriormente, com a descoberta da cassiterita na década de 1950. Porém, Souza remete esse processo a uma abordagem cíclica, e como resultante tanto da criação do Território Federal⁵, quanto da criação do Estado de Rondônia⁶:

[...] tem-se a “Batalha da Borracha” que desembocou num surto efêmero de colonização e a conseqüente criação do Território Federal do Guaporé. Depois disso, a descoberta de cassiterita redundaria na abertura da então BR-29 no governo de JK em 1960. E por último o ciclo da colonização agropecuária entre as décadas de 70 e 80 como sendo um dos fatores que contribuíram para a transição para o Estado em 1981. (SOUZA, 2002, p. 6).

Assim como a descoberta da cassiterita o processo de mecanização ocorrido em 1971 também fica oculto na historiografia. Segundo Souza, a mecanização teria ocorrido devido à pressão exercida por alguns consórcios de empresas mineradoras que resolveram explorar a região em relação ao Governo Federal, a fim de fechar a lavra manual e regulamentar à lavra mecanizada. Porém, de acordo com informações presentes no Jornal *Correio da Manhã*⁷, de 1971, o objetivo do governo Federal na época era explorar o máximo possível de cassiterita tendo como finalidade a exportação.

A mecanização da cassiterita teria provocado enormes prejuízos à economia do Território⁸, afetando também setores

⁵ A criação do Território Federal de Rondônia ocorreu em 1943.

⁶ A criação do Estado de Rondônia ocorreu em 1981.

⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=15975&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

⁸ Maiores informações, ver: SOUZA, Valdir Aparecido de. *(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé*

como transporte, alimentação, comércio e serviços em geral. Souza ainda discute a maneira como nesse período havia disputas políticas em torno da administração do Território entre o exército que administrou o território por cinquenta anos e pelas coligações de oposição (União Democrática Nacional e Partido Social Progressista). Porém, o autor não aprofunda essa discussão. Esse quadro de disputa política teria durado até a descoberta da cassiterita e sua posterior mecanização, o que fez com que o exército perdesse a popularidade no Território.

Diante dessas reflexões consideramos que o trabalho de Maciel e Souza explicitam que o processo de ocupação não é fruto unicamente da década de 1970, como pontua grande parte da historiografia. E que os últimos elementos a impulsionar a ocupação para Rondônia teriam sido a descoberta da cassiterita e o projeto agropecuário com incentivo fiscal às empresas de capital estrangeiro destinado à exportação, nas décadas de 1970-1980, sob a direção dos governos militares (SOUZA, 2002). Com base em um contexto de discurso nacionalista, a Amazônia como um todo era vista como um lugar a ser explorado. Assim, uma questão de suma importância e que justifica a análise realizada neste ensaio é buscar no movimento histórico a compreensão de como foram pensados e elaborados os projetos de colonização na década de 1970. Nesta direção, não podemos desconsiderar o processo de transformação que ocorria em outros Estados e suas inter-relações.

Partimos do princípio de que, sob a política integracionista, cujo lema “Integrar para não entregar”, estiveram presentes outros objetivos, os quais o termo “integração” não nos permite apreender. O termo “integração” consiste em um conceito ideológico que, ao buscar justificar os projetos em curso, não explica as contradições que ocorriam no campo das relações sociais.

Nesse contexto, constituíram-se explicações sociológicas no campo historiográfico que, ao realizarem uma abordagem pautada

(30-40). 2002. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.

na concepção desenvolvimentista, se cristalizaram no interior da academia, oferecendo discussões que vão ao encontro dos discursos governamentais do período, reproduzindo conceitos como o de integração e migração sem a devida problematização, conferindo ao Estado o protagonista e perdendo de vista as relações sociais.

Ambas as pesquisas evidenciam uma série de questões conflitantes anteriores à década de 1970. Souza, porém, busca entender o processo histórico a partir de dados oficiais, pautados ora na construção da estrada de ferro madeira Mamoré, na criação do Território Federal, na implantação de colônias agrícolas ou nos projetos de nacionalização preconizados por Vargas, na qualidade de marcos políticos explicativos daquilo que ocorria no período. Do mesmo modo, a historiografia cuja abordagem procurou compreender Rondônia após 1970, se firmou em dados oficiais, estabelecendo marcos de memória como forma de justificar os acontecimentos advindos com a implantação dos projetos de Colonização.

O fato é que se o discurso de “espaço vazio” foi utilizado para justificar a ocupação no início do século XX como apontado por Maciel, na década de 1970, a justificativa de ocupar os vazios continua junto ao discurso de integração das fronteiras. A ênfase na ocupação foi divulgada por diversos meios de comunicação e podemos perceber sua dimensão a partir da reportagem “Cirne Lima diz que ocupação da Amazônia é necessária e viável”, noticiada no Jornal *Alto Madeira*:

O SR. Cirne Lima definiu como, “indispensável” a ocupação real do território nacional, acentuando que a marcha para o Oeste, iniciada pelos bandeirantes, ainda é muito pouco efetiva, exigindo um esforço nacional para atingir tal objetivo, “que é mais urgente quando se analisa as condições mundiais da produção de alimentos e os índices elevadíssimos de crescimento demográfico”. Ao argumento de que só se deve aplicar no litoral, onde há uma infraestrutura que é capaz de oferecer rendimento compensador aos investimentos públicos e privados, respondeu o Ministro Cirne Lima

que a ocupação da Amazônia não exigiria grandes quantidades de capital, uma vez que a terra ali é barata e o Brasil possui mão-de-obra não qualificada o suficiente para dar início efetivo à ocupação, “não como deve mas sim como pode ser feita”. (ALTO MADEIRA. Porto Velho, p. 1, 1 maio 1970).

As projeções elencadas pelo então Ministro da Agricultura para aquela região, desconsiderou elementos básicos para os que para lá se deslocaram, como estradas, habitação, saúde, educação, dentre outros. Embora houvesse o reconhecimento da realidade que estava colocada, fica clara a projeção em relação a quem daria início à ocupação – pessoas cuja mão de obra não fosse qualificada.

Além disso, a noção de desenvolvimento e progresso no período se alicerçou em uma noção de cultura padrão, e na maioria das interpretações o Estado passou a existir em termos de povo, de vida e de cidade com a vinda dos migrantes, numa concepção de que os deslocamentos é que traria cultura e os que chegavam seriam portadores do desenvolvimento e do progresso esperado.

As noções de civilização, progresso e cultura que fizeram parte do processo de disputa em torno dos projetos de nação não ficaram restritas ao período do Estado Novo. Elas reaparecem ou nunca estiveram fora da pauta das preocupações governamentais tornando-se visíveis em 1970. Se até as décadas de 1940/1950 os indígenas eram vistos como possíveis trabalhadores “nacionais”, nas colônias agrícolas nas décadas de 1970 e 1980 passam a ser totalmente desconsiderados como parte daquela localidade.

A partir da década de 1980, constatamos por meio do jornal *O Globo*, a ênfase aos que se dirigiam ao Estado, provenientes da região Sul do país, como aqueles que seriam responsáveis pela formação de uma futura cultura padrão, como podemos observar na reportagem “Governador Jorge Teixeira de Oliveira afirma que crise não atinge a economia de Rondônia”:

No aspecto cultural, é interessante observar que a migração vem de todos os pontos. Essas crianças que estão nascendo aqui em Rondônia, e que, no futuro, vão se aproximar, formarão amanhã uma nova raça de Rondônia. O rondoniense surgirá daqui a 20 anos, complementando os que já haviam aqui. Será um raça forte, por que os troncos são também muito fortes: o paranaense, o nordestino, o gaúcho. Isso vai dar um padrão de cultura. Os costumes vão se difundir, e dessa mistura surgirá até uma nova linguagem. Aqui terá uma espécie de esperanto (esperança). Eu vislumbro um futuro muito grande para Rondônia, pois os outros estados estão acumulando problemas enquanto aqui estamos começando. (O GLOBO. Rio de Janeiro, p. 2, 30 jun. 1983).

A desconsideração da cultura nativa se colocava junto à projeção de uma noção de cultura que atribuía a determinadas etnias um modelo padrão. Como se fosse possível buscar por uma cultura autônoma. Nesta direção, a historiografia ao não problematizar essas noções e atribuir ao processo histórico o conceito de migração incorporou tais aspectos e manteve juntos todos aqueles que chegavam, no mesmo patamar de pioneirismo, consagrando inclusive a política adotada pelo INCRA, que, em seus projetos, também manteve juntos trabalhadores de diversos lugares, os quais trouxeram em suas “bagagens” culturais diferentes expectativas e projetos de vida. Ao congelar o processo histórico, tal memória torna ocultas essas diversidades e diferenças, na medida em que homogeneiza os sujeitos e suas diferenças socioculturais.

Nessas produções, as lutas e disputas travadas no cotidiano diário são pouco perceptíveis. Nelas não há espaço para a complexidade do que acontecia no dia a dia, porque cumprem um papel na produção de memórias que se requer autorizada a falar do passado e do presente, a ser a história. Nessas versões, os conflitos não existem, os sujeitos eleitos a fazer parte dela invariavelmente ocupam lugar de destaque. Nelas, o ordenamento estabelecido entre passado e presente deixa poucos espaços para se pensar outras possibilidades de análise.

Outro aspecto observado é que tais narrativas se perpetuam na produção de memorialistas, cujas produções edificam genealogias, efemeridades que se transformam em marcos que ocultam tantos outros personagens do cotidiano do trabalho.

Dessas versões é que surgem os mitos como o de pioneiro e o de desbravador, como se fosse possível quantificar as lutas e sofrimentos e auferir através de um denominador comum quem mais sofreu e é merecedor de estar na memória e na história. Nessa memória há a tentativa de retratar as dificuldades dos que chegaram e tiveram que viver em localidades sem saúde, educação e habitação, em meio à mata fechada etc. Porém, nessa narrativa a memória e a história são elaboradas tendo como base um passado comum a todos materializado num presente também comum, de vitórias e conquistas, sem espaço para as disputas e contradições. Assim, tanto a historiografia, quanto os livros de memorialistas se tornam versões cristalizadas⁹.

Nesta direção, o conceito de migração precisa ser colocado em movimento, numa relação em que a noção de processo histórico esteja aberta às investigações e descobertas. Antes de ser explicado por ele mesmo o conceito precisa ser posto a problematizações tendo em vista o momento histórico que se quer investigar, buscando romper desse modo, com a ideia determinista de causa e consequência. Partimos da prerrogativa de que as relações sociais são complexas e contraditórias e que pautá-las em análises dicotômicas em nada contribui para a compreensão do processo histórico, haja vista que os conceitos, em si, não explicam as relações vivenciadas.

É por este caminho que sinalizamos para o entendimento da História Social, como história-problema e não como descrição de certezas, como campo de interpretações, sem que elas signifiquem verdades objetivas ou métodos de validade universal. A História Social define o seu campo de reflexão ao formular problemas que ajudam a interpretar as relações entre os diversos grupos sociais, o que significa trazer para o campo da reflexão

⁹ Sobre essa crítica, ver também: LANGARO, 2012.

histórica aqueles que são referidos apenas como coadjuvantes, quando o são: mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, idosos, grupos subalternos dentre outros.

Consideramos que, se o objetivo é explicitar questões sobre o social pautado em experiências dos sujeitos que vivenciam o processo histórico a ser estudado, o diálogo com materiais de natureza diversa e, também, a produção de fontes orais se coloca dentre as possibilidades de problematizar versões cristalizadas e, ao mesmo tempo, conferir visibilidade aos diferentes agentes que se puseram em movimento no processo de constituição do território de Rondônia.

Interessa, pois refletir sobre a experiência social dos diversos agentes para que os mesmos se revelem como sujeitos do e no processo histórico. Os registros que produziram e os significados que elaboraram acerca da realidade vivida, também precisam ser considerados como elementos que levaram à migração. Só a partir dessa análise encontramos evidências que ajudarão na problematização e compreensão do processo histórico de forma ampla.

Daí a importância da memória como força ativa e como, por intermédio dela, evidenciamos questões relativas ao passado. Para isso, as contribuições trazidas pela História Social ajudam refletir sobre qual o papel da historiografia, em especial, da história no diálogo com a sociedade ao questionar sobre qual história estamos escrevendo, para quem e como ela está dialogando com o social.

Nesta discussão, as contribuições de Fenelon (FENELON, 2004) no que se refere a constituição das memórias é significativa em termos de evidenciar os diversos significados atribuídos pelos sujeitos as suas vivências, na dinâmica construída em torno de suas experiências de modo mais amplo. Falar de memória, como lembra Khoury (KHOURY, 2004), é entendê-la como um espaço onde as diferenças se constituem, portanto não estão dadas. Tais diferenças precisam ser compreendidas como sendo de classe¹⁰,

¹⁰ Segundo Edward Palmer Thompson, classe social consiste em um fenômeno histórico definida pelos homens enquanto vivem sua própria história. Conforme: THOMPSON, 1987.

não no sentido fechado do termo, mas culturalmente vivida na maneira como os sujeitos se requerem diante do processo de desigualdade que vivem. Ou seja, a partir dos sentidos e significados que os sujeitos atribuem a sua experiência social. Para isso, é de fundamental importância considerar o modo como relacionam os sentidos do tempo e da temporalidade na relação passado e presente. Isso perpassa compreender as memórias enquanto práticas socioculturais, articuladas as relações de poder presentes no cotidiano, compreendido como um tempo de contradições vividas, interpretadas e significadas pelos sujeitos enquanto um processo de mudanças em movimento e em transformação.

Esta perspectiva sugere romper com noções cristalizadas e a constante problematização dos conceitos utilizados no processo de pesquisa, o que impõe ao pesquisador considerar o processo de constituição das fontes, independentemente de sua natureza. Enquanto produto social, as fontes disponíveis ao historiador precisam ser tratadas de modo relacional e num constante processo de disputas.

De modo específico às fontes orais, não se trata de descrever as experiências dos sujeitos e seus modos de vida, mas inserir a discussão dentro de um processo amplo que explique os projetos que estavam colocados e as alternativas disponíveis em cada período histórico. Atentar-se para a forma de elaboração e, de construção das narrativas pode revelar aquilo que aponta Portelli quando diz que “A organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida” (ALMEIDA; KHOURY, 2014, p. 205).

Outras contribuições estão na perspectiva de problematizar os conceitos a luz da prática social de modo a operacionaliza-los no movimento histórico. Isso implica o desafio teórico-metodológico discutido por Cruz (CRUZ, 2006) e o Grupo Memória Popular (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2000) sobre a relação: passado e presente na história. Essas discussões evidenciam ao mesmo tempo a função social e política da história e do historiador e o cuidado para a não despolitização da história. De acordo com

Cruz (CRUZ, 2006), é necessário ter claro qual a preocupação com o presente e o que nos leva indagar o passado. Isso implica repensar qual o diálogo que estabelecemos quando elegemos protagonistas para estudarmos nossos temas e problemas, o que por sua vez também implica repensar que os procedimentos metodológicos adotados devam ser menos de juntar fontes, e mais de problematizar seu processo de constituição de modo que não esteja desprovido do processo social.

Nesta perspectiva, a cultura é pensada como espaço de luta e não apenas modo de vida, e os mecanismos presentes na sociedade, como as linguagens, precisam ser compreendidos não no sentido abstrato, mas como práticas constitutivas e ativas da vida social. Portanto, a memória não é só representação, mas significados atribuídos pelos sujeitos em sua vida prática. No trabalho com a memória, o sentido de determinado passado possui relação com questões colocadas no presente porque são constitutivas e mediadas socialmente e culturalmente por ele.

Por isso, a necessidade de pensá-las a partir do movimento histórico e das temporalidades vividas pelos sujeitos, evidenciando elementos que podem ser responsáveis por determinadas narrativas, como valores ou a incorporação de memórias instituídas. Pensar assim, as diversas temporalidades tendo em vista que os sujeitos significam de modo diferente suas relações.

Por ser a memória compreendida enquanto uma dimensão constitutiva da consciência social dos sujeitos a história oral não consiste em apenas um recurso no trabalho do historiador para confirmar ou buscar informações que não estão presentes em outros recursos. Seu uso possibilita a percepção do passado no momento em que é ativado no social e, desse modo, explicita significados que não se restringe a ela mesma, mas ao seu processo de elaboração e, portanto, ao processo histórico vivido pelos sujeitos.

Quando esses supostos são desconsiderados o trabalho com a memória leva a análises que se reportam ou a um presente imediato ou a um passado no qual não se visualiza questões relativas ao presente. Assim, pensar os sujeitos e suas

problemáticas implica pensar cultura. A fonte oral é um processo, uma prática social, na qual o sujeito não interpreta deslocado da vida real. Ele significa no campo da cultura, algo que não foi criado pelo pesquisador, mas a partir de valores construídos durante sua trajetória. Daí a importância de pensar as diferenças durante o processo de análise das entrevistas orais, pois as diferenças significam fronteiras vivenciadas socialmente. Trata-se menos do que foi dito pelo sujeito, interessando a noção de processo durante a elaboração da fala, o que o sujeito traz e o modo como se apropria dos significados dominantes disponíveis num determinado contexto como forma de organizar seus pensamentos, a construção de seu enredo e os silêncios que podem estar contidos. Como menciona Portelli “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados” (PORTELLI, 1997, p. 31).

A partir desses supostos, a problematização do conceito de migração permite a pesquisa histórica um referencial de análise pautado nas experiências dos sujeitos que vivenciaram tal processo. Sujeitos que narram suas trajetórias de vida e de trabalho a partir de seus referenciais e, que através deles nos possibilitam compreender o contexto de mudanças vivenciadas. Mudanças nas formas de viver e trabalhar provocadas por transformações estruturais e de reorganização nos modos de viver suas relações no campo e na cidade.

Para isso, faz-se necessário ao historiador compreender o conceito de migração em sua historicidade sem restringir seu sentido aos deslocamentos tampouco caracterizá-lo a partir de explicações estáticas. Sua historicidade precisa ser posta a luz do processo histórico a ser analisado e vivenciado pelos sujeitos, o que pode evidenciar outros elementos não presentes em análises fechadas sobre tal processo.

Assim, compreendemos que a historiografia analisada requer novas perguntas às evidências e talvez uma delas seja questionar em que medida os marcos de memória estabelecidos permitem as descobertas. Ou, em que medida a produção historiográfica

produzida estabelece um diálogo com a sociedade a ponto de explicitar algo muito importante para nós historiadores e ressaltado por Déa Fenelon:

Outra vez esta idéia bastante rica para nós historiadores de que o nosso objeto é a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e por que as coisas aconteceram, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança. (FENELON, 2009, p. 35).

A historiografia sobre Rondônia não parece avançar e como pontua Rama (RAMA, 2015) busca imprimir uma lógica por meio das estruturas que tem servido mesmo sem querer aos interesses da cidade letrada. Ela requer novas perguntas por que entendemos que enquanto prática social a historiografia intervém em nosso presente e passado.

Desse modo, analisar o processo histórico a partir de marcos de memória não oferece saída para uma análise satisfatória acerca das ações frente ao que estava sendo vivenciado pelos sujeitos sociais. Isto porque os marcos de memória eleitos pela historiografia se reportam as agências que pontuaram o processo de expansão do Território e depois do Estado, tendo como pano de fundo as políticas de colonização. Por isso a importância de interrogar sobre qual processo conduziu às políticas de colonização a partir de uma relação mais ampla, na qual outros valores e significados podem estar colocados.

É necessário considerar, que tal processo não pode ser analisado de modo que esteja atrelado às questões de ordem política ou econômica apenas. A leitura que os sujeitos fazem e os significados acerca da realidade também precisam ser considerados como elementos que levaram à migração. Nos trabalhos analisados, por exemplo, inexistiu a preocupação de construir uma interpretação com base na problematização das relações sociais e das experiências dos sujeitos. Uma questão importante para a História Social no que se refere à compreensão

do processo histórico a partir das práticas sociais. Todas essas questões ampliam a compreensão do campo social, político e cultural que se denominou como migração.

As abordagens analisadas oferecem formas de interpretação que congelam o processo histórico, impossibilitando o entendimento de questões relativas às experiências, aos modos de vida e de trabalho daqueles que vivenciaram tal processo histórico. Algumas versões continuam se perpetuando com a naturalização de conceitos que obscurecem as experiências, não permitindo a compreensão sobre quais sujeitos se fala. Isso impossibilita a visibilidade das disputas ocorridas passando a ideia de um processo tranquilo. Há que destacar que, passadas várias décadas, são aos mesmos referenciais¹¹ a que se recorre nas abordagens sobre o processo migratório. Nesse sentido, ao evidenciar estas questões o objetivo não é identificar possíveis lacunas deixadas pela historiografia, mas explicitar que o caminho traçado por ela vem servindo a consagração de versões dominantes.

No diálogo com esta produção historiográfica e memorialística, outra possibilidade que se coloca é a de explicitar as questões relativas às lutas e os embates para compreender como os projetos foram materializados na prática, e, talvez, mais importante do que constatar como a produção historiográfica silenciou relações contraditórias é perceber como pontua Williams (WILLIAMS, 2011) além da historicidade dos conceitos utilizados, o porquê de sua persistência.

¹¹ Entre os principais referenciais, podemos citar: IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11); BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios); BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. (Orgs). *Fronteira amazônica*. Questões sobre a gestão do Território. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990; VALVERDE, Orlando (Coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1979. V. 1: Sudoeste Amazônico, Rondônia e regiões vizinhas.

Referências:

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 50, p. 203-214, jan./jun, 2014.

BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. (Orgs). *Fronteira amazônica*. Questões sobre a gestão do Território. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990.

BINSZTOK, Jacob; ERTHAL, Rui; TUBALDINI, Maria Aparecida; DEUS, José Antonio Souza de; MACEDO Giovanni Raimundo de. *Projetos integrados de colonização: paradigma da contra-reforma agrária promovida pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia*. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Projetos%20Integrados%20de%20Coloniza%E7%E3o.pdf>>.

CALVO, Célia R. et alii: Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco (Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CRUZ, Heloísa de Faria et al. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro et alii. Muitas memórias, outras histórias. In: _____ (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*: São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. Estado, poder e classes sociais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, 1985.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11).

IANNI, O. *Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

LANGARO, Jiani F. *Quando o futuro é inscrito no passado. "Colonização" e "pioneirismo" nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, maio. 1999. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994/8114>>.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MOREIRA, Vagner José. A produção agropecuária: trabalho e resistência. *Perspectiva Geográfica*, Marechal Cândido Rondon-PR, v.7, n. 8, 2012.

OLIVEIRA, A. U. *Integrar para entregar*: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

PORTO Gonçalves, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; GROSSI, Suely Regina Del. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 126-135, 2010. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/10-Geografia.pdf>>.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A contra-reforma agrária em Rondônia: Colonização agrícola, expropriação e violência. Encontro de Grupos de Pesquisa, 5., 2009, Santa Maria. Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. *Anais eletrônicos...* Santa Maria: UFSM, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEATUFU.pdf>.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*. 2011. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURCHI, Maria Lenita. A colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: território federal de Rondônia. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2., 1980. *Anais... s/l*: ABEP, 1981. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A07.pdf>>.

VALVERDE, Orlando (Coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1979. V. 1: Sudoeste Amazônico, Rondônia e regiões vizinhas.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43-68.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em julho de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

ARTIGOS

LEITURAS DAS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL NAS REVISTAS *A ÁGUIA* E *NAÇÃO PORTUGUESA*, 1910-1926

*Luciana Lilian de Miranda*¹

RESUMO: Nesse trabalho, buscamos problematizar as leituras nas páginas de duas importantes revistas portuguesas; *A Águia* (1910-1932) e a *Nação Portuguesa* (1914-1938), acerca da relação entre Portugal e Brasil, nos anos da I República Portuguesa. Os dois periódicos em questão apresentaram diferentes matrizes teóricas e posicionamentos políticos, os quais buscamos situar com o intuito de uma melhor compreensão dos olhares sobre os vínculos histórico-culturais entre os dois países. A ênfase da nossa análise concentra-se nos debates e tensões entre os círculos de intelectuais nas duas margens do Atlântico, assim como, nas representações construídas por esses personagens acerca das relações luso-brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Revistas. Intelectuais. Relações Portugal-Brasil.

¹ Bolsista de Estágio Pós-Doutoral (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em História da UFG/Goiania. Doutora em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (UNL, 2014). Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2003). Bacharel e Licenciada pela mesma instituição (UFU, 2000). Foi docente do Curso de Graduação em História da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP, 2014-2015) e docente substituta do Instituto de História da UFU (Graduação, 2005-2006). Temáticas de interesse: História das relações culturais entre Brasil e Portugal (1900-1930), Primeiras Repúblicas Brasileira e Portuguesa, História dos Intelectuais, História e Literatura e História da Educação Luso-brasileira. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0183619176915821>. E-mail: llm.miranda@gmail.com.

ABSTRACT: In this paper, we discuss the views presented by two major Portuguese magazines; *A Águia* (1910-1932) and *Nação Portuguesa* (1914-1938), on the relationships between Portugal and Brazil in the years of the First Portuguese Republic. The two journals had different theoretical references and political positions, which we seek to explain to better understand the views of the historical and cultural ties between both countries. Our analysis focuses on the debates and tensions between the intellectual circles on both sides of the Atlantic as well as the representations built by these characters on the Luso-Brazilian relations.

KEYWORDS: Magazines. Intellectuals. Portugal-Brazil Relations.

Considerações Iniciais

Em linhas gerais, a virada do século XIX para o XX foi marcada pelo processo de criação ou reestruturação dos Estados Nacionais. O fluxo intenso de mudanças estimulado pela nova dinâmica da economia capitalista global afetaria “desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas” (SEVCENKO, 2008, p. 7).

Tratou-se ainda de um processo de reconstrução histórico-sociológico e de reinvenção das tradições e identidades nacionais, que permeou os regimes republicanos instaurados no Brasil e em Portugal.

Algumas das interpretações produzidas nessa época sobre o passado e as então perspectivas presentes e futuras de cada país, ultrapassaram a condição de modelos discursivos e foram incorporadas por segmentos sociais. Melhor dizendo, deixaram as suas marcas, influenciando a maneira como os brasileiros e portugueses se auto identificam e representam.

No cenário brasileiro, o debate intelectual dividia-se entre as teses que apoiavam a continuidade da tradição cultural portuguesa, branca e europeia como plasmadora da identidade nacional e aquelas que defendiam uma ruptura com o passado

colonial e imperial. Do lado português, as elaborações sobre o passado reforçavam a imagem de Portugal como o gerador de nações. Construíram-se visões de um passado representificado, com base na gesta dos descobrimentos. Essa lógica pautava-se numa noção de tempo não linear, na qual passado, presente e futuro são indissociáveis criando possibilidades de se dar futuro ao passado, representificando-o (PINHO; NATÁRIO, 2011, p. 16).

Ao propormos uma análise das relações luso-brasileiras nos periódicos *A Águia* e *Nação Portuguesa*, visamos desvelar a visão que se projetava de Portugal e do Brasil nesses periódicos com diferentes matrizes teóricas.

Cada uma dessas revistas representava uma corrente do pensamento filosófico-político e literário da época. Assim temos *A Águia* (1910-1932), como órgão da Renascença Portuguesa ou do Neo-romantismo saudosista e a *Nação Portuguesa* (1914-1938) como célula do Integralismo Lusitano ou Neo-romantismo Lusitanista. As vanguardas de intelectuais fundadores dessas publicações representavam grupos com importante papel no pensamento filosófico-político no cenário português da época.

Consideramos os intelectuais enquanto sujeitos pensantes e agentes de mediação cultural. Nesse sentido, compartilhamos da abordagem da história dos intelectuais, que se dedica a problematizar a sua historicidade e complexidade (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10-12).

A mesma encontra-se associada ao desenvolvimento da história cultural e da nova história política, ambas reconhecidas internacionalmente nos finais do século XX. Portanto, nas décadas de 1980 e 1990, com as críticas aos modelos explicativos macrossociais e deterministas, abriram-se novos campos de análise, os quais possibilitaram o retorno dos sujeitos históricos à História, inclusive para a categoria dos intelectuais. A partir disso:

A figura do intelectual, como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude. Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros

atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político [...] Não obstante, demonstra ser de grande proveito e potencial para a reflexão teórica enquanto categoria de análise, o que fica evidente pelos diversos autores que dele se aproximam a partir de variadas perspectivas. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

Nas partes seguintes do texto, dedicar-nos-emos à análise das diretrizes de pensamento e das representações acerca das relações luso-brasileiras divulgadas nas revistas em questão.

A *Águia* e o intercâmbio cultural Portugal-Brasil

*A Águia*², “revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica”, teve início em dezembro de 1910 no Porto, pouco depois da proclamação da República. Iniciou-se com uma edição quinzenal e depois, numa segunda fase, tornou-se mensal. A partir de 1912, constituiu-se como órgão do movimento sócio-cultural da Renascença Portuguesa, inaugurando-se a segunda série do periódico, cujo subtítulo passou a ser; “revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social”.

Na sua primeira etapa, não foi uma revista de doutrinação e esteve sob a direção e propriedade do jornalista Álvaro Pinto. Entretanto, nesse período já contava com a colaboração de escritores, tais como: Teixeira de Pascoaes (1877-1952), Jaime Cortesão (1884-1960), Leonardo Coimbra (1883-1936), os quais iriam integrar a Renascença Portuguesa, dentre outros. É interessante ressaltar, que o escritor, poeta, pedagogo e político português João de Barros (1881-1960)³ colaborou nessa fase, sobretudo com poesias,

² Disponível para consulta, em formato digital, na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP): <<http://purl.pt/12152>>.

³ Colaborações de João de Barros na revista *A Águia*: Primavera (n. 3, p. 6, jan. 1911); Para o Mar (n. 9, p. 12, maio 1911); Manuel Laranjeira (n. 4, 2ª série, p. 128-129, abr. 1912); Os artistas e a Guerra (ns. 52/53/54, p. 138, abr., aio-jun. 1916).

afastando-se depois do grupo e tornando-se um dos fundadores da *Atlântida*⁴ no final de 1915.

A Renascença Portuguesa foi um movimento cultural iniciado em 1912 no Porto, que se manteve ativo durante o primeiro quartel do século XX. Tinha como base um ideal nacionalista vinculado, no plano literário e filosófico, ao neo-garrettismo e a um sebastianismo quase messiânico.

A crise do Ultimatum inglês de 1890⁵, produziu na literatura portuguesa a renovação de um sentimento patriótico de ressignificação dos valores míticos e nacionais. Buscava-se, por meio do sonho, alimentar a esperança duma possível renovação do país, ultrapassando-se o estigma da humilhação impingida pela Inglaterra.

A partir desse contexto, criou-se um largo movimento intelectual, denominado Neogarretismo. Tomando-se Almeida Garret como modelo, o movimento valorizava o regresso ao passado, a simplicidade da vida rural, o interesse pelo regionalismo, o culto das tradições, o folclore e a busca da pureza da linguagem (CAMEIRÃO, 2000, p. 21).

⁴ *A Atlântida*; mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil, foi pensada com o propósito de suscitar um intercâmbio cultural entre os países. A revista nasceu da união entre João de Barros e o cronista carioca Paulo Barreto; o João do Rio. Os dois expoentes das letras tinham uma causa em comum: renovar e intensificar as relações luso-brasileiras. Editado em Lisboa, nos anos de 1915 a 1920, o mensário apresentou importante colaboração de escritores portugueses e brasileiros.

⁵ Trata-se do episódio do ultimato do então governo britânico entregue a 11 de janeiro de 1890, na forma de um memorando, que exigia de Portugal a retirada das forças militares do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola (atuais Zimbabwe e Zâmbia). A região era reclamada por Portugal, que a havia incluído no famoso Mapa cor-de-rosa, reclamando a partir da Conferência de Berlim uma faixa de território que ia de Angola à Moçambique. A concessão de Portugal às exigências britânicas foi vista como uma humilhação nacional pelos republicanos portugueses, que acusaram o governo e o rei D. Carlos I pela responsabilidade do ocorrido. A esse respeito cf. TEIXEIRA (2013).

O mito de D. Sebastião, também referência para o grupo da Renascença, remetia ao símbolo do redentorismo social e nacional. Durante os séculos XIX e início do XX, o sonho heroico de D. Sebastião, a sua morte na Batalha de Alcácer-Quibir, o mito do seu regresso e a quimera do Quinto Império⁶ serviram de inspiração aos escritores, como forma de superar as angústias e as incertezas da época. O mito apaziguava as inquietações e gerava esperança:

Assim, o poeta não conseguindo encontrar o lenitivo para a sua angústia face à situação que reinava no país, foi levado a pensar que só a construção ou renovação e difusão conseqüente e múltipla de um grande mito nacional, o mito sebastianista, poderia levantar o moral da nação. E daí nascerão as Novas Descobertas, a criação do Mundo Novo, o Quinto-Império. Terá regressado El-Rei D. Sebastião. (CAMEIRÃO, 2000, p. 21).

Enquanto associação sócio-cultural, a Renascença Portuguesa desenvolveu atividades com o propósito educativo

⁶ O Quinto Império é uma crença messiânica e milenarista que aparece reformulada nas profecias de Gonçalo Ennes Bandarra (1500?-1556), nos textos do padre António Vieira no século XVII, na obra de Fernando Pessoa (1888-1935) e também em Agostinho da Silva (1906-1996). O mito tem origem no texto bíblico do Antigo Testamento, no qual o profeta Daniel decifrou o sonho da estátua com pés de barro do rei da Babilônia, Nabucodonosor. O profeta afirmava que depois da magnificência do império babilônico sucederiam outros, segundo a vontade de Deus. De acordo com as interpretações mais correntes, seriam esses impérios: o Medo-Persa, o Grego, o Romano e o Quinto Império universal. Segundo o Padre Vieira, os quatro primeiros impérios eram pela ordem: o Assírio, o Persa, o Grego e o Romano e o quinto seria o Império Cristão Português. Na leitura de Fernando Pessoa, os quatro primeiros impérios diferiam dos de Vieira, sendo o primeiro o Grego, o segundo o Romano, o terceiro o Cristianismo e o quarto a Europa. “Pessoa fazia assim do seu Quinto Império, Portugal, a nação onde ele próprio teria lugar, ou, como já formulou Jacinto do Prado Coelho, quando em 1964 foram publicados os primeiros textos sobre esta questão: ‘Pessoa propõe a Portugal, sua criatura, a aventura espiritual em que ele próprio se empenhou’, ‘o Quinto Império em que todos os Portugueses, segundo o poeta, deveriam colaborar assemelha-se estranhamente ao que ele próprio empreende pelo desdobramento nos heterónimos [...]’”. Cf. URIBE; SEPÚLVEDA, 2012, p. 153.

e de promover a autonomia dos intelectuais republicanos em relação à esfera política. Fizeram parte desse movimento alguns importantes expoentes do mundo das letras portuguesa, tais como: Jaime Cortesão (1884-1960), Teixeira de Pascoaes (1887-1952), Raúl Proença (1884-1941), António Sérgio (1883-1969), Leonardo Coimbra (1883-1936), Augusto Casimiro (1889-1967), Álvaro Pinto (1889-1957), dentre outros.

O grupo visava criar um público consciente e ilustrado. Teve como principal mentor, sobretudo até 1916; Teixeira de Pascoaes, com a sua teoria do *saudosismo*⁷. Numa segunda fase, Leonardo Coimbra assumiu esse papel. Privilegiou-se o uso dos termos “regeneração”, “ressurgimento” e “renascença”, com vistas a insinuar que o enfermo do ocidente, apesar de tudo, devia ter esperanças de levantar-se do seu leito de moribundo e caminhar para a frente (PINHO e NATÁRIO, 2011, p. 16).

A *Águia* tornou-se o principal espaço de divulgação⁸ das ideias do movimento:

O fim d’esta revista, como órgão da ‘Renascença Portuguesa’ será, portanto, dar um sentido as energias intelectuais que a nossa raça possui; isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de puderem realizar o ideal que, n’este momento histórico, abraça

⁷ A doutrina saudosista não era consenso entre os representantes da **Renascença**. Há manifestações críticas contra tal teoria, inclusive nas páginas d’ *Águia*, por parte de António Sérgio e de Raul Proença. Cf., por exemplo: ANTÓNIO SÉRGIO. Regeneração e tradição, moral e economia. *A Águia*, n. 25, p. 1-9, 1914.

⁸ Além de *A Águia*, o grupo da Renascença também editou o boletim *Vida Portuguesa*. O “quinzenário de inquérito à vida nacional” foi publicado entre outubro de 1912 e novembro de 1915, sob a direção de Jaime Cortesão, perfazendo 39 números com distribuição no Brasil. A partir do número 17, lia-se “Boletim de inquérito à vida nacional” e, do número 21, apresentava-se como “Boletim da Renascença Portuguesa”. A publicação abordava temas de literatura, artes, ciência, filosofia e crítica social, conferindo atenção especial a divulgação do trabalho na frente educacional desenvolvido pelo movimento. Assim sendo, apresentou-se várias matérias sobre as universidades populares, o ensino infantil, dentre outras questões.

todas as almas sinceramente portuguesas: - Criar um novo Portugal, ou melhor ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do tumulto de alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos definharam e as almas amorteceram. (A ÁGUIA, n. 1, p. 1, 1912)⁹.

Segundo o pensamento de Teixeira de Paçoas, a saudade era entendida como manifestação suprema do modo de ser português. O saudosismo lusitano, pautado no messianismo, surgia como a única forma de elevação e de redenção do povo. “A Saudade, ‘alma da Raça’, é a força criadora e redentora, que, sobre a lembrança dum passado inspirado, deve criar o desejo duma redenção sobre as sombras do presente” (CAMEIRÃO, 2000, p. 23).

Nessa concepção havia uma valorização do particular, embora não fosse impedido o acesso ao universal. A Pátria e a Raça participavam do universalismo, porque estavam “intimamente ligadas à Humanidade”. Segundo esses princípios, o patriotismo seria a maneira mais autêntica de se ser cosmopolita. Sendo assim, “o ‘bom português’ devia cultivar em si o patriota que abrange o indivíduo, o pai e o município e os excede” (PINHO; NATÁRIO, 2011, p. 16).

Defendia-se, portanto, uma República Portuguesa dedicada a atender às demandas sócio-culturais do país, ultrapassando-se a tendência de se reproduzir um modelo político afrancesado. Por povo português entendia-se, sobretudo, as comunidades rurais, devido à sacralização do seu trabalho em comunhão com a natureza (PINHO; NATÁRIO, 2011, p. 16).

A interiorização desses valores exigia o corte com a educação clerical e com o enquadramento ultramontano do religioso. Somado a isso, fazia-se necessária uma reforma educativa que abarcasse “as necessidades de sacralidade inerentes aos costumes, bem como as inquietações do ser humano perante os enigmas do mundo e da vida” (PINHO; NATÁRIO, 2011, p. 16).

⁹ Optamos por manter a grafia original em todas as transcrições de documentos.

Somente dessa forma, poderiam ser os valores verdadeiramente renascentes.

O movimento da renascença não aceitava, no entanto, o radicalismo agnóstico no tratamento da questão religiosa. Buscava-se “refundar uma vivência da sacralidade mediada, não por Roma, mas por uma Igreja lusitana ‘que tão vivas raízes tem na tradição e no espírito da Raça’” (PINHO; NATÁRIO, 2011, p. 16).

A *Águia* teve um papel importante no intercâmbio cultural Brasil-Portugal, pois manteve entre seus colaboradores escritores brasileiros¹⁰ e contou com uma significativa distribuição no Brasil. Além disso, houve um período em que a revista foi editada no Rio de Janeiro (1920-1921) pelo jornalista português Álvaro Pinto¹¹.

Para nós, torna-se interessante acompanhar, sobretudo, a segunda série de *A Águia* (1912-1921), conferindo especial atenção aos dois anos em que a mesma foi impressa no Rio. Esse período mostrou-se relevante, pois os escritores reunidos em torno da Renascença Portuguesa criaram a Sociedade Luso-Brasileira e, assim, fundaram a editora Anuário do Brasil.

No seu estudo sobre a trajetória do intelectual-imigrante Álvaro Pinto no Brasil, Raquel Souza (2012, p. 3-4) confere destaque ao papel desempenhado por esse jornalista na articulação de um projeto cultural que privilegiava o intercâmbio luso-brasileiro. O projeto apareceu materializado nas páginas

¹⁰ Conferir, por exemplo: COELHO NETO. A Partida (n. 3, p. 3-4, jan. 1911); COELHO NETO. Atracção da Terra (n. 4, 2ª série, p. 118-121, abr. 1912); MATEUS DE ALBUQUERQUE. Eça de Queiroz (n. 7, 2ª série, p. 32-36, jul. 1912); COSTA MACEDO. Os Covas (n. 8, 2ª série, p. 65-70, ago. 1912); MÁRIO DE ALENCAR, Carta a Carlos Magalhães de Azeredo (ns. 106/107/108, p. 100-124, out.-dez. 1920); ROCHA POMBO, A Reacção contra os Intrusos (ns. 109/110/111, p. 37-51, jan.-mar. 1921).

¹¹ Álvaro Pinto (1889-1956) foi diretor, secretário e administrador de algumas das mais prestigiadas publicações de Portugal, na primeira metade do século XX. Além dos cargos (secretário, diretor, correspondente) ocupados n'A *Águia* (1910-1925), foi também diretor da revista *Ocidente* (entre 1937 e 1956). Dirigiu, ainda, a revista *Terra de Sol* (1924 a 1925), editada no Rio de Janeiro, ao lado do poeta brasileiro Tasso da Silveira, além de outras revistas de mais curta duração.

d' *A Águia*, quando a mesma foi editada no Rio, por meio da seção intitulada "Carta do Brasil". Nesse espaço do periódico foram discutidos diversos assuntos como, por exemplo: as questões do imigrante português no Brasil, as comemorações do Centenário da Independência brasileira, a campanha nativista e temáticas socioeconômicas brasileiras do período, dentre outros.

Na primeira carta, de abril de 1920, Álvaro Pinto, então um dos diretores d' *A Águia*¹², referia ao quão bem recebida havia sido a revista e a Renascença Portuguesa no Brasil. Era, pois, dever dar a conhecer Portugal ao público brasileiro com estudo aprofundado acerca da literatura, do desenvolvimento comercial, industrial e dos costumes portugueses.

O tema do imigrante luso no Brasil ocupou considerável espaço nesse artigo. O autor afirmava que o país necessitava de grande movimento migratório. Aos portugueses caberia "apresentarem-se com pleno conhecimento dos seus fins", munidos de instrução acerca do trabalho, respeito, tolerância e ordem para com a nova sociedade. Essa deveria ser a premissa para os imigrantes "que buscam em terra alheia o emprego de atividades que não podem encontrar na sua" (*A ÁGUIA*, ns. 101/102, p. 188, 1920).

Segundo o publicista, fazia-se necessário a criação de uma escola que orientasse todos aqueles que desejassem emigrar. Era imperativo organizar o encaminhamento dos imigrantes portugueses para as áreas e atividades do território brasileiro em que fossem realmente precisos. Dessa forma, evitar-se-iam a sobrecarga dos serviços no comércio das cidades litorâneas e as críticas dos movimentos nacionalistas em torno desse perfil da comunidade lusa (*A ÁGUIA*, ns. 101/102, p. 189, 1920).

¹² Nessa altura, era também diretor d' *A Águia* o pintor, professor e poeta António Carneiro (1872-1930). Desde a edição dos números 91/92/93 de 1919, o nome do pintor e de Álvaro Pinto constavam na direção do periódico. No entanto, Carneiro ocupava esse cargo desde 1912, ao lado de Teixeira Pascoaes, mantendo-se no mesmo até os números 118/119/120 de 1921.

Essa característica da imigração portuguesa foi tema da conferência de Malheiro Dias (“Rumo à Terra¹³”), realizada em 1917, retomada em matéria de *A Águia*, por ser considerado pertinente divulgar as ideias defendidas na mesma. Segundo essa conferência, a finalidade principal da colônia lusa no Brasil era ajudar a manter a unidade espiritual brasileira, evitando a tendência à desagregação causada pela imigração de outras nacionalidades. Percebe-se, nesse ponto, uma aproximação à ideia de Sílvio Romero acerca do *elemento português no Brasil* (1902), quando o escritor identificava o imigrante luso como responsável pela manutenção da feição histórico-cultural do país.

No entanto, a colônia portuguesa pela inclinação a fixar-se no comércio do litoral, enquanto os outros imigrantes dirigiam-se ao trabalho agrícola no interior, afastava-se do seu propósito integrador. Tal conduta causava ainda empecilhos ao desenvolvimento da própria colônia. Nesse quadro, as áreas colonizadas por imigrantes alemães e italianos impunham-se também nas atividades comerciais, gerando concorrência ao comércio português. Tendo em vista essas questões, defendia Malheiro Dias:

O que é preciso, o que é indispensável é desviar da fascinação urbana os lavradores, que muito melhor poderão colaborar na grandeza do Brasil, na prosperidade de Portugal e na hegemonia da nossa raça comum, estabelecendo-se na terra, cultivando a terra. (*A ÁGUIA*, ns. 103/104/105, p. 36, 1920).

Na visão de Álvaro Pinto, os cuidados ao emigrante que deixava Portugal deveriam ser pensados no contexto de um verdadeiro intercâmbio com o Brasil. Não se tratava de uma mera aproximação, mas de “um intenso estreitamento da amizade e contratos, em que Portugal reconhecendo o incalculável auxílio que o Brasil pôde dispensar-lhe, se esforce por corresponder a

¹³ Tema referido por Malheiro Dias em entrevista concedida à revista *Atlântida* (n. 19, p. 603, 1917).

ele trabalhando com igual ardor no engrandecimento do povo irmão”. (A ÁGUIA, ns. 101/102, p. 189, 1920).

O jornalista afirmava, ainda, que não era com “missões de amadores, viagens de três meses, conferências políticas, bailes e banquetes”, as bases em que se dariam o intercâmbio proposto. Para isso, fazia-se necessário um programa acordado entre as Embaixadas e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros de cada país, estabelecendo-se um tratamento oficial para o estreitamento das relações (A ÁGUIA, ns. 101/102, p. 189, 1920).

É bem provável que o objeto das críticas de Álvaro Pinto tenha sido o escritor português João de Barros¹⁴, que se encontrava na sua segunda viagem ao Brasil, entre abril e junho de 1920, realizando conferências em prol de uma aproximação luso-brasileira. Numa outra carta, o diretor de *A Águia* remeteu-se ao poeta como “vistosa borboleta das letras portuguesas”, revelando tensão entre os círculos literários lusos da época:

Você [João de Barros] sonhou destruir a *Águia* com a Atlântida. Falhou. Você sonhou destruir as edições da ‘Renascença’ com as suas. Falhou. Você sonhou reduzir Portugal-Brasil a duas simples pessoas. Falhou. Eu não posso ser seu inimigo, porque absolutamente nada, até hoje, V. tem colhido no meu campo ou eu tentado colher no seu. Cortei em determinado tempo relações consigo, porque o vi demasiado senhor do seu lugar burocrático, tratando-me do alto. Mas, não tive dúvida alguma em as reatar, quando V. o desejou. Não faço versos [...]. Sou portanto insuspeito para falar de si. E por isso me atrevo a não concordar com a sua fórmula tão estreita de intercâmbio, que conduz a fazer de V. a expressão máxima da Raça. (A ÁGUIA, ns. 112/113/114, p. 115, 1921).

¹⁴ O poeta foi também alvo de crítica em matéria do boletim *A Vida Portuguesa*, conforme referido, periódico da Renascença Portuguesa. No artigo em questão, João de Barros foi repreendido pelo texto que remetia a um jornal brasileiro, no qual afirmava não haver nada que fosse digno de nota nas letras portuguesas da época corrente, pois os intelectuais encontravam-se absorvidos pela política. Essa afirmação foi contestada, tendo em vista a significativa produção literária da Renascença Portuguesa. Conferir: O snr. João de Barros. *A Vida Portuguesa*, n 19, p. 148-149, 1 nov. 1913.

Podemos inferir, que as querelas entre os grupos literários portugueses estendiam-se ao tratamento conferido à questão das relações luso-brasileiras. A fundação da *Atlântida* é percebida como concorrência. Por meio dessa espécie de desabafo, percebe-se que o publicista questionava a forma como Barros vinha fazendo a campanha de aproximação entre os dois países. Segundo essa visão, Barros teria monopolizado a causa, reduzindo-a a uma parceria com o cronista carioca João do Rio, em tom de “conversas de café e aventuras galantes” (A ÁGUIA, ns. 112/113/114, p. 116, 1921).

Algo que deixou o jornalista indignado foi o comentário feito por João de Barros, quando o mesmo esteve no Brasil, dizendo-se ser o único português que não buscava tirar proveito financeiro do país. Esta declaração não foi bem recebida, tendo em vista o percurso de Álvaro Pinto que emigrara para o Rio de Janeiro, assim como outros intelectuais portugueses, com o propósito de fundar a editora Sociedade luso-brasileira e dedicar-se a esse projeto em parceria com o escritor António Sérgio. O então diretor d’ *A Águia* chegou a insinuar que o recrudescimento do nativismo brasileiro, com o caso dos poveiros¹⁵ e o avanço da linguagem

¹⁵ Nesse período, a pesca no Brasil era predominantemente exercida por portugueses originários de Póvoa de Varzim (“os poveiros”), sobretudo no Rio de Janeiro e no Pará. Em Santa Catarina, por portugueses açorianos e no litoral de São Paulo e de Cabo Frio por pescadores japoneses. Para regularizar o processo foi elaborada uma circular em 5 de agosto de 1920, que estabelecia o prazo de 90 dias para os pescadores estrangeiros naturalizarem-se, sendo que para São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo foram concedidos 60 dias. Esse fato alimentou os ressentimentos entre portugueses e brasileiros, produzindo visões críticas quanto à defesa de um estreitamento das relações luso-brasileiras. À medida que o capitão Villar fez vigorar a circular e começou a negar a matrícula de pesca aos portugueses houve uma mobilização por parte da comunidade lusa em campanha a favor dos poveiros, com grande repercussão na imprensa carioca. O caso, levado a tribunal por alguns pescadores portugueses, gerou imensas polêmicas e polarizou a questão. De um lado encontrava-se a comunidade lusa, comandada pelo Embaixador Duarte Leite, que se colocava contra as naturalizações e do outro, favorável ao cumprimento da lei; o Governo brasileiro, as organizações do nacionalismo nativista e seus apoiadores. Dentre os episódios extremos que marcaram a

xenofobista, poderia ter sido, de alguma forma, influenciado pela passagem de Barros pelo Brasil (A ÁGUIA, ns. 112/113/114, p. 116, 1921).

Sobre a campanha nativista, Pinto questionava o fato do elemento luso ser alvo da mesma, visto que era dos imigrantes mais assimiláveis, devido às proximidades culturais entre portugueses e brasileiros:

Os ataques dos nativistas aos lusos não passam a maior das vezes de paradoxais arrufos de família entre o Português já assimilado e o Português em via de assimilação [...]. Ao pai português sucede o filho brasileiro, a empresa que começa portuguesa na mão do primeiro continua brasileira na mão do segundo. (A ÁGUIA, ns. 101/102, p. 190, 1920).

Nessa mesma carta afirmava ainda, que os maiores detentores e exploradores das riquezas econômicas brasileiras eram de agrupamentos ingleses, alemães, franceses e italianos. No entanto, a imprensa nacionalista radical denunciava, sobretudo, o monopólio econômico português nos principais centros urbanos brasileiros da época (A ÁGUIA, ns. 101/102, p. 191, 1920).

Em outro artigo assinado pelo publicista, o tema do nativismo foi retomado. Álvaro Pinto, considerava que essa questão deveria ser tratada com serenidade e estudo calmo. Relativizava o tema, dizendo ter havido em várias épocas conflitos entre brasileiros e portugueses no Norte do Brasil. Entretanto, tais embates localizados teriam sido exagerados pela imprensa portuguesa (A ÁGUIA, ns. 112/113/114, p. 120, 1921).

Colocava-se, ainda, como exemplo de emigrante português que tinha sido bem recebido no Rio de Janeiro, onde se dedicava à atividade editorial. O autor frisava que os ataques

intensa batalha na questão dos poveiros, deu-se a agressão do capitão Villar à João do Rio, este último defensor aguerrido dos pescadores portugueses. Contudo, os poveiros acabaram por deixar o país sob o lema: “Antes sem pão do que sem pátria”. Conferir: SABINA RIBEIRO, Gladys, 2001, p. 147-162.

mais contundentes aos portugueses se resumiam, sobretudo, a um panfleto carioca (provavelmente, a *Gil Blas*¹⁶), o qual não representava o pensamento do Brasil (A ÁGUIA, ns. 112/113/114, p. 120-121, 1921). No tocante a essa discussão, o posicionamento de Álvaro Pinto apresenta-se próximo ao de João de Barros. Nos seus escritos, o poeta também analisava o nativismo como algo pouco representativo da visão da sociedade brasileira do período em relação ao português e à cultura lusa.

É difícil mensurar a relevância do intercâmbio cultural fomentado pela *A Águia*, mas certamente teve o seu contributo ao atualizar os debates presentes em ambas as sociedades, seja no campo literário ou político. Arnaldo Saraiva analisa positivamente o papel da revista nesse contexto, sobretudo, no aspecto da aproximação humana e cultural entre portugueses e brasileiros, em tempos particularmente difíceis:

Nenhuma outra instituição, nem nenhum governo, desenvolveu em tal domínio uma ação que se lhe possa comparar. Porque os intelectuais que idealizaram *A Águia* e a *Renascença Portuguesa* não se limitaram a atuações episódicas, não se contentaram com almoços, discursos, reuniões, acordos sem consequência, nem se ficaram pela revista. Eles deram-se conta muito cedo do que em nossos dias se tarda em descobrir: que não pode manter-se viva a cultura portuguesa no Brasil ou a brasileira em Portugal sem a edição de livros portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal (2004, p. 91-92).

¹⁶ Revista publicada no Rio de Janeiro, nos anos de 1919 a 1923. Fundada e dirigida pelo jornalista, político e ensaísta brasileiro Alcebíades Delamare (1888-1951). O semanário propunha um nacionalismo radical defendido na maior parte de seus artigos. Muitas matérias enveredavam por um discurso de exacerbado nacionalismo antilusitano. Cf.: JESUS (2012).

Nação Portuguesa: o hispanismo e o Brasil

Publicou-se na *Nação Portuguesa*¹⁷, revista do Integralismo Lusitano, em número dedicado a prestar homenagem ao Brasil: “Saudemos no Brasil o adolescente heroico nosso herdeiro, continuador da raça e língua nossas, mantenedor da Lusitanidade e do seu ritmo imortal” (n. 11, p. 489, 1923). Destacou-se, portanto, nessa matéria a ideia do Brasil como perpetuador da cultura portuguesa na América.

A revista foi criada pouco antes da deflagração da I Guerra Mundial por um grupo de jovens monárquicos, reunidos na Universidade de Coimbra. Circulou de forma seriada entre 1914 e 1938 sem periodicidade definida, com interrupção da publicação no período de 1917 a 1921¹⁸. Tornou-se, portanto, a principal porta-voz¹⁹ do chamado Integralismo Lusitano, movimento que com a implantação da República em 1910, transitou da simples tertúlia literária à ação política.

Fizeram parte desse movimento nacionalista e tradicionalista, por opção estético-filosófica, nomes como: António Sardinha (1887-1925), Alfredo Pimenta (1882-1950), José Hipólito Raposo (1885-1953), Alberto de Monsaraz (1889-1959), Luiz de Almeida Braga (1886-1970), José Adriano Pequito Rebelo (1892-1983), Rolão Preto (1893-1977), dentre outros²⁰. Este último, um dos

¹⁷ Disponível para consulta no acervo da Biblioteca Museu República e Resistência. Rua Alberto de Sousa, nº 10 A - Zona B do Rêgo, 1600-002, Lisboa – Portugal; [<http://republicaresistencia.cm-lisboa.pt/>].

¹⁸ Nesse período publicou-se o diário integralista da tarde, *A Monarquia*, 12 de fevereiro de 1917, com **Alberto de Monsaraz** na direção e redator-chefe, **João do Amaral**.

¹⁹ Entretanto, não foi cronologicamente a primeira publicação coletiva do movimento integralista. Antes da *Nação Portuguesa*, editou-se no exílio, na cidade de Gand (Bélgica), a *Alma Portuguesa*. Foram então publicados dois números, em maio e setembro de 1913, cujo subtítulo era Órgão do Integralismo Lusitano. Cf.: CARVALHO, Paulo Archer, 1993, p. 3.

²⁰ Cecília Barreira (1982, p. 1422) em seu estudo sobre o Integralismo Lusitano elenca uma segunda geração integralista: Afonso Lucas (1893-1946), Manuel

integrantes mais novos dessa primeira geração integralista, estabeleceu os vínculos entre o movimento e os ideais fascistas e primo-riveristas da época.

Eram personagens reconhecidos na comunidade estudantil de Coimbra pelo elitismo e acentuado aristocratismo intelectual. Tinham origem em grande parte na pequena aristocracia ou no latifúndio alentejano, no entanto, nem todos provinham de famílias abastadas. A maior referência ideológica externa do grupo foi o movimento monarquista e nacionalista francês, criado no final do século XIX: a *Action Française*²¹ (COSTA PINTO, 1994, p. 26).

A produção intelectual da corrente integralista dedicou-se a estudos históricos sobre a identidade nacional portuguesa. Reinventaram a tradição de uma sociedade orgânica e corporativa, da qual o Portugal medieval teria sido paradigma e que o liberalismo do século XIX, enquanto produto da importação, acabou por destruir. Segundo essa interpretação, entendia-se o período medieval como a fase de maior perfeição da sociedade portuguesa (COSTA PINTO, 1994, p. 25).

Os integralistas defendiam uma nação organizada e hierarquizada segundo a tradição, em oposição à soberania popular. A forma de representação deveria pautar-se no corporativismo dos núcleos tradicionais (a família, os municípios e as profissões) em oposição ao sufrágio universal. Uma Assembleia Nacional representativa dos segmentos sociais, com um caráter consultivo e técnico, deveria substituir o parlamento. Contrapunham, ainda, à centralização do Estado liberal, considerada responsável pela destruição da vida local e pela urbanização descontrolada, uma

Múrias (1900-1960), Pedro Teotónio Pereira (1902-1972), António Rodrigues Cavaleiro (1902-?), Marcelo Caetano (1906-1980).

²¹ A revista nacionalista, anti-semita e germanófoba *Action Française* foi fundada por Charles Maurras (1868-1952) em Paris, no ano de 1908. Principal órgão do Nacionalismo Integral, fundamentado na defesa da monarquia tradicional, hereditária, antiparlamentar e descentralizada. As principais ideias da filosofia de Maurras respaldavam-se num intenso nacionalismo, na crença numa sociedade ordenada e elitista e na defesa da Igreja Católica Apostólica Romana. Cf., por exemplo, WEYEMBERGH (1992).

descentralização do poder anti-cosmopolita e um processo de ruralização da sociedade (COSTA PINTO, 1994, p. 29).

No editorial programático, intitulado “O que nós queremos”, apresentado em número inaugural da *Nação Portuguesa*, essas questões aparecem pormenorizadas. Destacamos alguns pontos do pensamento do grupo:

Monarquia orgânica tradicionalista anti-parlamentar - A) Tendência concentradora (Nacionalismo) - Poder pessoal do Rei Chefe de Estado; 1. Função governativa suprema: por ministros livremente escolhidos, especializados tecnicamente, responsáveis perante o Rei [...] 2. Função coordenadora, fiscalizadora e supletoria das autarchias, locais, regionais, profissionais e espirituais [...] 3. Funções executivas, fazendo parte da função governativa suprema [...]; defesa diplomática.

B) Tendência Descentralizadora - 1) Aspecto Económico - Corporação: sindicatos operários, patronais e mistos, sua personalidade jurídica, fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc. [...] - Nação económica: Política económica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos, função supletoria de fomento, protecionismo, tratados de comércio) função de fiscalização e coordenação dos vários graus da hierarquia económica. 2) Aspecto familiar administrativo: - Família: Unidade (patrio poder); Continuidade (indissolubilidade conjugal; vinculação luta contra o absentismo; vinculação propriamente dita: morgadio, homestead). - Paróquia: representação de um conjunto de famílias pelos seus chefes. - Município: representação de um conjunto mais amplo de famílias pelos seus chefes e de quaisquer outros organismos sociais de importância [...] 4) Aspecto espiritual: - Instrução primária no município. - Instrução secundária na província. - Universidade Autónoma (Coimbra) [...] Religião: Liberdade e privilégios da religião tradicional Católica, Apostólica, Romana. - Proteção a esta religião e prestação de auxílio material em regime concordatário. - liberdade de congregação. - liberdade de ensino. (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 1, p. 4-6, 1914).

Por meio desse programa, podemos depreender que os princípios do Integralismo Lusitano divergiam das ideias defendidas pelo grupo portuense republicano da Renascença Portuguesa. A começar pela defesa do regime monárquico, a visão sobre o catolicismo e todo um ideário de sociedade inspirado num Portugal feudal, que se projetava num plano de regeneração do país.

Enquanto o grupo da renascença via na instauração do regime republicano novas possibilidades de regeneração de Portugal e, para isso, preconizavam o rompimento dos laços com a Igreja Católica, os integralistas opunham-se a essas concepções. Para os últimos, a República implantada representava uma nova etapa de decadência do país. Nesse sentido, os integralistas buscavam a regeneração por meio do retorno à integralidade do espírito católico que fizera Portugal. Havia, ainda, uma defesa comum às duas correntes em torno da importância da ruralidade, no entanto, apoiada em pressupostos teóricos diferentes.

A primeira série da *Nação Portuguesa* (1914-1916) apresentava o subtítulo “Revista de Filosofia Política”, sob a direção de Alberto Monsaraz. Dessa fase inicial, emergiram alguns dos nomes já citados e com maior destaque na geração integralista. A partir da segunda série (1922-1924)²², foi dirigida

²² Publicou-se ainda: *III Série*, cujo subtítulo permanecia “**Revista de Cultura Nacionalista**” (1924-1926); sob a direção de **António Sardinha**, apenas nos dois primeiros números, devido a sua morte a 10 de janeiro de 1925. Após o ocorrido, assumiu a direção do periódico **Manuel Múrias** e **Rodrigues Cavalheiro**. Na *IV Série* (1926-1928) manteve-se o mesmo subtítulo e o diretor foi **Manuel Múrias**. **Ocupou o posto de Secretário Marcelo Caetano, desde novembro de 1927**. Na *V* (julho de 1928 a junho de 1929) e *VI* (1929-1931) séries conservou-se sob a mesma direção e secretariado. Depois de 1931, a revista passou a ser publicada em volumes. Ao longo desse período, permaneceu sob a direção de Manuel Múrias e teve Fernando Campos como secretário. Volume VII (doze números, 1932-1933). Volume VIII, quatro fascículos de 1933 a 1934. Volume IX, seis fascículos, 1934. Volume X, seis fascículos de 1936 a 1937. Volume XI, seis fascículos de 1937 a 1938. Segundo Barreira, Manuel Múrias imprimiu à *Nação Portuguesa* uma orientação (de 1925 a 1938) que, paulatinamente, se distanciou do Integralismo e foi assumindo um perfil de obediência e passividade requeridas à mentalidade do regime salazarista (1982, p. 1424).

por António Sardinha e juntaram-se outros nomes ao corpo editorial, tais como: Afonso Lopes Vieira (1878-1946), Castelo Branco Chaves (1900-1992), Vieira de Almeida (1888-1962) e Avelino Soares. Passou a apresentar o subtítulo; “Revista de Cultura Nacionalista”. O nosso interesse concentra-se nesses dois momentos da revista.

Os responsáveis pelo periódico abordaram, sobretudo, temas voltados à economia e à política. Conforme vimos, defendiam a monarquia tradicional, não absolutista e anti-parlamentar, bem como os privilégios e papel da religião católica na sociedade portuguesa. Fomentaram uma herança nacionalista militante, com o objetivo de promover o ressurgimento nacional. A defesa de um conjunto de ideias nacionalistas, com vistas a um renascimento do país também era intuito da Renascença Portuguesa, reunida em torno da revista *A Águia*, referida anteriormente.

Segundo Barreira, a colaboração do poeta, historiador e político António Sardinha na *Nação Portuguesa* foi marcante, tornando-se um dos integralistas mais celebrizados. Escreveu grande parte dos editoriais e também foi responsável pelos principais textos de doutrinação política do periódico. Podemos destacar três temas, aos quais o escritor dedicou-se mais rigorosamente: o hispanismo, o municipalismo e a recuperação dos teóricos (Herculano, Garret e Teófilo Braga) da contra-revolução (1982, p. 1423).

Interessa-nos aqui aprofundar o conceito de hispanismo, por ser bastante significativo para entendermos como essa corrente pensava a formação histórico-cultural de Portugal e o papel do Brasil nesse conjunto de referências. A tese da hispanidade, defendida pelos integralistas e sobretudo nos artigos de Sardinha, opunha-se ao modelo de latinidade propagado por parte da intelectualidade francesa desse período. Segundo a visão hispanista, a Península Ibérica era considerada a essência da civilização cristã ocidental. Um ponto importante nesse debate, é que os integralistas propugnavam apenas a unidade espiritual e não política entre Portugal e Espanha.

Num artigo intitulado “O genio peninsular”, Sardinha inicia o texto referindo-se ao Doze de Outubro, data da chegada de Colombo à América, quando é celebrada a *Fiesta de La Raza* em Espanha. Definiu raça no sentido de civilização e afinidade moral, não se tratando somente do aspecto étnico. Afirmava que na literatura do século XVI, até mesmo em Camões, o termo “hespanhoes” era utilizado para se referir às gentes que habitavam a Península Ibérica, incluindo-se os portugueses:

Dentro deste quadro, a unidade hispânica se compreendia como uma especie de super-nacionalismo, tão intimamente cimentado na consciencia da gloriosa época de Quinhentos que Camões, cantando a plenitude da afirmação portuguêsã, a incluía sem desdoiro nem subalternização no molde físico e cultural que a Península representava perante o mundo curvado ao prestígio das suas irradiações. (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 4, p. 150-151, 1922).

Tratava-se, portanto, de se recuperar um sentimento espiritual de pertença ao denominador comum; a “madre Hispania”. Essa unidade remetia ao período dos descobrimentos quando “cavaleiros da humana energia, espanhóis e portugueses ampliaram os roteiros da civilização [e] afirmaram pereduravelmente um tipo inconfundível, – o tipo «*hispânico*» em que Camões [...] nos inseria sem desdoiro, ao chamar-nos «*huma gente fortissima da Espanha*»” (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 4, p. 150-151, 1922).

De acordo com Barreira, a Hispânia de Sardinha inscreveu-se como uma utopia atemporal, no entanto, apareceu num momento político específico, isto é, no Governo de Primo Rivera (1923-1930). Iniciava-se uma experiência de ditadura nacionalista na Espanha, a qual poderia influenciar a Península. Breves foram as notas, antes de 1922, em que o autor se tenha dedicado a tecer comentários sobre uma política ibérica (1982, p. 1428).

O Brasil surge nos textos da revista, sobretudo, naqueles escritos por António Sardinha, quando o autor trata do conceito de Hispanismo. Nesse caso, ao conceito estendido às Américas somava-se o prefixo *Pan*, reforçando-se assim a ideia de um

movimento para além da península ibérica. O Pan-hispanismo é entendido como a união entre Portugal, Espanha e os países “irmãos” da América, como forma de combater a doutrina que pregava a solidariedade política e econômica entre os países americanos: o Pan-Americanismo²³ (MULLER, 2011, p. 184-185).

No artigo “A Lição do Brasil”, dedicado ao escritor nacionalista brasileiro Jackson de Figueiredo²⁴, Sardinha discorreu sobre o papel do Brasil no Hispanismo. Primeiramente, referiu-se ao país como a grande obra lusa, materializando os mais altos serviços prestados por Portugal à civilização: “Se outro título de glória não possuíssemos, o de descobridores e fundadores do Brasil chegaria suficientemente para nos conceder as grandezas da imortalidade!” (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 547, 1923).

Na sequência, dentre as considerações sobre o sentimento nacionalista em Portugal, afirmava que o Brasil se associava à sorte do país luso quer pelo passado comum, como pela função que Deus lhe reservava num amanhã resplandecente configurando-se a aproximação fundamentada na Hispanidade:

Ao lado da espontânea aproximação que apertará cada vez mais Portugal ao Brasil, formando os dois países um bloco indestrutível- o

²³ Visava-se, por meio do pan-americanismo, preservar a integridade do continente americano contra outros continentes, sobretudo, o europeu. A origem desses princípios remonta ao processo de independência das nações americanas das antigas metrópoles europeias. Tal pensamento acentuou-se com a Doutrina Monroe (1817-1825), quando o então presidente dos E.U.A prescrevia a autonomia dos países americanos, simbolizada pela frase “América para os Americanos”. A corrente fortaleceu-se no final de 1889, quando foi convocada a Primeira Conferência Pan-Americana pelo governo estadunidense. Cf., por exemplo: LOGUERCIO, Edgardo Alfredo (2007); BETHEL, Leslie (Org.), 2001.

²⁴ O escritor sergipano Jackson de Figueiredo (1891-1928) colaborou inicialmente com o movimento nacionalista mais radical fundador da revista *Braziléa* (1917-1918), aproximando-se posteriormente do catolicismo. Foi um dos organizadores do movimento católico leigo no Brasil. Fundou, em 1922, o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem* (1921-), por meio dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral.

bloco do *lusitanismo*, o conceito envolvente do *hispanismo* revela-se-nos como forçosa conclusão, abrangendo consigo, além de Espanha, nossa irmã, vinte nacionalidades que ela intrepidamente semeou por entre perigos e arrojos através da selva americana. (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 547, 1923).

Segundo Muller, a partir dessas considerações, Portugal arvora-se numa posição de superioridade em relação ao Brasil. Transfigura-se no “pai amoroso” que abriria ao filho primogênito as portas da “Hispania”, constituindo-se como o elo fundamental dessas relações. Seria pela herança cultural lusa que o Brasil teria o seu espaço nesse grande projeto transnacional, o qual visava, especialmente, fortalecer o homem e a raça ibérica (2011, p. 188).

Sardinha, no mesmo artigo, aprofunda a imagem do Brasil como continuador do gênio português no mundo americano. Para isso, recorreu às obras do escritor brasileiro Elysio de Carvalho²⁵. Nessa perspectiva, o brasileiro seria fruto da civilização mediterrânea, que se estabeleceu e desenvolveu naquela parte da América. De acordo com Carvalho, não podia ser o índio o tipo nacional e o legítimo brasileiro, conforme alimentava a corrente romântica. Por brasileiro não se entendia o homem físico, mas o indivíduo moral que se formou histórico e socialmente: “Brasileiro não pode ser nem o índio, nem o africano, nem o europeu. Só pode ser o Brasileiro, isto é, o tipo que saiu da fusão dessas raças”, fruto, portanto, da civilização mediterrânea (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 549, 1923).

²⁵ Elysio de Carvalho (1880-1925) foi um escritor de origem alagoana, que participou ativamente do debate sobre a questão nacional na Primeira República brasileira (1889-1930). Carvalho, assim como outros intelectuais deste período, dedicaram-se a investigar as origens dos problemas nacionais e o seu diagnóstico, além de propor soluções brasileiras para o país. O pensamento do autor destacou-se pelas características lusófila, ibero-americanista e autoritária. Dentre as principais obras, podemos citar: *Brava Gente* (1921), *Os Bastiões da Nacionalidade* (1922), *Laureis Insignes* (1924) e *Suave Austero* (1925). Cf. LEMOS, Clarici Caldini (2010).

Ainda de acordo com o integralista, manifestava-se contra o pensamento lusófono nativista brasileiro, o nacionalismo de Elísio de Carvalho e de Alberto Torres²⁶. Nesse sentido, reforçava-se a ideia de que a ascendência portuguesa era uma honra para o Brasil. Portanto, a partir dessa visão que reconhecia a tradição histórica cultural portuguesa como formadora do Brasil, o nacionalismo brasileiro unia-se ao nacionalismo português. Concluía Sardinha:

Para o brasileiro nacionalista a história de Portugal é sua até, pelo menos, a essa primeira Missa do desembarque da gente lusiada na terra ainda enigmática de Santa Cruz. É sua em todos os primores da língua que falamos e que põe no nome de Camões o expoente máximo de uma civilização em que o Brasil se inclui no mesmo pé de igualdade que Portugal. Orgulha-se o nacionalismo brasileiro da sua ascendência portuguesa. Orgulha-se a nação portuguesa da sua descendência brasileira. (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 549, 1923).

É interessante observar nesse contexto, o fato de António Sardinha buscar minimizar os conflitos decorrentes da política de exploração metrópole-colônia, enfatizando que o Brasil, mesmo enquanto colônia portuguesa, recebera um tratamento diferenciado. Fora sempre uma parte transplantada de Portugal além-mar e não meramente um sítio exploratório (MULLER, 2011, p. 199).

Em “Definindo intenções”, editorial do número da *Nação Portuguesa* dedicado ao Brasil, explicou-se que o intuito de se prestar uma homenagem ao país era também o de se promover

²⁶ Alberto Torres (1865-1917) foi advogado, político e jornalista. Homem de ação e de pensamento, republicano e abolicionista, dedicou-se a estudar a realidade brasileira desenvolvendo uma concepção nacionalista da História. Seu pensamento, sobretudo, no que concerniu ao elogio da miscigenação influenciou um grupo de escritores, o qual mais tarde filiou-se ao integralismo brasileiro. Da sua experiência como homem público resultaram algumas importantes obras: *Vers la paix* (1909), *Le problème mondial* (1913), *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915). Cf.: BARIANI, Edison (2007).

uma maior aproximação espiritual entre a “pátria do além-Atlântico” e Portugal. Tendo em vista que pertenciam a um tronco cultural comum, aspirava-se a formação de um «bloco hispano-americano» ligado pelo Atlântico, que “como «mare nostrum», se volva num lago emoldurado pelos descendentes de quantos outrora, partindo da Península Madre, o rasgaram ao cortejo triunfal das idades-modernas” (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 493, 1923).

No mesmo artigo, tratou-se ainda de marcar posição contra os “embaixadores intelectuais” que se auto-atribuíam uma representação pouco legítima de Portugal em terras brasileiras. Colocava-se em causa os exageros retóricos que procuravam “reduzir Portugal e Brasil, política e economicamente, a um termo único!”. A esse respeito, aconselhava-se examinar com cuidado, inclusive a proposta da confederação luso-brasileira defendida com patriotismo por Bettencourt-Rodrigues.

Em conferência publicada na *Nação Portuguesa*, no mesmo número em homenagem ao Brasil, Bettencourt-Rodrigues²⁷ discorreu sobre as relações entre Portugal, Brasil e a diplomacia inglesa. Nessa exposição, o defensor da ideia de uma confederação luso-brasileira, fez considerações acerca do período histórico em que o Brasil fôra elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. O autor remeteu-se a essa estrutura política, criada no Governo de D. João VI, como a primeira forma de confederação entre os dois países.

²⁷ António Maria Bettencourt Rodrigues (1854-1933), médico alienista português, doutorado por Paris, estabeleceu-se no Brasil entre os anos de 1892 a 1913, por ter sofrido perseguição política devido às suas convicções republicanas. Ao retornar a Portugal foi nomeado Embaixador em Paris, tendo sido demitido devido ao movimento político no Portugal de 15 de maio de 1915. Próximo ao Governo de Sidónio Pais, apoiou o golpe de dezembro de 1917, recuperando o seu cargo em Paris. Regressou à Portugal após a morte de Sidónio, tendo estado antes, durante curto prazo, na delegação portuguesa à Conferência de Paz de Paris. Escreveu o livro *Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres (1923)*, no qual reuniu os vários argumentos esboçados por intelectuais brasileiros e portugueses em defesa de um sistema político confederativo luso-brasileiro.

A partir dessa questão, conjecturou sobre o acirramento do desentendimento político, que culminou no processo da Independência brasileira em 1822 e sobre os interesses da Inglaterra em apoiar essa ruptura entre Brasil e Portugal:

O que é certo é que uma nação, como a Inglaterra, receava êsse poder nascente do Brasil, como receava, antes da separação o futuro poderio de um império lusitano, como o que sonhara D. João IV ao dizer que 'se possuísse só o Brasil, com o reino de Angola, as praças de África, os Açores e Cabo Verde, e, juntos esses Estados com Portugal, não trocaria a sua condição pela de nenhum outro príncipe da Europa. (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 511, 1923).

Rodrigues defendia que as razões que fizeram com que a diplomacia inglesa tivesse apoiado a separação entre Portugal e Brasil naquela altura, deveriam servir de motivação para a busca de uma união entre os dois países. Dever-se-ia, no entanto, preservar a autonomia de cada país e promover uma solidariedade em todas as questões e problemas de ordem internacional e em tudo que se relacionasse à segurança e à defesa de ambos os países.

Nessa exposição, o projeto confederativo assumia um papel dentro de uma aliança hispano-americana. Rodrigues defendia uma Confederação Luso-Brasileira que não interferisse na independência material e moral dos povos confederados. Dessa forma, num primeiro momento, visava-se a formação da confederação entre Portugal e Brasil e depois uma aliança com a Espanha e as Repúblicas espanholas da América: "[...] assim acabaria por se constituir um novo e grande bloco, o bloco luso-hispano-americano, ao qual não tardaria a juntar-se as outras nações latinas" (NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, p. 512, 1923).

A revista *Atlântida*, no pós-guerra, alimentou a ideia do latinismo, que expressava a hegemonia da cultura francesa, da qual Portugal, Espanha e o Brasil eram herdeiros. A *Nação Portuguesa* defendeu o Hispanismo e o papel do Brasil nessa aliança hispano-americana. Segundo essa visão, Espanha e

Portugal equilibravam-se em harmonia de poderes. O latinismo, nesse último caso, estava vinculado ao catolicismo: “O catolicismo que amamentou a Europa e insuflou à América o hálito divino da existência [...]” (SARDINHA apud MULLER, 2011, p. 199-200).

Considerações Finais

As revistas *A Águia*, porta voz da corrente político-filosófica Renascença Portuguesa e a *Nação Portuguesa*, representante do Integralismo Lusitano, foram selecionadas pela sua importância enquanto veiculadoras das ideias de diferentes grupos de intelectuais no cenário português da época. Embasadas em referenciais teóricos divergentes e dedicadas a discutir os sentidos da nação, apresentaram perspectivas diferenciadas em torno da relação Portugal-Brasil, sobretudo a *Nação Portuguesa*.

Nas páginas da segunda série d' *A Águia*, as impressões sobre o Brasil surgem na seção “Carta do Brasil”, escritas por Álvaro Pinto. O jornalista português tratou de temas como as condições do imigrante português no Brasil, assim como, teceu considerações sobre o movimento nativista.

Na revista integralista *Nação Portuguesa*, a temática luso-brasileira é tratada a partir do conceito de hispanismo defendido por António Sardinha. Conforme vimos, segundo essa concepção, buscava-se recuperar um sentimento espiritual de pertencimento ao denominador comum: a “madre Hispania”. Essa unidade remetia, segundo tal interpretação, ao período dos descobrimentos, quando os navegadores espanhóis e portugueses ampliaram os roteiros da civilização e criaram o tipo hispânico.

Fernanda Muller, no seu estudo sobre um conjunto de revistas portuguesas, dentre as mesmas a *Atlântida* e a *Nação Portuguesa*, teceu considerações acerca do papel dessas publicações na ‘construção’ do imaginário de comunidade (união, espiritualidade) luso-brasileira. Segundo a autora, essas revistas dedicaram-se à difusão e cooptação do público leitor, com a finalidade de angariar adesão que pudesse viabilizar os projetos arquitetados por essa elite intelectual, considerada manipuladora (2011, p. 280).

Na interpretação de Muller, as “estratégias amistosas” divulgadas nas revistas desde finais do século XIX até, aproximadamente, 1922 sugerem que: “[...] cada iniciativa aparentemente isolada de cada periódico no fim integrava um plano e projeto maior de ‘integração luso-brasileira’, justificada pela ligação afetiva e cultural mas visando somente o beneficiamento e fomento econômico de Portugal” (2011, p. 280).

A autora compartilha do pressuposto de que a imprensa de modo geral e, particularmente, as revistas produzidas pela intelectualidade portuguesa constituíram-se como locais privilegiados de discussão acerca da escrita da História, da situação política, social, cultural e econômica de Portugal e das relações com outros países:

Transformados em veículos de propagação de idéias nacionalistas, dirigiam-se principalmente para o Brasil tentando cumprir o papel da imprensa, no sentido em que Pierre Bourdieu a concebe, ou seja: travando sobretudo uma luta política através da produção do conhecimento; buscando o reconhecimento pela produção e reprodução de capital simbólico que expressam notoriedade e respeitabilidade; afirmando sua autoridade e, por conseguinte, impondo ou criando condições para difundir e impor o conhecimento considerado legítimo e verdadeiro do sentido do mundo social, da sua significação atual e da direção em que vai e deve ir (MULLER, 2008, p. 3).

Respeitamos as colocações de Muller, entretanto a nossa percepção é de maior complexidade nos diálogos, ideias, imagens e mediações culturais promovidas por essas revistas. As mensagens em torno de uma união luso-brasileira divulgadas por tais periódicos, com ênfase na *Águia* e a *Nação Portuguesa*, encontravam-se impregnadas por um imaginário da época, ainda fortemente marcado pela herança cultural colonizadora. Havia ainda as tensões espoletadas pelos debates do movimento modernista, os quais reivindicavam uma maior autonomia literária e defendiam a ruptura e desvencilhamento das influências europeias.

Ao nosso ver, há uma ideia que perpassava as imagens produzidas pelas correntes de intelectuais portugueses que fundaram esses periódicos: a reivindicação de uma filiação e reconhecimento do Brasil em relação à obra lusa. Não devemos, entretanto, ignorar que o interesse econômico fazia parte de toda a retórica da aproximação literária-cultural entre os dois países. Contudo, as elites intelectuais favoráveis à causa luso-brasileira encontravam-se imbuídas de uma noção de fortalecimento da cultura portuguesa, considerada comum e formadora da cultura brasileira num contexto de imperialismos culturais.

Fontes Documentais: Revistas

- A ÁGUA, n. 3, jan., 1911.
- A ÁGUA, n. 9, maio, 1911.
- A ÁGUA, n. 1, dez., 1912.
- A ÁGUA, n. 4, 2ª série, abr. 1912.
- A ÁGUA, n. 7, 2ª série, jul., 1912.
- A ÁGUA, n. 8, 2ª série, ago., 1912.
- A ÁGUA, n. 25, jan., 1914.
- A ÁGUA, ns. 52/53/54, abr./jun., 1916.
- A ÁGUA, ns. 101/102, maio/jun., 1920.
- A ÁGUA, ns. 103/104/105, jul., 1920.
- A ÁGUA, ns. 106/107/108, out./dez., 1920.
- A ÁGUA, ns. 109/110/111, jan./mar., 1921.
- A ÁGUA, ns. 112/113/114, abr./jun., 1921.
- A VIDA PORTUGUESA, n. 19, 1 nov. 1913.
- NAÇÃO PORTUGUESA, n. 1, 1914.
- NAÇÃO PORTUGUESA, n. 4, 1922.
- NAÇÃO PORTUGUESA, n. 11, 1923.

Referências Bibliográficas

- BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 161-167, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792007000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 nov. 2013.

BARREIRA, Cecília. Três nótuas sobre o Integralismo Lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da Nação Portuguesa, 1914-1926). *Análise Social*, Lisboa, v. XVIII (3.-4.-5.), n. 72-73-74, p. 1421-1429, 1982. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461323N1IBL3vp7Vz81PH1.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo, EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: FUNAG, 2001. v. III.

CAMEIRÃO, Lurdes. *Teixeira de Pascoaes e o projecto cultural da “Renascença Portuguesa”*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2000.

CAMPOS, Névio de. História Intelectual e História Cultural: algumas aproximações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá. *Matrizes Interpretativas e Internacionalização*. Anais... Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: <<http://8cbhe.com.br/media/doc/cdf89f13012eb62b5885ea73cb4a4212.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2015.

CARVALHO, Paulo Archer. *Nação e nacionalismo: Mitemas do Integralismo Lusitano*. 1993. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea de Portugal)–Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

CORDEIRO, José Manuel. Nação Portuguesa (1914-1916). Que Integralismo Lusitano? *Cultura*, v. 26, 2009. Disponível em: <<http://cultura.revues.org/443>>. DOI: 10.4000/cultura.443. Acesso em 2 set. 2016.

COSTA PINTO, António. *Os Camisas Azuis: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LEMOS, Clarici Caldini. *Os bastiões da nacionalidade: Nação e nacionalismo nas obras de Elycio de Carvalho*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em História)—Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. *Pan americanismo versus latino americanismo*. Origens de um debate, na virada dos séculos XIX-XX. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado em História)—Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Luciana L. de. *“Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser”*: a causa Luso-Brasileira em João de Barros, 1912-1922. 2014. 192 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea)—Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa (UNL), Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/13092>> .

MIRANDA, Luciana L. de. Nacionalismos e nativismos nos anos de 1920: João de Barros e a aproximação luso-brasileira. *Patrimônio e memória*. São Paulo, Unesp, v. 11, n. 2, p. 21-51, jul.-dez., 2015.

MULLER, Fernanda Suely. A imagem de um Brasil ideal ou uma re-colonização às avessas: a importância da imprensa periódica luso-brasileira e as suas relações culturais no início do século XX. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11., 2008, São Paulo. *Tessituras, Interações, Convergências*. Anais... São Paulo: USP, 2008. p. 1-9. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/016/FERNANDA_MULLER.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2016.

MULLER, Fernanda Suely. *(Re)viendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando os nós: as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922)*. 2011. 343 f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa)—Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas Vernáculas, FFLCH/USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-10082011-132047/en.php>> .

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PINHO, Arnaldo de; NATÁRIO, Celeste (Org.). *A Águia e a Renascença Portuguesa no Contexto da República, 1910-2010*. Porto: Universidade do Porto; Universidade Católica Portuguesa, 2011.

ROMERO, Sílvio. *O elemento português no Brasil: Conferência*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.

SABINA RIBEIRO, Gladys. Antes sem pão do que sem pátria: o antiportuguesismo nos anos da década de 1920. Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 147-162, 2001.

SAMYN, Henrique Marques. Um vôo para o futuro com os olhos no passado: *A Águia - uma experiência portuguesa contravanguardista?* *Revista de Letras*, São Paulo, v. 50, n. 1, p.35-47, jan./jun. 2010.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. v. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio, p. 7-48.

SILVA, Helenice R. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

SOUZA, Raquel dos Santos M. Um intelectual imigrante: Álvaro Pinto e o projeto de intercâmbio Portugal-Brasil. In: CONGRESSO EUROPEU CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 5., 2007, Bruxelas. *Anais...* Bruxelas: Université Libre de Bruxelles, 2007. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/MS-MIG/MS-MIG-3-MADALENO-SOUZA.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII (4.), n. 98, p. 687-719, 1987. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027734K4zTZ2wh1Lu94TC4.pdf>> . Acesso em: 4 dez. 2013.

URIBE, Jorge; SEPÚLVEDA, Pedro. Sebastianismo e Quinto Império: o nacionalismo pessoano à luz de um novo corpus". *Pessoa Plural*, n. 1, primavera 2012. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue1/PDF/I1A03.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 16, p. 63-85, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/11/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

WEYEMBERGH, Maurice. *Charles Maurras et la Revolution Française*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1992.

Recebido em setembro de 2015. Aprovado em agosto de 2016.

IMPrensa DE FÁBRICA E CULTURAS DE CLASSE NA DITADURA MILITAR EM BLUMENAU-SC (1963-1968)

Cristina Ferreira¹

RESUMO: Os jornais de fábrica são periódicos de circulação interna nas principais indústrias têxteis de Blumenau no período de 1963-1968, com abordagem que referencia temáticas ligadas aos trabalhadores e sua relação com as várias esferas de poder, com destaque para assuntos internos da fábrica, política nacional e regional, temáticas femininas, culinária, relações humanas e de trabalho. A proposta desse artigo consiste em problematizar os usos da imprensa fabril como fonte de pesquisa para análise das culturas de classe dos trabalhadores na historiografia social do trabalho no Brasil. Embora os jornais de fábrica apresentassem evidências da tentativa de ingerência dos patrões sobre o mundo do trabalho, também possibilitaram a difusão de ideias que indicavam a experiência cotidiana dos trabalhadores. Com piadas, colunas desportivas e de opinião, os trabalhadores atribuíram novos significados aos acontecimentos políticos e registraram possibilidades de intervenção na sociedade, indicativo da circularidade cultural em sua visão de mundo, constituída por meio de uma ativa participação no processo histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa de Fábrica. Culturas de Classe. Ditadura Militar.

ABSTRACT: Factory's newspapers were periodicals with internal circulation in the main textile industries of Blumenau in the period of 1963 – 1968 They have an approach about the connection

¹ Professora titular de História do Brasil República do Departamento de História da Universidade Regional de Blumenau – FURB, Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP <cris@furb.br>.

between the workers and their relation with all power spheres, especially issues from inside the factory, national and regional politics, female themes, culinary, human relationships and with work. The proposal of this article is to problematize the way to use industry press like a research source to analyze the working class cultures in the social historiography of the work in Brazil. Although the factory newspapers have presented evidence of the interference attempt from the employers in the work world, they also allowed the spread of ideas in the society, what indicates the workers' everyday life experience. With jokes, sports columns and opinion, the workers gave new meanings to the politics' events and recorded intervention possibilities in the society, which indicates their worldview about cultural circulation, composed by an active participation in the historical process.

KEYWORDS: Factory Press. Class Cultural. Military Dictatorship.

Introdução

As inquietações mais importantes dessa pesquisa convergem com a problemática das fontes na escrita da história social do trabalho no Brasil, por meio da discussão sobre uma fonte que advém dos patrões, em uma conjuntura de autoritarismo e, por outro lado, também contém vestígios da experiência dos trabalhadores. Na dimensão cotidiana existe um campo de força que impõe limites à atuação da classe trabalhadora sim; mas, a despeito de todas as tentativas de controle ditatorial, homens e mulheres encontraram espaços e abriram frestas de liberdade na apartada arena das disputas sociais presentes em sua contemporaneidade.

A possibilidade de potencializar análises históricas com foco em personagens “comuns” por meio de indícios documentais vinculados às fontes da imprensa de fábrica remete ao cotidiano dos trabalhadores. Nesse cotidiano apareciam elementos

capazes de acionar um equilíbrio para a constante tensão entre limitações e excessos nas relações interpessoais. Essas relações interpessoais, embora não demonstravam contraposições diretas e arriscadas, permitiram a transposição dos possíveis enquadramentos ditatoriais e sua posterior transformação em ações significativas para a preservação de direitos.

Para além da problemática relacionada ao modo de tratamento dessa fonte, ainda cabe dizer que esse tipo de documentação não é uma exclusividade de Blumenau, pois está presente em muitas regiões do Brasil e atravessa períodos históricos diversificados. Portanto, não se trata apenas de colocar Blumenau no mapa da historiografia social do trabalho no Brasil, a pretensão é problematizar o contato dos trabalhadores com o mundo da leitura ou da escrita, para acessar parcialmente o sistema de valores e crenças vinculados à sua própria experiência como ponto de interseção. O município de Blumenau está localizado no nordeste de Santa Catarina, na região conhecida como Vale do Itajaí e, em meados do século XIX, contou com uma expressiva imigração europeia, predominantemente alemã. Em sincronia com a implementação da indústria no Brasil, em 1880, surgiram as primeiras indústrias têxteis na região (Hering, Artex, Karsten), a partir dos artesãos ligados às atividades de tecelagem e fiação. A economia local, ainda hoje, tem a predominância do setor têxtil que, entre 1964-1974, apresentava significativa migração de trabalhadores de outras regiões do Estado, especialmente do litoral e vinculados à cultura de origem luso-brasileira, que veio trabalhar nessas empresas. Diante desse contexto, convém analisar os elementos de convivência dos trabalhadores em seus diferentes grupos sociais, com a intenção de compreender como são constituídas, representadas e mantidas suas culturas de classe (BATALHA, 2004) no tocante ao campo da leitura.

O poder das palavras e a imprensa de fábrica

É certo que reconstituir o mundo do mesmo modo vivenciado pelas pessoas no passado é impossível e que “não podemos

traçar os processos mentais durante a leitura. O máximo que podemos fazer é estudar os indícios que remanesceram, dispersos em fontes díspares e nos textos em si” (DARNTON, 2012, p. 528). Ainda assim, é possível seguir na expectativa de mapear algumas possibilidades de acesso às informações disponíveis aos trabalhadores.

O poder das palavras, materializado, sobretudo, pelos jornais, movimentava o mundo do trabalho e, ainda que as fontes das informações fossem escolhidas no âmbito da fábrica ou tivessem vinculação com os patrões, a atribuição de sentidos ao universo da leitura estava associada a uma desafiadora análise de dados que emanou das palavras. Em sua constituição fundamental, a imprensa tornou-se ferramenta imprescindível para os estudos sobre a formulação de ideais, direitos e propostas dos trabalhadores na busca pela transformação de sua condição social e cultural perante a sociedade. O contato com o mundo da leitura ou da escrita instiga os sujeitos históricos na elaboração de um sistema de valores e crenças ligados à sua própria experiência como ponto de interseção, para que possam constituir a si mesmos cultural e socialmente e, na sequência, agir e superar, de forma significativa ou não, as limitações impostas pelas circunstâncias em questão.

O acesso às palavras por parte dos trabalhadores não se restringiu aos livros, devido ao avanço tecnológico e ao incremento de uma diversidade de materiais impressos, que possibilitaram rapidez e eficiência na disseminação da informação. Os panfletos, revistas e almanaques tinham uma circulação veloz e abrangiam um público amplo, não apenas por conta de sua abordagem diversificada e natureza eclética, mas porque atendiam às expectativas de leitores, letrados ou não.

Coexistiam com as revistas, na esteira das possibilidades de acesso à informação, os jornais integrantes de uma imprensa diária e geral, pois, na prática, apresentavam um valor de compra considerado acessível e sua linha editorial continha tipologias temáticas destinadas a vários níveis de alfabetização, com uma divulgação ampla em todo o território nacional. Ainda convém

mencionar a imprensa jornalística ligada aos periódicos de circulação esparsa, considerados alternativos à grande imprensa, portanto, em sua maioria, desvinculados dos grandes grupos de comunicação que dominavam o jornalismo brasileiro nos anos 1950 e 1960. Sua proliferação se intensificou a partir do Golpe civil-militar de 1964, dado os mecanismos de censura e cerceamento das informações por conta da Ditadura civil-militar que visava direcionar as linhas editoriais dos grandes periódicos, atuação que se agravou a partir de 1968, com a decretação do AI-5 e a própria experiência colaboracionista entre uma parcela da imprensa e órgãos repressivos².

Diferentes da imprensa diária geral e da imprensa alternativa, as publicações de cunho classista e/ou militante, ou imprensa operária, também foram responsáveis pela formulação de redes de difusão cultural entre os trabalhadores brasileiros a partir do final do século XIX. Os periódicos operários eram ferramentas de construção da identidade dos trabalhadores, porque ao descobrirem o poder das palavras, da imprensa em si e da difusão de ideias, passaram a utilizá-las em favor do incremento de sua organização social. Isso ocorreu tanto por intermédio da divulgação de propostas ligadas à militância, quanto para criar, sob seu ponto de vista, uma rede de relações sociais vinculada ao mundo do trabalho e às culturas de classe³.

No entanto, em tempos de Ditadura Militar, a maioria dos jornais operários foi suspensa e, no caso de Blumenau, surgiu um tipo de imprensa ligada aos trabalhadores, embora não exclusivamente produzida por eles: os jornais de fábrica e/ou associativos. Eram

² Discussão detalhada sobre esta temática encontra-se em: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 2001. 428 p. Tese (Doutorado em História)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

³ No universo da historiografia social do trabalho no Brasil, Silvia R. F. Petersen, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realiza instigante pesquisa sobre a circulação da imprensa operária brasileira em contato com sua dimensão global. Estudos que envolvem a Argentina e o Uruguai são efetivados por Mirta Lobato, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires (UBA).

periódicos de circulação interna nas principais indústrias têxteis de Blumenau⁴, em geral, editados mensalmente. Sua abordagem principal referenciava temáticas ligadas aos trabalhadores, além de sua relação com as várias esferas de poder, tanto empresariais, quanto políticas. Não foi por acaso que esses periódicos de fábrica surgiram no pré-golpe civil militar de 1964 e duraram, em média, até 1968, momento que o governo impôs restrições e limites às publicações no Brasil. Esses jornais, obviamente, não expressavam exclusivamente os ideais representativos da opinião da classe trabalhadora e foram gestados em períodos anteriores (1961-63), portanto, denotavam também posições conservadoras, em uma perspectiva de colaboração entre as classes, além de contar com uma interferência nítida dos patrões e diretores de seção. Era inegável que algumas posições divulgadas encontravam “ressonância entre as bases” (WEINSTEIN, 2000, p. 214) e, na ausência de vestígios documentais capazes de indicar o modo como os trabalhadores se apropriavam dos textos que liam nesses periódicos fabris, convém fazer uma análise intensiva das fontes, na expectativa de trazer à tona algumas de suas opções e escolhas na composição de suas culturas de classe.

Ainda assim, mesmo por meio de uma fonte que emana dos patrões, mas tem relação direta com os trabalhadores, mediante adequada metodologia de pesquisa, torna-se viável problematizar os jornais de fábrica. Afinal de contas, quais os documentos percorreram o espaço público e foram produzidos exclusivamente por trabalhadores nesse período histórico? Portanto, “uma variada

⁴ Município catarinense situado na mesorregião do Vale do Itajaí e entre 1960 e 1968, contava com uma população em torno de 50 mil habitantes. Sua economia era predominantemente associada à indústria têxtil – classificada como o décimo polo têxtil nacional, desdobrada em primeiro produtor de artigos felpudos, de malharia branca, de camisas de malha, de etiquetas bordadas (aproximadamente 63% da manufatura brasileira); e o segundo produtor de gases medicinais e de roupas brancas de modo geral. Esses números contribuíram para que Blumenau vigerasse como o primeiro centro industrial de Santa Catarina, com um total de aproximadamente 10 mil trabalhadores (19,2% da mão de obra total do estado).

gama de aproximações, distanciamentos e negociações pode se estabelecer” e, com isso, abriam-se margens de liberdade, principalmente porque em uma correlação desigual de forças, fosse com o governo, fosse com os patrões, a “aberta e radical oposição nunca é possível” (GOMES, 2007, p. 47).

Diante de tais ressalvas, aponto para a nítida evidência dos limites da experiência humana, sem praticar o reforço dessas limitações, mas atenta aos modos utilizados pelos sujeitos para alcançar a agência (THOMPSON, 1958) e interceder sobre sua própria história, que não se faz por conta própria ou como classe operária distinta ou apartada das relações com os poderes em questão. A imprensa de fábrica também atuava como força ativa e ingrediente fundamental no processo de ação dos trabalhadores na constituição de seus modos de vida. Claro, um cuidado necessário refere-se a evitar pensar a imprensa sob uma perspectiva teleológica, em busca de um “longo percurso em direção a um tempo mais democrático [...], pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 235-270).

Para além da problemática relacionada ao modo de tratamento desta fonte, ainda cabe dizer que essa tipologia documental não era uma exclusividade de Blumenau, pois está presente em muitas regiões do Brasil⁵ e atravessou períodos históricos diversificados. Portanto, não se trata apenas de colocar Blumenau no mapa da historiografia social do trabalho no Brasil, a pretensão é problematizar o uso das palavras e a incorporação dos hábitos de leitura como atitudes capazes de desenvolver nos leitores-operários a possibilidade de interação com novas ideias para, em última análise, conquistar certa liberdade de pensamento e autonomia, tanto nas relações sociais e comunitárias, como na relação do leitor com os textos que lê e escreve.

⁵ A problematização dos jornais produzidos pela fábrica da Ford no ABC paulista pode ser vista em: NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. 2001. 588 p. Tese (Doutorado em História)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

A imprensa de fábrica apresentava uma circulação interna e alcançava o espaço público local, com distribuição gratuita e acesso facilitado às publicações. Os periódicos estavam intimamente vinculados à administração e, em certos casos, enfrentavam sanções e interferências em sua composição editorial⁶. A autoria das colunas estava predominantemente sob a responsabilidade dos trabalhadores do setor administrativo, contudo, constavam ainda colaboradores e colunistas fixos ligados aos demais setores de produção das fábricas. Diante das modulações temáticas constantes e diversificadas das colunas, também apareciam autores que assinavam com pseudônimos. Tal situação era recorrente e representativa da atuação direta dos trabalhadores nos espaços associativos e na elaboração dos jornais, ambos locais de manifestação de sua vida cotidiana. Por isso, faziam críticas ao seu tempo, salvaguardados por pseudônimos e, esse recurso do anonimato, vinculava-se às possibilidades que referenciavam tanto o resguardo do autor quanto os usos da imaginação por parte do leitor.

A ausência do nome real do autor remetia a um fenômeno das relações sociais da fábrica que denotavam uma face da sociedade em questão, na qual de certo modo predominavam relações paternalistas de dependência. A existência de pseudônimos era parte constituinte de uma construção social ainda mais elaborada, porque dava a entender que a identificação de autoria poderia acarretar possíveis situações de tensão para os autores nos setores de trabalho. Além disso, a publicidade inspirava outros colaboradores à publicação de novos textos, sem indicativa de autoria, e transformava-se em um canal de diálogo entre as classes.

⁶ Por isso, o esforço de análise dessa fonte requer cautela para lidar com os desmentidos dos textos elaborados, levando em consideração os grupos hegemônicos que forneceram verbas para a edição do jornal. Por outro lado, o estudo desses jornais também permitiu reconstituir parte da rede de sociabilidade construída por intermédio das relações de trabalho, em consonância com atividades desportivas e recreativas integradas à própria indústria.

Assim, embora não seja possível adentrar na minúcia analítica de cada um dos jornais de fábrica e, em consideração às ausências dos próprios números ou de sua preservação, no tocante aos periódicos da natureza mencionada e ao período de maior interesse, havia um total de 152 números publicados entre 1963 e 1968, embora as publicações, em sua maioria, extrapolassem esse período. Em geral, os jornais se encontravam completos, variavam entre 4 e 26 páginas em cada uma de suas edições, ainda que por vezes contivessem lacunas, com a falta de uma e outra página ou então de um e outro mês dentro de suas respectivas séries documentais, assim distribuídas: *Informativo Hering*, com 15; *Noticiário Cremer*, com 7; *Mensagem Artex*, com 61 e *Radar Sulfabril*, com 69 edições.

A linha editorial do *Informativo Hering*, criado em 1963, não era direcionada excessivamente às condições de trabalho, mas enfatizava os estatutos da Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering – AACTH (ESTATUTOS, jul. 1964, p. 8) e a divulgação de eventos sociais, aniversários e casamentos, como também a “Página feminina” e as “Rabanadas dos peixinhos”, com piadas dos dois “peixes” – símbolo da fábrica – que observavam as situações cômicas ocorridas entre os associados. Para além das piadas, essa seção contemplava sutilmente algumas reivindicações, tais como: “O Irineu teve uma idéia brilhante estes dias, achou que o governo deveria decretar o Sábado Inglês. Nós sugerimos outra coisa que seria mais interessante: a semana inglesa, isto é, não trabalhar no sábado” (RABANADAS, nov. 1964, p. 6). O que importa, nesse caso, não é perscrutar se foi ou não um engano da parte do Irineu, mas destacar a demonstração de conhecimento acerca dos direitos trabalhistas, a ponto de utilizar um humor fino e inteligente, não para diretamente reivindicar direitos, e sim para, ao menos, levantar um breve debate sobre o tema da diminuição da jornada semanal de trabalho.

Já o *Noticiário Cremer* destacava, em seu primeiro número (NOTICIÁRIO CREMER, dez. 1966, p. 1), que era fruto de colaborações espontâneas e voluntárias, sem especificação dos setores de atuação de seus colaboradores. Sua característica

editorial era variável, mas algumas colunas prevaleciam ao longo de sua existência: “Sociais”, responsável pela divulgação de notas sobre datas comemorativas (aniversários, noivados, casamentos, nascimentos, batismos); “Vamos rir juntos”, correspondente à coluna de humor, assinada inicialmente por Ruy Vagner Gaertner; “Página feminina”, por Dagmar Heidrich, sua primeira responsável; “Treinamento em marcha” e “Conheça seu ambiente de trabalho” (este último por Werner Kegel), cujo escopo era a difusão de orientações voltadas ao trabalho, para melhorar a produção ou evitar sinistros, bem como apresentar os setores da fábrica; “Página esportiva”, por Siegfolf Schmitt; “O que vai pelo mundo”, de Joerg D. Engmann, em geral sobre assuntos internacionais dos mais diversos e recentes. Três particularidades desse jornal chamavam a atenção: a presença esporádica de poemas/poesias (tanto de trabalhadores quanto de escritores “consagrados”), a quantidade variada de páginas ocupadas por publicações do tipo passatempo (desafios de matemática, curiosidades, cruzadinhas etc.) e a difusão de saberes de cunho instrutivo e de serviços de utilidade pública em pé de página (“Agasalhe menos o seu filho no verão e ofereça-lhe bastante água fervida ou filtrada, que assim estará prevenindo a desidratação” ou “A difteria, o tétano e a coqueluche são doenças graves. Leve o seu filho ao centro de saúde para ser vacinado”)⁷.

O “Coquetel de Fatos” do Misturador e o “Álbum da Família” no *Radar Sulfabril*

O *Mensageiro Artex*, existente desde 1964, contava, por exemplo, com as colunas “Página feminina”, de autoria de Andréa (consta somente o primeiro nome); “Sociais”, por Miriam Kloch;

⁷ Em seus estudos sobre o SESI, Barbara Weinstein demonstrou a importância atribuída pela classe patronal às instruções acerca da higiene e das obrigações paternas e maternas acerca dos cuidados familiares (Reconstruindo o operário no lar e na recreação). Mais detalhes em: WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN; Universidade São Francisco, 2000.

e “Página esportiva”, de Vitor I. dos Santos. O uso constante de pseudônimos correspondia a uma característica peculiar do periódico e, em geral, os jornais registravam o nome de seus colonistas, mas havia casos em que o autor não era conhecido. Ao longo de sua existência surgiram inúmeras colunas, que apresentavam repetidas trocas de autoria e indicavam uma rotatividade constante em suas características. Acrescenta-se a isso a diversidade de temas das edições e um claro direcionamento para assuntos que não estavam circunscritos ao âmbito fabril ou municipal, com uma gama extensa de apontamentos de caráter opinativo acerca de assuntos do cotidiano, curiosidades e política nacional. Além disso, o *Mensageiro Artex* apresentou uma variação na tiragem entre 1964 e 1968, que ficava entre 1.200 e 2.150 exemplares, com predominância de 1.800 cópias por edição.

Do *Mensageiro Artex* ecoavam vozes como a do Misturador que, ao referendar os altos índices da inflação brasileira e apontar para os níveis alarmantes atingidos em 1964, como um dos maiores do século XX até aquele momento, soltou o verbo na edição de janeiro. Em sua crítica, tratava o governo João Goulart (1961-1964) como “inapto” e, na sequência, dizia que o presidente “fica às tontas diante do flagelo e, vendo o fracasso do pomposo plano trienal do sr. Furtado, [...] volta a insistir nas tais ‘reformas de base’ que nem o sr. Goulart sabe ao certo o que sejam e que de tão sovadas e ‘chatas’ já estão inteiramente desmoralizadas” (MISTURADOR, jan./mar. 1964, p. 11).

Esse autor ou autora da coluna Coquetel de Fatos, com o pseudônimo de Misturador, teceu ásperas críticas que se tornavam compreensíveis à luz das convulsões sociais que lhe atingiam cotidianamente, como a onda inflacionária. Além disso, ciente das consequências ocasionadas pela economia brasileira, na mesma edição de janeiro também fez considerações acerca do “novo salário mínimo, que se propala vir em dobro sobre o atual, [...] [mas] que será puro círculo vicioso, pois há de provocar violenta elevação de preços, que logo anulará a medida” (MISTURADOR, jan./mar. 1964, p. 11).

Essa passagem do misterioso colunista do mensário *Mensageiro Artex* remetia a uma questão primordial que precisava ser levada em consideração em suas elaborações textuais: sua própria experiência de vida e o acesso às leituras diferenciadas como responsáveis pela parametrização de suas opiniões. A situação pode ser analisada sob a perspectiva da própria experiência humana – individual ou de grupos sociais –, como um campo relacionado às reações ou respostas mentais e emocionais dos seres humanos a determinados acontecimentos que se relacionam entre si e ocorrem com certa frequência e repetição⁸. No âmago dessa reflexão da experiência como um processo de elaboração pessoal e/ou grupal, cabe pensar que, na mesma edição do jornal, o Misturador prosseguiu sua fala e destacou claramente aquilo que entendia por “inaptidão do governo federal frente à inflação”. Além disso, sua conclusão foi taxativa: “por causa da carestia, vão eclodindo greves e mais greves, quase todas atizadas e garantidas pelo ilegal e subversivo CGT – o famigerado ‘Comando de Greves’, da ridícula minoria comunista, mas todo-poderoso em face do débil e indeciso governo” (MISTURADOR, jan./mar. 1964, p. 11).

Parte do problema político referenciado pelo Misturador devia-se ao fato de que os grupos com os quais Goulart conversava e fazia alianças nesse momento não aceitavam um governo de conciliação. Além disso, estudos têm demonstrado que Jango assumiu o governo numa situação delicada, sobretudo por conta de três aspectos de crise: 1) militar, em função dos levantes no exército; 2) econômico, por conta do descontrole das contas públicas e as dívidas internas e externas do país; e 3) político, devido à ineficácia da implementação das reformas de base.

⁸ Essa dimensão tem sido estudada com afinco pelos historiadores sociais do trabalho, sobretudo a partir das contribuições de E. P. Thompson, que propõe pensá-la como uma espécie de elaboração que “surge espontaneamente no social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”. THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 16.

Todavia, João Goulart, em parte, poderia ser considerado um estratégico negociador (FERREIRA, 2003, p. 248).

Essa característica não era considerada na opinião do Misturador, que sentenciou: “tal situação de anarquia nacional, sem que apareça alguém que ‘dê um jeito’ nisso, leva a gente a concordar, mesmo a contragosto, com o falecido Osvaldo Aranha quando certa feita sentenciou: ‘O Brasil é um deserto de homens e de ideias!’” (MISTURADOR, jan./mar. 1964, p. 11). Sua postura política coincidia com as apresentadas nos grandes veículos de informação do período, onde a responsabilidade de todo o caos econômico recaía sobre a suposta falta de requisitos de João Goulart para governar o Brasil e isso fortificou a tese da ingerência presidencial. As falas com esse teor contribuíram, sobremaneira, para a historiografia brasileira indicar a necessidade de contenção de direcionamentos argumentativos que personalizavam a história e atribuíam às figuras políticas a responsabilidade exclusiva pela realização deste ou daquele feito histórico.

Longe de pura e simplesmente concordar ou discordar do colunista, a intenção é inferir acerca da intencionalidade instrutiva dos comentários do Misturador em relação ao seu público leitor em potencial. Seu ponto de vista estava alinhado com os propósitos dos empresários e componentes da diretoria da fábrica, a partir de um posicionamento contrário às greves e direcionado a um ataque ao Estado, representado pela figura do presidente João Goulart. Ora, não era à toa que um jornal de fábrica defensor dos interesses conciliatórios entre patrões e operários tentasse expressar opiniões relacionadas à ordem e à paz social no país.

As posições do Misturador eram corroboradas por outro colunista, o Kalifa, que assinava a autoria da “Página Amena” do *Mensageiro Artex*. Para o autor, a antiga sede do poder executivo nacional, o palácio do Catete, era uma “espécie de ‘casa da sogra’ onde o ex-presidente costumava passar umas horas entre um vôlei e outro” (KALIFA, maio 1964, p. 4) e o comunismo era um tema que aparecia nas piadas da seguinte forma: “Ideologia: aquele sujeito era tão anti-comunista, que jamais ficou vermelho de vergonha” (MISTURADOR, jan./mar. 1964, p. 6).

Os temas da política nacional não predominavam na linha editorial do *Radar Sulfabril*, o mais antigo dos jornais fabris, com o primeiro número lançado em fevereiro de 1963. De caráter razoavelmente fixo, o periódico chegou a promover variações que envolvem desde a troca do autor e manutenção da coluna ou vice-versa, além da mudança dos nomes das colunas. Majoritariamente, os escritos do *Radar Sulfabril* continham registro de autoria e, no que tange ao universo de assuntos de suas edições, circunscrevia-se aos acontecimentos no âmbito da fábrica: ações da diretoria, funcionários, confraternizações, eventos esportivos ligados à Sociedade Desportiva e Recreativa Sul Fabril (SDR), acontecimentos da cidade e afins.

O *Radar Sulfabril*, por conta da organização e periodicidade constantes apresenta peculiaridades importantes para lidar com as culturas de classe, sobretudo por conta de sua coluna de entrevistas que, mesmo após sofrer adaptações dos editores, propagava os gostos pela leitura, a origem e preferência cultural e social dos trabalhadores e possibilitou a coleta de dados que recuperavam de algum modo a sociabilidade dos trabalhadores nas fábricas têxteis.

Em seu número de apresentação, o editorial de abertura do *Radar Sulfabril* mencionava seu antecessor, *O Palpiteiro*, destinado exclusivamente aos associados da SDR Sul Fabril⁹. O novo jornal, lançado para funcionários e operários da fábrica, com publicação mensal e distribuição no último dia do mês, apresentava matérias que seriam submetidas à “censura” e ao “reparo da Administração” (RODRIGUES, fev. 1963, p. 1). Tal procedimento era constante nos periódicos de fábrica, ainda que existisse alguma vinculação com as associações recreativas. Embora com certo grau de opacidade, também foi possível identificar algumas preferências e escolhas dos próprios trabalhadores na constituição de sua própria cultura.

⁹ A despeito da intensa investigação, não foi possível encontrar indícios do paradeiro desse periódico nos arquivos locais e tampouco na própria fábrica.

Ainda na sua primeira edição, o jornal *Radar Sulfabril* anunciava as colunas e os colunistas colaboradores do mensário. A publicação continha sete seções, organizadas pelo coordenador Osny Serpa, assim distribuídas: Conheça melhor seu ambiente de trabalho, a cargo do sr. Heinz Hartmann; A coluna da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), sob responsabilidade de Aurélio Francisco Flores; Esportes, de Wilmar Zoschke; Curiosidades, de Adolar Léo Hermann; Humorismo, de Valmor Buss; Crônica do mês e Sociais, ambas de Lourival Rodrigues.

Aproximadamente 41 colaboradores passaram pelo jornal entre 1963 e 1968 e, após análise inicial, isso indicava uma contínua rotatividade dos autores, situação que se invertia quando se tratava das colunas, que apresentavam uma espécie de constância nas edições. Por isso, antes de descrever a característica das seções convém dimensionar parte da trajetória de alguns colunistas que permaneceram mais tempo, afinal de contas, eram eles os autores das colunas: Aurélio Francisco Flores, Wilmar Zoschke e Adolar Léo Hermann.

Aurélio Francisco Flores iniciou na coluna CIPA, muito comum nesse tipo de periódico, com a função de instruir os trabalhadores e/ou contabilizar os sinistros, permanecendo até março de 1964, portanto, durante um ano. Voltou a colaborar em fevereiro de 1966, na coluna de Esportes, após assumir a função de secretário junto à chapa eleita para conduzir as ações da Sociedade Desportiva e Recreativa Sul Fabril (SDR Sul Fabril), já que a seção se destinava a divulgar as atividades desportivas e eventos de seus associados, onde permaneceu até junho 1966.

Wilmar Zoschke apareceu em fevereiro de 1963 na seção de Esportes e, em março de 1964, devido à nova eleição da SDR que alterou seu secretário, passou para a coluna CIPA. Permaneceu até agosto de 1964, quando pediu demissão da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Retornou em outubro de 1965 para assumir a coluna de entrevista com trabalhadores, intitulada Álbum da Família, onde permaneceu até fevereiro de 1966, ou seja, durante quatro meses.

Adolar Léo Hermann colaborava desde o primeiro número, em fevereiro de 1963, com a coluna Curiosidades¹⁰. O título da seção por si só era capaz de conferir uma boa noção das possibilidades abordadas, todavia, predominavam assuntos que versavam sobre o corpo humano, geografia, história, religião e outros, em uma seara temática que beirava o indescritível, tamanha diversidade. Em novembro de 1965 passou a ser o autor da coluna Notícias de todo o mundo, surgida em agosto de 1965 e que noticiava acontecimentos internacionais, permanecendo nela até janeiro de 1967. A partir daí manteve apenas a coluna Curiosidades e em agosto de 1967 encerrou sua participação, totalizando quatro anos como colunista.

Outros autores surgiram em abril de 1964, como Waldir Estevão, que escrevia a coluna Sociais, responsável pela nominata de aniversariantes, noivados e casamentos, onde permaneceu até fevereiro de 1965, e Guino José Sgrott, com uma seção denominada Relembrando boas maneiras, título representativo de seu conteúdo, pautado em códigos comportamentais socialmente aceitos. Sgrott manteve-se nessa seção até abril de 1967, quando foi substituído por José Maria Mosimann, com a coluna Retocando, de teor semelhante à anterior, com permanência inconstante após 1968.

Desde o princípio, o *Radar Sulfabril* não mencionava sua tiragem¹¹. Sua primeira edição foi mimeografada – conforme observado pela coloração azul de seus textos –, em um processo em que os conteúdos eram datilografados em matrizes e

¹⁰ Exemplos específicos: Você sabia que: Blumenau já foi a capital do estado por trinta dias, em 1893?; o corpo humano tem 214 ossos?; cada exemplar do jornal *New York Times*, dos Estados Unidos, tem 620 páginas, pesando 3,1 kg? Cf. HERMANN, Adolar. Curiosidades. *O Radar Sulfabril*. Blumenau, abr. 1963, p. 1.

¹¹ Até o ano de 1968, o *Radar Sulfabril* não mencionou sua tiragem mensal, mas os dados de outro periódico de natureza semelhante, o *Mensageiro Artex*, podem servir de referência, pois no período entre 1964 e 1968 sua tiragem variava entre 1.200 e 2.150 cópias, embora 1.800 cópias por edição fosse o número recorrente.

manualmente rodados em mimeógrafos, página por página, para compor a edição. E, logo na sequência, passou a ser produzido com o uso de linotipo na versão impressa. Dentre os jornais de fábrica e/ou associativos citados anteriormente, este era o representante mais organizado em termos gráficos e sistematizava em seções as próprias temáticas abordadas. Todavia, apresentava constante alteração dos responsáveis, em uma rotatividade cuja predominância incidia sobre a troca interna de autores nas seções, ao invés da sucessão de autores em cada coluna. Além disso, as colunas, embora esporadicamente sofressem alterações de título, em geral mantiveram a linha editorial de sua antecessora.

Apartir de agosto de 1965, o periódico deixou de registrar em seu cabeçalho os nomes dos colaboradores e rompeu com sua estrutura interna razoavelmente estável de colunas fixas. Assim, passou a conter informações ao estilo da imprensa diária, pois noticiava acontecimentos variados, apesar de majoritariamente vinculados à fábrica, como feiras de vestuário, festas de encerramento etc. Surgiram colunas sem autorias declaradas – Aspectos de Blumenau no passado; Tópicos curiosos; Isto é um fato e Trovinhas – e ocorreu uma diversificação acentuada de colunistas – Raulino Busarello, Arno Gomes dos Santos, Lourival Antonio dos Santos, Ronaldo Bauke, O. Schreiber e outros. Em 1967 foi possível observar mudanças no *Radar Sulfabril*, com a presença de matérias avulsas na página de capa, semelhante à grande imprensa. Isso alterou significativamente os aspectos editoriais e gráficos, sobretudo porque se desvinculou do revezamento de autores conforme seu cargo na diretoria da SDR e contou com uma assessoria jornalística profissional, fator que contribuiu para a perda de sua relação direta com a SDR Sul Fabril.

De modo geral, as seções poderiam ser agrupadas em duas linhas editoriais: 1) Instrucional: Coluna Feminina e Relembrando Boas Maneiras, ambas destinadas a propor orientações morais e comportamentais acerca da vida dentro e fora da fábrica para os operários; 2) Cotidiana: Humorismo e Álbum de Família, incumbidas de estimular relações de sociabilidade e convivência mútua no dia a dia dos trabalhadores.

Na Coluna Feminina predominava uma espécie de discurso padrão para mulheres, com destaque para certos ideais de vida em comum, como o lar, filhos, marido, casamento etc. A colunista, Leonídia Silva, enfatizava boas maneiras e seus textos estavam ancorados no tripé moda, culinária e etiqueta. Desde cedo as mulheres estavam rodeadas de normas para ser uma boa mãe de família e a jovem solteira era treinada a envolver-se com tudo o que estivesse relacionado à administração do lar (GERMER, jan. 1965, p. 3). Em caso de seguir tais ensinamentos à risca, dificilmente seria apontada como transgressora das condutas femininas e suas atenções deveriam ser redobradas para evitar que prejudicassem seu desempenho na família. Na tentativa de fomentar esses princípios, as instruções dos jornais de fábrica recorriam a uma listagem de “erros” das mães de família: a preferência aos filhos, em detrimento do marido; a política da “porta fechada” aos amigos do marido; o complexo de limpeza e o “desleixo” no vestir (DEZ, fev. 1964, p. 3). Essas condutas comportamentais costumavam aparecer enumeradas de um a dez, em formato de mandamentos e estavam associadas às ações das mulheres no lar, na expectativa de sugestionar o controle das atividades matrimoniais, a maternidade e as funções de dona de casa. Os textos costumavam estabelecer um contato amigável com as leitoras, incentivavam e aconselhavam sobre detalhes importantes da atuação feminina. O bom humor, alegria, paciência, cordialidade, subserviência e passividade eram as qualidades consideradas inerentes às mulheres. Além de serem estimuladas no ambiente familiar, essas atitudes ganharam o interesse do meio industrial, pois fomentavam aspectos de reciprocidade e boa convivência tanto dentro quanto fora da fábrica.

Dentre outras preciosidades vigoravam indicações comportamentais baseadas em um ideal que deveria ser aprimorado em atenção especial a sua família, colegas e consigo própria. Em primeiro lugar estava o “respeito” e a “consideração” para com os pais, além do “bom humor” nas relações entre irmãos e outros membros da família. Além disso, a jovem deveria se esmerar em desenvolver um “espírito de ordem e de método”

(SILVA, jan. 1965, p. 3), pois seria julgada pela arrumação de seu quarto e o cultivo da higiene e bons hábitos alimentares. Tal esforço em adequar a juventude operária aos preceitos morais não era uma prática conveniente apenas ao sistema fabril, sobretudo no caso têxtil, diante da predominância feminina. Era também um indicativo que não apenas na indústria era necessário instruir para garantir melhores rendimentos no trabalho, pois a própria família operária brasileira era considerada como desprovida de educação e higiene (WEINSTEIN, 2000, p. 269).

Interligadas à coluna feminina encontravam-se as instruções e boas maneiras, porque “aos olhos das pessoas é mais estimado e apreciado alguém bem educado do que um sábio pobre em civilidade e boas maneiras” (SGROTT, abr. 1964, p. 6). Com essa frase Guino José Sgrott iniciava a coluna “Relembrando Boas Maneiras” do *Radar Sulfabril*. Entre suas edições publicadas de abril de 1964 a abril de 1967, muitas foram as temáticas, no entanto, o foco eram as questões de cunho civilizatório, voltadas às normas e etiquetas nas condutas sociais, mas também sobre o comportamento no ambiente de trabalho.

Dentre os principais assuntos destinados ao “bem educar”, apareceram os seguintes temas: como fazer uma saudação; as refeições – uso de talheres, gestos, bebidas – com destaque para cervejas e vinhos –, brinde, sobremesas; como apresentar pessoas; sobre a feitura e/ou comportamento em festas – natalinas, de crianças, debutantes – ou em excursões; como agir em cinemas, teatros, junto dos amigos ou diante de visitas – de familiares, de cerimônias, de parabéns, de recém-nascidos, a doentes, de pêsames e as de surpresa.

Decorrido quase um ano de sua existência, em janeiro de 1965, o *Radar Sulfabril* apontou a falta de sugestões e questionou os leitores se a coluna “pode continuar assim como está sendo feita, ou deve ser mudada? [...]”. Seria um grande prazer se esta coluna soubesse quais são as novas sugestões, palpites e ideias dos seus admiradores” (SGROTT, abr. 1964, p. 6). A partir de então, foi possível perceber com nitidez a mudança de teor em seu conteúdo, pois a partir desse mês, Guino José Sgrott passou

a escrever também sobre as atitudes indicadas como corretas no ambiente de trabalho. O número de setembro de 1965 interrogou se o “prezado leitor” saberia como proceder no ambiente de trabalho e, na sequência, tratou de realizar inúmeras perguntas com o intuito de fornecer uma série de informações sobre o assunto, sumarizados na edição seguinte, que sentenciava:

Execute o seu trabalho limpo, tendendo sempre à perfeição o quanto possível; respeite a autoridade do superior dentro do serviço, acate e estime os colegas [...]. A pessoa educada e cortês será notada, seja rica ou pobre, branca ou preta, moça ou velha. Proceda, porém, naturalmente, não para que o observem, mas pelo prazer que lhe causará o agir com educação. O cuidado nas roupas é de grande importância. Se você usa uniforme, traga-o sempre limpo e bem cuidado, verificando se porventura faltam botões. Se pode vestir-se à vontade, nunca venha ao serviço sujo, despenteado e com roupas rasgadas. Mesmo que a sua vestimenta se componha de peças humildes, você pode parecer elegante, se estiver limpo, com os sapatos engraxados e aparência de alguém que sabe respeitar-se a si mesmo e aos que o rodeiam. Estes princípios gerais de higiene e apresentação são expostos aqui, quase com exclusividade em relação aos homens, porque a uma mulher não se admite, em hipótese alguma, o menor descuido no que se relaciona ao seu traje habitual, à sua postura quando sentada ou de pé, esteja ela no local de trabalho ou fora dele. (SGROTT, set. 1965, p. 10).

Para os homens predominavam instruções acerca da higiene e dos cuidados de si, elementos nem sequer citados em relação às mulheres, diante do fato de que não era admitida a desmobilização da moral e dos bons costumes prescritos pelos comportamentos sociais do período. O autor dessa coluna sempre constituía narrativas que marcavam a distinção entre homens e mulheres nas concepções morais e condutas públicas. Além disso, os direcionamentos atribuídos ao comportamento feminino reiteravam o acúmulo de funções para as mulheres que atuavam nos setores têxteis desse período e procuravam incentivar as

trabalhadoras a contribuir com o sustento da família, embora sua função como esposa e mãe perdurasse em tempo integral.

Na coluna “Humorismo” as referências mais importantes eram relacionadas com o cotidiano da fábrica e, claramente, evocavam um tom jocoso: “Coisas impossíveis: O Dalla Rosa (Chimbica) fazer regime para emagrecer. A Niniva (Corte Malha) fazer dieta. O João contar uma piada em um minuto. O Canjica não chorar quando é repreendido pelo Haroldo. O Tijucano chupar cana” (BUSS, out. 1963, p. 6). Entre anedotas e brincadeiras, também apareciam críticas que compunham um quadro sutil de situações ligadas às dificuldades ou aceitações do trabalhador em relação às suas atividades diárias: “Entre amigos! – Foi nesta fábrica que tive o maior desgosto de minha vida. – Como foi isso Wilmar Pereira? – É que entrei para pedir emprego... e me deram” (BUSS, out. 1963, p. 6).

Artifício literário interessante foram as previsões emitidas em torno do horóscopo do mês:

Os nascidos em março, jamais nascem em outros meses do ano. São pessoas que tem acentuado gosto pela moda, e, por isto, passam a vida “incomodando”. As mulheres tem ligeira preferência pelos homens, e estes só se casam com mulheres. Os que nascem neste mês, são pessoas de cultura e gostam muito de cultivar hortaliças. As mulheres serão grandes pintoras e viverão “pintando o sete”. Os homens terão grande tendência para o canto, e passarão a vida “cantando” nos ouvidos do belo sexo. Seus dias preferidos são trinta e trinta e um do mês, pois nesses dias recebem o ordenado (ou fazem vale). Dias de sorte dos nascidos nesse mês: domingos, dias santos, feriados e dias de férias. (POLATI, fev. 1966, p. 12).

As piadas faziam variações ligadas a um anedotário que utilizava expressões-chave para vigorar, por outro lado, continham referências a uma série de situações de trabalho, como o dia preferido do mês por conta do recebimento do salário e a alegria, ou melhor, a sorte de usufruir os dias especiais em que não era

necessário trabalhar, portanto, também demonstravam parte do cotidiano e das culturas de classe dos trabalhadores.

A prestigiada coluna “Álbum da Família”, que foi publicada de 1963 a 1972, era uma das principais do jornal, pois era composta pelas entrevistas realizadas com funcionários, tanto do setor administrativo quanto da produção da Indústria Têxtil Sul Fabril S/A. Seu objetivo era compor um quadro dos trabalhadores e caracterizar sua relação com o trabalho e as formas de sociabilidade. A escolha do entrevistado apresentava um caráter aparentemente democrático e ocorria por meio de sorteio, realizado sempre no último sábado de cada mês no pátio da empresa. Em oito anos e seis meses de publicações seguidas, permaneceu sob a responsabilidade dos seguintes colunistas: Osny Serpa (julho de 1963 a outubro de 1964), Haroldo Germer (novembro de 1964 a setembro de 1965), Wilmar Zoschke (outubro de 1965 a fevereiro de 1966), Lourival dos Santos (março a dezembro de 1966), Ilson Curtipassi (janeiro a dezembro de 1967) e Espério Campestrini (janeiro de 1968 a janeiro de 1972).

As entrevistas eram realizadas por meio de perguntas diretas dos entrevistadores, conforme procedimento adotado por Lourival A. dos Santos e Ilson Curtipassi enquanto foram responsáveis pela coluna, entre 1966 e 1967. Essa forma de entrevistar indicava uma participação oral transformada em escrita pelos autores e isso possibilitou a compreensão de certas formas de apropriação e gestão da informação por parte dos sujeitos sociais analisados.

Durante a existência da coluna “Álbum da Família” foram realizadas 103 entrevistas, das quais foi possível acessar 95, com a ausência de oito, devido às falhas na série documental – números incompletos ou não preservados. Desse montante, 40% dos trabalhadores entrevistados eram do sexo masculino (38) e 60% do feminino (57). A porcentagem superior de mão de obra feminina na indústria têxtil era considerada natural, dado ao fato de que as mulheres predominavam nos setores de fiação e costura, ambos fundamentais ao setor produtivo têxtil, conforme já mencionado.

A informação referente ao local de nascimento dos trabalhadores apresentava um índice de 21,05% de desconhecimento e foi possível identificar que dos 78,95% restantes, 17,89% eram naturais de Blumenau e a maioria, 61,06%, advinha de municípios que compõem o Médio e Alto Vale do Itajaí e o litoral do estado de Santa Catarina. Esses indícios representavam bem a expressiva migração para a cidade de Blumenau verificada a partir da década de 1950 e faziam cair por terra o ideal de germanismo como parâmetro de identificação da economia local.

Quanto aos setores de trabalho na indústria, existia uma quantidade de registro majoritária, dado que remetia a uma espécie de preocupação do entrevistador em perguntar e/ou dos entrevistados em responder sobre sua atividade profissional. Sem adentrar nas minúcias do universo em questão, tamanha era a diversidade das atividades fabris, apenas em 7,36% (7) das edições da coluna “Álbum da Família” não havia declaração acerca da atividade específica ou setor industrial de atuação; 11,57% (11) pertenciam ao setor administrativo da fábrica e atuavam nos Departamentos de serviços gerais, vendas, relações industriais, pessoal, contabilidade, escritório, recepção e similares. Todavia, importa destacar que da soma total das entrevistas, 81,07% dos trabalhadores eram do setor de produção ou do ‘chão de fábrica’, com destaque para os setores de Costura, com 24,21% (23); Corte e expedição de Algodão ou Malha, com 13,68% (13); e Estamparia, Tinturaria e Tecelagem com 4,21% (4) cada.

Esses fatores denotavam a importância da coluna “Álbum da Família” nos periódicos de fábrica e/ou associativos, justamente porque possibilitam a reconstituição de situações cotidianas a partir da própria fala dos trabalhadores urbanos. E, ainda que fossem filtradas e escolhidas pelos entrevistadores e editores na composição final do texto, possibilitam o estudo e análise dos acontecimentos do dia a dia mobilizados pelo entrevistado em relação à sua atuação profissional e social.

Além disso, havia uma constante menção dos entrevistados na coluna “Álbum da Família” para a preferência de leitura dessas entrevistas e da própria coluna do humorismo, indicativo

da receptividade e identificação dos leitores com seus colegas de trabalho e as temáticas em pauta. Esses depoimentos demonstravam que a maior parte dos entrevistados classificava a leitura como um passatempo, ou seja, como um entretenimento para o tempo livre: Maria Dulce Kunel incluiu o hábito de ler como passatempo preferido; Waldir Estevão (departamento de pessoal) afirmava que em seu tempo livre “lê bastante” (ZOSCHKE, dez. 1965, p. 3); Walmor Passold indicava: “Meu passatempo preferido é a leitura. Leio qualquer coisa” (SANTOS, nov. 1966, p. 3); Raulino Busarello (auxiliar de escritório) voltou à juventude e declarou: “A minha mocidade, comecei-a, entre os livros e a catequese... Gosto muito de ler. Se pudesse passaria o tempo todo lendo” (SANTOS, out. 1966, p. 3); Alcedina da Silva (corte de malha) foi ainda mais ousada e declarou: “é à leitura que me dedico quase em todas as horas de folga” (SANTOS, maio 1966, p. 3). As declarações dos entrevistados indicavam a leitura como um hábito que, por sua vez, não excluía outras formas de sociabilidade, mas que, no entanto, não foram citadas no Álbum da Família por conta da importância do reforço da leitura como uma prática cotidiana. Portanto, a leitura coexistia com outras formas de sociabilidade ligadas à prática desportiva e recreativa.

Todavia, as falas do “Álbum da Família” que faziam referência ao gosto pela leitura demonstravam que os trabalhadores também se tornaram leitores e atribuíram significações àquilo que leem em conexão direta com a elaboração de conhecimentos, base da formação da consciência de si enquanto ser humano atuante em sociedade. Ler, portanto, não era uma atividade meramente receptiva, tratava-se de um ato criativo e dotado de vida própria, por isso, sua prática estava estreitamente vinculada ao prazer e à satisfação de adentrar em um universo de possibilidades que permitia a criação de estratégias múltiplas de leitura de mundo.

Em alinhamento com o *Radar Sulfabril*, os outros periódicos de fábrica também faziam referência à importância da leitura, fator que demonstrava uma relação com a escrita como guardião de um poder inestimável. Além disso, também era um meio de transmissão de conhecimento aos trabalhadores e frequentemente

eram publicadas frases de estímulo à leitura: “Desenvolva a sua inteligência, deleitando seu espírito, lendo um bom livro” BIBLIOTECA, jan./fev. 1969, p. 8) e “leitura sadia que eleva o espírito” (SPINNER, dez. 1965, p. 12). Para além da questão do ‘saber é poder’, tais discursos presentes nos jornais de fábrica não eram apenas meros recursos utilizados pelos editores para estímulo à leitura como fortalecedora do “espírito”, pois também expressavam aspectos da aplicabilidade do fenômeno da leitura à vida diária dos sujeitos históricos.

Em alguns artigos esparsos apareciam recados explícitos para cultivar o hábito da leitura nos momentos de descanso. Sob a justificativa de que “só se conserva na ignorância quem quer”, eram frequentes as sugestões de gêneros específicos para que os trabalhadores não lessem apenas romances, mas também obras “ilustrativas” e formadoras de opinião, com um arremate sugestivo: “Lembre-se do repetido adágio: ‘O homem que lê vale mais’” (LEIA, mar. 1968, p. 8). Estava incorporada nessa proposição um ideal de ser humano melhor qualificado por meio da leitura, e existia uma insistência em destacar os processos de ler articulados a uma “ilustração”, responsável pelo esclarecimento do leitor perante o mundo. Portanto, a incorporação dos hábitos de leitura era compreendida pelos autores dos jornais de fábrica como um ato capaz de desenvolver nos leitores a possibilidade de absorção de novas ideias para conquistar certa liberdade de pensamento e autonomia. Por outro lado, também era conveniente aos patrões o incentivo à leitura para gerar uma predisposição nos trabalhadores em torno do desenvolvimento de possibilidades instrutivas para especialização da mão de obra.

É certo que os efeitos do ato de ler também apresentavam um viés educativo e algumas pessoas referiam-se aos livros como “mestres portáteis” (LIVROS, jan./fev. 1972, p. 21) ou como prática que ocupa uma posição inconfundível no desenvolvimento educacional. A possibilidade de conhecimento estava vinculada a uma multiplicidade de dimensões, mas a proposta centrava-se na união entre cultura geral e instrução.

Considerações Finais

Os jornais de fábrica e/ou associativos eram suportes privilegiados da circulação de saberes entre os trabalhadores urbanos das indústrias têxteis de Blumenau. As temáticas editadas nos periódicos demonstraram as possibilidades de contato dos trabalhadores com as várias esferas de poder – empresarial, associativo, político – e surgiram em um período próximo ao Golpe civil-militar de 1964, com duração média até 1968, quando iniciaram restrições mais intensas às publicações no Brasil.

A força da leitura atribuiu novos significados à vida cotidiana dos trabalhadores urbanos de Blumenau e representava a importância da circularidade cultural em sua visão de mundo. As fábricas e associações de trabalhadores buscavam editar os periódicos *Mensagem Artex*, *Noticiário Cremer*, *Radar Sulfabril* e *Informativo Hering*, que incentivaram a leitura como meio para o engrandecimento do espírito humano e geração de autonomia. A composição dos jornais de fábrica e/ou associativos pode ser entendida como vetor da cultura e auxiliar da constituição, estímulo e manutenção de certa comunidade de leitores entre os trabalhadores urbanos de Blumenau nas décadas de 1960 e 1970.

Nessa complexa teia dos fios do cotidiano se entrelaçaram temáticas de leitura relacionadas às curiosidades, instruções para a vida doméstica/familiar, seções de perguntas e respostas, enfim, saberes enciclopédicos, bem como expressões literárias emanadas dessas fontes, a exemplo de contos, poemas e romances de folhetim, pois pareceram constituir parte significativa das preferências dos trabalhadores-leitores. Suas próprias falas indicavam a leitura como um hábito e, ainda que nos discursos do próprio jornal de fábrica predominasse o incentivo à leitura, tal prática era vigente entre os trabalhadores, haja vista o hábito de leitura dos jornais internos das indústrias.

A leitura não era um elemento isolado nas culturas de classe dos trabalhadores e o estudo sistemático dos jornais de fábrica possibilita que certas questões do cotidiano dos trabalhadores se tornem palavras e mobilizem elementos representativos da vida

dos trabalhadores para perscrutar aspectos da vulnerabilidade dos regimes autoritários, porque não há sociedade, por mais rígida que seja, capaz de impedir a sobrevivência de aspectos culturais engendrados pela vontade humana.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 235-270, dez. 2007.

DARNTON, Robert. *O diabo na água benta, ou A arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 528.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Faperj, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 2001. 428 p. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NEGRO, António Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. 2001. 588 p. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

THOMPSON, E. P. Agency and choice – I (A replay to criticism). *The New Reasoner*, n. 5, p. 89-106, summer, 1958.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN; Universidade São Francisco, 2000.

Fontes Documentais:

BIBLIOTECA Alwin Schrader. Movimento de Janeiro de 1969. *Noticiário Cremer*, Blumenau, jan./fev. 1969.

BUSS, Valmor. Humorismo. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, out. 1963.
DEZ erros de uma mãe de família. *Mensagem Artex*, Blumenau, fev. 1964.

ESTATUTOS da Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering. *Informativo Hering*, Blumenau, jul. 1964.

GERMER, Haraldo. O álbum da “família”. *Radar Sulfabril*, Blumenau, jan. 1965.

HERMANN, Adolar. Curiosidades. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, abr. 1963.

KALIFA (pseudônimo). Página amena. *Mensagem Artex*, Blumenau, maio 1964.

LEIA, meu amigo! *O Radar Sulfabril*, Blumenau, mar. 1968.

LIVROS, mestres portáteis. *Noticiário Cremer*, Blumenau, jan./fev. 1972.

MISTURADOR (pseudônimo). Coquetel de fatos. *Mensagem Artex*, Blumenau, jan.; mar. 1964.

NOTICIÁRIO Cremer. Blumenau, dez. 1966.

POLATI, J. Humorismo. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, fev. 1966.

RABANADAS dos peixinhos. *Informativo Hering*, Blumenau, nov. 1964.

RODRIGUES, Lourival. À guisa de prefácio. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, fev. 1963.

SANTOS, Lourival dos. O álbum da família. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, maio; out; nov. 1966.

SGROTT, Guino José. Relembrando boas maneiras. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, abr. 1964; set. 1965.

SILVA, Leonídia. A jovem dentro da família. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, jan. 1965.

SPINNER, Erica. Biblioteca escolar. *Informativo Hering*, Blumenau, dez. 1965.

ZOSCHKE, Wilmar. O álbum da família. *O Radar Sulfabril*, Blumenau, dez. 1965.

Recebido em maio de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

GOLPE MILITAR: DESAFIOS ENTRE O MARCO DE MEMÓRIA E O MUNDO DOS TRABALHADORES¹

Paulo Cesar Inácio²

RESUMO: A reflexão que permitiu identificar em disputas sociais a existência de muitas memórias necessita ser acompanhada de “outras histórias”, a afirmação nos alerta para o risco de processos sociais instituídos como marcos possibilitarem a formação de memórias que, aparentemente resultantes do marco que descreve, na verdade o constroem, tendo como consequência o apagamento de memórias alternativas, geralmente situadas no mundo dos trabalhadores. No artigo exploramos o desafio de passar do reconhecimento das muitas memórias a outras histórias testando estas indagações no golpe civil/militar ocorrido em 1964. Se na década de 1960, os desafios da construção do socialismo e as maneiras como se processaria uma revolução no Brasil mobilizam a esquerda e tencionam posições de Partidos como o PCB, no seio da própria esquerda esse tom vai se esvaindo, passando a frisar, no início da década de 80, a violência

¹ Expresso minha gratidão aos colegas que, de maneira formal e informal, têm alicerçado meu percurso na construção de leituras e reflexões. Destaco os professores da linha Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon, Rinaldo José Varussa, Antônio de Pádua Bosi e Wagner José Moreira; da linha Trabalho e Movimentos Sociais do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Sérgio Paulo Morais e Paulo Roberto de Almeida; minha esposa, Fátima Pacheco de Santana Inácio; os companheiros de trabalho e de reflexão, Luiz Carlos do Carmo, Luzia Márcia Resende Silva e Cláudio Lopes Maia; e em especial Yara Aun Khoury, pela influência na formação intelectual e humana, e nossa saudosa Déa Ribeiro Fenelon, pelas tantas lições e desafios.

² Doutor em História Social; professor da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais; professor do Programa de Pós-Graduação em História, UFG/Regional Catalão.

do Estado e a necessidade do restabelecimento das garantias democráticas. Ao ser edificado como acontecimento, essa memória oculta a própria redefinição interna dos seus termos, inclusive a concepção de Estado. A construção e perpetuação dessa memória tem provocado um apagamento de outras experiências vivenciadas e significadas no mundo dos trabalhadores. Explorando as reflexões de autores como Alessandro Portelli e Yara Aun Khoury identificamos a experiência do golpe em trabalhadores do Sudeste Goiano, avançando na perspectiva do direito à memória.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Golpe civil militar. Trabalhadores.

ABSTRACT: The reflection that allowed to identify in social disputes the existence of many memories needs to be accompanied by other histories, the statement alerts us to the risk of social processes instituted as milestones to enable the formation of memories that seemingly Resulting from the milestone it describes, actually construct it, resulting in the erasure of alternative memories, usually located in the world of the workers. In the article, we explored the challenge of moving from recognizing the many memories to other stories by testing these questions in the civil / military coup in 1964. If in the 1960s the challenges of building socialism and the ways in which a revolution in Brazil would take place mobilized the left and intend positions of parties like the PCB, within the own left that tone is disappearing, beginning to emphasize, in the early 80's, the violence of the state and the need to reinstate democratic guarantees. When it is constructed as an event, this memory hides the very internal redefinition of its terms, including the conception of the State. The construction and perpetuation of this memory has caused a blurring of other experiences experienced and meaningful in the world of the workers. Exploring the reflections of authors such as Alessandro Portelli and Yara Ahun Khoury, we identify the experience of the coup in workers from the Southeast of Goiânia, advancing from the perspective of the right to memory.

KEYWORDS: Memories. Civil military coup. Workers.

Início este texto abordando o golpe militar ocorrido no Brasil de uma maneira não usual. Tendo nascido em 1965, um ano depois do golpe que deu início à ditadura militar no Brasil, pelos limites da idade, não tenho lembranças pessoais do evento, mas cresci no ambiente social em que ela se dava. Não ter lembranças pessoais diretamente ligadas ao governo dos militares se deve, por um lado, ao não envolvimento de nenhum familiar com a militância política e, por outro, ao fato de o golpe e o governo dos militares se encaixarem no quebra-cabeças das vivências de famílias de trabalhadores pobres. A ação do Estado era gerenciar uma violência que se enraizava na base social, onde a precariedade material, a espoliação, o saque e o butim do que era público não foi estranha ao mundo dos trabalhadores. Mundo esse tão desigual e violento que só pode ser mantido por um Estado revestido dos mesmos atributos do mundo que o constrói. Para trabalhadores e pobres esse Estado não começou a funcionar em 1964 e sua ação ainda não terminou.

Localizo minha primeira recordação no início da década de 1970. Eu devia ter entre 8 e 9 anos de idade. Foi na pequena cidade de Três Ranchos, interior de Goiás. Tendo meu pai sido transferido como feitor da Rede Ferroviária Federal S/A de Goiandira para aquela cidade, entramos, ele e eu, no bar do Godofredo para comprar algo. No interior do estabelecimento interessei-me por um doce, pedi então que me comprasse um pedaço, mas meu pai argumentou que não tinha dinheiro. Chateado por não ganhar o doce e enraivecido com o dinheiro que representava uma barreira que me separava do meu desejo, disse que então ele não deveria existir.

Fui repreendido pelo meu pai, que se aproximou e falou em voz baixa algo parecido: “não fala isso, isso é coisa de comunista, eles querem acabar com o dinheiro, se a polícia escutar isso ela te prende”. Assim, fiquei achando estranho o tal comunismo, mas no geral gostei de saber que havia outras pessoas que pensavam como eu, não falei mais em acabar com o dinheiro, afinal não queria ser preso pela polícia, mas o desejo de comer o doce permaneceu.

Já na vida acadêmica, no período em que cursava o mestrado³, ao realizar uma entrevista com o Sr. Altivo Marques⁴ – sendo o interesse da pesquisa saber como a chegada da ferrovia havia tensionado a sociedade da época em um determinado momento – desviei o assunto para o golpe militar e como este atingiu a cidade de Goiandira, visto que havia um esforço do Partido Comunista para identificar na cidade o foco de uma célula do partido que teria sido violentamente combatida. Nesse momento ocorreu-me algo interessante. A esposa do entrevistado, dona Alfa, que estava presente, interrompeu a conversa dizendo que havia um dentista na cidade de cujo nome ela não se lembrava, mas que era um comunista atuante.

Indaguei como ela sabia que ele era comunista e o que ele fazia na cidade que indicava ser pertencente ao partido. Ela então me respondeu com voz baixa que estava fazendo tratamento dentário com ele e que, durante o tratamento, ao deixar cair a prótese no chão e perceber que ela havia ficado presa no assoalho, o dentista dissera: “desgraça”. Fiquei aguardando o desenlace da entrevista, mas depois de alguns segundos entendi que a narrativa tinha acabado. A grande atitude rebelde do dentista tinha sido gritar: “desgraça”.

A identidade do comunista teria sido revelada não em virtude de sua militância política, mas em razão do uso de um vocabulário que destoava e ameaçava o mundo profundamente religioso em que essa senhora havia sido criada e os valores que professava/professa.

Em Três Ranchos, cidade do Sudeste Goiano recomponho na minha vivência de criança que, qualquer atitude, palavra ou gesto que ameaçasse os valores e costumes tradicionais era identificado como comunista. Assim, elaborei o comunismo não como um conjunto orgânico de ideias ou uma estratégia de

³ INÁCIO, Paulo Cesar. Trabalho, Ferrovia e Memória: a experiência de Turmeiro (a) no trabalho ferroviário. 2009. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

⁴ Entrevista com o Sr. Altivo Marques da Silva, em 26 de julho de 2001.

ação de partidos comunistas, mas o identifiquei com as coisas cotidianas da vida. Os comunistas me eram apresentados como homens que usavam cabelos compridos e barba, fumavam maconha, xingavam, desobedeciam aos pais, não iam à Igreja e se separavam das esposas. Os militares não eram vistos como personagens que me salvariam dos comunistas; era improvável que cortassem cabelos, aparassem a barba das pessoas, proibissem xingamentos, obrigassem pessoas a irem à Igreja ou que mantivessem casais unidos. Eles eram apresentados como o novo grupo que assumia o Estado, assim como os outros grupos que os antecederam, podendo prender e soltar qualquer pessoa. Eram novos gerentes para uma velha tarefa: manter um mundo desigual e desumano em funcionamento, firmando e reafirmando o controle e a violência contra, inclusive, o mundo dos trabalhadores.

A argumentação que colocamos nesta intervenção objetiva identificar como a constituição do golpe militar de 1964, abordado como ordenação do acontecimento, oculta os desafios, inclusive da esquerda, em incorporar nesta memória, as tensões de outras temporalidades. Esse refazer oculta as redefinições internas que a esquerda experimenta. No mesmo caminho, como esse processo, ao se sobrepor a outras memórias possíveis, neste caso, ao que os trabalhadores do Sudeste Goiano vivenciaram e elaboraram, permite que este campo de memória seja apropriado por outros projetos inclusive de direita.

Em 2014, celebraram-se os 50 anos do golpe militar. Ao golpe se seguiu uma ditadura civil/militar, e o lembrar ensejou a ida para aquele período na busca dos significados de tal processo para o Brasil contemporâneo. Diversas publicações⁵ apresentaram dossiês cujo foco central foi publicizar reflexões revelando os significados do golpe de 1964.

⁵ TEMPOS HISTÓRICOS. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE/PR, v. 18, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/683/showToc>>. Acesso em: 10 out. 2015; CADERNOS DE HISTÓRIA. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 15, n. 22, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/issue/view/508/showToc>>. Acesso em: 19 out. 2015.

Nas publicações, é reiterado o mote geral de como o tema sem sido abordado: 01 – reafirma-se o ocorrido, redimensionando sua importância pela descoberta/denúncias de aspectos que alargam o mesmo fato; 02 – Elege-se os grupos militares e militantes de esquerda como únicos protagonistas.

Nesse aspecto entendemos que, ao aprisionar o que deve ser lembrado em um tempo, 1964/1985, restringe-se o lembrado a um tempo, desprezando pressões e intencionalidades que pressionaram parte da esquerda a reafirmar/mudar suas posições em outras temporalidades.

Ao ser constituído como *marco de memória*, apartado de outras temporalidades, tem sido reconstruído com um cunho pedagógico, alertando-nos para o fato de que a reprodução de alguns componentes que se observaram naquele período reprisaria o próprio ocorrido. Em alguns momentos celebrativos tem-se atualizado sua leitura como alerta para o presente.

No ano de 1994, na celebração dos 30 anos do golpe, numa conjuntura em que o primeiro presidente eleito pelo voto da população, Fernando Collor de Melo, foi cassado, a evocação do fato alicerça uma memória de aprendizado circunscrita no tempo e em seus protagonistas, enquadrando o período da recordação.

Paul Singer produz uma análise que alerta para o fato de que fatores econômicos experimentados em 1994 poderiam ser ligados ao que se experimentava em 1964. Essa ligação seria indutora de um reprisar do golpe como solução política executada em 1964:

A crise econômica de 1964 é muito semelhante, quanto a seu aspecto de impasse, à longuíssima crise de 1981 até agora. A crise de 64 foi resolvida à força pelos militares. Os trabalhadores foram efetivamente submetidos, a rebeldia operária foi fortemente reprimida (não houve mais greves), a rebeldia camponesa liquidada com repressão selvagem, a rebeldia estudantil também foi reprimida; como reação, em 1969 70-71, a oposição, dispersa em muitos grupos, foi à luta armada. (SINGER, 1997, p. 20).

Comparando a experiência interrompida com o golpe em 1964 com um período de democracia autêntica hipoteticamente vivido em todo o Brasil, o autor aponta no acontecimento conjunturas econômicas e sociais da época, alertando para o fato de que condições econômicas semelhantes poderiam desencadear o mesmo evento em 1994.

No ano 2014, em um instante que o Brasil é governado por um partido de esquerda, que parte do grupo que foi perseguido em 1964 está no poder, a tônica da lembrança é no caminho de aprofundar no conhecimento do passado. Pode-se observar essa dinâmica no dossiê “50 anos do Golpe de 1964”, organizado pela revista Tempos Históricos, que enriquece o ocorrido com observações como a participação de instituições civis na construção do golpe.

O dossiê, já na introdução, perpetua uma interpretação do passado no passado. Assim, os editores apresentam o campo de forças em que se vão mover as diversas contribuições.

Este dossiê organizado por Tempos Históricos parte exatamente da convicção de que o Golpe de 1964, muito mais do que ter provocado uma troca de guarda entre representantes de interesses burgueses, significou a consumação da crise do regime de dominação classista fundado na Constituição de 1946 e a abertura de um novo momento histórico, em que se implantaram estruturas típicas de uma ditadura empresarial militar de vocação contrarrevolucionária permanente, com estrutura de poder apropriada para a consolidação da passagem a um novo modelo de acumulação capitalista, em uma perspectiva de desenvolvimento associado dependente. (CALIL; LEMOS, 2014, p. 10).

Ao destacar na reflexão aspectos como dominação classista, atitude contrarrevolucionária e desenvolvimento dependente enquanto firmemente ancorados no Estado, abre-se um guarda-chuva tão amplo que poderia estar devidamente coberto desde 1822, com a independência, até 2015, com o governo da presidenta Dilma Roussef. Poderíamos sem problemas levar

a interpretação para o período colonial, atribuindo ao Estado português, gestor da colônia, os mesmos atributos.

Estando formado o ano de 1964 como marco de memória, enclausurado em um tempo e em instituições, torna-se esse um objeto que pode ser comparado a um paciente imobilizado na maca do tempo e na interpretação e ação das instituições, passando para o percurso de sua dissecação exaustiva, como se a bucha que o escova ou o bisturi que o disseca sempre permitisse uma novidade que o reafirme e não o delegue ao esquecimento.

Em uma de suas intervenções, Melo e Hoeslever (2014) recompõem, na obra de René Dreyfus, *1964: a conquista do Estado*, uma busca de aprimoramento de conceitos e o tratamento adequado para o fato passado, destacando a participação de instituições civis no golpe.

Estes artigos dão a tônica de como o marco de memória tem sido tratado, num esforço para dissecar o ocorrido indicando aspectos que ainda não teriam sido abordados (ou adequadamente abordados), neste caso, a participação de setores empresariais civis no golpe, dentre outros.

A disputa pelas memórias tem se dado, via de regra, na identificação do fato, do acontecimento de onde se deriva o que deve ser lembrado. Purificar o fato de toda a maculação ou esclarecer as minúcias do que teria ocorrido, o que representa parte importante do processo, tem resultado numa memória legítima de condenação à violência e aos crimes praticados.

Contudo, Khoury nos alerta para como alguns fatos, ao se instituírem, consagram memórias poderosas:

Por esse caminho, vamos ampliando uma reflexão, já em curso no campo da história, sobre os modos como lidamos mais facilmente com determinados fatos instituídos como históricos, em detrimento de outros, que têm um significado profundo para determinados sujeitos e para determinadas culturas, mas que vão sendo ignorados ou ocultados sob o peso de histórias, memórias mais poderosas. Além disso, a narrativa oral, como gênero específico de discurso, impregnado de interrupções, digressões, repetições, correções,

constituindo-se mais como um processo do que como um texto acabado, põe em evidência o movimento da palavra, da memória e da consciência, demandando um tratamento específico, que também pode ser bem proveitoso no sentido de ampliar e modificar a noção de fato histórico e, por esse caminho, contribuir para a incorporação de outros sujeitos à história. (KHOURY, 2001, p. 85).

Memórias poderosas que constroem o marco têm se esforçado, no presente, como fatos e portadoras de uma verdade interna. Os que buscam a verdade pretendem apenas validá-la como verdade, escapando à questão se esse encaminhamento dará ao presente uma direção melhor.

Esse percurso foi reafirmado em 18 de setembro de 2011, com a Lei n. 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade. Essa comissão, ramificada nos estados em comissões regionais, procederam a uma dissecação do acontecimento com a convicção de que a identificação dos crimes e de sua autoria, criando uma memória purificada da mentira, livrar-nos-ia da repetição do ocorrido.

Evidencia-se o caráter da descoberta da verdade nos dois primeiros capítulos da lei.

Art. 1º – É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no [art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Art. 2º – A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º – Não poderão participar da Comissão Nacional da Verdade aqueles que:

- I – exerçam cargos executivos em agremiação partidária, com exceção daqueles de natureza honorária;
- II - não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão;
- III - estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público. (BRASIL, 2011).

A lei recua a investigação para a década de 1940, quando o Partido Comunista foi posto na ilegalidade.

Reconhecendo a importância do governo em esclarecer a ação do Estado em um período de muitas mortes e perseguições, essa intervenção traz em si as contradições de ser do Estado, frisando a verdade como possível de proceder à reconciliação nacional, atribuição exigida dos integrantes da comissão pautados pela neutralidade. É inegável que para nós, historiadores, verdade e neutralidade trazem desafios que questionam a própria validade da história.

A busca pela verdade, patrocinada, ordenada legalmente e financiada pelo Estado traz em si, de maneira inerente, as condições de uma instância que é hegemônica pelo capitalismo, cuja ação, em 1964, se baseava justamente na ameaça a esse sistema. O Estado que interveio em 1964 institucionalizando a violência como recurso de defesa contra a ameaça comunista se refaz em sua ação e, com novos gerentes, se propõe a rever suas ações, reduzindo toda revisão histórica a indenizações aos que sofreram sua violência.

Contudo, o imenso respeito às dores e perdas das famílias é necessário, inclusive para permitir avanços, que questionemos o papel do Estado Brasileiro, que forjou e deu suporte às violências cometidas, agora repare às violências cometidas. Reparar financeiramente às famílias, pela morte dos combatentes, provoca o esquecimento do por que lutavam. Para muitos dos que foram mortos o mote da luta era justamente a destruição deste Estado.

O processo de indenizações é parte de um processo amplo e complexo em que os termos da memória, reportando ao mesmo acontecimento, altera profundamente os termos de sua

constituição inicial. Combatentes como: Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Margarida Maria Alves, Santo Dias da Silva e outros deveriam constar no altar da história por terem sacrificado sua própria vida a enfrentar, denunciar e lutar contra um sistema que legitima a espoliação diária dos pobres, relegando-os a uma vida miserável. Esse comprometimento e doação não pode ser traduzido em qualquer valor financeiro.

Em um período em que a utopia parece morta, todos deveriam referenciar a memória de tantos brasileiros que sacrificaram suas vidas por um Brasil sem o capitalismo. É irônico que o mesmo Estado que guia a busca pela verdade tenha à frente do barco uma ex-combatente, mas no leme um Joaquim Levy e, na agricultura, Kátia Abreu⁶, ligados ao que de pior o liberalismo tem produzido no mundo, o que escancara os limites da busca por essa verdade.

Se não fosse tão danoso seria irônico que uma ex-combatente, que nega ter praticado de maneira violenta a retirada de recursos de bancos – podendo alegar tranquilamente que subtraía parte do tanto que o sistema retirava dos pobres e trabalhadores no dia a dia –, seja hoje alguém que dê condições para que esses mesmos bancos obtenham os maiores lucros da história do Brasil.

Da luta para a transformação do Brasil, que passava pela eliminação do capitalismo, a um esforço para fazer com que militares jamais saiam dos quartéis, ou para levar alguns deles à cadeia, parece-me que houve não apenas uma mudança significativa de perspectiva, mas o refazer de uma hegemonia tão eficiente que o próprio sistema permite que seus defensores do passado sejam levados ao tribunal, enquanto os que o ameaçavam naquele período hoje se tornam seus defensores.

A percepção das mudanças que a esquerda experimentou no Brasil pós-Golpe, permite identificar como a reificação do Golpe, enquanto acontecimento, oculta os termos em que a parte da própria esquerda altera sua percepção/inserção no mundo da política.

⁶ No momento da escrita, eram, respectivamente, ministros da Fazenda e da Agricultura.

A violência não era, até o governo dos militares, o eixo de preocupações da esquerda, ou de parte dela. É possível acompanhar em dois números da revista *Civilização Brasileira*, que circularam em 1967, o esforço de parte da esquerda não de denunciar a violência, mas de buscar avançar em como se poderia abrir ou sinalizar a construção do socialismo, inclusive revendo procedimentos.

Nas publicações é assumido por intelectuais de esquerda o desafio de interpretar o que estava ocorrendo no prisma das lutas de classe, identificando no conhecimento produzido possibilidades de construção do socialismo. Nelas, aparece de maneira saudável um diálogo entre Caio Prado Júnior⁷ e Assis Tavares⁸ sobre a repercussão do trabalho do primeiro: a Revolução Brasileira, estabelecendo profundas críticas sobre a interpretação e ação política do Partido Comunista no Brasil, na tentativa de construção do socialismo. Assis Tavares, defendendo as linhas mestras de interpretação e ação do partido contesta as teses de Caio Prado. A violência assumia um papel menor diante do imenso desafio de transformar uma ex-colônia portuguesa em uma nação socialista.

É possível identificar que a violência praticada e/ou sancionada pelo Estado é parte da sustentação do capitalismo e sua superação passa, necessariamente, pela superação da forma de Estado que o capitalismo sustenta.

O esforço em denunciar a violência do Golpe contra setores da esquerda ao se restringir à temporalidade do golpe, 1964/1985, despreza que essa violência, principalmente para o mundo dos trabalhadores, não começou em 1964, e tampouco parou em 1985. No mesmo caminho, ao restringir a ação do Estado a segmentos determinados, perde a oportunidade de identificar que

⁷ PRADO, Caio. Adendo à Revolução Brasileira. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, n. 14, p. 43-73, jul. 1967.

⁸ TAVARES, Assis (Pseudônimo de Marco Antônio Tavares Coelho). Caio Prado e a teoria da revolução brasileira. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 11-12, p. 48-80, mar. 1967.

aquela violência é parte de um mecanismo maior, que atingiu/ atinge índios, negros, pobres.

A violência no mundo capitalista e a que se pratica no comunismo na União Soviética foi parte de um debate em que se discutia em que termos políticas e em quais perspectivas de transformação essa violência se baseava.

Podemos acompanhar parte desse debate em *Humanismo e terror: ensaio sobre o problema comunista*, publicado no Brasil em 1968. Merleau-Ponty enfrenta o dilema da violência em um momento em que já se apresenta nos julgamentos de Moscou como o comunismo, para se afirmar na União Soviética, admitia o uso da violência na eliminação de opositores como Roubachof.

Os chamados processos de Moscou são usados como forma de propaganda contra o comunismo, inclusive na Europa. O autor reflete sobre a contradição entre o comunismo, que assume a violência como prática para a “solução do problema humano”, e o liberalismo, que condena a violência, mas a legitima no dia a dia do funcionamento do capitalismo.

Discute-se, frequentemente, o comunismo opondo à mentira ou à astúcia o respeito à verdade, à violência, o respeito à lei, à propaganda, o respeito das consciências, enfim o realismo político, os valores liberais. Os comunistas respondem que, acobertados nos princípios liberais, a astúcia, a violência, a propaganda, o realismo sem princípio fazem, nas democracias, a substância da política estrangeira ou colonial e mesmo política social. O respeito à lei ou à liberdade serviu para justificar a repressão policial nas greves na América; serve hoje para justificar a repressão militar na Indochina ou na Palestina e o desenvolvimento do império americano no Oriente Médio. A civilização moral e material da Inglaterra supõe a exploração das colônias. A pureza dos princípios, não somente tolera, como ainda necessita de violências. Há, portanto, uma mistificação liberal. Consideradas na vida e na história, as idéias liberais formam sistema com essas violências constituindo, como dizia Marx, o “ponto de honra espiritualista”, o “complemento solene”, a “razão geral da consolação e de justificação”. (MERLEAU-PONTY, 1968, p. 9).

O autor não separa liberalismo e comunismo pela violência, que um nega pelo discurso e pratica como política de Estado, e que o segundo assume, no esforço de resolver o “problema humano”. É possível observar que a violência, de qualquer tipo, por maior que seja o esforço para ocultá-la, jamais dissocia ação e revisão da ação de sua direção política, mantendo ou mudando o mundo em que nos estabelecemos.

No Brasil os termos dos debates são profundamente alterados de um período em que a esquerda luta pela destruição/superação de um Estado, enquanto suporte de uma sociedade em que o capital estrangula de maneira impiedosa o trabalho, para outro em que o Estado inclui, dentro de um discurso maior de inclusão social, o fato, readequando-o aos termos que sanciona o próprio Estado que indeniza, supostamente atendendo aos que foram mortos.

Thompson chama atenção para o fato de como acontecimentos violentos e sua expressão, observada nas estatísticas, não indicam por si só sua inserção em processos culturais, o que exige que eles sejam analisados, inclusive nas clivagens culturais.

Lidando especificamente com a violência, ele revela que:

a importância simbólica da violência – tanto faz que seja a violência do Estado e da lei ou a violência do protesto – não necessariamente possui uma correlação direta com quantidades. Cem pessoas podem perder a vida em um desastre natural e o fato não provocará nada além de piedade; um homem pode ser espancado até a morte numa delegacia policial e o fato dará origem a uma onda de protestos que irá transformar a política de uma nação. [...] nem o terror nem o contraterror revelam seu significado numa pesquisa puramente quantitativa, pois as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, isso inclui o contexto simbólico, que atribui valores diferentes a tipos distintos de violência. (THOMPSON, 2001, p. 240-241).

Para o autor a violência, tanto na sua expressão física ou simbólica, não emerge purificada pelo grau de crueldade nem

pela quantidade, estaria significada no “contexto simbólico, que atribui valores diferentes a tipos distintos de violência”. No alerta de Thompson verificamos que o grande risco de uma memória que enclausura o passado em um tempo e de pessoas que ocultam intencionalidades políticas é abrir espaço para que os opositores executem o mesmo procedimento de forma inversa.

O renascer da direita no Brasil no mundo atual e sua chegada ao poder não indica meramente a vitória de um outro grupo, mas como o mesmo Estado agora pactua com um outro grupo. O esforço da esquerda em legitimar sua ação no presente, tentando purificar um tempo passado condenando os violentos que torturaram e mataram, a direita, hoje, com respaldo de grande parte da população, chama pelos militares para combater os violentos do presente que estariam saqueando a Petrobrás e tantas outras empresas públicas.

Por mais que não se queira refletir sobre tal fato, não é apenas a esquerda que procede a seu revisionismo no campo de forças do social; a direita também faz um acerto com seu passado e legitima sua ação no presente. No campo de embates da memória, violência é um termo escorregadio, visto que o argumento que a legitima hoje pode ser invertido: os violentos de uma época podem se tornar os redentores em outra.

O restringir a memória da violência do Estado em um tempo e circunscrita a um grupo específico, em qualquer critério que justifique esse grupo, não permite dimensionar a violência cotidiana do Estado, armada e/ou simbólica contra, principalmente, os mais pobres.

A brutalidade da Polícia Militar e do Exército em favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, a violência sistemática contra negros, índios e pobres que assistimos no dia a dia nas periferias de nossas cidades, não são desvios pessoais de agentes do Estado, mas uma pequena parte da grande violência que esses setores estão submetidos, como maneira de manter funcionando uma sociedade extremamente desigual. Segundo o relatório⁹ da

⁹ FORÇA policial brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório. *Globo News*. Disponível em: <<http://glo.bo/1Nep53g>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

Anistia Internacional, divulgado em 2015, a polícia brasileira é a que mais mata no mundo.

O desafio de passar de memórias coletivamente enclausuradas em marcos institucionalizados para o que Portelli identifica como memórias possíveis faz com que não apenas desamarremos o passado dos aprisionamentos, mas abramos o presente a novos horizontes.

Memórias possíveis não apenas permitem identificar como diversas possibilidades foram exercitadas/imaginadas, mas como projetos hegemônicos de grupos e/ou de instituições se apropriaram dessas versões e possibilidades, retirando-lhes os horizontes da transformação e da utopia.

Bem, a questão é que não creio muito em algo que se coloque como uma memória coletiva, porque não vejo onde está situada uma memória coletiva, a não ser nas atividades intelectuais de cada um dos indivíduos. Uma memória coletiva institucionalizada pode transformar-se nessas memórias hegemônicas muito fortes que estão consolidadas em arquivos oficiais e em monumentos, que me parecem importantes que existam. No entanto, o que vemos na História Oral é mais a memória que cada ser humano tem individualmente. Essa memória é um produto social, porque todos nós falamos um idioma, que é um produto social; nossa experiência é uma experiência social, mas não se pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob um marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então o que vemos, mais do que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis. (PORTELLI, 2014, p. 201).

Lidando com história oral, o autor alerta para como diversas experiências/memórias podem ser organizadas em algo que, ao se tornar coletivo, pode dar vazão a grupos e instituições. Ao negar o modo como os indivíduos exercitam as possibilidades existentes no social, não apenas são negadas essas possibilidades, mas silenciado o seu exercício.

A história oral, dentre outros registros, permite que versões organizadas em memórias alternativas às oficiais possam revelar não apenas novos significados do ocorrido, mas identificar como determinadas memórias foram/são silenciadas. Embora seja angustiante apresentar outras memórias considerando a possibilidade de estas serem entendidas como menosprezo a tantos que foram mortos, torturados e mutilados nos porões da ditadura, é preciso afirmar que elas estão sendo usadas no presente, em muitos casos, em um sentido inverso ao que essas pessoas defenderam e pelo que lutaram.

Em suas pesquisas, Portelli¹⁰ tem nos mostrado como a Itália – que teve sua construção pautada na ação dos comunistas que libertaram o país dos alemães e na luta pela democracia – assistiu a um revisionismo extremado que permitiu que as bases da fundação moderna da nação fossem revistos, possibilitando que um fascista como Berlusconi¹¹ assumisse o governo.

Para o autor, a esquerda não ter considerado memórias alternativas que celebravam a morte de parentes como um luto que não se diluía na ação do Estado e que foram/são apropriadas pela direita, que lhes dá uma direção política, é um dos fatores que permitiram esse revisionismo.

O esforço de alargar as memórias possíveis de trabalhadores que experimentaram por outros ângulos a violência, requer repensar como esses trabalhadores comuns tem sido identificados dentro da própria esquerda.

Atribuir a estes personagens o papel de protagonismo político, tencionando suas memórias com os lugares em que viveram/vivem e as condições das elaborações que procederam, permite emergir maneiras alternativas que aquele passado foi vivido e

¹⁰ Cf. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 103-130.

¹¹ Sílvio Berlusconi governou a Itália com uma coalizão de direita nos períodos: 1994-1995; 2001-2006; 2008-2011.

significado, permitindo construir não apenas interpretações para o tempo de hoje, mas estratégias políticas de intervenção neste tempo.

Edward Palmer Thompson¹², ao estabelecer uma perspectiva em que as pessoas comuns são identificadas não como adorno ou como vítimas, mas pelo seu modo de viver, possibilita identificar processos de construção em que hegemonias são produzidas, problematizadas e refeitas.

Crítico de uma perspectiva em que pessoas comuns são atadas de maneira mecânica às oscilações do mercado, estabelece uma perspectiva em que só se tomam as pessoas comuns como protagonistas durante a Revolução Francesa, polemizando com a visão segundo a qual os pobres têm sua ação política atrelada à fome.

Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto-ativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos. (THOMPSON, 1998, p. 150).

O esforço de Thompson em identificar como a ação dos pobres não reproduz o impulso do estômago, mas revela momentos em que contradições ocultadas por hegemonias são postas à luz nestes momentos, levou a história social a uma nova direção.

No Brasil, nem a visão condescendente do espasmódico foi deferida aos pobres. Quando ausentes de instituições como as Ligas Camponesas, sindicatos e partidos, aparecem enquanto

¹² THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

vítimas inertes do capitalismo ou de um período pré-capitalista, em que a efetivação do primeiro os redimiria e possibilitaria condições políticas para a existência de uma consciência que permitiria construir o socialismo.

Em um mecanismo complexo, em alguns momentos aos pobres são imputadas as causas de sua dominação.

A chegada de Thompson ao Brasil permitiu que historiadores, dentre eles, Déa Fenelon e Yara Aun Khoury, firmassem uma tradição desses estudos, pondo em destaque não como pessoas comuns sentem as grandes transformações, mas como estas se alimentam do mundo vivido por tais pessoas.

A intervenção aqui proposta se filia (sem a pretensão de se apropriar dela) a uma tradição no interior da historiografia que assumiu/assume o desafio de pensar a história como uma construção plural. Um percurso que, à esquerda, tem débitos consideráveis com a saudosa professora Déa Ribeiro Fenelon e com Yara Aun Khoury, que avançou consideravelmente no esforço de identificar como todo processo histórico se constitui em projetos hegemônicos e disputados e como pessoas comuns os vivenciam de maneira diferenciada, produzindo memórias que nos permitem elucidar maneiras alternativas para se compor o enredo da história.

O cuidado na análise com as maneiras alternativas com que as pessoas comuns vivem e dão sentido ao vivido; pois, o ser social não apenas reproduz na consciência social o mundo vivido, mas nos dá a conhecer, por intermédio dos mecanismos da memória, enfrentamentos, derrotas e silenciamentos, já há algum tempo se tornou para os pesquisadores um campo interessante de percepção da construção, reconstrução e problematização dos processos hegemônicos. Confrontando análises e reflexões com o intuito de reafirmar, em um novo contexto, nossas percepções marxistas de perspectiva do social, essa temática tem surgido, para além de um novo espaço político, também com a perspectiva de intervenção, firmando a história não apenas no aspecto retrospectivo, mas prospectivo.

Esse avanço é significativo e percebido no acúmulo de pesquisas e debates realizados sobre memória, revelando-se em entrevistas produzidas com pessoas comuns ou grupos não institucionalizados. Sob a perspectiva da valorização das posições e lembranças de pessoas, grupos e instituições ligadas diretamente a um acontecimento, avançamos na identificação de que memórias alternativas não apenas nos distanciam do acontecimento, mas o colocam como possibilidades não apenas da preservação do ocorrido, dando-lhe uma direção política, permitindo compreender como ele é validado por determinados projetos e posições que se legitimam como parte indissociável da construção de projetos hegemônicos.

O avanço que obtivemos com a leitura de Thompson e sua influência nas pesquisas permitiu que nós, historiadores, indagássemos sobre espaços políticos ocupados por pessoas comuns, possíveis de identificar processos de construção histórica em diversos tempos e lugares. O avanço na percepção das diversas memórias que compõem a constituição de hegemonias não foi seguido do avanço em direção a outras histórias.

Fenelon e outros nos chamam a atenção para o avanço em relação ao reconhecimento das muitas memórias e, ao mesmo tempo, para o nosso recuo na construção de outras histórias.

Num primeiro plano, colocava-se uma inquietação que já vínhamos há algum tempo explicitando em nossas conversas: o fato de avançarmos mais na discussão sobre memória social, ou seja, quando sinalizamos para “muitas memórias” assumimos lidar com memória no plural. O problema relaciona-se às “outras histórias”. Lendo os nossos trabalhos, as “memórias” sempre aparecem no plural, no entanto, quase sempre “História” aparece no singular. É muito difícil colocar o “s” na história com “H”. Este parece ser um dos desafios a enfrentar aqui: assumir que o “s” do plural não está no subtítulo para mera composição de simetria. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 5-6.)

Assumindo o desafio proposto pelas autoras, identifico que a pesquisa que desenvolvemos e abordou o golpe de 1964,

obrigou-nos a sair dos marcos consagrados e a visualizar uma outra dinâmica do processo histórico.

Nas pesquisas realizadas durante o mestrado e o doutorado não era interesse central pensar o golpe de 1964. Enquanto no mestrado interessamo-nos por identificar uma memória constituída por trabalhadores braçais alternativa à memória de progresso e desenvolvimento ferroviário, no doutorado buscamos identificar as redefinições coetâneas de campo e cidade submissas ao refazer-se do mundo do trabalho e dos trabalhadores.

Em alguns momentos da investigação, na produção de entrevistas, deparamo-nos com uma expressão comum a muitos entrevistados. Quando indagados sobre como foi o período de 1964, muitos afirmaram que: “naquele tempo havia muita violência”. Essas respostas remeteram-me ao período reafirmando o marco, compreendendo-o enquanto período em que todos os trabalhadores teriam sido torturados.

A ligação automática que inicialmente procedi da fala dos entrevistados (“naquele tempo havia muita violência”) e o marco consagrado por instituições e partidos que legitima 1964 como marco de memória deveu-se em parte ao esforço do Partido Comunista, que afirma ter sido muito forte a atuação na região Sudeste, principalmente em Goiandira e Catalão.

Goiandira surge nesse cenário como um local onde teria havido forte agitação política em prol do partido.

Enfrentamos um impasse em que o marco das instituições e o das pessoas comuns me levavam a 1964, mas que o olhar empírico não comprovava o que aparentemente se apresentava. Esse impasse e uma observação feita pela professora Yara Aun Khoury, em um encontro realizado em Uberlândia, pressionaram-me a rever os procedimentos que adotava na análise das memórias pesquisadas.

Nesse esforço, resolvemos incorporar à pesquisa um outro tipo de registro, o processo-crime, na tentativa de verificar como eram atingidas pelos militares as ações subversivas.

Um processo-crime permitiu que fossem mudados os procedimentos. O contexto do processo é significativo em

demonstrar como o momento de alteração de uma ordem pode permitir que conflitos ocultados no cotidiano possam emergir.

O contexto do golpe militar, na região Sudeste, fez parte de um processo em que a Companhia de Engenharia e Combate, com sede na cidade de Ipameri, assumiu a função policial nas cidades fragilizando a estrutura que funcionava e passava pelo controle dos políticos.

Em Goiandira, o processo pesquisado inicia com um ofício enviado, pelo comandante do exército, ao delegado da cidade, Prudêncio Quirino Garcia, até então submisso à ação dos políticos locais, para que este forneça ao exército nomes de comunistas que poderiam estar envolvidos em ações de subversão.

O pedido da lista dos nomes foi significativo, considerando que permitiu ao delegado, que até o momento parecia estar à mercê dos políticos locais, preparar uma lista em que a motivação de estar ligado ao Partido Comunista ocultava conflitos locais observados na cidade.

A lista fornecida citava personagens da política local, alguns vereadores, dando os pormenores de um acerto do delegado com seus desafetos.

Intimidados pelo exército para se explicarem, em razão da denúncia de estarem ligados ao Partido Comunista, o vereador Waldivino José Cardoso, um dos acusados, ao ser ouvido expôs, de maneira pormenorizada, as ações do delegado na cidade para desqualificá-lo.

Que o declarante sabe de diversas arbitrariedades praticadas pelo delegado municipal de polícia de Goiandira, uma das quais, no próximo mês passado, não recordando precisamente o depoente, que nesta cidade esta autoridade apreendeu dois revólveres de um rapaz, filho do Sr. Salomão Lorenço residente nesta cidade, deteve-o, e prometera soltá-lo, somente com o pagamento da importância de CR\$ 12.000,00; diz o depoente, que esta importância fora paga ao Delegado Municipal de Goiandira, após o rapaz filho de Salomão Lorenço, ser posto em liberdade, após uma noite de xadrez que sabe de uma outra arbitrariedade da mesma autoridade, desta

feita, com um rapaz filho de Goiandira, que fora implacavelmente espancado, e por este motivo, o rapaz espancado, mudara para a cidade de Araguari que não sabe o motivo do espancamento mas diz o declarante, que o delegado municipal de polícia apreendera a arma, e nas palavras do rapaz espancado tomaram-lhe a importância de CR\$ 20.000,00, cujo rapaz é conhecido pelo nome de José Barba que foi no ano de 1962 ou 1963, não podendo precisar exatamente a data que aconteceu o espancamento, seguido de prisão de José Barba, residente atualmente na cidade de Araguari; que por ouvir dizer, sabe o depoente, que na mesma época que ocorrera o fato do rapaz (ilegível) dito pelo farmacêutico Calicanto Querido, residente nesta cidade, haver o Delegado Municipal de Polícia, cortado de canivete, a língua de um menor de cor preta, sem haver contudo, perdido parte deste membro, e que fora o mesmo farmacêutico informante, que administrou os curativos do corte da língua do menor, diz o depoente, que ainda no ano de 1962, 1963, não recordando a data nem os nomes, o delegado municipal de Polícia de Goiandira prendera Nelson Marques, que sofrera na prisão espancamentos, pagamento em dinheiro para ser posto em liberdade e que ainda, diz o depoente, esta mesma autoridade mantinha relações sexuais com a filha de Nelson, e este, aborrecido com o fato, mudara para a cidade de Catalão; que na ocasião que fora descoberto, tornado público, o defloramento da filha de Nelson Marques, sendo o autor possível, o Delegado Municipal de Polícia, é por esta acusado um suspeito, conhecido pelo nome de José Tutinha, que sofrera na prisão por dois dias, sendo posteriormente posto em liberdade, sem saber o depoente, se houve a abertura de inquérito; ainda na mesma época, ou seja, entre 1962 e 1963, fora do perímetro desta cidade, um rapaz, Eurípedes Pinto Calaso, residente nesta cidade dera um tiro de garrucha, acontecendo com isto, a autoridade mandou prende-lo, tomaram a arma, e exigiram o pagamento da importância de CR\$ 2.000,00, alegando a multa do disparo da arma, e que a mãe de Eurípedes, pessoa pobre, não querendo ver o filho preso, procura o delegado, alegando não possuir aquela importância, sendo que o mesmo, empresta os C\$ 2.000,00, à mãe do rapaz,

ficando assim quitada a importância exigida para multa do disparo da arma de fogo; que o delegado municipal de Polícia de Goiandira, persistindo em suas arbitrariedades, manda prender um indivíduo doente, residente em Catalão, que o indivíduo Lázaro Albino Vaz é duramente espancado; diz o depoente, que por ouvir dizer, sendo o informante conhecido por Tito, residente nesta cidade, que numa ocasião estava surgindo nesta cidade, diversos e constante roubos, o filho do Delegado Municipal de Polícia, é por esta espancado, ignorando o declarante o motivo, mas que na fuga do filho do Delegado, saltando, diz em alta voz: “Que os roubos que estavam acontecendo nesta cidade, era o autor o seu próprio pai” (GOIÁS. Processo n. 26/66, Sala de despejo da Comarca de Goiandira.)

O embate entre delegado e vereadores prossegue, o delegado os acusa de atividades subversivas, anexando fotos de pichações que surgem na cidade enaltecendo o partido comunista. Os vereadores, em sua defesa, afirmam que o delegado é o responsável pelas pichações e que está tentando incriminá-los.

O primeiro esforço de interpretação do documento exige que não se proceda a um início validado pela presença de duas instituições, a militar e o partido de esquerda. Nesse caso, em específico, as forças envolvidas não se articulam em torno da instituição militar, considerando-se que o protagonista a quem é atribuída a direção do processo é subdelegado de polícia, indicado por políticos para o cargo.

Não há também evidências de os políticos estarem diretamente vinculados ao partido comunista. Percebemos que um determinado vocabulário é usado como maneira de se nominar a realidade local com termos que a articulam a questões mais amplas que permeiam o cenário nacional.

Para além do posicionamento de duas instituições, é possível identificar uma fratura entre setores da mesma elite. Essa fratura expõe os mecanismos de controle e ação da elite na cidade, emergindo assim de onde ela define a ação do poder, o mundo dos trabalhadores.

O golpe de 1964 permite, em Goiandira, identificar a disputa política, entre setores de uma mesma elite, pelo controle da cidade, possibilitando-nos conhecer mecanismos de ação, desta mesma elite que, em períodos sem grandes alterações públicas, possam passar despercebidas.

O registro ocorre em um momento significativo em que há uma redefinição do campo e da cidade, com mudanças atreladas a uma nova maneira de trabalhar e produzir. No doutorado, avançamos na perspectiva de compreender que a crise de trabalho no campo estava firmada em um movimento em que sua construção estabelecia os limites de sua reprodução.

Em linhas gerais, o fazendeiro, ao contratar algum trabalhador, deveria fornecer a ele, no primeiro ano de trabalho, alimentação e moradia, geralmente um rancho. Esse aspecto implicava que a fazenda tivesse um armazém onde esses mantimentos deveriam ser guardados para se manter uma mão de obra regular, em uma economia ainda com pouco grau de monetarização. Esse elemento não nos levou a identificar como tal aspecto estava ligado plenamente à monetarização posterior, mas como se articulava com um certo grau de organicidade, inclusive cultural.

Há um processo dialético em que as próprias condições da produção estabelecem os limites da reprodução. Na medida em que a manutenção da força de trabalho exige que haja depósito de alimentos, e este exige, na sua produção, uma mão de obra considerável, há um entrave, pois, a partir do segundo ano, o trabalhador produz, sendo uma parte dessa produção destinada ao fazendeiro e outra ao seu próprio consumo.

Aspectos como o aumento da população, tanto proprietária quanto trabalhadora, pressionam para que ocorram dificuldades no ritmo da produção. Esses limites fazem com que as formas de produção sejam tensionadas, havendo uma saída de trabalhadores das fazendas para as cidades, fato ocorrido em Goiandira.

Para além do movimento da saída do campo para a cidade, presenciamos um instante em que ambos (campo e cidade), articulados pelo mundo do trabalho e dos trabalhadores, são redefinidos, inclusive em suas estruturas burocráticas.

O trabalho das pessoas no campo fazia com que naquele espaço fossem resolvidas todas as diversas transgressões que ocorriam e o fazendeiro, como o juiz-quarteirão, resolvia diretamente a questão ou acompanhava o trabalhador nas demandas ocorridas na cidade.

O registro criminal permite identificar um instante em que a redefinição de vida na cidade fez com que não apenas os trabalhadores se confrontassem com outros poderes, mas com que os próprios poderes lidassem com situações com as quais não lidavam antes.

Nos limites a que nos dispomos a chegar neste artigo, entendemos que esse exercício de leitura e interpretação nos permite, além de destravar a memória das amarras, entender em sua multiplicidade um processo. Tal processo nos leva a investigar como os trabalhadores, ao se reconstituírem na cidade, obrigavam a uma rearticulação dos poderes que a governavam, conduzindo-nos de outras memórias a outras histórias. Essas outras histórias se esquivam do caminho do progresso do urbano e como que antecedem e redimem os trabalhadores pobres do campo.

Aqui sinalizamos uma outra perspectiva em que 1964, em uma pequena cidade de Goiás, pode ser tomada como a experiência de trabalhadores que, mesmo sem envolvimento político direto, se confrontam com o Estado e seus mecanismos, em um instante em que a elite precisa redefinir os termos do próprio controle. Alargando a compreensão da memória percebemos que a própria elite precisa redefinir os termos do controle, na medida em que a presença de pobres vindos do campo altera a ordem econômica e moral da cidade.

Uma busca por desnudar mecanismos de memórias poderosas precisa se constituir em um desafio e em um estímulo para nossas atividades, quaisquer que sejam elas, revelando a ação dos poderes em seus aspectos sutis, poderes esses que, ao se realimentarem e serem ressignificados, negam no passado um doce a uma criança e, talvez de forma mais violenta, negam à classe social, da qual essa criança é representante, o direito às suas memórias.

Sem a devida atenção à crítica, a violência, desprovida de suas direções políticas, pode dar ao Estado, avalista do processo de espoliação dos trabalhadores de ontem e hoje, o papel de redentor destes.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 50, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/27504/15080>> . Acesso em :16 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 12528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CALIL, Gilberto Grassi; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Introdução ao dossiê. *Tempos Históricos*, v. 18, n. 1, p. 10-12, 2014.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 5-13.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

MELO, Demian Bezerra de; HOEVELER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 13-43, 2014.

PONTY, Maurice Merleau. *Humanismo e terror*: ensaio sobre o problema comunista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267.

Recebido em maio de 2016. Aprovado em fevereiro de 2017.

SOCIALISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SINDICALISMO DA CUT: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO CUTISTA A PARTIR DA INFLUÊNCIA DE PAUL SINGER

João Guilherme de Souza Corrêa¹

RESUMO: A ideia de que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma entidade que se organiza na perspectiva da construção de uma sociedade socialista é tema nunca retirado do estatuto da entidade até hoje. Esse artigo faz uma análise da noção de socialismo para a CUT contemporaneamente a partir do seu engajamento em atividades da chamada economia solidária, mostrando a influência das teses de Paul Singer nelas, e relacionando-a com a prática do seu sindicalismo cidadão. Esperamos mostrar os limites da estratégia política guiada por essa noção para a tão anunciada transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Central Única dos Trabalhadores. Socialismo. Economia Solidária.

ABSTRACT: The idea that the Central Única dos Trabalhadores (CUT) is an entity that is organized from the perspective of building a socialist society has been never removed from the entity's status until today. This article is an analysis of the contemporary concept of socialism for the CUT from its engagement in activities of so-called solidarity economy, showing the influence of Paul Singer thesis on them, and relating it to practice of citizen's trade unionism. We aim to show the limits of political strategy guided by this concept for social transformation as announced.

KEYWORDS: Central Única dos Trabalhadores. Socialism. Solidarity Economy.

¹ Professor Adjunto de Sociologia da Educação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – campus Paranaguá. Doutor em Ciências Sociais.

Introdução

O nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no início dos anos 1980 foi o resultado da concatenação das lutas políticas e sindicais que explodiram no fim dos anos 1970 em regiões brasileiras de maior concentração industrial, mas mais notadamente no ABC paulista. A sua formação se deu por um coletivo de tendências políticas diversas que tinham por objetivo direto reorganizar o movimento sindical brasileiro, lutando imediatamente contra o arrocho salarial e a superexploração do trabalho, mas na perspectiva de realizar o socialismo, que era anunciado inicialmente como um dos objetivos históricos da nova entidade. Pode-se ler nas resoluções do seu primeiro congresso (I CONCUR) a noção de que a entidade já deveria propor intervenções em nível nacional na “perspectiva de construção de uma sociedade socialista” (CUT, 1984).

Mesmo que a palavra socialismo não tenha aparecido expressamente no seu primeiro estatuto de 1984 como horizonte fundamental da Central, as lutas empreendidas, as formas como elas eram tocadas e as palavras do vocabulário militante não deixavam dúvidas de que a CUT estava na esteira das práticas que comumente identificam-se como sendo recorrentes no exercício político das esquerdas, e, sobretudo, das esquerdas socialistas. É interessante observar que mesmo que a agitação da Central durante seu período fundacional tenha sido inegavelmente marcada por uma perspectiva anticapitalista e antiliberal, a definição do socialismo como um dos fundamentos do sindicalismo cutista não era “garantida documentalmente”. Foi no seu segundo congresso em 1986 – o II CONCUR – que ocorreu a proclamação da palavra socialismo pela primeira vez no seu estatuto. Embora os estatutos da central tenham sido recorrentemente alterados em seus congressos posteriores, a ideia de que ela é uma entidade que deveria atuar na direção de uma transformação socialista na sociedade brasileira permanece assegurada estatutariamente ainda hoje como estratégia da Central.

Entretanto, sabe-se que não é a existência do termo socialismo nos estatutos da entidade que nos permite caracterizá-la como uma entidade que executa práticas concretas na intenção de construir essa proposta de sistema político-econômico. Embora a opção de adotar a palavra socialismo nas suas resoluções significasse, antes de tudo, uma marca de separação das práticas políticas do sindicalismo pelego e, ao mesmo tempo, simbolizasse seu distanciamento ideológico da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada na mesma época e com perfil moderado, a escolha pela utilização do termo procurava também fixar a natureza classista e operária que ensejou a sua fundação. Assim, uma vez garantida uma inspiração socialista (ainda que genérica) para a luta, ficou a cargo da disputa política interna a delimitação desse sentido socialista na CUT.

Deste modo, com a supremacia política exercida por suas correntes reformistas, a atuação da entidade “em direção ao socialismo” passou a estar associada com uma espécie de luta pela efetivação da cidadania (entendida como universalização de direitos, de serviços sociais e de emprego) e, na virada do milênio, a associação dessa interpretação com a construção de alternativas econômicas ao modelo de capitalismo vigente no Brasil através do apoio ao modelo de desenvolvimento levado adiante pelo governo federal comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), escorado na ampliação do investimento estatal, no fortalecimento do mercado interno, sobretudo dos mais pobres, através de crédito subsidiado, mas no apoio ao cooperativismo e à economia solidária também.

A economia solidária, como parte da estratégia de intervenção política no sentido de fazer a transformação social, começou a ganhar corpo no interior da entidade a partir de meados da década de 1990 com a ativa participação de sindicalistas cutistas nos processos de recuperação de fábricas falidas no país, mas especialmente em São Paulo. A presença da CUT no movimento das fábricas recuperadas aglutinadas na ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) levou os dirigentes da Central a

disputarem em Conselhos na estrutura do Estado os orçamentos de programas governamentais disponíveis para propostas de combate ao desemprego, tentando, com isso, destinar esses recursos públicos para as iniciativas com caráter cooperativo que se desenvolviam na sua base. A participação nas instâncias deliberativas dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi o ponto inaugural desse momento, pois foi quando a Central conseguiu obter recursos para a realização de cursos de capacitação para formar conselheiros para as comissões locais do FAT e para a formação de formadores em educação profissional. A partir do seu envolvimento direto no oferecimento de cursos de formação e profissionalização, a Central passou a investir também em cursos de qualificação para militantes envolvidos com fábricas recuperadas e cooperativas de diversos tipos.

A participação da CUT no movimento das fábricas recuperadas e no oferecimento dos cursos de formação e qualificação representou o encontro do seu sindicalismo com o cooperativismo e, na sequência, a conversão da sua proposta de socialismo em luta em defesa da efetivação de uma economia solidária.

Para continuarmos, é preciso estabelecer o que é economia solidária a partir do que existe de pacificado sobre o assunto. Para a maior parte dos seus militantes, ela se configura como sendo formada por empreendimentos econômicos alternativos de sobrevivência para grupos sociais em situação de desemprego ou precariedade salarial e de renda, realizados sob a forma de cooperativas, empresas autogestionadas, associações e complexos cooperativos que, em tese, atuam à margem da economia de mercado. Todavia, para que estes ainda se definam como realizações concernentes à economia solidária é preciso que eles se caracterizem como sendo atividades econômicas marcadas pela cooperação, pela autogestão, pela viabilidade econômica e pela solidariedade (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2006). Mesmo nessa delimitada perspectiva, uma grande quantidade de práticas diferenciadas é enquadrada sob o domínio da economia solidária: trabalhadores que constroem suas casas por meio de mutirão, uma pequena cooperativa de

artesãos ou uma grande empresa cooperativa, clubes de trocas, banco de crédito cooperativo, fábricas falidas e que foram recuperadas pelos trabalhadores, associações de diversos tipos, microempresas geridas coletivamente, etc.

A partir dessa caracterização não seria exagero dizer, em outros termos, que as atividades que caracterizam a economia solidária são as respostas que os trabalhadores precarizados e/ou desempregados são forçados a buscarem (autonomamente ou com auxílio de outras entidades, como igrejas, sindicatos, movimentos sociais ou o próprio Estado), fora da opção do assalariamento formal, para tentarem mitigar sua situação de pobreza num cenário de recessão econômica. Essas práticas nasceram, não por iniciativa ideológica, mas porque os seus sujeitos foram empurrados a elas como uma alternativa de garantir as condições materiais de existência. Posteriormente é que se “descobriram” os valores solidários que os motivava ou apareceram a teorização e a politização sobre eles. Contudo, apesar da característica assistencialista que marca boa parte dessas ações, na maioria dos discursos que as defendem, aparece a ideia de que as experiências em economia solidária seriam “embriões de novas formas de organização da economia e da sociedade” (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2007) e até mesmo o novo modo de produção socialista (SINGER, 2002).

A vinculação entre esta última noção e a concepção de socialismo da CUT e a sua problematização é o objetivo deste artigo.

A base teórica da economia solidária na CUT: a contribuição de Paul Singer

A construção do conceito de economia solidária no interior da CUT contou com a colaboração de diversos militantes e pesquisadores na área. O segmento destacado da CUT responsável por desenvolver sua política para a economia solidária promoveu diversas discussões teóricas para chegar a orientação predominante que guiaria a fundação de uma agência

(a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário) que executaria as ações neste campo e o caminho político-ideológico que guiaria essas ações dali em diante. O Grupo de Trabalho montado pela CUT e liderado por Reginaldo Magalhães e Remígio Todeschini conseguiu sintetizar as discussões desse período que antecedeu a fundação da ADS sob a forma de um documento que ainda hoje é referência central para se entender o projeto da CUT para o tema.

O documento publicado pela CUT em 1999 e intitulado *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*, além de ter apresentado as motivações da realidade objetiva que conduziram a Central por este caminho, de ter historiado o caminho percorrido no interior da entidade até chegar à formulação da ideia de construção da ADS e de ter colocado questões políticas que precisariam ser levadas em conta para a efetivação do projeto, trouxe também as reflexões de importantes pesquisadores que militavam no assunto. Para formatar uma visão própria de economia solidária para a CUT, o referido documento apresentou os principais elementos das teorias de investigadores referenciados no assunto, como Luiz Inácio Gaiger, Fernando Haddad e Paul Singer.

Embora Luiz Inácio Gaiger seja um dos precursores do estudo em economia solidária no Brasil e uns dos seus principais teóricos e Fernando Haddad tenha dado algumas contribuições significativas para a produção de conhecimento na área em meados dos anos 1990, Paul Singer é o principal emblema da economia solidária para a CUT e para o Brasil.

Militante socialista e sionista durante a sua juventude nas décadas de 1940 e 1950, ele chegou a participar da construção de um *kibutz* experimental na cidade de São Paulo. Além disso, Singer trabalhou como metalúrgico e foi um dos principais líderes da greve 300 mil que ocorreu em São Paulo em 1953. Estudou economia na USP a partir de 1956, onde também lecionou e obteve o título de doutor em Sociologia em 1966. Aposentado compulsoriamente pelo regime militar em 1969, Singer, não se exilou nem foi para a clandestinidade – com muitos de seus contemporâneos na universidade – mas permaneceu no Brasil, e,

com a ajuda de outros professores, como José Arthur Gianotti e Fernando Henrique Cardoso, fundou o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). No período em que participou do CEBRAP como economista (1969-1988), Singer voltou a lecionar, só que dessa vez na PUC de São Paulo. Esse período é marcado por importantes contribuições acadêmicas suas para a compreensão da realidade social e econômica do país. Ele foi ainda fundador do PT, membro de sua primeira executiva nacional e um dos assessores de primeira hora da CUT.

Além da importante biografia política e acadêmica que o credenciam ao posto de referência nacional no tema, consideramos também, como Germer (2006), que Singer se destaca nesse meio intelectual por tentar teorizar a economia solidária a partir de alguns elementos da teoria marxista, mesmo que a despeito de certa precisão explicativa já consagrada pela aplicação dos conceitos.

Pensando a realidade social brasileira na intenção de propor respostas para problemas concretos da mesma e apoiando-se em referências marxistas (mas fugindo também de esquematismos simplistas que marcaram parcela da militância comunista no Brasil), Singer empreende um esforço teórico de revisitar a história da organização dos trabalhadores em busca de um projeto próprio de sociedade, enxergando no cooperativismo do século XIX a economia solidária que marcaria essa busca hoje em dia.

Antes de avançar é preciso informar que não é o objetivo aqui passar a limpo toda a produção teórica de Singer. O que nos propomos fazer a seguir é colocar em questionamento algumas das teses centrais desse autor trabalhadas em textos relativamente recentes e que servem aos propósitos de defesa da economia solidária para a prática da CUT.

Sendo assim, ainda que Singer tenha produzido academicamente e militantemente desde os anos 1960, é somente a partir de meados dos anos 1990 que o temário da economia solidária começa a se assentar explicitamente na sua bibliografia, apesar de dizer que escrevia sobre o tema, mas sem saber que ele tinha esse nome. Uma obra referencial que

fundamentou posteriormente as suas teses sobre economia solidária é o livro *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (de 1998). Nela, Singer se propõe a discutir o socialismo a partir das experiências fracassadas da União Soviética e do “socialismo real”. Segundo ele, a falha na tentativa de construir o socialismo a partir do planejamento centralizado e estatização dos meios de produção fez com que necessário fosse revitalizar a ideia de que seria possível alcançar o “modo de produção” socialista a partir dos interstícios da “formação social” capitalista. Neste último conceito está colocado um dos argumentos centrais das teses de Singer. De acordo com ele, uma determinada “formação social”² comportaria uma quantidade diferentes de “modos de produção”. Assim, a formação social em que vivemos nos últimos duzentos anos é capitalista porque o modo de produção predominante nela é o capitalista. Nesse sentido, o modo de produção capitalista se caracterizaria pela produção em empresas privadas, onde os proprietários comandam a produção objetivando o lucro. Os outros modos de produção na formação social capitalista seriam a *produção simples de mercadorias* (produtores independentes e donos dos meios de produção), a *produção pública* (estatal ou privada que oferece serviços gratuitamente), e a *produção cooperativa* (empresas que seriam propriedade dos trabalhadores) (SINGER, 1999, p. 137-138).

De acordo com o autor, os modos de produção operariam de maneira concomitante, trocando produtos entre si e também competindo. É a soma desses distintos modos de produção que formariam a infraestrutura da formação social (uma ideia que ele toma emprestado de Marx). Um desdobramento importante dessas teses diz respeito ao fato que as transformações sociais, da passagem de uma formação social para outra, da hegemonização de um determinado modo de produção sobre os outros, se daria a partir de revoluções sociais, não de revoluções políticas, como, segundo seu ponto de vista, preconizaria o marxismo considerado tradicional.

² Em Marx, a expressão “formação social” foi utilizada no famoso “Prefácio” como sendo somente sinônimo de sociedade (MARX, 2005).

Analisando a história do capitalismo a partir dessa ótica, Singer descreve que o modo de produção capitalista teria tido sua origem nos poros de outros modos de produção dominantes (do servil na Europa e no Japão, do escravista nas Américas e dos tributários na Ásia). Preocupado, sobretudo, com a constituição do capitalismo na Europa ocidental, particularmente na Inglaterra, Singer vai dizer que os monopólios criados pelas corporações de mestres provocaram o aparecimento de um grande número de pobres, marginalizados do tipo de produção dominante, que enxergaram numa espécie de assalariamento clandestino a única alternativa de sobrevivência. Com o passar do tempo, diz ele, os prejudicados pelo monopólio constituíram uma parcela significativa da sociedade, que, descontente com tal sistema, passou a se manifestar contrariamente a ele. Entretanto, diz ele:

Os que passaram a se rebelar contra o regime dos monopólios não eram todos empresários capitalistas; junto a eles encontravam-se artesãos, mercadores, camponeses, terratenentes e trabalhadores assalariados e por conta própria. (SINGER, 1999, p. 30).

Porém, ainda segundo o autor, a burguesia capitalista era o grupo social portador da proposta capaz de, em princípio, atender aos interesses dos descontentes. Assim foi que o modo de produção capitalista se tornou majoritário dentro do feudalismo. A revolução industrial veio depois para completar a revolução capitalista que já havia se iniciado algum tempo antes e que continua se desenrolando sem cessar desde então (SINGER, 1999).

Usando do mesmo paradigma, Singer se coloca a analisar também o que ele denomina de “revolução social socialista”. Essa revolução social teria nascido junto com a revolução social capitalista a partir das lutas de resistência da classe operária aos avanços do modo de produção capitalista. Essa resistência teria se dado basicamente de três formas: a) oposição ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos do antigo regime; b) somando-se à luta pela democracia; c) desenvolvimento

de formas próprias, potencialmente anticapitalistas, como o sindicalismo e o cooperativismo (SINGER, 1999, p. 68).

E são justamente dessas últimas formas de resistência (sindicalismo e cooperativismo) que Singer se utiliza para pensar a superação da formação social capitalista pela formação social socialista, onde predominaria o modo de produção socialista. Nesse sentido, um dos argumentos mais persistentes de Singer sobre a necessidade de se construir cooperativas no capitalismo contemporâneo ou, mais genericamente falando, empreendimentos de economia solidária (como o próprio Singer retificou), assenta-se na importância histórica que eles tiveram na conquista de êxitos para a classe trabalhadora desde o início do capitalismo industrial. Para o nosso autor, as cooperativas e a economia solidária seriam “implantes” típicos do modo de produção socialista dentro da formação e do modo de produção dominante, o capitalista, e que, se fomentados, poderiam levar à transição (lenta e sem violência) para essa nova sociedade.

Para Singer, o movimento cooperativista do início da industrialização e o sindicalismo nascente teriam sido movimentos semelhantes desde o seu começo. “A interconexão ideológica e organizacional de sindicatos e cooperativas operárias era muito forte” (SINGER, 1999, p. 93), mas principalmente entre as décadas de 20 e 30 do século XIX. Contudo, teria sido mais forte a influência dos ideais cooperativos (especialmente os do célebre socialista utópico Robert Owen) sobre o movimento sindical do que o contrário, fazendo com que este se apropriasse e reinterpretasse os ideais daquele. Nesse ínterim, para Singer, a luta econômica dos trabalhadores (como a sua organização sob a forma cooperativista) teria tido a primazia na conformação de suas estratégias de resistência ao modo de produção capitalista em detrimento da luta política, que, por sua vez, estava subordinado à primeira. Interpretamos nas teses de Singer que a própria origem dos sindicatos estaria relacionada, de certa forma, ao cooperativismo, posto que essa forma de união política teria nascido de demandas econômicas. Segundo o autor, a organização dos trabalhadores qualificados para oferecer a sua

força de trabalho sob a forma de monopólio foi vital para enfrentar o poder econômico dos empregadores, à maneira como as cooperativas propriamente ditas fizeram depois.

É na esteira dessas reflexões que Singer vai se dedicar a compreender a importância do cooperativismo na construção do socialismo por dentro das entranhas do capitalismo já a partir das primeiras décadas do século XIX. Para tanto, ele elege as ideias de Robert Owen como a representação máxima da construção do novo modo de produção responsável pela revolução social.

Em breve descrição, Robert Owen (1771-1858)³ foi um industrial galês que fez funcionar entre 1800 e 1824 em Glasgow, na Escócia, o complexo têxtil *New Lanark*, onde implantou benfeitorias completamente inovadoras para a época, como casas confortáveis para trabalhadores, escolas para os seus filhos, a impedição do trabalho infantil antes dos dez anos de idade, a proibição de castigos físicos aos operários, a redução da jornada de trabalho e a criação de armazéns que forneciam alimentos e outras mercadorias a preço de custo. Por esse meio, Owen tentava mostrar que o lucro e a prosperidade econômica como um todo não teriam que necessariamente se dar em cima de péssimas condições de trabalho e de vida. Seria possível manter negócios e ao mesmo tempo pagar bons salários e dar

³ Para a biografia de Owen, consultamos: Engels (1986); Heilbroner (1996); Hobsbawm (1983); Sandroni (1999); Singer (1999); Singer (2002); Teixeira (2002). Owen entrou para o rol dos considerados socialistas utópicos a partir do Manifesto Comunista (1847/1848), em que Marx e Engels classificaram as suas ideias e as suas práticas, assim como as de Saint-Simon e de Charles Fourier, como típicas do período incipiente da luta do proletariado contra a burguesia. As ideias dele foram valorizadas pelos dois revolucionários por terem sido as primeiras formas de questionamento do modo de produção capitalista, porém criticadas pela sua impotência em provocar a sua transformação, dada, principalmente, pela não identificação do proletariado como sujeito histórico dessa transformação. Engels voltou os olhos para Owen novamente quando escreveu seu famoso opúsculo *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), onde relatou a importância e os limites das lutas e das concepções socialistas (de Owen incluídas, claro) que antecederam a criação do materialismo histórico dialético e a proposta científica para a revolução proletária.

boas condições de vida aos trabalhadores. Em 1825 ele mudou-se para o continente americano onde tentou criar, no México e nos EUA, colônias cooperativas (denominadas *New Harmony*) onde os pobres poderiam tornar-se produtores de riqueza em um ambiente socialmente favorável. Os experimentos em terras americanas não vingaram, então ele retornou à Inglaterra onde tentou restabelecer a sua ideia de fundar aldeias cooperativas. Criou em *Hampshire*, em 1832, unidades de produção cooperativa industrial e agrícola que tentaram abolir as transações intermediadas por dinheiro, mas fracassou novamente. Entretanto, as ideias de Owen inspiraram parcela significativa do movimento cooperativa da metade do século, especialmente na criação da cooperativa de consumo *Society of Equitable Pionners* (Sociedade dos Pioneiros Equitativos) em Rochdale, em 1844, considerada a “mãe” das cooperativas. A cooperativa de Rochdale foi fundada com uma significativa parcela de operários que seguiam os princípios owenistas e se tornou a principal referência para o movimento cooperativo mundial desde essa época até os dias de hoje, inspirando explicitamente os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade de representação mundial do movimento, fundada em 1895 e que, no Brasil, tem como filiações, tanto a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), quanto a UNISOL/Brasil (entidade vinculada à CUT e que tenta ser uma alternativa de esquerda à primeira).

Os princípios da cooperativa de Rochdale foram estabelecidos sob a forma de estatuto, reunindo em um único documento diversas regras que já haviam sido tentadas em outras iniciativas. De acordo com Schneider (1999), elas podem ser assim sintetizadas: democracia (expresso pela máxima “um homem, um voto”), livre adesão, livre saída, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital de retorno, operações com não associados, aperfeiçoamento intelectual dos associados e devolução desinteressada do ativo líquido. Segundo esse autor, a ACI nasceu declaradamente inspirada nos ideais de Rochdale, porém, com as mudanças econômicas que o capitalismo do século XX atravessou, principalmente após a década de 1960,

esses princípios foram revistos (ou se tornaram uma inspiração apenas) a fim de que as cooperativas pudessem se adaptar aos novos tempos de concorrência econômica (SCHNEIDER, 1999). No entanto, apesar de a cooperativa de Rochdale ser considerada por Singer como exemplo de sucesso da forma de organização socialista contra as determinações capitalistas, ele mesmo admite que o empreendimento se tornou uma empresa capitalista que objetivava o lucro e que foi dominada por acionistas (SINGER, 1999, p. 104-105). E ele não vê contradição nisso, já que a garantia de uma democracia interna já seria o suficiente para assegurar o caráter socialista da cooperativa.

Como se vê, Singer busca dar uma nova interpretação desde a aurora da industrialização a respeito das lutas dos trabalhadores pelo socialismo. Ele vai buscar nas práticas dos operários das primeiras décadas de século XIX uma justificativa histórica para tentar provar, quase numa interpretação “imanentista”, que haveria uma espécie de “espírito da história” ou uma “essência”, desde a consolidação do modo de produção capitalista, que conduzisse todas as lutas dos trabalhadores no rumo progressivo do socialismo, tendo na economia solidária (representada nessa época pelo cooperativismo) a sua mais perfeita definição. Mesmo que ele só tenha usado o termo economia solidária duas vezes nessa obra que aqui estamos tomando como referência, em textos posteriores ele vai ratificar essas suas teses, porém, rebatizando com este nome tanto as primeiras lutas de resistência dos trabalhadores qualificados contra o industrialismo, quanto o cooperativismo owenista do século XIX.

É verdade, porém, que na Inglaterra e na França na época compreendida entre a manufatura e a grande indústria, os movimentos cooperativistas (pré-owenianos, inclusive) e o incipiente movimento sindical travaram lutas paralelas em busca de benefícios para o nascente proletariado industrial. Ainda que o surgimento das primeiras organizações sindicais tenha se dado para proteger os privilégios de trabalhadores profissionais qualificados que estavam ameaçados pelo avanço da industrialização (e não para reivindicar melhorias para uma

situação ruim), essas organizações tiveram o mérito de deixar como ensinamento para o proletariado moderno que a união política poderia servir de arma para enfrentar a força do capital. Exemplo disso foi que, por esse meio, esses trabalhadores conseguiram assegurar para si remunerações mais elevadas que a dos operários industriais não qualificados, bem como melhores níveis educacionais e culturais também.

Conjuntamente, as lutas políticas dos trabalhadores expressas, ou sob a forma de estabelecimentos de sindicatos, ou até mesmo de destruição de máquinas, o cooperativismo (principalmente o de consumo) também se desenvolveu na Inglaterra desde o final do século XVIII como manifestação da insatisfação operária contra as relações de produção dominantes.

Todavia, como nos relata Abendroth (1977), em função do pioneirismo inglês na industrialização, a contradição entre o poder econômico da burguesia ascendente e a proletarização operária da plebe foi a mais adiantada e evidente do cenário europeu. Isso fez com que nesse país a luta em favor de reformas eleitorais fosse mais exacerbada e mobilizasse tanto a burguesia industrial, desejosa de maior influência sobre as decisões políticas, quanto a classe operária. Essa pressão política de dupla origem acabou resultando, em 1824, na revogação das leis que proibiam o associativismo (as famosas *Combination Acts*, de 1799). Após a crise que acometeu a economia da época, em 1825, viu-se que, durante ela, os “trabalhadores, desde que dispusessem de organizações sindicais que funcionassem, tinham condição de defender pelo menos algumas das vantagens conquistadas no período conjuntural anterior de melhoria de seu padrão de vida” (ABENDROTH, 1977, p. 19).

Nesse contexto que cooperativismo e sindicalismo puderam se expandir conjuntamente, abrindo caminho para que, pela primeira vez na história do movimento operário, os sindicatos e as cooperativas – tendo sua existência garantida legalmente – pudessem se aliar na luta pela democratização política e na transformação econômica da sociedade de acordo com o socialismo cooperativista, que tinha em Owen a principal referência (ABENDROTH, 1977, p. 19).

Aconteceu, contudo, que os ideais de Owen tentavam colocar a nova organização econômica da sociedade (as cooperativas acompanhadas de uma nova moralidade econômica) emparelhada com as instituições econômicas do capitalismo a fim de que aquelas, pouco a pouco, se impusessem a estas, transformando a ordem capitalista. Ideia essa muitíssimo similar às teses que Singer defende com a noção de “implantes socialistas”. Se não, vejamos quando em *Uma utopia...* vai dizer sobre a encruzilhada histórica em que estamos diante do neoliberalismo:

Para além do neoliberalismo, pode-se vislumbrar transformações sistêmicas do capitalismo em gestação. Por enquanto, empresa capitalista e democracia são antípodas. Estamos diante de um dilema histórico: ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital. (SINGER, 1999, p. 182).

Para ele, assim como para Owen, de maneira lenta e gradual, os ideais de democracia, “solidariedade” e justiça social rivalizariam com o individualismo e o despotismo capitalista até suplantarem-no e transformarem-se nos pilares da nova sociedade socialista. Owen (como iluminista que era) agia deliberadamente na esperança de conquistar os empresários para o seu esquema porque acreditava que seria possível convencê-los da racionalidade e moralidade intrínseca das ideias do seu sistema cooperativo. A Singer, um homem do século XX, não se pode conceder a mesma ingenuidade de Owen. Ele acredita que o socialismo poderia ser alcançado como que através de um “contrabando” de valores e práticas socialistas por dentro do capitalismo, pelo estímulo às atividades econômicas (cooperativas e demais empreendimentos econômico-solidários) que produzissem mercadorias e serviços dentro de relações de produção democráticas e solidárias, e com auxílio de um Estado de tipo keynesiano para redistribuir o dinheiro dos empreendimentos que ganhassem mais. Isso leva-o a afirmar que a economia solidária se efetivaria quando alcançasse

os mesmos níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias que os da economia capitalista⁴ (SINGER, 2002, p. 121).

Contudo, retornando a discussão aos tempos de Owen, precisamos ressaltar que a força do sindicalismo dentro do movimento operário como um todo – em constante luta por melhores condições de trabalho e de vida – provocou a reação dos empresários industriais, levando-os a exigirem do Estado a cassação desse tipo de organização. Essa reação empresarial acabou provocando o esfacelamento das ideias e das práticas cooperativistas no meio do movimento sindical (ABENDROTH, 1977, p. 20). Apesar disso, resquícios da doutrina cooperativista oweniana sobreviveram na Inglaterra ainda nos anos 60 do século XIX. No entanto, segundo Hobsbawm (1983), nessas iniciativas, o sonho utópico de libertar o trabalho da exploração capitalista acabou diluindo-se na formação de cooperativas comerciais ou de produtores, dotadas apenas de capitais suficientes para manter vivos os seus associados, com obrigações morais em relação à sociedade e protegidas e encorajadas pelo poder público (HOBSBAWM, 1983, p. 65). Em outras palavras, se transformaram em inocentes atividades que não foram mais capazes de provocar as relações de poder dominantes.

Essa nova derrota fez com que o movimento trabalhista inglês passasse a compreender as limitações da luta econômica imediata para a conquista dos seus interesses e começasse a fazer reivindicações também na esfera política na esperança de garantir condições mais estáveis para a efetivação de mudanças sociais que poderiam atender suas demandas⁵. E, como lembra Coggiola

⁴ Quanto a essa afirmação, poderíamos nos perguntar se os mesmos níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias que os da economia capitalista não pressuporiam, também, os mesmos níveis de contradição social e destruição ambiental.

⁵ O Cartismo foi um belo exemplo desse momento. Baseando-se na reivindicação ao Parlamento de seis pontos contidos em uma carta divulgada pela *London Working Men's Association*. Os pontos eram: 1) representação proporcional da população no parlamento e divisão equitativa dos círculos

(2010), foi justamente um movimento político o responsável por ter conquistado a primeira grande vitória “sindical” da classe operária, a jornada de trabalho de dez horas (COGGIOLA, 2010, p. 19)⁶.

Embora as lutas no campo econômico também fossem lutas políticas, é comum entre historiadores do movimento operário europeu (com base nos testemunhos oculares e nas análises perspicazes de Marx e Engels, principalmente) que a partir de 1848 o proletariado apareceu na cena política como uma classe social independente, com reivindicações próprias e aspirando ao poder político. Todavia, apesar da força inicial do movimento de caráter mais político do operariado inglês dessa época, o evento que fez reativar a luta da classe operária inglesa está relacionado ao estabelecimento do ano de 1848 como marco do surgimento do proletariado enquanto classe, a Primavera dos Povos.

Os acontecimentos desse ano são tomados como referência para o entendimento das lutas políticas que se desenrolaram no mundo moderno e até hoje inspiram o sonho da revolução internacional dos movimentos socialistas. E não chega ser exagero dizer que foi a partir daí (ou com inspiração nas formas de lutas iniciadas nesse momento) que praticamente todas as melhorias nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores começaram a ser conquistadas, desde direitos políticos, como também trabalhistas e sociais.

Marx, em um panfleto escrito para a ocasião da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, fez uma avaliação sobre a organização da classe trabalhadora e o

eleitorais; 2) renovação anual dos deputados; 3) “sufrágio universal” para homens com mais de vinte e um anos e residentes há mais de cem meses no mesmo distrito eleitoral; 4) abolição do voto censitário; 5) escrutínio secreto; 6) remuneração para deputados e ocorrência de sessões regulares no parlamento. Apesar da derrota do movimento em 1848, até 1867 quase todos os pontos foram incorporados pela legislação inglesa, com exceção do número 2 (SANDRONI, 1999; TEIXEIRA, 2002).

⁶ Marx e Engels lembram, no Manifesto Comunista, que os movimentos owenistas na Inglaterra se opuseram “violentamente a toda ação política da classe trabalhadora”, inclusive ao cartismo (MARX; ENGELS; 2002, p. 60).

desenvolvimento do capitalismo desde as famosas explosões sociais e políticas de 1848. Na sua apreciação, tanto a redução da jornada de trabalho para dez horas diárias, quanto os experimentos cooperativistas inspirados em Owen, foram conquistas das mobilizações operárias contra “a economia política da propriedade”, porém fazendo uma ressalva de que aqueles experimentos foram valorizados em exagero (MARX, 1977).

Entretanto, a despeito da positividade das experiências cooperativistas para o período, Marx destacou o outro lado delas, assim se exprimindo:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. (MARX, 1977, p. 319-320).

Acontece que, mesmo sem ignorar esse aspecto da história do movimento trabalhista europeu, Singer opta pelas principiantes experiências dos trabalhadores na resistência aos imperativos da produção capitalista como referência para justificar histórica e teoricamente o fomento ao cooperativismo e demais atividades alinhadas à economia solidária contemporaneamente. Apesar da inegável importância que tiveram, elas, no entanto, não passaram de experiências que, ou demonstraram ser extremamente limitadas para defender o trabalho da exploração do capital ou acabaram se transformando em linha auxiliar dessa exploração.

Isso não significa que tampouco haja uma fórmula ou modelo a ser seguido pelos movimentos de trabalhadores na busca por igualdade social, pela distribuição da riqueza socialmente produzida, por liberdade individual, pelo fim da destruição ambiental, em suma, por uma sociedade socialista. É necessário que críticas às experiências históricas sejam feitas, inclusive para se possa avançar em novas reflexões e propostas na direção da mudança social, contudo, parece inacreditável ter que se retornar à “estaca zero” desse movimento e usá-lo como referência central para se pensar a construção do socialismo hoje. Contudo, foi isso o que ocorreu com a CUT quando ela resolveu assumir o fomento à economia solidária como uma de suas bandeiras.

A economia solidária e o sindicalismo cidadão na CUT

Pelo exposto, percebemos que um dos elementos centrais das teses de Singer concentra-se na ideia de que a história da resistência dos trabalhadores ao modo de produção capitalista nos últimos dois séculos tem sido, mesmo que não se soubesse disso antes, a história da construção do socialismo pela economia solidária, tendo na formação das primeiras cooperativas a “alma” desse projeto.

No entanto, como foi dito acima, na Grã-Bretanha as lutas sob a forma de associação cooperativa representaram inicialmente uma entre as principais práticas que conseguiram melhorar as condições materiais de vida e trabalho dos primeiros operários industriais, compartilhando já com a suas organizações políticas sindicais o papel de instituição transformadora. Além do mais, esse enfrentamento conjunto se concentrou principalmente entre as décadas de 20 e 30 do século XIX, sendo que, posteriormente, o movimento sindical e o cooperativismo tomaram caminhos diferentes. O primeiro deu ensejo à forma prioritária de organização da classe trabalhadora mundialmente, responsável pela efetivação de uma série de direitos (políticos, trabalhistas e sociais) e o outro se converteu, apesar dos pesares, em importante paliativo econômico para trabalhadores pauperizados quando realizado em

pequena escala (posto que em grande escala o cooperativismo virou uma prática complementar ao capitalismo).

Assim foi que no contexto de definição de sua identidade política nos anos 1990, a CUT vai se preocupar com o tema do desemprego trazido pelos ajustes neoliberais utilizando as propostas de economia solidária que estavam sendo formuladas por Singer no período. As ideias de economia solidária de Singer serviram para dar a CUT uma justificativa que tivesse certo respaldo histórico e autoridade intelectual para explicar a sua adesão direta às práticas econômico-solidárias e mais indiretamente à modalidade de sindicalismo cidadão e filantrópico que compõe a imagem política da Central hoje em dia.

Um das primeiras e mais evidentes marcas de como as teses de Singer se plasmaram nas formulações do projeto cutista para a economia solidária pode ser verificado nos textos de debates do Grupo de Trabalho que foi formado para pensar a proposta cutista e que antecedeu a assunção oficial da temática pela Central. Singer oferece a esse debate um pequeno escrito de sua fabricação intitulado *Cooperativismo e sindicatos*⁷, onde faz um pequeno compêndio das ideias principais já apresentadas em *Uma utopia...*, acrescentando, porém, algumas ponderações sobre as novas cooperativas que estavam se formando no Brasil dos anos 1990 a partir das falências de empresas. Posteriormente publicado dentro do livreto *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT* (1999), lê-se nele que para Singer o cooperativismo nasce já no fim do século XVI, estando nessa época representado pelas corporações de ofício. De acordo com o escrito: “O cooperativismo nasceu na Inglaterra, no final do século XVI, quando teve início a revolução industrial. Os trabalhadores das manufaturas, na época, eram qualificados e possuíam associações de ofício que controlavam o exercício profissional” (SINGER, 1999, p. 24). De mais a mais, a tese de que

⁷ SEMINÁRIOS REGIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, [ca. 1999], São Paulo. *Resumo da sistematização*. São Paulo: Escola Sindical São Paulo (CUT), [ca. 1999]. 3 p.

os “primeiros sindicatos” dos trabalhadores qualificados fossem, na verdade, mais próximos das cooperativas do que dos sindicatos propriamente ditos, já havia sido apresentada implicitamente também na sua *Uma utopia....*

Outro momento onde é possível ver o ponto de vista histórico de Singer sendo assumido pela CUT está nas resoluções do seu sétimo congresso (VII CONCUR), evento que oficializou a proposta da CUT para a economia solidária. Lá, podemos ler:

Cabe lembrar que o sindicalismo e o cooperativismo surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados construíram os “clubes de ofícios” (sindicatos) para defender os interesses da profissão e as sociedades de consumo (cooperativas) com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda e acesso a produtos mais adequados aos seus associados. (CUT, 2000, p. 33, grifos nossos).

Ou mais claramente ainda nas deliberações extraídas da sua 10ª Plenária (2002):

A economia solidária é um projeto histórico e autêntico da classe trabalhadora e está colocada no debate político, inserida num processo histórico de revolução social e de construção de uma economia socialista. São experiências que proporcionam aos trabalhadores um grande aprendizado: como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos segundo princípios democráticos e igualitários. (CUT, 2002, p. 54, grifos nossos).

Mais importante, porém, que somente perceber a presença da releitura de Singer a respeito da história do movimento operário nas sistematizações iniciais da economia solidária na CUT é distinguir, nessa influência, o seu casamento com as concepções políticas mais ampliadas que a Central já vinha colocando em prática desde a segunda metade da década de 1990 e que estão conformadas nos preceitos do sindicalismo cidadão.

Um dos princípios orientadores dessa modalidade de ação sindical é a disposição de fazer da representação sindical algo para além da luta por questões trabalhistas, ocupando os espaços institucionais da estrutura do Estado para tentar interferir nos grandes temas nacionais ou participar da criação de outros espaços públicos não estatais, fornecendo serviços sociais de maneira conjunta ao Estado e aos governos.

Se, num primeiro momento, a ascensão dos ideais de cidadania na Central estava relacionada, em última instância, às ações defensivas diante do impacto do desemprego, terceirizações e diversas formas de precarização do trabalho, num segundo momento elas passaram, de ação conjuntural defensiva para revisão ideológico-programática. A nova atitude sindical da CUT construída nesse momento buscou a “linha do menor esforço de participação e de não-confronto com a política (e cultura) do capital, renunciando-se à luta contra-hegemônica” (ALVES, 2006).

Para se ter uma ideia disso, atualmente a CUT participa em mais de 114 conselhos, comitês e comissões nacionais da estrutura do Estado com mais de 250 dirigentes cutistas. Como se sabe, em si mesma, a existência de tais espaços e a participação de entidades de trabalhadores neles não significa, de imediato, prejuízo às suas causas, nem vai de encontro ao que boa parte dos movimentos socialistas de trabalhadores exigiu ao longo da história. Acontece que, como já se disse, existem outros espaços de poder onde decisões fundamentais para o país são tomadas e que não contam com qualquer forma de controle democrático por parte dos trabalhadores.

Em larga medida, a noção por trás desse participacionismo cutista encontra respaldo senão nas teses de Singer que advogam a proposta de se alcançar a “revolução social” sem confrontar interesses dos capitalistas. Nesse sentido, a democracia nas decisões (tanto dos conselhos, quanto por dentro dos empreendimentos de economia solidária) seria encarada como parte dos “implantes socialistas” que contaminaria as demais relações sociais do capitalismo, transformando-o. É bem verdade que ele enfatiza mais o papel das cooperativas nesse sentido,

mas não podemos deixar de notar que ainda na década de 1990 ele fez uma apreciação da participação dos trabalhadores na gestão de fundos como o FAT e do FGTS em sua *Uma utopia...* .

Uma outra importante contribuição de Singer para a economia solidária está relacionada à sua primeira intervenção pública a respeito do tema. Quando a expressão economia solidária foi utilizada pela primeira vez em um artigo publicado na Folha de São Paulo, de 11 de julho de 1996, Singer apresentou a proposta de que o poder público deveria criar um setor econômico próprio, onde os produtos e serviços oriundos de empreendimentos solidários seriam trocados entre si. Além disso, seria necessária a oferta de crédito em melhores condições para esses empreendimentos. Em outros termos, o que Singer já estava propondo nessa época era a formação de “redes” de economia solidária ou de complexos cooperativos, como as iniciativas que a ADS vem desenvolvendo atualmente. Elas têm buscado fazer com que os produtos e serviços dos empreendimentos solidários articulem-se entre si, visando também o desenvolvimento do local onde se instalam. Essa proposta, contudo, não defende que eles se fechem completamente em um mercado próprio, “paralelo” ao mercado capitalista e “protegido”, como lembra Novaes (2011). Isso porque, para Singer e para a ADS, nesse contexto haveria uma positividade na competição dos empreendimentos solidários com o mercado capitalista. De acordo com ele, em momentos de crise, por exemplo, as cooperativas (principalmente de produção) podem se adaptar mais facilmente porque os seus sócios podem aceitar mais facilmente *partilhar perdas equitativamente*, o que poderia fazer com que elas superassem as empresas capitalistas (SINGER, 1999, p. 113).

Singer não considera essa aceitação tranquila de perdas como sendo uma contradição em relação aos princípios da economia solidária, pois se isso for decidido coletivamente entre os participantes sócios, obedecendo a padrões democráticos, estaria garantido o caráter solidário do empreendimento. Aliás, é a presença desses dois elementos, a democracia interna e a autogestão econômica do empreendimento (isto é, quando

a organização do trabalho é determinada pelos próprios trabalhadores, sem intervenção “externa”) que ele concebe a principal contribuição dos empreendimentos econômico-solidários na realização do modo de produção socialista.

Conclusões

Isso nos leva a concluir que, olhando do ponto de vista da concepção de construção do socialismo para a CUT (via tese singerista da revolução social), teria havido um compartilhamento dessa luta com a ADS. Enquanto a CUT continuaria tocando as lutas sindicais e trabalhistas burocráticas em permanente negociação com o empresariado e os governos (facilitado, sobretudo, por um contexto econômico nacional que favoreceu melhores reajustes salariais e participação nos lucros, porém sem conseguir reverter os processos de flexibilização do trabalho introduzido nos anos 1990⁸), caberia à ADS também a tarefa de criar as condições “silenciosas” para a implementação da revolução social socialista.

A proposta da CUT, via ADS, com base em Singer, faz a redução da democracia e do controle coletivo da produção aos limites internos dos empreendimentos econômico-solidários, incentivando um tipo de participação que pouco questiona as políticas econômicas fundamentais do Estado e a vinculação dos empreendimentos com o sistema de troca, distribuição e consumo capitalista. Pouco importando a natureza privada ou estatal de um empreendimento solidário, já que bastaria somente que as relações de trabalho fossem democráticas, igualitárias, transparentes e solidárias.

Quando analisadas em conjunto, na perspectiva da organização da classe trabalhadora brasileira, a ação da CUT

⁸ Reflexões permitidas por KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 213-245.

Nacional (com sua prática cidadã) e a atuação da ADS (com seu sentido de socialismo), somos levados a observar que elas se dão entre dois extremos que se completam e que pouco influem para a tão propalada mudança socialista da sociedade brasileira: de um lado, um “politicismo” porque atrelado às instâncias oficiais (do Estado e do empresariado) e que não busca e é incapaz de promover mudanças econômico-sociais profundas pois atua nos limites dos acordos corporativos consensuais ou possíveis voltados para as principais categorias organizadas sob sua sigla, e, de outro lado, um “economicismo” na organização dos empreendimentos solidários porque eles concorreriam para promover melhorias nas condições materiais de vida de seus associados estritamente através da sua “inclusão” nos mercados, não buscando promover modificações (que não fossem moralistas somente) na estrutura da circulação capitalista e tampouco a intervenção política em processos mais amplos de reprodução social.

Referências

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461-474.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *Aurora*, v. 4, n. 6, p. 11-20, ago. 2010.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 1., São Bernardo dos Campos, 1984. *Resoluções*. São Paulo: CUT; CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1984.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 7., Serra Negra, 2000. *Resoluções*. São Paulo: CUT; CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 2000.

DOMINGUES, Marta Regina; TEIXEIRA, Marilaine Oliveira (Orgs.). *Metodologia para um índice de desenvolvimento em empreendimentos solidários*. São Paulo: CUT, 2007.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1986.

HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

HOBBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 213-245.

MARX. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Texto 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT, 10., São Paulo, 2002. *Resoluções*. São Paulo: CUT, 2002.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, Aloisio. *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Recebido em abril de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS: ENTRE A FORMALIZAÇÃO E A REALIDADE DA DOCÊNCIA

Norma Lucia da Silva¹
Marieta de Moraes Ferreira²

RESUMO: Este artigo busca analisar o processo de profissionalização dos professores de História no antigo norte de Goiás por meio do estudo de caso da cidade de Araguaína localizada na região norte do Estado do Tocantins. Com base no estudo do perfil dos licenciandos do curso de História, implantado na cidade em 1985, e do perfil dos professores que lecionavam em escolas da rede estadual até 2010, constatamos que a maioria dos professores buscava uma formação superior muito mais pela diplomação que pela qualificação propriamente e que as escolas, mesmo com a formação dos docentes na área específica de História, os mantinham como polivalentes, o que dificultava ainda mais sua profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Profissionalização de Professores. Norte de Goiás. Tocantins.

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of professionalization of teachers of History in the north of Goiás through a case study in the city of Araguaína, in the northern region of the State of Tocantins. Based on a study of the profile of

¹ Doutora em História Social. Professora do Curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

² Pós-Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

undergraduates in the History course implemented in Araguaína, in 1985, and also of the profile of the teachers who taught in state public schools by 2010, we found that most teachers were more concerned about obtaining a graduate degree than getting proper training, and also that, although these teachers had specific training in the discipline of history, they were hired by schools as “polyvalent teachers”, that is, for teaching several disciplines, which created more obstacles to their professionalization.

KEYWORDS: Teaching of History. Professionalization of Teachers. North of Goiás. Tocantins.

Este artigo analisa o processo de profissionalização dos professores de História no antigo norte de Goiás por meio do estudo de caso da cidade de Araguaína localizada na região norte do atual estado do Tocantins. O estudo foi realizado com base na análise de documentos institucionais (de ex-professores e ex-alunos) do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (FACILA) relativos ao período de 1985 a 2002³, e documentos de professores que atuavam em escolas da rede estadual de ensino até 2010, além de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) e de fontes orais.

Realizamos este estudo a partir do curso de História de Araguaína, por considerá-lo representativo da forma como se deu a institucionalização desse tipo de curso no interior⁴ do país. A cidade de Araguaína está localizada na região norte do estado

³ Os cursos criados pela FACILA, em 1985, foram incorporados em 1991 pela Universidade do Tocantins (UNITINS), criada pelo governo estadual, e, em 2002, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

⁴ Neste caso, consideramos interior do Brasil as regiões mais distantes do eixo Rio-São Paulo e litoral nordestino, onde foram criadas as primeiras instituições de ensino superior, especialmente as regiões Norte e Centro-Oeste, onde (excetuando-se as capitais) só foram criadas instituições de nível superior a partir da década de 1980, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

do Tocantins, a 370 km da capital, Palmas. Até a década de 1970, antes da pavimentação da rodovia Belém-Brasília⁵, era difícil o acesso à cidade, assim como a toda região norte de Goiás. Com o advento da rodovia, Araguaína tornou-se um elo entre as regiões centro-sul do país e a região norte, atraindo investimentos em diversos setores, principalmente nos setores agropecuário e comercial. Atraiu também profissionais de diversas áreas (professores, médicos, advogados, dentistas), que a consideravam uma região promissora. Em poucos anos, a cidade passou a ser considerada uma capital regional, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, Araguaína passou a ser a cidade mais desenvolvida do estado e hoje só é superada pela capital, Palmas. Atualmente, a cidade tem uma população de cerca de 140 mil habitantes e sua economia gira, principalmente, em torno da agropecuária. Nos setores de saúde e educação, a cidade permanece sendo considerada um polo regional servindo de referência à região norte do estado, além da região sul dos estados do Pará, Piauí e Maranhão.

De acordo com dados do INEP, a abertura de cursos superiores no antigo norte de Goiás se deu de forma muito mais lenta que nas regiões Sul, Sudeste e nas capitais do Nordeste brasileiro. Enquanto nestas últimas havia um investimento relativamente grande na abertura de cursos – sobretudo pelo crescimento da população urbana – no interior isso não era observado. No da região norte de Goiás – atual Tocantins – as primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1985 com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (FACILA⁶), em Araguaína, e a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), em Porto Nacional.

⁵ A construção da rodovia Belém-Brasília (BR 153) começou em 1958 e terminou no período da ditadura militar na década de 1970, quando a pavimentação foi concluída.

⁶ Os cursos da FACILA foram incorporados em 1991 pela Universidade do Tocantins (UNITINS), criada pelo governo estadual, e, em 2002, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A FACILA foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.413, de 2 de outubro de 1984, iniciando seu funcionamento em janeiro de 1985 com um efetivo de apenas dois professores contratados para a Faculdade. Segundo o Decreto, o objetivo principal da Faculdade era “formar professores e especialistas para atendimento da demanda da região escolar do Sistema Estadual de Ensino” ofertando os cursos de Ciências, com Habilitação em Matemática, Geografia, História e Letras (GOIÁS, *Decreto n. 2.413*, 1984).

De acordo com o documento de reconhecimento do Curso (BRASIL, Parecer n. 000446, 1992⁷) e com os depoimentos orais, até 1992 a FACILA funcionou sem nenhum acompanhamento ou avaliação do Ministério da Educação. As autorizações para mudanças na estrutura e funcionamento dos cursos eram dadas pelo Conselho Estadual de Educação e mesmo assim sem a preocupação de uma verificação *in loco*.

As condições de institucionalização da Faculdade e manutenção do curso de História nos primeiros anos nos permitem tomá-lo como exemplo da forma como ocorreu o mesmo processo no interior do país. Principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, cujas distâncias da capital dos estados eram maiores (pela própria extensão territorial) e o deslocamento era dificultado pela grande quantidade de rios, matas e florestas e pela ausência de rodovias pavimentadas. Isso tudo fez com que a implantação de cursos superiores nessas regiões fosse dificultada, primeiro, pela escassez de profissionais qualificados para propor e estabelecer esses cursos e depois pelo pouco investimento dos governos que, normalmente, os implantavam de forma emergencial e precária⁸.

⁷ O primeiro documento de avaliação local expedido pelo Ministério da Educação foi o documento de reconhecimento do Curso datado de agosto de 1992. Trata-se do Parecer nº 000446 da Câmara de Educação Superior (CESU) do Ministério da Educação (MEC).

⁸ Referimo-nos aqui ao fato de na maioria dos estados, principalmente das regiões citadas, somente após um aumento muito grande da população e da demanda pelo ensino é que os cursos foram implantados, o que fez com que essa implantação ocorresse de forma emergencial. Para se ter uma ideia, em 1985, quando foram instalados os primeiros cursos da FACILA, havia na região (que na época pertencia ao estado de Goiás) apenas 5,12% de professores com

Mesmo com todas as deficiências, a instalação da FACILA em 1985 representou o início do processo de formação, em nível superior, de uma parte considerável dos professores que atuavam na Educação Básica. De acordo com os depoimentos orais, havia entre os professores uma reivindicação de cursos superiores na região, ainda que muitas vezes não fosse visando, necessariamente, à qualificação, mas à melhoria do salário e das condições para aposentadoria. Assim, segundo eles, a formação superior significava muito mais a formalização da profissão, a ascensão na carreira e a garantia do emprego que a qualificação propriamente. Iniciou-se, então, conforme os depoimentos de alguns professores, uma “corrida” em busca da formação superior.

Segundo o professor M. F. havia uma grande movimentação nas escolas em relação à abertura da Faculdade na cidade. Para ele, os professores, em sua imensa maioria normalistas, tinham consciência de que a manutenção de seus cargos nas escolas dependia dessa formação. Assim, a “corrida” pela formação se dava também pelo medo que os professores, formados apenas no nível médio, tinham de perderem seus postos para profissionais formados vindos de outras regiões⁹ e pela pressão por parte dos gestores das escolas (públicas e particulares), principalmente depois da instalação da Faculdade, para que os professores buscassem uma formação superior.

O número de professores formados na década de 80 era baixíssimo. Quem chegava à cidade tendo formação, algum tempo depois era convidado para dar aula, porque já estava se exigindo isso. Nas escolas era necessário, mas os professores quase todos eram de ensino médio. Já aparecia essa exigência de ter formação superior, já se falava. Por isso que a Faculdade foi uma necessidade. Professores que vinham principalmente de Goiânia ou outros Estados vinham para Araguaína e vinham formados. Era uma ameaça. Lembro demais

formação superior para uma população de quase um milhão de habitantes, conforme dados de Aires (1998).

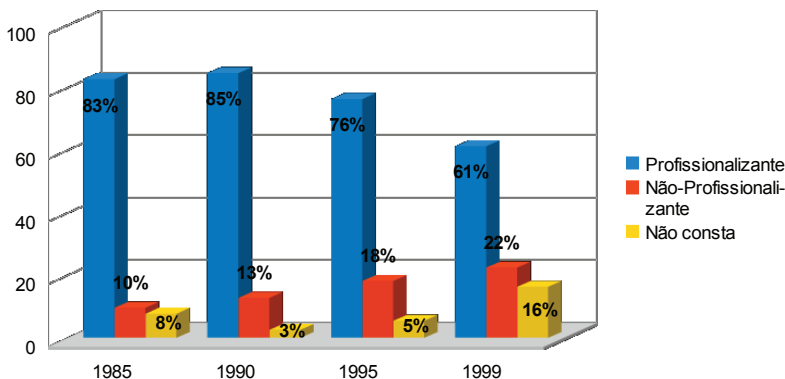
⁹ A finalização da pavimentação da rodovia Belém-Brasília (BR153) no final da década de 1970 intensificou a migração para as cidades, como Araguaína, que estavam localizadas às margens da rodovia.

disso aí. O professor de ensino médio que tinha só o ensino médio se sentia ameaçado. Embora ele desse aula com tranquilidade, capacidade e tudo se sentia ameaçado, porque alguém chegava formado era contratado via Secretaria [de ensino], não havia concurso. Era contratado ia para a escola, ganhava a carga horária e se tornava o dono da carga horária. Enquanto o professor que trabalhava o tempo todo perdia a carga horária ou então ia para outra função, outra disciplina. [...] Todos os professores tinham que se formar, tanto particular quanto do Estado tinham que ter um curso superior para dar aula. Isso já começou a se tornar uma necessidade. Porque o Estado também não aceitou mais, e pressionava. (M. F.¹⁰, 2011).

O fato de a maioria dos professores possuírem apenas a formação de nível médio nos levou a investigar como teria sido essa formação e as funções desempenhadas por eles nas escolas.

O perfil dos alunos do curso de História da FACILA nos permite observar que, de fato, a maioria já possuía uma formação para o magistério e experiência docente.

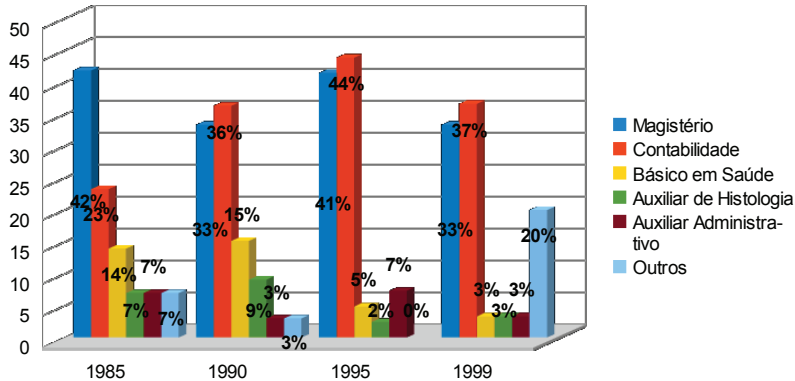
Gráfico 1 – Percentual de alunos da FACILA/UNITINS por tipo de formação secundária (1985- 1999).



Fonte: UNITINS. Dossiês de alunos.

¹⁰ Foram colocadas apenas as iniciais dos nomes dos depoentes como forma de preservar as suas identidades.

Gráfico 2 – Percentual de alunos da FACILA/UNITINS por área de formação técnica secundária (1985-1999).



Fonte: UNITINS. Dossiês de alunos.

Em relação à formação secundária dos licenciados da FACILA a maioria deles havia realizado algum curso profissionalizante no Segundo Grau, o que é justificável, uma vez que os governos estaduais e federal incentivam esse tipo de formação.

Em Araguaína apenas uma escola privada oferecia o ensino não profissionalizante até a década de 1980. Seguindo essa tendência, em todos os anos observa-se um maior percentual de alunos formados nessa modalidade de ensino (83% em 1985; 85% em 1990; 76% em 1995; 61% em 1999). Dentre os cursos profissionalizantes, os mais procurados eram os de Técnico em Magistério (42% em 1985; 33% em 1990; 42% em 1995; e 33% em 1999) e em Contabilidade (23% em 1985; 36% em 1990; 44% em 1995; e 37% em 1999). Observa-se que esses dois cursos aparentemente competiam na preferência dos alunos sendo que o segundo ganhava terreno ano a ano. Os outros cursos mais procurados eram o Básico em Saúde, Auxiliar de Histologia, que era oferecido por uma única escola (Colégio Pré-universitário) e Auxiliar Administrativo. Havia ainda alunos formados em curso Técnico em Agropecuária, Comércio, Eletromecânica entre outros.

Em linhas gerais, os alunos da FACILA/UNITINS, além da maioria ter formação secundária em Magistério ou Contabilidade, eram predominantemente do sexo feminino, maduros, com uma grande quantidade acima dos trinta anos de idade, uma boa parte casada e maioria oriunda do próprio estado de Goiás. Importante destacar essas características, pois esses alunos formariam o perfil dos primeiros professores de História, com formação superior, das escolas de educação básica da cidade e seu entorno, embora essa formação não tenha representado para muitos, sinônimo de uma profissionalização de fato.

As análises da documentação nos levaram a constatar que essa formação (nos cursos Técnicos em Magistério), no caso do norte de Goiás, foi realizada também de forma emergencial. Para se ter uma ideia, o *déficit* educacional da população entre 7 e 15 anos de idade no estado, em 1990, era de aproximadamente 200 mil crianças e jovens, correspondendo a mais de 50% da população desta faixa etária. Em 1994 a taxa de analfabetismo era de 38,36%, uma das maiores do país (AIRES, 1998).

Além de não haver um número de escolas suficiente para atender a demanda, a formação daqueles que tinham acesso à escolarização era, muitas vezes, realizada por professores apenas com formação primária, pois o estado também era um dos que apresentavam a situação mais crítica em relação à formação de professores. Segundo dados de Maria Lourdes Aires (1998), dos 13.323 professores do Tocantins em 1996, apenas 1.217 (9,1%) possuíam formação superior, destes 1.057 eram licenciados e 160 não eram licenciados. A grande maioria dos professores era formada ainda por normalistas (6.766), correspondendo a 50,8% dos professores em exercício. Havia também um número grande de professores (2.089) com o ensino fundamental incompleto e 1.266 (9,5%) de professores apenas com a formação de nível fundamental completa.

Os números relativos à educação no Tocantins podem parecer que a realidade era um tanto crítica, mas não se tratava de um caso isolado, na verdade, no caso da formação de professores a própria legislação permitia esse tipo de situação. Até a promulgação da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, a profissionalização dos professores não estava associada necessariamente à formação superior. Em todo o país, em especial no interior, a formação docente se dava em curso Magistério oferecido por escolas de Segundo Grau. Na realidade, o Magistério era uma chance real de um ofício e emprego para aqueles cujas chances de ter uma formação superior eram mínimas.

A profissionalização dos professores de história

Profissionalização quer dizer “ato ou efeito de profissionalizar(se)”; “tornar profissional”; “dar caráter de profissão a”¹¹. Esta definição leva-nos a indagar sobre algumas questões. Para diversas profissões (engenharia, medicina, direito etc.) a profissionalização está associada à formação em curso superior. No caso da docência, fica a seguinte questão: os professores normalistas não são profissionais? Se sim, qual o papel da formação superior na profissionalização do professor?

Para Philippe Perrenoud, no caso da formação docente, “a profissionalização é uma expressão ambígua uma vez que pode 'insinuar' que, 'enfim', a atividade de ensino chegou ao *status* de profissão.” (PERRENOUD, 2002, p. 10). Para ele, embora a evolução da profissão tenha se realizado a partir do século XIX, só gradualmente o ofício passou a ser objeto de uma verdadeira formação. Além disso, a profissão estava associada, sobretudo ao domínio dos saberes a serem ensinados. Segundo Perrenoud:

Desenvolvida para professores de ensino fundamental desde a criação das escolas normais, tal componente da formação continua tendo menos peso no caso dos professores do ensino médio e, em diversos países, continua sendo praticamente inexistente no ensino superior. Nesse sentido a profissionalização do ofício de professor poderia ser entendida apenas como um importante acréscimo à parte profissional da formação, ultrapassando o domínio dos conteúdos a serem ensinados. (PERRENOUD, 2002, p. 10).

¹¹ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Para Perrenoud, todas as profissões são ofícios, o que não quer dizer que todos os ofícios sejam profissões. No caso anglo-saxão, que ele analisa, o *status* de profissão está associado a ofícios bem específicos de acordo com os quais não se podem ditar aos profissionais seus procedimentos de trabalho e suas decisões. Teoricamente, segundo ele, um profissional deve ser competente para elaborar conceitos e executá-los: de identificar o problema, apresentá-lo, imaginá-lo, aplicar-lhe uma solução e, por fim, garantir seu acompanhamento, o que só poderia acontecer com saberes abrangentes, saberes acadêmicos, saberes especializados e saberes oriundos da experiência. Para ele, nas profissões das ciências humanas, prescreve-se menos que nas profissões técnicas, por isso, das primeiras exige-se um nível mais elevado de qualificação. Perrenoud ainda pontua que:

O grau de profissionalização de um ofício não é um certificado de qualidade entregue sem necessidade de exame a todos os que o exercem. Ele é mais uma característica coletiva – o estado histórico de uma prática –, que reconhece aos profissionais uma autonomia estatutária, baseada na confiança em suas competências e em sua ética. (PERRENOUD, 2002, p. 12).

Para Perrenoud, a formação inicial e continuada é um dos grandes propulsores da profissionalização dos professores, por ser um dos fatores que elevam o nível de competência dos profissionais, além de aumentar seus saberes e transformar sua identidade.

No caso do Brasil, o ofício de professor era considerado profissão enquanto o acesso à instrução escolar era restrito a alguns grupos sociais. Nessas condições, ser professor significava ter o domínio do saber e a responsabilidade de formar e tanto maior era a responsabilidade quanto maior era o nível no qual atuava. Com a mudança da legislação e a exigência da formação superior, o professor com formação primária ou secundária passou a ser visto como não-profissional uma vez que não era “formado”. Assim, para além da profissionalização em si, havia

uma necessidade da formação superior para alcançar um mínimo *status* profissional. No entanto, essa formação não significou para grande parte dos professores a profissionalização, a “construção e a atualização das competências necessárias para o exercício pessoal e coletivo da autonomia e da responsabilidade”. No caso do Tocantins, a profissionalização era dificultada, como já foi dito, primeiro pelas condições de formação, que não promoviam a profissionalização integral, segundo porque as condições de trabalho, mesmo após a formação, impediam a formação plena do professor profissional.

O perfil dos ex-alunos da FACILA e da UNITINS reforça a ideia de um contingente grande de professores (que exerciam o ofício de professor sem formação superior) em busca da profissionalização (em curso superior). No entanto, nas condições em que funcionava o curso superior, ele não poderia oferecer uma profissionalização de maior qualidade em função das condições precárias do ponto de vista da infraestrutura e do quadro de profissionais recrutado para a sua implantação. Assim, nas entrevistas realizadas com ex-alunos do curso de História uma das perguntas que fazíamos era: “o que mudou na sua prática docente com a formação superior?”.

O professor M. F. foi enfático em dizer que o curso não significou mudanças na sua prática como professor:

No meu modo de ver, e também de todos os colegas, não existiu algo novo. Continuamos da mesma forma profissional levando a sério, trazendo novidades para as salas de aulas, conforme já estávamos fazendo antes. Mas da faculdade trazendo algo novo não, em especial da minha turma. Eu falo da minha turma [...]. Porque a faculdade não tinha uma biblioteca, nós alunos fizemos a biblioteca que passou a acontecer, corremos atrás disso, compramos, fizemos bingo para trazer material, porque víamos, escutávamos lá, eles falavam para a gente: ‘olha vocês corram atrás de material porque o curso de vocês não vai ser reconhecido se o MEC não encontrar aqui na área de História tantos volumes de livros de História’. Então nós mesmos, alunos, que corremos

atrás. Tem livros lá que fomos nós que compramos, fazíamos bingo, juntávamos dinheiro, corríamos atrás de pessoas que podiam oferecer algum material. Depois que a gente saiu, depois de quatro anos, outras turmas vieram e continuou ainda difícil um bom tempo. (M. F., 2011).

Da mesma forma, a professora M. C. C. P. S. relata que não houve mudanças efetivas em sua prática. Para ela, aliás, havia uma pressão muito maior quando ela ainda não era formada, conforme seu relato:

Talvez a nível pessoal, não sei, a vaidade que eu era graduada, não é? Deve vir um pouquinho disso aí. Mas meu desempenho não mudou muito [...]. Em termos de prática de ensino, de atuação em sala de aula não alterou nada, pelo contrário, quando eu ainda estava cursando é que eu tinha toda a responsabilidade de me sair melhor. Eu tinha todo compromisso ali por eu não ser formada, eu tinha que dar o melhor de mim. (M.C.C.P.S., 2011).

Para a professora E. C. S. F., a sua prática cotidiana contribuiu muito mais para sua formação que o curso propriamente. Embora, ela considere haver uma bagagem de conhecimento maior com o curso superior. Além disso, considerava que o professor com formação superior deveria ser prudente na transmissão desses novos conhecimentos aos alunos. Segundo ela, havia essa preocupação também por parte dos coordenadores das escolas.

Eu acho que aprendi mais foi com o trabalho, o dia a dia mesmo [...]. Depois de formada eu me lembro do padre me chamar na sala dele e falar 'professora, agora a senhora terminou uma faculdade, mas a senhora lembre que os alunos que a senhora está ensinando qual é o nível deles'. Então, assim, o conhecimento da gente é um, o conhecimento que você vai trabalhar com o aluno de quinta série, sexta série, você tem que adaptar o seu, adaptar a linguagem para a linguagem que seja acessível a ele. Quando você termina a faculdade mesmo aos trancos e barrancos como foi a nossa, havia essa

preocupação, assim, você terminou, você sabe mais, não é? Então você quer transmitir isso, mas então vamos cair na real 'são alunos que tem tantos anos tal'. Então tem essa necessidade. Hoje tem até um nome bonitinho, não é? Transposição didática. (E. C. S. F., 2011).

Maria Isabel de Almeida (2006), em artigo sobre a formação de professores, considera importante o reconhecimento de que a formação do professor está associada ao desenvolvimento pessoal, ao esforço de autodesenvolvimento, de trabalho sobre si. Revela um componente pessoal que surge da combinação entre o amadurecimento, a possibilidade de aprendizagem e as experiências vividas. Para ela é o próprio professor o articulador de suas metas, finalidades e valores. “É ele também o responsável último pela ação de formar-se, ou seja, pela capacidade e pela vontade de formar-se” (ALMEIDA, 2006, p. 177). Para ela, o professor, em sua formação, prepara-se para desempenhar as atividades inerentes ao seu campo profissional. A prática docente, no entanto, “não pode se resumir à aplicação de modelos, o que pressupõe que a formação deve requerer a mobilização de saberes teóricos e práticos” (ALMEIDA, 2006, p. 178-179).

Os relatos dos professores formados no curso de História da FACILA explicitam essa ideia da autoformação e do esforço próprio. Eles reconhecem a precariedade do seu curso e o quanto isso limitava as possibilidades de uma formação mais eficaz, no entanto, acreditavam que sua formação estava mais associada à sua prática que ao curso propriamente.

Nas palavras da professora A. A. P. S., “além de estar em uma Faculdade de História”, que pela própria natureza do curso já suscitava questionamentos, ela e alguns colegas de turma “estudavam muito”, “questionava algumas coisas”. Também a professora E. C. S. F.: “aprendi mais com o trabalho, o dia a dia”. O professor M. F. reforça “nós mesmos alunos que corremos atrás”.

Percebemos com os depoimentos orais que, para muitos professores, a formação no curso Magistério teria contribuído muito mais para a melhoria da sua prática docente que sua formação no curso superior.

Essa valorização do curso Magistério pode estar relacionada à certa nostalgia por parte dos professores em relação a sua época de estudante, principalmente, porque a comparam à realidade atual das escolas. Para Clarice Nunes, as memórias dos professores contribuem para o entendimento de aspectos singulares do cotidiano escolar e permitem a passagem de uma memória pessoal para uma memória social e da educação, pois *são lugares privilegiados de construção do entendimento*. “São experiências intensas de exposição e autoconhecimento, de descoberta dos laços entre a memória pessoal e social” (NUNES, 2003, p. 142). Os relatos nos permitiram observar que os professores ao mesmo tempo em que supervalorizam o curso Normal, ressaltam as dificuldades da escola atual.

Não podemos fechar os olhos para os problemas enfrentados pelos professores hoje e a situação degradante de muitas escolas. No entanto, é preciso ponderar que as escolas de “antigamente” também tinham seus problemas e limitações. Os cursos Normais da região, por exemplo, eram bastante seletivos, uma vez que o número de vagas era reduzido em relação à demanda. Além disso, a quase totalidade dos professores desses cursos tinha apenas formação de nível médio. Muitos cursos eram ofertados de forma compacta e/ou à distância. Em relação a este último fator, se considerarmos que hoje, com todo o aparato tecnológico e de multimídia, a formação à distância apresenta problemas, podemos imaginar como teria sido naquele período, principalmente por se tratar de uma localidade distante dos centros de formação.

Assim, parece-nos que a supervalorização desses cursos por parte de alguns professores pode estar associada também ao fato de o curso Normal já lhes render, naquela época, algum tipo de distinção profissional em um ambiente em que a imensa maioria dos professores era leiga. Vale lembrar que no estado do Tocantins em 1989 apenas 4% dos professores tinham formação superior e menos de 50% tinham formação de nível médio, o

restante possuía somente formação primária, como já destacamos anteriormente.

O perfil dos professores de história da rede estadual de ensino de Araguaína

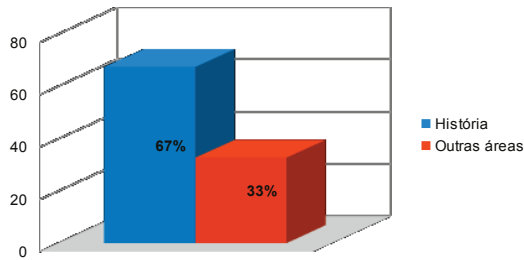
A partir do levantamento do perfil dos professores que lecionavam História em escolas da rede estadual de ensino até 2010, buscamos compreender outros motivos que dificultavam o processo de qualificação desses profissionais. A pesquisa foi realizada em sete escolas estaduais de Araguaína nos arquivos ativos e inativos, que continham dossiês¹² de professores que lecionaram História na escola.

A formação secundária em Magistério somou 51% dos professores. O percentual de professores com curso secundário não profissionalizante é mínimo (8%), o que pode ser explicado pela própria oferta de cursos de Segundo Grau na cidade que até a década de 1990 só era oferecido por uma escola particular.

Dos 156 dossiês analisados, 104 (67%) foi possível verificar a área de formação dos professores, valores que nos permitiram chegar a algumas conclusões sobre sua profissionalização mesmo considerando apenas os dossiês que continham essas informações. Os outros 52 dossiês que não continham documentos sobre formação superior, pelas informações coletadas nas secretarias das escolas, são de professores com formação apenas de nível médio.

¹² Os dossiês dos professores continham documentos pessoais, profissionais e de formação acadêmica de cada professor vinculado à instituição.

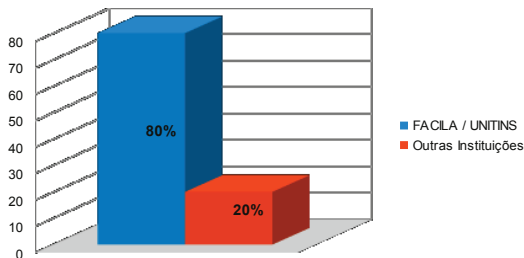
Gráfico 3 – Área de formação superior dos professores de história das escolas estaduais de Araguaína pesquisadas em 2010.



Fonte: Dossiês dos professores das escolas estaduais.

Entre os 104 professores com formação superior, 70 (67%) eram formados em História e 34 (33%), formados em outras áreas como Geografia, Letras e Direito, mas que lecionavam História. Dos 70 professores formados em História, 56 (80%) eram egressos da FACILA/UNITINS, enquanto que 14 (20%) eram formados por outras instituições.

Gráfico 4 – Instituição de formação superior dos professores de história das escolas estaduais de Araguaína pesquisadas em 2010



Fonte: Dossiês dos professores das escolas estaduais.

Os documentos dos professores nos permitiram verificar que, mesmo após a formação superior em História, a maioria deles continuava lecionando disciplinas diversas, como faziam antes da formação, não havendo uma preocupação maior por parte dos gestores com a profissionalização nas escolas de educação básica. Além da formação deficiente, havia também uma precarização das atividades profissionais no interior das escolas que dificultava ainda mais a efetivação da carreira profissional na área de História.

Até recentemente¹³, a situação continuava bastante semelhante nessas mesmas escolas. Dos 21 professores que lecionavam a disciplina História, sete estavam fora de sala de aula, exercendo funções de coordenação pedagógica e reforço escolar, uma era formada em Letras, duas em Pedagogia e os demais lecionavam além da História disciplinas como Artes, Filosofia, Sociologia, Ensino Religioso e até Matemática.

A pesquisa nos permitiu constatar que, nas escolas de Araguaína e, ao que podemos inferir, em muitas da região norte do país, os professores com formação específica, mesmo após a formação superior, continuavam desempenhando as funções de polivalente. Nas escolas analisadas, não havia nenhum professor de História que lecionasse exclusivamente a disciplina História. Eles atuavam desde as séries iniciais, como professores primários, até o Ensino Médio, lecionando disciplinas de áreas completamente diversas de sua área de formação como Física, Matemática e Biologia. Inferimos que essa situação decorre, principalmente, dos seguintes fatores de igual importância: 1) da ausência de uma carreira docente vinculada a uma unidade escolar; 2) do currículo da educação básica que prevê cargas horárias bastante assimétricas entre as disciplinas; 3) do baixo número de professores com formação superior em algumas áreas do conhecimento; 4) da permanência da função de professor polivalente nas escolas da rede pública.

¹³ A pesquisa nas escolas foi realizada nos anos de 2009 e 2010.

No caso da ausência de uma carreira docente vinculada a uma unidade escolar, não há por parte do poder público um compromisso com a profissionalização dos professores nem com o desenvolvimento de um projeto educacional mais amplo que vincule os professores a uma determinada escola. Isso impossibilitaria o desenvolvimento de projetos de longo prazo e a qualificação voltada para realidade específica de cada escola. No Tocantins, assim como em outras localidades do Brasil, os cargos de gestão (incluindo diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores) são cargos de confiança nomeados pelo Secretário de Estado. Isso leva a uma fragilidade da atuação dos profissionais nas escolas e a uma instabilidade no desenvolvimento de projetos, haja vista que, por mais bem-intencionados e competentes que sejam esses gestores, eles sempre podem ser exonerados dependendo dos interesses e alianças políticas em vigor.

Em relação ao currículo da educação básica, um dos principais problemas são as cargas horárias, que são bastante díspares entre as disciplinas, reservando-se à disciplina História um tempo relativamente curto se comparado à Língua Portuguesa e à Matemática, por exemplo. No caso do currículo do estado do Tocantins, na segunda fase do Ensino Fundamental (6^a ao 9^a ano) há uma carga horária de História de três aulas semanais e no Ensino Médio duas horas-aula semanais. Os professores da rede estadual, cuja jornada de trabalho é geralmente de 40 horas semanais, têm que preencher 32 horas de efetivo exercício em sala de aula. Como a carga horária de História é reduzida, ele não consegue preencher sua carga horária apenas com a disciplina de História se quiser trabalhar em uma única escola. Assim, o que ocorre normalmente é que ele assume outras disciplinas para completar a carga horária mínima, assumindo muitas vezes disciplinas com as quais não tem afinidade. Assim, o quadro que se forma é que nem a disciplina de sua área de formação e nem as outras são ministradas com grande qualidade, pois, se já é difícil planejar e manter-se atualizado em sua própria área, imagine para uma área que não se teve formação nenhuma. O que acaba ocorrendo é um prejuízo para a qualidade do ensino em todas as disciplinas lecionadas.

Além do fator exposto acima e intrinsecamente relacionado a ele, é que no Tocantins há ainda um reduzido número de professores com formação superior em algumas áreas do conhecimento. Como vimos anteriormente, as primeiras licenciaturas foram criadas no estado apenas em 1985. De lá para cá, a situação do ensino superior tem mudado, mas alguns problemas ainda permanecem. Depois dos quatro cursos criados pela FACILA (História, Geografia, Letras e Matemática) naquele período, as outras áreas do conhecimento permaneceram desfalçadas. Somente em 2009, com a adesão da Universidade Federal do Tocantins ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Ministério da Educação (MEC), houve uma ampliação do número de cursos, com a abertura das licenciaturas em Biologia, Física e Química.

Por último, e não menos importante, há o fator da permanência da função de professor polivalente, mesmo para a segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas da rede pública. Os professores até bem pouco tempo, formados apenas no curso Técnico em Magistério (de nível médio) estavam habituados a ministrar várias disciplinas no ensino fundamental e médio, seja para complementar carga horária, seja para cobrir as áreas desfalçadas. Em muitas escolas, mesmo havendo professores com habilitações específicas, os gestores não se empenham em cuidar para que eles atuem em sua própria área de formação. Prova disso, é que em várias escolas permanecem os professores atuando como polivalentes. Para se ter uma ideia, em uma das escolas pesquisadas havia três professoras formadas em História trabalhando na Secretaria e duas Pedagogas lecionando a disciplina História. Essa escola, não era um caso isolado.

Se no passado, o professor polivalente era uma questão de necessidade – por estar previsto na legislação e por não haver profissionais com habilitações específicas – na atualidade, trata-se muito mais de conveniências do que de necessidade propriamente. Conveniência dos governantes por interferir na vida escolar por interesses políticos; dos gestores por pensarem muitas vezes na facilitação de sua gestão em detrimento da qualificação

dos professores e da qualidade do ensino; dos professores, que muitas vezes, por comodidade logística, preferem ministrar disciplinas que não são do seu domínio a completar carga horária da sua área em outras escolas.

Considerando-se que a profissionalização docente está também associada aos saberes e práticas por eles mobilizados, as condições nas quais esses professores têm realizado essa mobilização dificultam essa profissionalização, não pela falta de esforço ou empenho, mas pela quantidade de obstáculos que eles têm que enfrentar para o exercício da docência. Dificuldades estas que muitas vezes superam a questão da formação.

Referências

A. A. P. S. Depoimento oral [mar. 2011]. Entrevistadora: Norma Lucia da Silva. Araguaína, TO, 2011. 1 CD-ROM sonoro.

AIRES, Maria de Lourdes Fernandez Gonzalez. *A formação de professores para o ensino fundamental e médio na Universidade do Tocantins – uma avaliação preliminar do período 1988-96*. 1998. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

ALMEIDA, Maria Isabel de. Apontamentos a respeito da formação de professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de educadores: Artes e técnicas – ciências e políticas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Câmara de Educação Superior (CESU). Parecer n. 000446, de agosto de 1992. Reconhecimento do curso de licenciatura plena em História da Autarquia Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003323.pdf. Acesso em: 8 abr. 2009.

E. C. S. F. Depoimento oral [mar. 2011]. Entrevistadora: Norma Lucia da Silva. Araguaína, TO, 2011. 1 CD-ROM sonoro.

F. M. Depoimento oral [mar. 2011]. Entrevistadora: Norma Lucia da Silva. Araguaína, TO, 2011.

GOIÁS (Estado). Decreto n. 2.413, de 2 de outubro de 1984. Cria, sob a forma de autarquia, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína e dá outras providências. Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, Coordenação do Curso de História, 2009.

M.C.C.P.S. Depoimento oral [mar. 2011]. Entrevistadora: Norma Lucia da Silva. Araguaína, TO, 2011. 1 CD-ROM sonoro.

NUNES, Clarice. *Memória e história da educação: entre práticas e representações*. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Recebido em maio de 2015. Aprovado em janeiro de 2016.

JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E A HISTÓRIA EM SITUAÇÃO ESCOLAR¹

Astrogildo Fernandes da Silva Jr²
José Josberto Montenegro Sousa³

RESUMO: O presente texto tem como objetivo apresentar uma análise dos resultados de um projeto de pesquisa que consiste em um estudo que analisa o potencial das diferentes fontes e das diferentes linguagens da cultura contemporânea no processo de ensinar e aprender história, na perspectiva de contribuir para a formação cidadã de jovens estudantes do Ensino Médio. Em relação aos procedimentos metodológicos, recorre à observação de cunho etnográfico, à história oral e à didática da história. Concluiu-se que os usos de diferentes fontes e linguagens nas aulas de história do Ensino Médio podem constituir iniciativas, para promover articulação entre os saberes escolares e a vida prática dos jovens estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Ensino de história. Ensino Médio. Diferentes fontes e linguagens.

¹ Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa apoiada pela FAPEMIG/CAPES/CNPq Editais: MCTI/CNPq/MEC/CAPES n. 18/2012 e 13/2012 Pesquisa na Educação Básica Acordo CAPES e FAPEMIG; FAPEMIG Universal/2013.

² Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Curso de História na FACIP - Faculdades Integradas do Pontal - UFU, Campus Pontal.

³ Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Professor no curso de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Campus do Pontal/FACIP.

ABSTRACT: This paper aims to present an analysis of the results of a research project consisting of a study that examined the potential of different sources and different languages of contemporary culture in the process of teaching and learning history in order to contribute to the civic education of young high school students. Regarding the methodological procedures, recourse to ethnographic observation, oral history and historical education were analyzed. It was concluded that the use of different didactic sources and languages in high school history classes can be initiatives to promote coordination between school knowledge and practical life of young students.

KEYWORDS: Youth. History teaching. High School. Didactic sources and languages.

Introdução

Juventude é um termo que nos parece óbvio, um assunto sobre o qual todos têm algo a dizer, afinal, todos nós somos ou fomos jovens um dia, ou convivemos com jovens. Entretanto, quando nos aprofundamos nos estudos sobre os significados, as dificuldades conceituais aparecem. Segundo Abramo e Branco (2005), “muito do que se escreve sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra” (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 37).

Para Sposito (1997), a juventude, como categoria histórica e socialmente construída, tem sido considerada como fase da vida marcada por instabilidade associada a determinados problemas sociais. Segundo a autora, em linhas gerais, a juventude dos anos de 1960 era vista como um “problema”, uma vez que era protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações, essencialmente, situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais. Nos anos de 1970, os estudos sobre a juventude a transformaram em categoria econômica, isso devido

aos “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa, que caracterizaram essa década. Nos anos de 1980, as pesquisas sobre gangues ocuparam o interesse dos estudiosos, não só em virtude do decréscimo da visibilidade das manifestações anteriores, como em decorrência da escalada da violência juvenil. Nos anos 1990, a juventude foi caracterizada pela “transição” de uma geração que valorizava a organização, a articulação, a lógica e o raciocínio, para uma geração que cultua o corpo, o prazer, o fragmentário e o individual.

Vivemos na segunda década dos anos 2000, um período em que os jovens se colocam como uma categoria social que adquire outra visibilidade na cena cultural. Expressam novas demandas, comportamentos, consumos, bem como um estilo de vida diferente. Ao longo deste tempo, a sociedade também experimentou consideráveis transformações, por vezes, premida pela necessidade de adaptar-se, outras de conter as novas demandas. Neste contexto, a escola designa a função primordial de promover a formação de crianças e jovens, preparando-os para inserção efetiva no mundo adulto. Em relação à escola, Dayrell (2007) destaca que os jovens a percebem como um espaço distante de seus interesses, associada a aspectos que a obsolescência de suas práticas, considerada enfadonha, com professores que pouco acrescentam à formação dos jovens, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade de diplomas. Nesse sentido, indagamos: como a história em situação escolar pode contribuir para a formação crítica dos jovens estudantes que cursam o Ensino Médio em escolas públicas? Qual o potencial das diferentes fontes e linguagens no processo de ensinar e aprender história?

Com o intuito de buscar possíveis respostas para tais indagações, neste texto, temos como objetivo apresentar uma análise dos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido por professores formadores, estudantes de História, em colaboração com um professor e alunos do Ensino Médio. Neste artigo, apresentamos resultados decorrentes do acompanhamento, durante três anos, do trabalho com diferentes fontes e diferentes

linguagens da cultura contemporânea – filmes, canções, quadrinhos, obras de ficção, poesias, internet, documentos, história oral, dentre outras, no processo de ensino e aprendizagem em história, particularmente, o potencial destas na formação histórica de jovens estudantes do Ensino Médio.

As trilhas percorridas: a perspectiva teórico-metodológica

Antes de nos determos nas perspectivas metodológicas adotadas na pesquisa, consideramos relevante destacar que, ao longo do desenvolvimento do projeto, optamos por problematizar determinados modelos de ciência, caracterizados por métodos cristalizados, ancorados em princípio da neutralidade e previsibilidade, que engendram aquilo que Santos (2004) denomina “monocultura do saber”. Santos (2004) refere-se a esse modelo de ciência como razão indolente e defende a necessidade de desafiá-lo. Nesse sentido, almeja-se uma ciência não linear que contemple as diversidades, as singularidades, complexidades do pensamento e da realidade. Para Santos (2004), a ruptura da razão indolente em favor da razão cosmopolita pressupõe com preponderância da cosmovisão ocidental que legitima o poder social, ao conceber noção de temporalidade, que, por um lado, contrai o presente e, de outro, expande o futuro, porém este é mantido no plano da contemplação. A contração do presente se estabelece por uma peculiar concepção de totalidade, a qual transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro.

Com intuito de propor um viés distinto ao constructo epistemológico pretensamente hegemônico, imposto pela racionalidade europeia, Santos e Menezes (2010) atribuem ao colonialismo interferência em instâncias para além das formas de exploração e dominação pelas quais é conhecido, tem sido responsável pela disseminação de uma tutela epistemológica hierarquizante de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias de nações e povos colonizados, relegando uma diversidade de saberes à condição

de subalternidade. Na cultura ocidental, adotou-se uma conduta pautada pela hierarquização de formas de conhecimento não europeias, assim como ignorou suas narrativas, visto que estas supostamente, não condiziam com parâmetros preestabelecidos pelas concepções de cunho cientificistas de matriz ocidental. Com isto, as populações submetidas ao processo de colonização foram interdidas, suas culturas e modos de ser e viver desarticulados. Em perspectiva semelhante, Mignolo (2003) assevera que o eurocentrismo funcionou como se não houvesse outras narrativas além das macronarrativas da civilização ocidental ou da modernidade europeia.

Esse “epistemicídio” tem sido denunciado por estudiosos vinculados ao pensamento da pós-colonialidade como uma das violências mais duradouras efetivadas durante o período colonial. Contraopondo-se ao colonialismo, Santos (2010) defende a noção de ecologia de saberes. Nesta, reconhece a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Para o autor, a ecologia de saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de forma a abranger igualmente as relações entre o conhecimento científico e o não-científico, alargando, deste modo, o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa. A proposta da descolonização dos saberes é caracterizada por um diálogo hermenêutico entre os diversos saberes. Parte do princípio de que a incompletude, própria de qualquer cultura ou conhecimento, seja não minorada, mas complexificada, em busca de sentidos.

As ponderações acima elencadas nos parecem inspiradoras para tratarmos do ensino de História, particularmente, quanto ao propósito de formularmos a crítica a sua estrutura curricular de caráter monocultural e eurocêntrico, caracterizado por “um padrão cronológico de organização dos conteúdos, no qual prevalece uma concepção de tempo linear como única possibilidade de organizar o processo histórico” (ARAÚJO, 2014, p. 127). Inquietar-se perante tais concepções constitui, possivelmente, atitude imprescindível para alcançarmos outras histórias e experiências ignoradas, que, em face da defesa genérica do manto da diversidade, subsumiram

as condições necessárias ao convívio intercultural. Além destas reflexões, buscamos ainda aporte nos fundamentos da pesquisa etnográfica em educação.

A etnografia tem sua origem na Sociologia e na Antropologia e, por isso, utiliza-se de relatos descritos de pessoas, situações e acontecimentos. André (1995) afirma que, por meio de técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas, é possível documentar o não-documentado, ou seja, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o cotidiano escolar. Nesta perspectiva, no trabalho de campo, valemo-nos de instrumentos que nos auxiliaram na coleta de dados, como anotações em diário de campo, mediante a imersão na escola investigada e as observações de aulas de história e análise de uma atividade realizada com os jovens estudantes do Ensino Médio. Conforme Vianna (2007), a observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas em educação. Dessa forma, procuramos registrar as anotações realizadas nas visitas a escolas e, em particular, das aulas de história, de forma detalhada, com o intuito de reunir o máximo de dados oriundos da observação.

Convém ressaltar, no entanto, que a pesquisa didático-histórica, segundo Cardoso (2008), não é o discurso de um antropólogo sobre um contexto familiar que ele precisa estranhar ou a crítica de um pedagogo à forma de organização das aulas do ponto de vista das ciências da educação. É um discurso de um profissional da cultura histórica sobre essa mesma cultura, que tem um grande impacto. Uma pesquisa de campo didático-histórica jamais pode ignorar ou mesmo relegar a segundo plano os conteúdos tratados numa aula. O que ocorre na sala de aula é apenas parte de um todo mais amplo, que engloba múltiplas elaborações da História sem forma científica. É só parte da cultura histórica, chamada de história escolar, a qual mantém relações indissociáveis com outras expressões dessa cultura.

O desenvolvimento da investigação pressupõe diálogos constantes entre escola e universidade, por defendermos que a aproximação destes dois espaços pode contribuir para o processo

de ensino e de aprendizagem, bem como para a constituição de sentido e apreensão do passado por parte de jovens estudantes do Ensino Médio, pois a sala de aula não se limita a um lugar de reprodução, mas também de produção de conhecimentos. Sendo assim, propomos ouvir professores e alunos e, junto aos integrantes da pesquisa, planejar aulas que recorram aos usos de diferentes fontes e linguagens, cuja premissa consistisse em transcender parâmetros normativos de paradigmas eurocêntricos.

Ensino Médio, cenário e sujeitos: algumas considerações

De acordo com Krawczyk (2014), o Ensino Médio no ocidente, assim como no Brasil, surge e se expande até a primeira metade do século XX, configurando-se de forma dual. De um lado, a formação de mão de obra qualificada, de outro, a formação das elites políticas e profissionais, com finalidade propedêutica. Isso quer dizer que, para alguns, preparava-se para a ascensão ao alto saber produzido pela humanidade e, para 'outros', o foco era nas habilidades profissionais. A natureza estritamente propedêutica durou até 1930. Com a ampliação do acesso à escola, como consequência da industrialização do país, o Ensino Médio passa ter um forte acento na profissionalização. A autora, ao apresentar o histórico do Ensino Médio no Brasil, evidencia que este passou por diversas reformas caracterizadas pela tensão entre a universalização e seleção.

É possível perceber que o processo de construção da identidade do Ensino Médio no Brasil é marcado por dissensos. Neste âmbito, ressaltamos as considerações de Arroyo (2014, p. 57), ao declarar que todo projeto de reestruturação curricular do Ensino Médio que pretenda definir expectativas e normas 'do alto', não reestrutura e nem inova o ensino. É necessário auscultar as escolas, seus coletivos docentes e discentes. É preciso reconhecer que, nas escolas de educação básica, há práticas inovadoras de que são atores professores e estudantes.

Ao buscarmos compreender a proposta do Ensino Médio, recorreremos a documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional – LDB (1996), a qual ressalta que a educação básica tem como finalidade desenvolver o estudante e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores; os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs do Ensino Médio definem as bases legais para a reforma desse nível de ensino e as três áreas disciplinares que orientam o trabalho docente. A primeira está organizada em torno de: “línguas, os códigos e suas tecnologias”, com os conhecimentos disciplinares de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, educação física, arte e informática. As “ciências da natureza, da matemática e suas tecnologias” compõem a segunda área, por meio do campo disciplinar da biologia, da física, da química e da matemática. A terceira área, “ciências humanas e suas tecnologias”, agrupa os conhecimentos de história, geografia, sociologia, antropologia, política e filosofia. O documento não estabelece os conteúdos a serem trabalhados, mas competências que devem ser desenvolvidas pelos jovens estudantes.

Segundo o documento, as competências abrangem a capacidade de abstração, o desenvolvimento do pensamento sistêmico, da criatividade, da capacidade de refletir sobre múltiplas alternativas para a solução de problemas. Estas competências são consideradas condições para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Parecer CNE/CEB, 05/2011, destacam que cabe ao Ensino Médio a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para que este possa continuar aprendendo. É papel do Ensino Médio aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética, o desenvolvimento intelectual e o pensamento crítico. No Artigo 5º, ressalta:

O Ensino Médio, em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em: I – Formação integral do estudante. II – Trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente. III – Educação em direitos humanos como princípio

nacional norteador. IV – Sustentabilidade ambiental como meta universal. V – Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. VI – Integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais, realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização. VII – Reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes. VIII – Integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. (BRASIL, 2011, p. 57).

A análise do documento evidencia avanços, ao reconhecer professores e jovens estudantes como sujeitos da ação educativa e destacar a importância de historicidade dos conhecimentos de diferentes atores no processo educativo. As Diretrizes aludem à diversidade histórico-cultural dos jovens e propõem, no Art. 14, que a organização do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais e diversificados.

O Plano Nacional da Educação – PNE (2014)⁴, aprovado pela Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, destaca a importância da educação na formação cidadã das crianças e jovens, ao arrolar em seu Artigo 2º, as seguintes diretrizes: “III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.”. O

⁴ A Emenda Constitucional n. 59/2009 mudou a condição do PNE, que passou de uma disposição transitória da LDB 9394/96, para exigência constitucional com periodicidade decenal. O Plano passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto – PIB para financiamento. O PNE deve ser a base para elaboração dos Planos estaduais, distritais e municipais.

PNE apresenta 20 metas a serem cumpridas ao longo de seu período de vigência, e, especificamente no que tange ao Ensino Médio, apresenta como metas, universalizá-lo até 2016, incluindo a população de 15 a 17 anos, e elevar a taxa de matrícula no Ensino Médio para 85%.

Referente à História escolar, cabe ao professor auxiliar os jovens estudantes a construir o sentido do estudo da história, oferecer-lhes um contraponto que lhes permita (re)significar suas experiências no contexto e na duração histórica da qual fazem parte. Para atingir esse objetivo, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM –, publicadas em 2006, apontam como princípios estruturadores do currículo os seguintes itens: a interdisciplinaridade, a contextualização, a definição de conceitos básicos da disciplina, a seleção de conteúdos e sua organização, as estratégias didático-pedagógicas.

A proposta curricular para o ensino de história prevê o aperfeiçoamento de competências e habilidades dos estudantes. Reforça a importância de desenvolver os conhecimentos históricos, bem como a preocupação de localizar, no campo da história, questões que remetam ao tempo em que vivemos, como a identificação da heterogeneidade, a distinção das particularidades da cidadania cultural, a política da convivência e da tolerância em relação ao diferente. Sugere uma proposta curricular fundamentada em um multiculturalismo conservador, assimilacionista. Ou seja, todos são chamados a participar do sistema escolar, mas sem colocar em questão o seu caráter monocultural e homogeneizador.

Indo ao encontro com esta perspectiva concordamos com McLaren (2000) ao alertar os educadores para a necessidade de incorporar e ir além da diversidade. Conforme o autor, o discurso da diversidade e da inclusão é, muitas vezes, prejudicado com afirmações camufladas de assimilação e consenso, que servem como apoio aos modelos democráticos neoliberais de identidade, buscando assimilar as diferenças, tornando o diferente supostamente semelhante. O autor desafia a afirmação aceita de que, para superar tal modelo, bastam iniciativas a serviço da

inclusão de populações minoritárias. Isto, segundo ele, poderá apenas fragmentar a realidade, fazendo com que os indivíduos aceitem, facilmente, viver a mentira de uma sociedade não-racista.

Consideramos fundamental que a história, em situação escolar, possibilite questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre multiplicidade de experiências socioculturais, étnico-raciais, de gênero, condição sexual, entre outros. A este respeito, Candau (2014) reitera que o desafio é não reduzir a igualdade à padronização, nem a diferença a um problema a resolver. Isso significa transformar a diversidade em uma vantagem pedagógica.

Pautados nessas considerações e desafios na formação de jovens do Ensino Médio, partimos para a segunda fase de nossa pesquisa: a observação no espaço escolar. A pesquisa está sendo realizada na Escola Estadual Governador Israel Pinheiro, localizada na Av. Geraldo Alves Tavares, nº. 1.338, Setor Universitário, Ituiutaba, MG. Em 2014, a escola atendia a uma média de 1.500 alunos, distribuídos em 39 turmas, sendo 16 no turno matutino, 16 no vespertino e 7 no noturno. Trabalhavam na escola 100 funcionários, destes, 7 professores de História. Fizeram parte direta da nossa investigação três turmas compostas por jovens estudantes do primeiro ano do Ensino Médio do turno vespertino, totalizando 95 alunos e um professor de História.

Na primeira parte da investigação, focamos os estudos em documentos oficiais – Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História – PCNs; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM; Plano Nacional de Educação – PNE (2014); Projeto Político Pedagógico da escola; e o Planejamento anual do professor. Concomitante à análise dos documentos, realizamos uma revisão bibliográfica sobre temáticas relativas ao ensino de história, estudos pós-coloniais e sobre o potencial de diferentes fontes e linguagens da cultura contemporânea. O professor, sujeito da pesquisa, participou ativamente dos estudos realizados. O segundo passo consistiu no planejamento de aulas, recorrendo a diferentes fontes e linguagens. Todas as atividades foram acompanhadas e registradas.

Com base nas observações e diálogos com o conjunto dos jovens estudantes, buscamos compreender suas expectativas, opiniões a respeito da escola e do ensino de história. Constatamos que o grupo era constituído pessoas negras, pardas, brancas, de diferentes religiões, diversos gostos musicais, múltiplas trajetórias e experiências de vida. Estes aspectos ratificam aquilo que pesquisas de Dayrell e Carrano (2014) expressam, ao sugerir como mais adequado referir-se a “juventudes” no plural, por avaliarem que são muitas as formas de ser e de se experimentar o termo de juventude.

Em perspectiva semelhante, Sposito (1997) declara ser quase impossível recorrer ao uso da categoria “jovem” de maneira generalizada nas pesquisas voltadas a este segmento. A autora concebe a “juventude” como categoria socialmente constituída, que atende a fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica, mas que também deve ser analisada a partir de outras dimensões: materiais, históricas e políticas, nas quais a complexidade da produção social se desenvolve. Assim, justifica-se a opção de usarmos o conceito no plural, juventudes, sem desconsiderar as diferenças e desigualdades em se insere historicamente a categoria “juventude”.

O grupo de jovens participantes da pesquisa possuía de 15 a 17 anos, parte destes eram trabalhadores(as), dado também constatado por Dayrell (2007), Dayrell e Carrano (2014), quanto à juventude brasileira não poder ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho. Para estes jovens, o trabalho é o que garante manter a condição juvenil, que pode ser compreendida tanto pelas expressões culturais quanto pela sociabilidade. Os jovens estudantes do Ensino Médio, sujeitos desta pesquisa, consideravam a música, a dança, a turma de amigos como elementos que os caracterizam como jovens. Afirmaram que a televisão e a música constituem modalidades de entretenimento muito utilizados em seus cotidianos.

Constatamos, ainda, que a maioria acessava e utilizava com frequência ferramentas tecnológicas, como internet, jogos eletrônicos, dentre outros. Consideram a família uma instituição

importante para a formação de suas identidades. Quanto aos tipos de leitura, a maioria lia apenas o livro didático, poucos disseram ler livros de romance, aventuras ou suspense. Alguns afirmaram que sempre liam histórias em quadrinhos ou *mangás*. Tais questões revelam que indícios de diferentes linguagens e mídias fazem parte da vida prática dos jovens estudantes. Nesse sentido, indicam potenciais a serem explorados pela escola no processo de ensinar e aprender.

É papel da escola empreender ações com o intuito de mobilizar os jovens estudantes para as diversas leituras. Ao final do Ensino Médio, é imperativo que os jovens estudantes desenvolvam o raciocínio lógico, a capacidade argumentativa e discursiva, e tais habilidades só podem ser efetivadas por meio de atividades de leitura crítica. Para McLaren e Giroux (2000),

Os estudantes precisam aprender a ler não como um processo de submissão à autoridade do texto, mas como um processo dialético de compreensão, de crítica e de transformação. Eles precisam escrever e reescrever as histórias nos textos que leem, de forma a serem capazes de identificar e desafiar, se for o caso, as maneiras pelas quais tais textos funcionam ativamente para construir suas histórias e vozes. Ler um texto deve ser uma maneira de aprender a fazer escolhas, a construir uma voz, e a localizar a si próprios na história. Isso implica intervir de forma diferenciada em sua autoformação e na formação dos outros. (MCLAREN; GIROUX, 2000, p. 38).

Em sala de aula, é fundamental que o professor, ao trabalhar com a leitura, mobilize os estudantes a interrogar os textos pelo que não dizem, pelos seus silêncios estruturados. A leitura, nessa perspectiva, torna possível desestabilizar a constelação de fatos reificados que buscam legitimar as relações existentes de poder e privilégio entre grupos dominantes. Conforme McLaren e Giroux, compete aos professores ensinar os estudantes a ler, interpretar e criticar. Ao ler, produzimos um texto dentro de um texto, ao interpretar, criamos um texto sobre um texto; e, ao criticar,

construímos um texto contra um texto (MCLAREN; GIROUX, 2000, p. 45).

Muito embora as sociedades contemporâneas sejam marcadas pelo uso intensivo de recursos tecnológicos, assim como da informação via meios de comunicação, a escola permanece como *lôcus* formativo para a juventude brasileira. De acordo com Guimarães e Silva Júnior (2012), a instituição escolar é um espaço que, ao se expandir, constituiu um lugar de intensificação e abertura das interações com o outro. Portanto, um caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens. No entanto Dayrell (2007) alerta que, para muitos jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com conteúdos, práticas pedagógicas e professores que pouco acrescentam à sua formação.

Os jovens pesquisados afirmaram que, em suas aulas, não utilizavam fontes culturais diversas, restringindo-se, basicamente, ao livro didático. A roda de amigos e os esportes constituíam meios aos quais os jovens tinham mais acesso. Tais constatações evidenciam a necessidade de iniciativas que promovam e ampliem o diálogo entre escola e outros espaços de convivência dos jovens, e, deste modo, despertem interesse e sentido à busca de novos conhecimentos capazes de transformar suas visões de mundo. Conforme Charlot (2001), a escola só desempenhará com legitimidade seu papel se vier a ser, antes de tudo, um espaço de reconhecimento recíproco. A escola deve ser um espaço instigante, que propicie aos jovens a religação de saberes de sua cultura com outras realidades, tempos e historicidades.

Dentre os jovens que responderam à pesquisa, sobre o ensino de história, a maioria afirmou que era “excelente”. Para a maior parte destes, no entanto, a história é “um meio de entender a vida”. Muitos estudantes declararam que o professor ensinava história buscando relacionar com a vida dos jovens. Trabalhava com o livro didático, canções e filmes. O professor de história, colaborador da investigação, lecionava em dois colégios, sendo um na rede pública estadual e o outro particular com preceitos católicos.

Observamos que o professor era bastante respeitado pelos alunos, detentor de postura carismática e uma narrativa envolvente. Procurava, com frequência, introduzir em suas aulas os estudos realizados ao longo do projeto, recorrer à representação de ideias, analogias, ilustrações, exemplos e explicações como modo de representar e formular os conteúdos com o intuito de torná-los compreensíveis para os estudantes.

Ao longo do ano de 2014, foi possível perceber o comprometimento do professor com o projeto desenvolvido. Na continuação deste artigo, apresentamos algumas atividades produzidas com os jovens estudantes, sujeitos desta investigação.

A história na sala de aula: o potencial das diferentes fontes e linguagens

Partimos do princípio de que o conjunto de conceitos e orientações teórico-metodológicas é imprescindível no processo de ensinar e de aprender história. O conhecimento histórico escolar constitui-se de conhecimentos da disciplina, dos problemas contemporâneos e das concepções e interesses dos estudantes. Tais elementos devem ser considerados de forma equitativa. Concordamos com Seffner (2000), ao afirmar que falar em teoria é perceber que a história não recupera o passado, mas constrói o passado, a partir de preocupações do presente, com reflexos nos projetos futuros. A preocupação com a metodologia diz respeito aos procedimentos que devemos adotar, próprios do ofício de historiador. A teoria e a metodologia estão carregadas e carregam uma visão de mundo. Para McLaren e Giroux (2000), a teoria, em alguns casos, informa diretamente a prática; em outros, a prática reestrutura a teoria como uma força fundamental para a mudança. Em algumas situações, a teoria (no sentido mais limitado da prática de produzir narrativa e retórica) oferece um refúgio para pensarmos além das formas correntes de prática, de modo a visualizar aquela que “ainda não é”.

Ao planejar as aulas, levamos em conta os elementos apreendidos ao longo das observações dos diálogos com os

jovens e com professores. As experiências, os saberes, os gostos dos jovens precisavam estar presentes ao longo das aulas. Um grande desafio foi imposto pelo professor: não poderíamos fugir dos conteúdos relacionados do Currículo Básico Comum – CBC⁵ –, documento que orienta o que deve ser ensinado, pois a equipe pedagógica da escola supervisionava ativamente o cumprimento ou não desta normatização efetivada na escola. Os conteúdos estabelecidos por esse documento denotam o predomínio de uma perspectiva eurocêntrica. Dessa forma, investimos em táticas que nos permitissem trabalhar os conteúdos curriculares expressos no CBC e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as outras interpretações dos conteúdos de história. Assim, optamos por planejar as aulas sob o formato de sequências de ensino.

Segundo Aguiar Júnior (2004), a sequência de ensino consiste em uma organização coerente de atividades que possibilitem mobilizar os estudantes a aprender história de forma contextualizada. A sequência compõe-se de 4 momentos: problematização, desenvolvimento da narrativa, aplicação de novos conhecimentos e reflexão/síntese. A primeira etapa tem como objetivo captar os saberes dos estudantes sobre a temática abordada e mobilizá-los a ampliar seus conhecimentos. A segunda é o momento em que se desenvolve a exploração dos conteúdos e conceitos, pode-se recorrer às aulas expositivas dialogadas, leitura individual e trabalhos coletivos. Na terceira, buscamos diferentes fontes e linguagens para que os jovens possam articular os conhecimentos apreendidos. Por fim, os estudantes realizam uma atividade final, procurando sintetizar os conhecimentos adquiridos. Registramos, a seguir, uma experiência realizada ao longo de 2014.

No planejamento da sequência, seguimos o CBC, porém tínhamos o desafio de reforçar as reflexões sobre outras histórias. O tema a ser trabalhado era: “O Encontro das Diferenças e a Construção da Imagem do Outro”. Ao longo das aulas, procuramos

⁵ O CBC foi instituído pela Resolução da SEE-MG, n. 833, em 24 de novembro de 2006.

mediar a construção, por parte dos alunos, dos seguintes conceitos históricos: colonização, cultura, etnocentrismo e resistência. Segundo Bezerra (2012), a compreensão dos conceitos é imprescindível para a formação histórica de estudantes do Ensino Médio.

Na primeira etapa da sequência, com o intuito de conhecer os saberes dos jovens estudantes sobre a temática, questionamos: como vivem os indígenas brasileiros? Como se deu o processo de colonização pelo olhar do indígena? Ao longo do diálogo, foi possível evidenciar que os estudantes sabiam muito pouco sobre a história e culturas indígenas. As respostas que predominaram relacionavam-se ao processo de colonização, no qual os indígenas foram vencidos e, praticamente, dizimados. Apenas um jovem comentou, de forma fragmentada, mencionando uma reportagem televisiva, sobre o movimento de luta pela terra de povos indígenas da região norte do Brasil.

As respostas dos alunos nos permitem concordar com Martins (2011), ao afirmar que tanto os livros didáticos como a historiografia tradicional reproduzem, de modo simplificador e estereotipado, a imagem das populações autóctones do território definido como brasileiro. Essa autora ressalta que tal perspectiva acentuou grande evidência à “Visão dos Vencidos”. As obras que se filiam a esta corrente tratam de testemunhos dos “sobreviventes”, abatidos por um “profundo trauma”, bem como os efeitos da “destruição da cultura indígena” tiveram forte aceitação no âmbito escolar. De acordo com a autora, é preciso destacar que os povos que eram tidos como fadados à extinção hoje estão vivos, atuantes, presentes, organizados e cobrando do Poder Público a implementação de seus direitos, não são apenas sobreviventes, mas viventes.

Ainda na etapa da problematização, trabalhamos com a canção “Chegança”⁶, de Antônio Nóbrega, com o intuito de mobilizar os jovens estudantes a empreender reflexões sobre

⁶ Letra da canção disponível no site: <<http://letras.mus.br/antonio-nobrega/68957/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

a temática. De acordo com Guimarães (2012), ensinar História por meio de canções é um grande desafio e requer algumas considerações. Para a autora,

A linguagem poética expressa outra forma de ver, escrever e expressar sentimentos sobre variados temas, questões, fatos, sujeitos e práticas sociais e culturais. Seduz, age sobre nós, intervém, nos provoca. Assim, pode fornecer pistas para alargar a compreensão dos temas históricos com beleza e sensibilidade. A incorporação de canções desperta o interesse dos alunos, motiva-os para as atividades, sensibiliza-os em relação aos diversos temas e desenvolve a criatividade. (GUIMARÃES, 2012).

A canção “Chegança” foi composta, em 1999, por Antônio Nóbrega e Wilson Freire, na ocasião das comemorações dos “500 anos” do Brasil, momento em que houve considerável discussão em torno visão eurocêntrica e a visão dos autóctones. A canção enfatiza, por meio seu enredo, uma narrativa que menciona a visão de diversos povos autóctones sobre o que viria a ser o Brasil após a chegada dos europeus.

Para a análise da canção, foi proposta uma atividade em duplas, na qual os estudantes deveriam refletir sobre as seguintes questões: qual é o tema da canção? De que trata a letra? Como o autor desenvolve o tema? Qual a posição que ele assume? Como você interpreta a canção? Quais as hipóteses que são possíveis de ser levantadas? Quais são os indicativos que remetem à época estudada? Quais partes da letra se relacionam com o tema em estudo? Vale destacar que o trabalho do professor em sala de aula deve considerar as especificidades do trabalho do historiador, levando em conta a realidade própria do Ensino Médio.

Nessa atividade, observamos que a maioria dos estudantes teve dificuldades na realização da análise. Foram entregues 51 trabalhos, destes, oito mencionaram que o tema da canção estava relacionado ao “descobrimento” do Brasil; 43 registraram que a temática envolvia a “invasão” ou “conquista” do Brasil. Ponderamos que as discussões realizadas na sala de aula

instigaram a posicionamentos críticos acerca da temática na maioria dos estudantes.

De modo geral, os textos apresentados pelos estudantes exprimem reflexões que julgamos básicas sobre a temática. Porém estimularam indagações, debates e argumentos que avaliamos indicativos do potencial do trabalho com diversificadas linguagens, bem como estas podem mobilizar os estudantes ao engajamento em exercícios interpretativos, orientados pela mediação do professor, nos quais atuam como investigadores e agentes do conhecer. Ao longo das aulas, procurou-se estimular os jovens a refletir sobre a cultura indígena. O maior desafio foi dar inteligibilidade às diferenças, para que estas não se transformem em indiferença. Assim, tais procedimentos podem fazer parte do cotidiano das aulas de história, como atividades que exigem reflexões mais profundas, e isso somente é possível por meio de trabalho metodicamente pensado no processo de planejar que inclua o estudante como participe da construção do conhecimento. Esta questão foi discutida com o professor da turma, que percebeu a necessidade do planejamento constante e que as linguagens oferecem grande potencial, mas que precisam ser usadas de maneira mais contundente.

Quanto à segunda etapa da sequência de ensino, o professor apresentou uma narrativa histórica acerca da política mercantilista, suas características e objetivos; a aliança da burguesia com a monarquia. Ressaltou as representações dos europeus sobre o “Novo Mundo”. Problematizou a expressão “Novo Mundo ou Outro Mundo?” Retomou a questão das diferenças culturais entre os colonizadores e colonizados. A respeito de questões dessa ordem, Lautier (2011) argumenta que,

A sala de aula é o lugar legítimo para elaborar conhecimentos mais formalizados, para escolher, classificar, reorganizar as informações propostas por todos os outros canais de vulgarização. No âmbito de uma aula de história, cabe aos professores suscitar as condições para passar da simples narrativa à narrativa histórica, ou pelo menos a uma forma aligeirada da narrativa histórica. (LAUTIER, 2011, p. 51).

Após a exposição e o debate com os estudantes foi realizado o estudo no livro didático. Dentre outros procedimentos, o professor propôs explorar os seguintes aspectos: a rota marítima proposta por Colombo; refletir sobre o porquê do nome do continente ser América; problematizar o subtítulo: Brasil: descobrimento ou achamento? Discutir o Tratado de Tordesilhas, questionando sobre como os europeus percebiam os povos da América; identificar aspectos de culturas de povos indígenas do Brasil; problematizar a noção de “antropofagia tupi” e refletir sobre o conceito de resistência; localizar, geograficamente, os povos incas, maias e astecas; discutir a expressão “A espada e a cruz: conquista espanhola”.

Na fase da “aplicação de novos conhecimentos”, foram encaminhadas atividades que apresentassem obstáculos cognitivos para os alunos, de forma que eles necessitassem usar as referências teóricas estudadas nas atividades de “desenvolvimento da narrativa”. A expectativa era de que os alunos conseguissem aplicar os conhecimentos para atribuir relações entre o conteúdo e os problemas apresentados, solucionando-os. Para tanto, optamos pelo trabalho com documentos.

Segundo Bittencourt (2004), fazer a análise e comentário de um documento corresponde a: descrever o documento, isto é, indicar as informações que ele contém. Mobilizar os diversos saberes para: explicar o documento, fazer associações entre as informações e saberes anteriores; situar o documento no contexto e em relação ao seu autor; identificar a natureza desse documento e também explorar esta característica. Para chegar a identificar os limites e o interesse do documento e ser capaz de criticá-lo. O professor apresentou dois documentos: um trecho da carta de Pero de Magalhães Gandavo – “Tratado da Terra do Brasil, século XVI”⁷ e um relato de Jean de Léry, “um velho índio Tupinambá no século XVI”⁸. Após a primeira leitura, formulou

⁷ Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/etnocentrismo-colonizacao.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

⁸ Adaptação disponível no *link*: <<http://www.iande.art.br/textos/velhotupinamba>>.

questões fundamentadas na proposta de Circe Bittencourt. Procurou relacionar os documentos com o que foi anteriormente estudado, ou seja, com a análise da canção “Chegança” e as atividades do livro didático.

O conteúdo dos dois documentos discorre sobre percepções acerca dos indígenas, enfatizando que viviam “bestialmente sem ter conta, nem peso nem medida”. Posterior à leitura e análise inicial de cada um dos documentos, o professor indicou três atividades: 1) Qual a diferença entre os dois documentos? 2) O autor do documento 1 trabalha com a ideia de exclusão, etnocêntrica, pois o *outro* é visto pelo que ele *não tem* em relação ao europeu. Cite trechos do texto que exemplifiquem esta característica do autor. 3) De acordo com o documento 2, quais as diferenças apontadas pelo índio Tupinambá entre sua cultura e a cultura europeia, relacionadas à concepção sobre o trabalho e a exploração da terra?

O trabalho foi realizado em grupos compostos por três alunos, dos quais resultaram 28 atividades que analisamos como parte dos objetivos de nossa investigação. Destes, 15 grupos desenvolveram satisfatoriamente as atividades. Pelas respostas, depreende-se que compreenderam as diferenças entre os documentos, problematizaram o conceito de etnocentrismo e evidenciaram as diferenças culturais entre colonizador e colonizado. Nas atividades de outros dez grupos, no entanto, constatou-se pelas respostas, uma compreensão parcial da atividade solicitada, sendo que a maior dificuldade foi estabelecer, de maneira clara, a diferenças entre os dois documentos. Apenas três grupos não conseguiram responder à atividade proposta, prenderam-se, excessivamente, aos textos e copiaram, de forma aleatória, partes do documento.

Por fim, na fase da “reflexão/síntese”, foi solicitada a produção de um texto assinalando os conceitos históricos: colonização, cultura, etnocentrismo e resistência. Os textos produzidos pelos estudantes denotam a dificuldade dos jovens em desenvolver

uma escrita articulada. Dos 28 trabalhos produzidos, três grupos apresentaram a definição de conceitos, 17 procuraram elaborar os textos recorrendo aos conceitos assinalados, mas sempre priorizavam alguns e ignoraram outros. Apenas oito grupos conseguiram desenvolver textos pautando-se nos conceitos sugeridos.

De modo geral, verificamos o desafio de ensinar e aprender história na perspectiva de desenvolver uma escrita argumentativa. Um exercício necessário ao longo da educação básica, pois é inadmissível que estudantes concluam o Ensino Médio sem conseguir ler e escrever com fluência, pois se trata de competências fundamentais para leitura do mundo. Conforme Seffner (2000), quem lê e interpreta o mundo é que escreve e o transforma.

Considerações Finais

Lidar com a formação histórica de jovens estudantes do Ensino Médio, assim como propor mudanças ao processo de ensino e aprendizagem, perpassa por uma gama de fatores, desde a redefinição de fundamentos e pressupostos teórico-metodológicos da história como disciplina e da plausibilidade de parâmetros epistemológicos decorrentes da modernidade europeia, de pressupostos normalizadores estabelecidos por documentos oficiais. E, fundamentalmente, deter-se a refletir sobre os sentidos e significados de conteúdos e conceitos atinentes ao que se ensina e se apreende no ensino de história. Como exemplo, retomamos a discussão apontada no início deste texto a respeito da diversidade x intercultural.

A pesquisa nos permitiu ainda perceber como a aprendizagem histórica, por parte dos jovens estudantes do Ensino Médio, ocorre de forma desigual, ou seja, alguns evidenciam maior facilidade e outros, enquanto outros enfrentam dificuldades basilares em apreender os conceitos e conteúdo essenciais para pensar a historicidade de experiências temporais. Concordamos com Lautier (2011) ao destacar três fatores responsáveis por

essa desigualdade: o domínio da linguagem, a imagem de si na condição de aluno e as esperas ligadas ao contrato didático. O domínio das formas de linguagens, a leitura interpretativa são essenciais para o estudante aprender história. Nesse sentido, cabe ao professor persistir no exercício da leitura. Para ensinar história, é importante que o docente use da arte de seduzir, e, assim, contribua para que o aluno elabore um sentimento de pertença à história. É neste sentido que Pais (1999) argumenta que a cientificidade da História não impossibilita que esta se arme com estratégias de sedução. Ao recorrer a variadas fontes e linguagens, o desafio do professor é mobilizar o aluno para a exploração e análise de noções de tempo, possíveis a partir da interpretação de fontes históricas, disponíveis em diferentes linguagens e, por meios destas, apreender outras histórias, não como simples complemento de informação, ou confirmação de uma “história única”.

Admitimos que os saberes escolares têm um *status* específico. Não são totalmente científicos, nem completamente profanos, são produtos de intencionalidade e, como tal, são construção histórica. Um conteúdo de saber transmitido e aprendido possui formas singulares. Constitui desafios à didática da história, conhecer e problematizar como o aprendizado histórico se efetiva nas salas de aula, como os jovens aprendem história. Os primeiros resultados dessa pesquisa com os estudantes nos levam a repensar a relação professor/aluno, o tipo de aprendizado histórico produzido mediante esta relação e como é possível associar o conhecimento produzido por eles com a vida prática cotidiana. A partir disto, formularmos proposições à didática da história.

A didática da história, como campo de saber, deve insistir em estreitar o diálogo entre o trabalho dos historiadores e a educação escolar e não se limitar à transposição do conhecimento histórico acadêmico para os estudantes da educação básica. Defendemos a proposição de que a didática da história, deve estar compromissada com a análise de formas e funções do raciocínio e do conhecimento histórico na vida cotidiana e prática. Isto inclui o papel da história na opinião pública, os usos da história nos meios

de comunicação de massa, bem como considera as possibilidades e limites das representações históricas nas diferentes fontes e linguagens.

Acreditamos que os conteúdos históricos nas salas de aula devem ser resultados de problemas, debates, pesquisas e polêmicas. Nesta perspectiva, a finalidade do ensino de história é formar cidadãos críticos e responsáveis, capazes de compreender a complexidade e tomar parte do debate democrático. Assim, as aulas de história não podem se caracterizar como meras exposições dialogadas, mas como efetiva interação entre estudantes, professores, documentos, fontes variadas e diferentes linguagens. As proposições da didática da história podem, certamente, contribuir para a produção de conhecimentos históricos e a formação de sujeitos engajados e cientes de seu compromisso social e político.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ARAÚJO, Cinthia. O trabalho de tradução no saber histórico escolar: diálogos interculturais possíveis. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Currículos, disciplinas escolares e culturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel. Repensando o Ensino Médio: Por quê? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2014.

BRASIL. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Brasília: Ministério da Educação; SASE, 2014.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Currículos, disciplinas escolares e culturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CHARLOT, Bernard (Org.). *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 10 set. 2014.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é esse aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2014.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiência, reflexões e aprendizado*. 13 ed. rev. ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. *Ser jovem no Brasil: trajetórias no campo e na cidade*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2014.

LAUTIER, Nicole. Os saberes históricos em situação escolar: circulação, transformação e adaptação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 39-58, jan./abr., 2011.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. As sociedades indígenas, a história e a escola. *Antíteses*, v. 2, n. 3, p. 153-167, jan./jun. 2009.

MCLAREN, Peter; GIROUX, Henry. Escrevendo das margens: geografias de identidade, pedagogia e poder. In: MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. 'Um discurso sobre as ciências'. Porto: Afrontamento, 2003. p. 631-671.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SEFFENER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de história. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHIMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p. 257-288.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude e escolarização. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 37-52, maio-ago./set.-dez. 1997.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

Recebido em dezembro de 2015. Aprovado em junho de 2016.

TRADUÇÃO

LEMBRANDO STUART HALL

*Dennis Dworkin*¹

*Tradução: Gabriel Alves Damaceno*²

*Revisão: Célia Rocha Calvo*³

Stuart Hall está entre os principais intelectuais britânicos do período pós-Guerra. Por conseguinte, quando ele morreu em fevereiro de 2014, sua vida, trabalho e sua atitude política foram examinados em numerosos obituários, memoriais e tributos. Ele estava entre os fundadores da Nova Esquerda e foi crucial para a criação e formação dos estudos culturais contemporâneos. Desempenhou um papel crítico na formação de nossas ideias sobre multiculturalismo, identidade e representação. Fez importantes contribuições para as políticas antirracistas, foi influente no desenvolvimento do cinema e da fotografia britânica negra e desempenhou um papel fundamental na sua promoção. Suas influentes leituras do Thatcherismo, do Novo Trabalhismo e do neoliberalismo estiveram no centro dos debates da esquerda na Grã-Bretanha e além. Em um mundo no qual os intelectuais se tornaram especialistas que cada vez mais escrevem para estudantes e colegas especialistas ligados à academia, ele envolveu diversas audiências. Ele foi um intelectual público que estava igualmente à vontade em uma sala de seminários ou em um palanque político.

Stuart é mais do que um objeto de interesse intelectual e político para mim. Como para tantos outros, ele era um amigo, um mentor, um colega e um aliado político. Sua vida e trabalho foram uma inspiração. Tinha um jeito extraordinário de me

¹ Professor no Departamento de História da Universidade de Nevada, EUA.

² Graduando do curso de História (INHIS/UFU).

³ Professora do Instituto de História (UFU), coordenadora do NUPEHCIT.

ajudar e de ajudar os outros a sentir como se o que estávamos fazendo importasse. Em seu memorial em Londres, realizado em novembro de 2014, a perda que senti estava espelhada na experiência de centenas de outros que lá participaram. Stuart tocou a vida de tantas pessoas; seus interesses e projetos eram tão variados. Um enorme espaço vazio foi criado pela sua morte.

Este ensaio é parte de um processo de chegar a um acordo com a morte de Stuart – pessoalmente, politicamente e intelectualmente. Faço isso de várias maneiras. Primeiro, eu me lembro de uma experiência que compartilhamos juntos que está entre as mais memoráveis da minha vida. Em segundo lugar, exploro algumas das profundas conexões de Stuart com a Grã-Bretanha, política e intelectualmente. Aqui, eu exploro a conexão de Stuart com a Nova Esquerda britânica do final da década de 1950 e seu papel pioneiro no início dos estudos culturais no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham⁴. Discuto também mais concretamente seu entendimento da Grã-Bretanha do pós-guerra, que foi sua casa toda a vida, exceto por vinte anos. Grande parte de seu trabalho político e intelectual foi produzido dentro de um contexto “especificamente” britânico. A maioria de suas intervenções políticas mais proeminentes estava dentro de uma arena especificamente britânica. Ao longo do texto, farei referência a seus contínuos esforços para derrubar oposições binárias na política e na teoria; às suas tentativas de fundir opostos para criar uma nova síntese; às suas apostas para encontrar a posição intermediária. Eu sugiro que não há uma posição política e teórica “essencial” em Stuart Hall dadas as diferentes expressões ao longo de sua vida. Há uma forma distinta evoluindo em seu pensamento que conecta os vários enredos. Ele continuamente tentou encontrar uma “terceira via”. Finalmente, ao discutir a vida e o trabalho de Stuart, quero dizer algumas coisas sobre o documentário de John Akromfah sobre a vida de Stuart – *The Stuart Hall Project* – que (no momento em que escrevo) está disponível no *YouTube*. Quero reiterar alguns

⁴ Doravante, apenas Centro.

de seus temas, bem como chamar a atenção para o que não se dá tanta importância.

Conheci Stuart em 1983, quando eu era um estudante de pós-graduação. Foi em um instituto de cursos rápidos seguido por uma conferência de quatro dias realizada na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (EUA). Chamava-se *Marxismo e a interpretação da cultura*. Na época, eu estava escrevendo uma dissertação sobre a Nova Esquerda britânica, que acabou se tornando o meu livro *Cultural Marxism in postwar Britain* (DWORKIN, 1997). Conhecia, principalmente, o papel crítico de Stuart no início da Nova Esquerda britânica e pouco do que ele havia feito depois do *The popular arts* (1964), um guia pioneiro para professores na Grã-Bretanha que queriam incorporar a cultura popular, especialmente o cinema, em seus cursos. Não parece extraordinário hoje, mas naquele tempo era território inexplorado.

Em Champaign, Stuart apresentou uma versão das palestras teóricas que ele havia feito no Centro. Recentemente, eu revisei uma versão editada delas em forma de manuscrito para a editora Duke University Press. Apesar de as palestras terem sido ministradas há mais de trinta anos atrás, ainda produzem faíscas. Para mim, pessoalmente, lê-las incita minhas memórias. A experiência de ouvir Stuart palestrar foi transformadora. Eu praticamente nunca mais vi “teoria” do mesmo jeito desde então. Como estudante de pós-graduação, eu estava atolado nos debates sobre estruturalismo e humanismo provocados pela *Miséria da teoria* (1978) do historiador E. P. Thompson, um texto que eu originalmente, como muitos historiadores, reverenciava. Stuart, ele mesmo influenciado por Thompson, tinha desenvolvido um estilo de engajamento intelectual que parecia (para mim) mais apropriado para lidar com as tumultuosas últimas décadas do século XX. Stuart defendia ir além das oposições binárias. Ao invés de ver termos como “experiência” e “ideologia” ou “estrutura” e “agência” em posições opostas, ele procurou fundilos e assim criar uma nova síntese, uma “terceira via” ou posição “intermediária” que em seu caso foi fundamentado no pensamento do militante comunista italiano Antonio Gramsci.

No início de 1986, Stuart me pediu para ser o fotógrafo em sua próxima entrevista com Jessie Jackson para o jornal comunista britânico *Marxism Today*. Não é assim tão inacreditável quanto parece, mas eu cresci em um negócio de câmeras de propriedade da minha família e tenho tirado fotos desde os doze anos de idade. Stuart veio para Chicago vindo de Londres, e Leslie Roman – uma estudante de doutorado em Educação na Universidade de Wisconsin, a quem havia conhecido por meio de Stuart quando ele era um professor visitante lá – se juntou a nós. Conduzidos para a casa de Jackson em South Shore por um de seus assessores, esperamos o que pareceram horas, enquanto Jackson, buscando a indicação presidencial pelo Partido Democrata, deu muitas entrevistas antes de nos ver. Quando finalmente aconteceu, senti-me profundamente privilegiado por testemunhar uma conversa entre duas das figuras mais importantes do Atlântico negro do final do século XX. Enquanto a entrevista acontecia, uma ligação tranquila e relaxada se desenvolveu entre os dois. Mas também nunca esquecerei o fato de Jackson eriçar-se com a sugestão de Stuart de que sua crítica da política americana era anticapitalista, um código que ambos sabiam significar ser marxista. Jackson, que até este ponto estava relaxado na cadeira com sua gravata afrouxada, sentou-se retamente, endireitou a gravata e dirigiu-se a Stuart como Dr. Hall: “Bem, eu não sou suficientemente sofisticado para entender todos os rótulos que você criou. Eu apenas tento fazer uso do processo de raciocínio natural”⁵.

Parte da razão pela qual Jackson estava na cidade devia-se à iminente visita a Chicago do bispo Desmond Tutu, da África do Sul, um dos líderes mais importantes do movimento anti-apartheid. No dia seguinte à entrevista, Tutu estava falando em vários locais, inclusive no meu próprio quintal, na Universidade de Chicago. O pessoal do Jackson recomendou que o ouvíssemos na American Liberty Baptist Church⁶, localizada no coração da comunidade

⁵ JESSIE Jackson, Stuart Hall interviews America’s leading politician. *Marxism Today*, Mar. 1986, p. 11.

⁶ N. T.: Igreja Batista da Liberdade Americana.

afro-americana da zona sul de Chicago. A igreja havia sido um local crucial para a campanha dos direitos civis do Reverendo Martin Luther King em Chicago, e quando ele falou lá estava lotado. Foi também na American Liberty Baptist Church que o movimento pelos direitos civis experimentou a divisão, enquanto militantes mais jovens atacavam Martin Luther King pelo que viam como seu conservadorismo⁷.

O clima dentro da igreja era elétrico. Um repórter do *The Defender*, o jornal negro de Chicago, escreveu: Diferentemente das visitas anteriores de Tutu, quando as multidões eram entusiasmadas, mas relativamente tranquilas, as pessoas da American Liberty Baptist Church mostraram orgulhosamente sua alegria em receber esse pequeno em estatura, mas dinâmico indivíduo⁸.

O lugar explodiu com gritos de louvor e cantos gospel quando Tutu, vestido com robes brancos, apareceu e declarou: “Nós não estamos esperando o pão do homem branco! Apartheid e Cristianismo são totalmente incompatíveis”. Stuart, Leslie e eu chegamos relativamente atrasados, cerca de trinta minutos antes do início do evento. Por acaso, ao invés de ficarmos espremidos na parte de trás da igreja, como esperávamos, fomos levados para a primeira fila onde assentos estavam sendo posicionados. À minha esquerda estavam Stuart e Leslie; à minha direita estava Harold Washington, o primeiro prefeito negro de Chicago, que tinha apresentado Tutu. É difícil transmitir a emoção que senti. Várias histórias da diáspora negra convergiam: Estados Unidos, Caribe, Grã-Bretanha e África do Sul; Chicago, Kingston, Londres e Cidade do Cabo. Eu não testemunhei isso, mas Leslie lembra

⁷ BECKER, Lynn. *Modern struggles, modern design*. Dr. King and the story of Liberty Baptist Church. Disponível em: <http://lynnbecker.com/repeat/libertybaptist/dr_king_and_liberty_baptist_church_in_chicago.htm>.

⁸ CROCKETT. *The Chicago Defender*, 25 Jan. 1986. Estou em débito por esta referência, bem como seu relato de nossa experiência com Stuart e Leslie Roman. Cf.: ROMAN, Leslie. Making and moving publics: Stuart Hall's projects, maximal selves and education. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, v. 36, n. 2, p. 220-226, 2015.

que quando ela olhou para Stuart ele estava enxugando lágrimas dos seus olhos.

Stuart Hall fez grandes contribuições para a nossa compreensão do complexo e inacabado processo de identidade. Parte desse empreendimento teórico envolveu sua própria narrativa, que é o fio condutor do *The Stuart Hall Project*. De uma origem variada – africana, indiana, portuguesa e judia –, ele nasceu e foi criado na Jamaica colonial em uma família com aspirações inglesas. Veio para a Grã-Bretanha em 1951 com uma bolsa de estudo Rhodes para Oxford. Terminou, como descreveu, como “intermediário”:

Tendo sido preparado pela educação colonial”, lembrou ele, “eu conhecia a Inglaterra por dentro. Mas eu não sou e nunca serei ‘inglês’. Eu conheço ambos os lugares intimamente (Inglaterra e Jamaica), mas não sou totalmente de nenhum desses lugares.⁹

No filme, Hall reflete sobre seu amor pelo *jazz*, em geral, e pelo trompetista Miles Davis, em particular. Ele nos diz que o *jazz* foi a primeira música que lhe tocou. Vinha daqueles que viviam à margem. Davis era particularmente importante para ele por causa da tristeza, que era um elemento tão crucial de seu som e porque para Hall sugeria estradas não tomadas, que em sua própria vida ele estava profundamente ciente.

Não quero me aprofundar na relação entre Hall e Davis, mas acho que é algo sobre o qual vale à pena pensar. Assim como Miles Davis se influenciou por músicos como Charlie Parker, mas levou a música em novas direções, Hall era muito grato ao marxismo cultural britânico de Thompson e do erudito literário Raymond Williams, acabando por desenvolver sua própria posição teórica característica. Tanto Davis como Hall estavam continuamente

⁹ CHEN, Kuan-Hsing. The formation of a diasporic intellectual: an interview with Stuart Hall. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Eds.) *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. London; New York: Routledge, 1996. p. 484-503. Ver: p. 490.

respondendo ao que Hall chamaria de “novas conjunturas”, e, para ambos, o final dos anos 1950 e o final dos anos 1960 resultaram em grandes transformações em suas abordagens. Ambos também eram extraordinariamente ecléticos nas fontes que os influenciavam. Davis era influenciado por *bebop*, *blues*, *rock* e música popular de todos os tipos. Marxismo, estruturalismo e pós-estruturalismo, psicanálise, interacionismo social e a crítica literária inglesa influenciaram Hall. Eles também eram professores notáveis, responsáveis por desempenhar papéis fundamentais no lançamento das carreiras dos outros. As bandas de Davis foram incubadoras de jovens músicos inovadores – especialmente Herbie Hancock, Wayne Shorter e Tony Williams. A influência de Hall sobre aqueles que foram seus alunos na Universidade de Birmingham era de igual importância: Lawrence Grossberg, Paul Willis, Angela McRobbie e Paul Gilroy têm sido fundamentais para o desenvolvimento dos estudos culturais. Davis, como Hall, estava em uma posição intermediária. A música de Davis e a prática teórica e política de Hall resistem à categorização. Ambos estavam envolvidos no que Hall descreveu como um processo contínuo de formação da identidade. Hall foi um dos fundadores da Nova Esquerda britânica, uma “terceira via” entre o comunismo e a social-democracia. Praticamente ao mesmo tempo, Davis colaborou com o arranjador Gil Evans na música que misturou o *jazz* e a tradição clássica europeia, rotulada pelos críticos de *jazz* como “terceira corrente”.

O jornal liberal *The Guardian* uma vez se referiu a Hall como o padrinho do multiculturalismo, mas, certamente, igualmente importante foi a sua participação e contribuição para a formação da Nova Esquerda britânica. Pensei nas muitas conversas que Stuart e eu tivemos sobre a política socialista na Grã-Bretanha quando soube que ele havia escolhido ser enterrado no cemitério de Highgate, o último lugar de descanso do imigrante radical mais importante de Londres: Karl Marx. Ele está enterrado em um monte próximo (embora adequadamente à alguma distância) de Marx e de outros revolucionários socialistas e comunistas, vários de famílias imigrantes ou eles próprios imigrantes. Uma rápida

pesquisa inclui a comunista trinitária-tobagense Claudia Jones e aliados políticos de origem judaica de longa data de Stuart – Eric Hobsbawm, Ralph Miliband e Raphael Samuel. Em mais de uma ocasião, Stuart me disse que o período da Nova Esquerda foi o melhor momento de sua vida, o momento em que a teoria e prática se uniram. Ele também ficou devastado por seu eventual fracasso.

A “novidade” sobre a Nova Esquerda dos anos 1950 era que se definia como uma alternativa à política “de cima para baixo” e antiquada dos partidos Trabalhista e Comunista. Desenvolveu-se a partir dos acontecimentos de 1956: a participação da Grã-Bretanha na ocupação do Canal de Suez (que reafirmou a existência do imperialismo britânico) e a crise no mundo comunista iniciada pelo discurso de Khrushchev condenando Stalin e resultando na ascensão e queda do comunismo dissonante na Hungria. Dentro desta “terceira via” da Nova Esquerda, Hall construiu sua própria “terceira via” como um dos quatro editores da *Universities and Left Review*. Ele compartilhou com o grupo do *Reasoner*, de E. P. Thompson e do historiador do trabalho John Saville, o objetivo de construir um movimento democrático de baixo para cima, de participar na Campanha para o Desarmamento Nuclear (CDN) e de se comprometer com o “socialismo a todo vapor”. No entanto, ele não era nem da mesma geração nem compartilhava suas raízes comunistas. Estava mais disposto a enfrentar transformações no terreno social, cultural e político do que aqueles no grupo do *Reasoner*, e a investigar suas consequências para o futuro do movimento operário e do socialismo. A diferença entre os dois grupos é ilustrada no ensaio de Hall de 1958, *A sense of classlessness*, e a subsequente refutação de Thompson, em *Commitments and politics*. Hall argumentou que os socialistas devem confrontar o fato de que a “riqueza”, tanto como fenômeno econômico quanto ideológico, estava transformando a experiência da classe trabalhadora em vários estilos de vida. Thompson insistiu que tais transformações tinham de ser vistas dentro de uma perspectiva de tempo mais longa na história das lutas de classes e insurgências trabalhistas. O ensaio de Thompson sempre me pareceu como um professor de escola dominical ensinando a

um aluno errante mas promissor. Como um jamaicano negro, Hall recorda de ter uma ligação complicada com o movimento trabalhista britânico e contrasta isso com Thompson, que era parte de sua identidade inglesa. Lendo o ensaio depois de muitos anos, agora me parece que Thompson estava em certa medida lembrando Hall dos limites de seu status de “forasteiro”¹⁰. Hall não precisava de nenhuma lembrança dessa.

A política de Hall também pode ser contrastada com o grupo mais jovem de socialistas de Oxford, como Perry Anderson e Robin Blackburn, que se reuniram em torno da revista *New University*, e por fim transformaram a *New Left Review* na forma em que ela existe hoje. Em contraste com a *New Left Review* original – que propiciava um ponto focal para novos clubes de esquerda e para a CDN, publicava críticas culturais e literárias e participava de debates políticos –, a *New Left Review* sob Anderson aspirou criar uma intelectualidade marxista nativa modelada de acordo com o que existia na França. Hall abraçou a expansão do repertório teórico promovido pela renovada *New Left Review*, mas sentia pouca ou nenhuma afinidade com seu romantismo de estilo do terceiro mundo, seu trotskismo emergente, sua relativa indiferença com a política britânica e o estilo elitista.

A posição “intermediária” de Hall na Nova Esquerda proporcionou um importante incentivo para os estudos culturais no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham, que fora fundado em 1964. Foi ideia do estudioso literário Richard Hoggart, que havia sido contratado como professor de Inglês em Birmingham em 1963 e fez do Centro uma das condições de sua contratação. O vice-reitor consentiu, mas não destinou qualquer financiamento para ele. Assim, o Centro, em seus primeiros anos, teve que encontrar financiamento externo, a fim de sobreviver, incluindo o salário de Hall, contratado como pesquisador. A fusão eclética do Centro de sensibilidade literária e análise sociológica em seus primeiros anos foi construída sobre os esforços anteriores, mais jornalísticos e menos acadêmicos, encontrados

¹⁰ Ibid.

na *Universities and Left Review* e nos dois primeiros anos da *New Left Review*, em parte porque Hall fora um dos editores da primeira e o único editor da última. Sua inspiração foi o texto clássico de Hoggart, *The uses of literacy* (1957), que usava o método da crítica literária para “ler” a vida da classe trabalhadora no entre guerras.

A base intelectual do Centro foi a crítica literária inglesa. A ideia original era usar os mesmos métodos críticos literários usados para analisar Shakespeare ou Jane Austen na análise da música *pop*, do cinema, rádio, jornais diários e da cultura da classe trabalhadora. Inicialmente, o Centro viu a sua metodologia “em cooperação com outras disciplinas relevantes” ajudando a “colocar os fenômenos das comunicações de massa em um contexto social e histórico mais amplo do que qualquer um de nós conseguiu trabalhando sozinho até agora. Não é um substituto para a análise científica social, mas um acessório útil, essencial”¹¹. Na prática, situar os textos culturais em um contexto mais amplo exigia uma compreensão teórica da cultura e da sociedade além do escopo da crítica literária, o que os pesquisadores do Centro logo perceberam que ou não existiam ou existiam em uma forma de valor limitado. Dada a inadequação de encontrar uma base teórica existente, o Centro foi levado a produzir sua própria teoria social e cultural. Não de uma forma sistemática, pois não havia realmente um caminho claro à frente, mas explorando tradições teóricas de vários tipos. O trabalho mais influente do Centro, produzido durante a década de 1970, baseou-se na tradição cultural marxista de Thompson e Raymond Williams, no marxismo ocidental de Antonio Gramsci e Louis Althusser e em múltiplas vertentes do feminismo e da teoria crítica da raça. Ainda, quando o Centro foi fundado em 1964, estes desenvolvimentos posteriores não foram de modo algum pré-ordenados. Em uma entrevista de 2011, Hall descreveu este período como um tempo de “criação”: “Qualquer coisa que alguém pensasse que pudesse

¹¹ HOGGART, Richard. Literature and society. In: _____. *Speaking to each other*. London: Chatto & Windus, 1970. v. II, p. 34.

ser relevante para criar os estudos culturais, porque é isso que estávamos fazendo. Criando. Criando-o semana a semana”¹².

A Grã-Bretanha não estava de modo algum na vanguarda da explosão política e cultural associada ao “1968”, mas essa mistura notável de política estudantil antissistema, subculturas juvenis, sectarismo revolucionário e experimentação com estilos de vida alternativos também estavam presentes. Como tantas outras universidades, a Universidade de Birmingham experimentou sublevações. Um movimento estudantil exigindo maior participação dos estudantes no funcionamento da universidade eclodiu em novembro de 1968, quando os estudantes começaram ocupando a antessala e o escritório do vice-reitor, estenderam a ocupação a muitos outros escritórios administrativos, acabando por assumir o Grande Salão. Ao todo, a ocupação durou sete dias. Os professores e alunos do Centro estavam à frente do protesto. Hall editara um número da revista estudantil *Mermaid* sobre a experiência dos estudantes em Birmingham, vários meses antes do protesto. Paul Willis, que acabara de entrar no programa de doutorado, lembrou que Hall se dirigiu às ocupações “não como uma figura professoral, mas como uma figura revolucionária e radical falando às massas de estudantes”¹³.

Um folheto que circulava durante os protestos estudantis exigia uma “universidade livre”: a abolição das avaliações, a democratização das relações entre estudantes e professores, o fim das barreiras artificiais entre disciplinas, contínua autocrítica e a criação de um currículo baseado em “necessidades sentidas”¹⁴. Com muito poucas mudanças, é como descreve o Centro nos anos imediatamente após os protestos. As mudanças originaram-se como resultado dos desenvolvimentos internos e

¹² HALL, Stuart. Stuart Hall Interview, 2 June 2011. *Cultural Studies*, v. 27, n. 5, p. 757-777, 2013. Ver p. 763.

¹³ PAWLING, Christopher; BRUNT, Rosalind. Christopher Pawling and Rosalind Brunt Interview – 6 June 2011. *Cultural Studies*, v. 27, n. 5, p. 699-728, 2013. Ver p. 701.

¹⁴ IVES. *The events of 1968*. p. 362-363.

das interconexões com um ambiente intelectual e político mais amplo. O mais importante foi a saída de Hoggart como diretor para assumir uma vaga na UNESCO em Paris, primeiramente através de uma licença e, em seguida, permanentemente. Havia muitas razões para sua saída: entre elas, destacava-se a difícil posição em que se encontrava como diretor do Centro e como professor de Inglês durante as manifestações de 1968. Embora fosse hábil em navegar as vicissitudes da política universitária, durante os protestos estudantis ele sentiu a pressão, às vezes hostil, da mediação entre os alunos do Centro, que muitas vezes eram participantes nos protestos, e a administração. Hall, que o sucedeu como diretor interino, e depois foi efetivado, era explicitamente radical, entusiasmado com a mudança cultural na política, dedicado à democratização das estruturas do Centro e menos comprometido com o tipo de politicagem universitária em que Hoggart prosperava. O período de transição não representou uma ruptura total com o passado, já que Hoggart não renunciou à diretoria imediatamente e a democratização do Centro já estava ocorrendo enquanto ele estava lá. De acordo com Rosalind Brunt, uma estudante de pós-graduação no meio dessas mudanças, lá emergiram os “quatro pequenos” (Brunt, Chas Critcher, Richard Dyer e Trevor Millum), estudantes que apresentaram propostas aos “quatro grandes” (Hoggart, Hall, Allen Shuttleworth e Andy Bear). “Era uma espécie de brincadeira”, lembrou ela, “mas também é indicativo de algumas insinuações democráticas que surgiam no Centro – que, apesar de seu nome, certamente não se iniciou como algum tipo de empreendimento coletivo”¹⁵.

A visão de Hall para o Centro está contida em rascuinhos nunca destinados ao consumo externo, apresentados em reuniões semanais de alunos e professores, sobretudo no apropriadamente intitulado *The missed moment*¹⁶, originalmente apresentado como uma palestra, posteriormente circulou

¹⁵ PAWLING, Christopher; BRUNT, Rosalind. Christopher Pawling and Rosalind Brunt Interview – 6 June 2011. Op. cit.

¹⁶ N.T.: Em tradução livre, *O momento perdido*.

de forma escrita. Hall imaginava o Centro diferentemente, como uma “base avançada”, uma espécie de enclave utópico e, talvez, até como uma “célula vermelha”. No espírito da “terceira via” da Nova Esquerda original, ele imaginava que o Centro não era nem um centro de pesquisa tradicional nem um agrupamento político autossuficiente, mas um espaço intermediário. Organizacionalmente, Hall antecipou um “coletivo firme”, evoluindo por meio da democratização, solidariedade, responsabilidade coletiva e autocrítica. Intelectualmente, ele imaginava “a produção de um trabalho de alta qualidade e original, feito a partir de um sustentável ponto de vista radical, fora das estruturas dominantes, com valores e modos de trabalho atuais e prevalecente no ambiente acadêmico que os rodeava”¹⁷.

Em uma entrevista de 2013, Hall sugeriu que a transição de um coletivo “mais firme” para um coletivo “mais solto” no Centro foi uma consequência do número crescente de estudantes que chegavam ao Centro, mas *The missed moment* conta uma história diferente¹⁸. Na época, Hall estava profundamente desencantado diante do fracasso do “coletivo firme”. Reafirmou seu compromisso com o Centro, mas, pela primeira vez desde que trabalhou lá, “sentiu a experiência como uma perda, como uma ausência, com ressentimento e infelicidade”¹⁹. A compreensão de Hall sobre o que deu errado é difícil de resumir, mas duas linhas de argumentação podem ser sugeridas. Primeiramente, atribuiu o erro como resultado do poder continuado das estruturas antigas, da falta de debate aberto, da ausência de responsabilidade coletiva, do caráter essencialmente “não-político” e falta de sofisticação política do Centro como um grupo. O Centro enfrentou não “um dilema comum, mas um conjunto de hostilidades agressivas em série. Sua consequência direta é o disseminado mau sentimento e má fé que marcaram nossos intercâmbios ao longo do ano”.²⁰ Em

¹⁷ HALL, Stuart. *The missed moment*. [S.l.: s.n.], 1971. p. 9.

¹⁸ Stuart Hall, interviewed by Kieran Connell, 14 Sept.2013.

¹⁹ HALL, Stuart. *The missed moment*. Op. cit. p. 16.

²⁰ Ibid.

segundo lugar, acreditava que um grande problema não resolvido tinha sido o seu papel dual como uma figura de autoridade e como um participante, o que descreveu como o clássico “duplo vínculo”. Como Hall afirmou: “O silêncio pareceu ser tão ofensivo quanto o discurso. Eu não estou fazendo uma queixa pessoal aqui – embora eu não consiga disfarçar o quão miserável e humilhante essa experiência foi muitas vezes para mim”²¹.

Hoje, *The missed moment* lê-se como um manuscrito antigo. Dentro do mundo da universidade neoliberal, é difícil imaginar tal empreendimento sendo possível. Nem harmoniza com a imagem do *The Guardian*, de Hall como o “padrinho do multiculturalismo”, uma espécie de figura paterna tranquilizadora e gentil que encoraja as gerações seguintes a se comprometerem com uma política de inclusão das diferenças. Em vez disso, fala com a época em que foi concebido, com os estudantes notáveis que participaram do Centro, com os compromissos radicais de Hall, e com alguns sonhos em geral. Agora, parece notável que Hall imaginou que um grupo de pesquisadores de pós-graduação em seus vinte e poucos anos poderia sustentar sua noção de um coletivo revolucionário, mesmo que não fosse especificamente um partido. Olhando para 1968 vinte anos depois, Hall (escrevendo com Martin Jacques) caracterizou a versão britânica como a radicalização mais importante da sua juventude que já tinha ocorrido, mas que era “cultural” e não “política”. “Foi”, em suas palavras, “através da cultura que o radicalismo político foi gerado e expresso. 1968 foi o nascimento da ideia de política cultural como central para qualquer estratégia hegemônica”²². A concepção do Centro de Hall nestes anos representou sua peculiar ação sobre o que o momento oferecia, uma terceira via entre um partido político e um centro de pesquisa tradicional.

Enquanto a ideia de um coletivo firme era abandonada, sua ressonância era enorme. O seminário de teoria geral e os grupos de trabalho – modelo de trabalho intelectual pelo qual o

²¹ Ibid., p. 15.

²² HALL, Stuart; JACQUES, Martin. 1968. *Marxism Today*, May 1988, p. 27.

Centro é mais conhecido – parecem ter surgido mais como um compromisso do que como uma ambição inicial. Eles estavam em algum lugar entre o enclave utópico imaginado e as realidades do pluralismo político e das necessidades profissionais. Hall concluiu *The missed moment* com a seguinte observação:

Nossa incapacidade de compreender a oportunidade de explorar o território disputado fora das rotinas dadas de nossa vida intelectual normal representa algo mais do que um fracasso pessoal. É uma espécie de retrocesso coletivo: e tais derrotas têm mais do que consequências pessoais e significados. A História tende, retrospectivamente, a ser dura com eles.²³

Ironicamente, foi exatamente o oposto. O que se seguiu foi o início do período intelectual mais produtivo do Centro. Em vez de a História ser dura com eles, o Centro tem sido reconhecido mundialmente pelo seu papel em colocar os estudos culturais no mapa.

A política de “terceira via” de Hall também forneceu a base para numerosas intervenções na política britânica. Após o colapso da Nova Esquerda original, ela começa no praticamente esquecido *People and Politics* (1966) e no mais conhecido *May Day Manifesto* (1967). Desenvolveu-se ainda mais no trabalho mais acadêmico dos anos de Birmingham, *Resistance through Ritual* (1974) e *Policing the Crisis* (1978), onde adquiriu um explícito vocabulário marxista. Foi ampliada nas análises do Thatcherismo, dos Novos Tempos, do Novo Trabalho e do neoliberalismo. A intervenção política final de Hall foi sua colaboração com Doreen Massey, seu cunhado Michael Rustin e outros no *on-line* Manifesto de Kilburn, o último capítulo acabou de ser lançado este ano. Muitos desses livros e ensaios resultaram de autoria colaborativa que, de certa forma, torna o autor um fetiche, tomando essas obras como exclusivas de Hall. Ele dedicou sua vida política e intelectual para fazer conexões e estabelecer laços com os outros. O objetivo era

²³ HALL, Stuart. *The missed moment*. Op. cit. p. 16.

construir um movimento, e a autoria coletiva corporificava valores que o movimento se esforçava para promover. É, no entanto, difícil ler esses textos sem ver o carimbo de seu pensamento.

Hall não era um historiador, e ele era o primeiro a admitir isso, mas tomadas em seu conjunto, essas numerosas obras, e outras conectadas a elas, englobam uma história da Grã-Bretanha do pós-guerra, escrita com o propósito de não apenas compreender a formação social, cultural e política britânica, mas transformá-la. Por conseguinte, elas não constituem uma análise histórica, como muitos historiadores a entendiam. O que Hall exprimia sobre a sua análise do Thatcherismo na introdução de *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left* (1988) é pertinente para seu entendimento da Grã-Bretanha do pós-guerra de forma mais geral. Os ensaios foram concebidos “como uma série de intervenções” e, portanto, foram “necessariamente um pouco polêmicos”. Eles “foram projetados para serem de vanguarda em relação a outras posições no debate em curso”²⁴. Como seu herói Gramsci, Hall acreditava que a ideologia era uma força material. Suas muitas reflexões sobre conjunturas específicas eram forças materiais por direito próprio. Como ele declarou no *The Stuart Hall Project*, era a condição moderna para ver o que é familiar ser continuamente derrubado. Contudo, ao mesmo tempo, ele considerava o que era novo não como uma ruptura total com o passado, mas como uma reconfiguração de elementos novos e existentes. Isso foi aprofundado pelo fato de que as antigas metanarrativas, sejam elas liberais ou marxistas, que forneciam uma base para decifrar o significado da mudança, haviam dado lugar a um mundo pós-moderno contingente. Demandava um repensar contínuo.

A obra de Hall sobre a Grã-Bretanha diferenciava-se entre continuidades e novas tendências, tentando aprender com o apelo de opor atores políticos e ideologias (revisão trabalhista, Margaret Thatcher, Enoch Powell, neoliberalismo), recusando

²⁴ HALL, Stuart. *The hard road to renewal: Thatcherism and the crisis of the left*. London: Verso, 1988. p. 1.

oposições binárias (por exemplo, trabalhismo e comunismo ou marxismo ortodoxo e pós-estruturalismo) e procurando maneiras de ir além delas. Desde seus primeiros ensaios sobre a Grã-Bretanha, escritos no final da década de 1950, até o colaborativo Manifesto de Kilburn, sua análise foi enquadrada por meio do livre emprego da metáfora da base/superestrutura de Marx. Contudo, anos antes de seu encontro com Gramsci e sua adoção da terminologia de Gramsci, ele resistiu e se opôs ativamente à compreensão reducionista da relação entre economia, política e ideologia. Ele poderia ter acreditado que mudanças nas condições materiais se emprestavam a transformações nas formas de consciência, mas nunca assumiu que os resultados políticos estavam garantidos ou que as ideologias não desempenhavam um papel determinante nos resultados políticos. Foi no terreno das superestruturas – Hall argumentava, ecoando Gramsci – que as batalhas políticas foram conquistadas e perdidas, identidades políticas moldadas e remodeladas. O que mudou ao longo do tempo em seu pensamento foi uma visão mais complexa das múltiplas determinações em ação em qualquer momento. Como ele e seus colaboradores declararam no Manifesto de Kilburn:

As divisões de gênero, raciais, étnicas e sexuais em muito antecedem o nascimento do capitalismo e ainda estruturam as relações sociais de maneiras distintas. Elas possuem suas próprias categorias binárias (macho/fêmea, masculino/feminino, hétero/gay, religioso/secular, colonial/metropolitano, civilizado/bárbaro) e diferem de classe na distribuição de bens sociais e simbólicos (embora articulados à classe).²⁵

Hall via a Grã-Bretanha do pós-guerra como tendo experimentado duas fases, a segunda ainda inacabada. A primeira – começando nas consequências da guerra e dissipando-se em meados dos anos 1960 – foi um período de “consenso”. Foi uma

²⁵ Cf.: HALL, Stuart; MASSEY, Doreen; RUSTIN, Michael. *After Neoliberalism? The Kilburn Manifesto*. London: Lawrence and Wishart, 2015. p. 17-18.

era de capitalismo gerencial, de economia mista e do Estado de bem-estar social. O consenso do pós-guerra tornou-se possível pelo governo trabalhista de 1945, o qual ele considerava como tendo levado esse período a um fim ao invés de ter iniciado um novo. Esse período apenas começou nas décadas de 1950 e 1960, dadas as diferentes inflexões dos governos conservadores de Eden/Macmillan/Douglas-Home e o governo trabalhista de Wilson. A segunda fase iniciou-se com a captura da liderança do Partido Conservador por [Margareth] Thatcher e a transformação do campo ideológico por meio de modernização regressiva e populismo autoritário. Assim como Gramsci, confrontando a derrota do movimento operário e o triunfo do fascismo na década de 1920, Hall entrou em luta com o Thatcherismo numa prolongada guerra de diferentes posições. Ao longo dos anos, essa guerra assumiu diferentes formas. Quando, a seu ver, o Novo Trabalhismo sob Tony Blair também aceitou os pressupostos neoliberais que sustentavam o projeto de Thatcher, e não as lógicas políticas alternativas que ele e outros haviam defendido no *New Times*, ele voltou à arena política em um memorável ensaio de uma edição especial da *Marxism Today*. “O projeto de renovação”, escreveu ele, “permanece assim aproximadamente onde estava quando a *Marxism Today* publicou sua edição final. O Sr. Blair parece ter aprendido algumas letras mas, infelizmente, ele esqueceu a música”²⁶.

Entre essas duas fases estava uma crise econômica, social e política explorada no coletivo trabalho autoral feito em Birmingham. Em um nível, a crise era econômica – uma depressão na economia acompanhada de alto índice de desemprego e inflação – mas também resultou dos efeitos de longo prazo do declínio britânico. “Em termos econômicos”, Hall escreveu, “a Grã-Bretanha era uma nova potência capitalista pós-imperial de terceira classe, não de primeira classe”. Em outro nível, envolveu vários desafios para o Estado britânico: duas greves de mineiros,

²⁶ HALL, Stuart. The great moving nowhere show. *Marxism Today*, Nov./Dec. 1998, p. 14.

o nacionalismo escocês e galês, a crise política da Irlanda do Norte, as contraculturas, o feminismo e os conflitos raciais. A crise produziu, e foi em parte produzida por, formas virulentas de nacionalismo e racismo, motivadas pelo surgimento da nova direita. Seus efeitos no nível ideológico foram expressos através de medos e ansiedades sobre subculturas e negros da classe operária. Hall considerou essa mobilização ideológica em relação ao desmoronamento do consenso social-democrata que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Ele entendeu a situação em termos gramscianos, como uma crise de hegemonia.

A última vez que vi Stuart foi em março de 2012, pouco menos de dois anos antes de sua morte. Como eu o via a cada um ou dois anos, eu talvez notei as mudanças que ele sofreu mais do que aqueles que o viam o tempo todo. Fiquei impressionado com o quão diferente ele estava, por quanto o envelhecimento e a doença tinham cobrado seu preço. Ele parecia mais introspectivo, falava sobre sua infância e adolescência na Jamaica de forma fragmentada e estava muito mais pessimista sobre a situação política do que jamais me lembrava. Isso coincide com uma observação que ele faz no *The Stuart Hall Project*, onde ele diz perto do final do filme que se sente deslocado no tempo pela primeira vez em sua vida.

Fiquei assim animado quando, em junho de 2014, na conferência comemorativa do cinquentenário de nascimento do Centro, os momentos finais consistiram em um segmento do filme *Kapital* (2013), de Isaac Julian, no qual Stuart respondeu ao geógrafo marxista David Harvey, em 2012, no evento *Choreographing Capital*, realizado na Hayward Gallery. Harvey discutia a relevância de Marx na análise do capitalismo contemporâneo, na conversa com Julian e Paul Gilroy. O comentário de Stuart foi perto do final do evento. Ele aceitou a versão de Harvey do entendimento da dinâmica do capitalismo em *O Capital* de Marx e, de fato, os amplos parâmetros da análise de Marx, mas acrescentou que não explica fases particulares ou momentos específicos. Esses, sugeriu ele, só poderiam ser alcançados dominando múltiplas determinações. Em suas palavras:

Eu não quero multiplicar o argumento. Mas eu resumiria dizendo, hum, no final, eu não acho que seu revisionismo vá longe o suficiente. Não vai longe o suficiente. E, se não for longe o suficiente – isto não é apenas um problema lógico ou um problema explicativo – é um problema de compreensão política.²⁷

Por mais de sessenta anos, Stuart encorajou tantos a revisar nosso revisionismo, a ir além das oposições binárias, a lidar com “a disciplina da conjuntura” para pensar na terceira via. É dessa forma que sempre me lembrarei dele.

Recebido em abril de 2016. Aprovado em janeiro de 2017.

²⁷ HALL, Stuart. *Isaac Julien, David Harvey*. London: Hayward Gallery, 2012.

